

**NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
GEOGRAFIA - PPGG**

LUCAS RAMOS DE MATOS

**“EFEITO COLATERAL”
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, RUPTURAS E REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DO TERRITÓRIO – ANÁLISE DO PA MARGARIDA ALVES
(RONDÔNIA).**

LUCAS RAMOS DE MATOS

**“EFEITO COLATERAL”
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, RUPTURAS E REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DO TERRITÓRIO – ANÁLISE DO PA MARGARIDA ALVES
(RONDÔNIA).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Ambiente e Território na Pan-Amazônia.

Linhas de Pesquisa: Território e Sociedade na Pan-Amazônia - TSP.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

PORTO VELHO-RO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M433e Matos, Lucas.

"Efeito colateral": Conflitos socioambientais, rupturas e reapropriação social do território - análise do PA Margarida Alves (Rondônia) / Lucas Matos. -- Porto Velho, RO, 2021.

196 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Amazônia. 2.Ecologia Política. 3.Conflitos socioambientais.
4.Invisibilidade camponesa. 5.Reapropriação social do território. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Título.

CDU 91:574.4 (811)

Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard

CRB 11/897



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DISSERTAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LUCAS RAMOS DE MATOS

A Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado presidida pela Orientador e Presidente **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e constituída pelos examinadores Professores Doutores, **Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges** - Examinadora Interna PPGG/UNIR, **Prof. Dr. Silvio Simione da Silva** - Examinador Externo PPGE/UFAC, **Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes** - PPGG/UNIR, Examinador Interno - Suplente reuniram-se em **17 de dezembro de 2021**, às **9h00**, através de **Videoconferência - Google Hangouts Meet** – Link: <https://meet.google.com/hub-xdtx-pzc> para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: "**EFEITO COLATERAL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, RUPTURAS E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO – ANÁLISE DO PA MARGARIDA ALVES (RONDÔNIA)**" do mestrando **Lucas Ramos de Matos - Matrícula: 20191002787**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada **APROVADA**. O Candidato terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. **Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.**

Porto Velho-RO, 17 de dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Presidente/Orientador - PPGG/UNIR

Profa. Dra. Luciana Riça Mourão Borges
Examinadora Interna
Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva
Examinador Externo
Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGE/UFAC



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GILSON DA COSTA SILVA, Presidente da Comissão**, em 09/02/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA RICA MOURAO BORGES, Docente**, em 08/03/2022, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Simione da Silva, Usuário Externo**, em 11/03/2022, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: CRISE AMBIENTAL E O RISCO DE COLAPSO SISTÊMICO: UM COMPLEXO DE CAUSAS INTERATIVAS E EFEITOS	15
1.1 PROBLEMA, CAMINHOS, POSIÇÕES E QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA	15
1.2 Imperialismo ecológico global, metabolismo social, falência democrática e o risco de colapso sistêmico	19
1.3 A ECOLOGIA POLÍTICA COMO CAMPO DE ESTUDO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA APROXIMAÇÃO	26
1.4 PROBLEMAS E OBJETIVOS	33
1.5 OS CAMINHOS DA METODOLOGIA	35
1.6 SOBRE O MÉTODO DE “CONTEXTUALIZAÇÃO PROGRESSIVA” E A “ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS”.....	35
2 CAPÍTULO II: AMBIENTE E SOCIEDADE: DINÂMICAS DE CLASSE E RELAÇÕES HEGEMÔNICAS DE PODER.....	42
2.2. O DISCURSO NEOLIBERAL SUSTENTÁVEL	42
2.3 AS MÁSCARAS DE DEUS: UM MANIFESTO AO ABAIXO ÀS FRONTEIRAS DO DOGMA	49
2.3.1 Racionalidade econômica capitalista: o papel das instituições nos processos de reorganização produtivista-tecnicista-desenvolvimentista	50
2.4.1 Território e poder.....	55
2.4.2 Uma projeção para o futuro	57
2.4.3 Geopolítica e antigeopolítica: movimentos contra-hegemônicos à rapinagem da natureza	61
2.5 NEXOS ENTRE CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS: RACIONALIDADE ECONÔMICA, RUPTURA METABÓLICA E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS	64
2.5.1 A ecologia de Marx	72
2.5.2 Alternativas à ruptura metabólica.....	77
3 CAPÍTULO III: A AMAZÔNIA NA VIRADA GLOBAL DA EXTREMA DIREITA: O PROCESSO DE ACIRRAMENTO DA COMPETIÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL POR RECURSOS NATURAIS.....	80
3.2 ECOLOGIAS SEM POLÍTICA E POLÍTICAS SEM ECOLOGIA	81
3.3 GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA: O MAPA SOCIAL DAS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS EM RONDÔNIA	94

4 CAPÍTULO IV: A LUTA NO/POR TERRITÓRIO NA COSMOPOLÍTICA DO MST: EM BUSCA DE UM DIÁLOGO HORIZONTAL	107
4.2 SOBRE O USO DA CATEGORIA CAMPESINATO	108
4.3 O ECOFEMINISMO E AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO NO MST	109
4.4 O ECOLOGISMO DOS POBRES NO MST: A TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL	112
5 CAPÍTULO V: INVASÃO, OCUPAÇÃO OU REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO? OS EFEITOS DE UMA DÍVIDA ECOLÓGICA E SOCIAL IMPAGÁVEL	119
5.2 AS RLBs DE RONDÔNIA: UM BEM COMUM EM DISPUTA	120
5.3 O PA MARGARIDA ALVES NO CONTEXTO DO AMBIENTALISMO INTERNACIONAL.....	125
5.3.1 Manejo florestal como alternativa de sustentabilidade?.....	127
5.4 AS AGROMILÍCIAS E O ATUAL PROCESSO DE INVASÃO DE TERRAS PÚBLICAS E DOS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS	133
5.5 RUPTURA COM PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS E O PROCESSO DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	139
5.5.1 De repente as coisas mudam de lugar.....	139
5.5.2 O perfil das famílias sem-terra: os horizontes emancipatórios do conflito socioambiental.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Agentes/sujeitos envolvidos direta e indiretamente em conflitos socioambientais	39
Figura 2 – Gráfico do Ranking de bovinos por município na Amazônia Legal no período de 2004-2018.....	69
Figura 3 – Gráfico dos conflitos envolvendo os usos múltiplos da terra e da água no Brasil entre 2010-2019.....	95
Figura 4 – Gráfico do número de conflitos envolvendo os usos múltiplos da terra e da água em Rondônia, em 2018-2019	96
Figura 5 – Gráfico do número de famílias envolvidas em conflitos por água e terra em Rondônia em 2018-2019.....	97
Figura 6 – Mapa da Cartografia da Mineração em Terras Indígenas de Rondônia.....	99
Figura 7 – Gráfico do número de assassinatos envolvendo a disputa por terra no Brasil entre 2010-2019.....	104
Figura 8 – Gráfico do desmatamento nos municípios da região central de Rondônia aglutinados às RLBs dos assentamentos Margarida Alves (Nova União), Martin Pescador (Urupá) e Padre Ezequiel (Mirante da Serra) entre 2003-2019	124
Figura 9 – Outdoor de propaganda do manejo florestal reserva em bloco, do PA Margarida Alves, em Nova união, Rondônia.....	130
Figura 10 – Famílias do PA Margarida Alves reunidas em assembleia para deliberar sobre questões que envolvem a RLB	132
Figura 11 – Mapa social da atuação de grupos mercenários no PA Margarida Alves e RLB, mosaico.....	136
Figura 12 – Mapa do uso do solo e desmatamento no PA Margarida Alves e RLB.....	142
Figura 13 – Mapa do desflorestamento na RLB do PA Margarida Alves (2000-2021)	158
Figura 14 – Perfil das famílias sem-terra acampadas na RLB, mosaico	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste
BM – Banco Mundial
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
COOMEAFES – Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços
DURAMAZ – Durable Amazone Deuxième – Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Programa de Pesquisa Francês (CNRS)
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB – Conferência Nacional do Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IDARON – Agência de fiscalização sanitária e agropastoril
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPAR – Instituto Padre Ezequiel Ramim
RAI – Regime Alimentar Internacional
RO – Rondônia
RL – Reserva Legal
RLB – Reserva Legal em Bloco
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA – Projeto de Assentamento
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PPGG – Programa de Pós-graduação em Geografia
PPG7 – Programa Piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil
SAFs – Sistemas Agroflorestais
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SINUC – Sistema de Unidades de Conservação
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
ZSEE – Zoneamento Socioeconômico Ecológico

“EFEITO COLATERAL”
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, RUPTURAS E REAPROPRIAÇÃO
SOCIAL DO TERRITÓRIO – ANÁLISE DO PA MARGARIDA ALVES
(RONDÔNIA)

RESUMO

Como parte de uma discussão que visa contribuir com as abordagens sobre o processo de acirramento da competição (política, econômica e social) por recursos naturais estratégicos, esta pesquisa analisa aspectos do atual fenômeno de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários na Amazônia. Como referência empírica, selecionamos o complexo conflito socioambiental no entorno dos recursos naturais da Reserva Legal em Bloco (RLB), do PA Margarida Alves, na região central de Rondônia. O objetivo da pesquisa é explicar o conflito socioambiental e analisar relações/interações entre sujeitos sociais, grupos econômicos, agromilícias e instituições, envolvidos direto e indiretamente no conflito. Na questão metodológica segue-se um caminho que remonta na perspectiva do materialismo histórico e dialético, adotando uma abordagem analítica amparada na “*etnografia dos conflitos socioambientais*”, e na “*contextualização progressiva*” das relações/interações sociedade-natureza/homem-natureza/pessoa-ambiente, e de questões que envolvam a instabilidade de ecossistemas, unidades ou fragmentos florestais. Através de uma abordagem interdisciplinar, demonstramos que, dentro de um complexo de causas interativas e efeitos, houve uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas pelo choque de forças exógenas e coerências territoriais endógenas, como estratégia última de resistência camponesa na arena de embates frente a pressão de grupos externos. Por fim, a pesquisa evidencia de que forma a *ruptura com práticas conservacionistas* identificada por nós configura em uma estratégia de reapropriação social do território frente ao atual fenômeno de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Ecologia política. Conflitos socioambientais. Invisibilidade camponesa. Reapropriação social do território.

"SIDE EFFECT"
**SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS, RUPTURES AND SOCIAL
REAPPROPRIATION OF THE TERRITORY - ANALYSIS OF PA MARGARIDA
ALVES (RONDÔNIA)**

ABSTRACT

As part of a discussion that aims to contribute to approaches on the process of intensifying competition (political, economic and social) for strategic natural resources, this research analyzes aspects of the current phenomenon of invasion of public lands and community territories in the Amazon. As an empirical reference, we selected the complex socio-environmental conflict around the natural resources of the Legal Reserve in Block (RLB), of the Margarida Alves PA, in the central region of Rondônia. The objective of the research is to explain the socio-environmental conflict and to analyze relationships/interactions between social subjects, economic groups, agro-militias and institutions, directly and indirectly involved in the conflict. In the methodological question, a path that goes back from the perspective of historical and dialectical materialism is followed, adopting an analytical approach supported by the "ethnography of socio-environmental conflicts", and the "progressive contextualization" of society-nature/man-nature/person relations/interactions. -environment, and issues involving the instability of ecosystems, units or forest fragments. Through an interdisciplinary approach, we demonstrate that, within a complex of interactive causes and effects, there was a rupture with conservationist practices, locally driven by the clash of exogenous forces and endogenous territorial coherences, as the ultimate strategy of peasant resistance in the arena of clashes against external group pressure. Finally, the research shows how the rupture with conservationist practices identified by us configures a strategy of social reappropriation of the territory in the face of the current phenomenon of invasion of public lands and community territories in the Amazon.

KEY-WORDS: Amazon. Political ecology. Socio-environmental conflicts. Peasant invisibility. Social reappropriation of the territory.

APRESENTAÇÃO

Há mil motivos para que eu¹ escolhesse este tema tão polêmico e ambíguo. Primeiro, parte dos intelectuais estão preocupados com a fama e a vaidade acadêmica, e então, escolhem temas e sujeitos/objetos de estudo que lhes possibilitam ganhar notoriedade sem “queimar” seu nome. Eu, pessoalmente, acredito que o fazer científico não deve ser reduzido, nem mesmo ser a preocupação com o reconhecimento do autor perante a comunidade científica. Creio profundamente que é coletivamente que as coisas funcionam, mas, ao mesmo tempo, creio também que é necessário o mínimo de independência intelectual.

Se acaso o leitor estiver perguntando o que isso tem que ver com meu *locus* de estudo, argumento que é preciso despir-se de muitas abstrações (paixões, ideologias etc..) para abordar um tema como este que tenho em mãos. Sei muito bem que não é qualquer um que teria a mesma coragem de sair em defesa daqueles que são taxados de “terroristas”, “preguiçosos”, “vândalos”, “invasores”; ainda mais em um caso complexo como este, e que, inclusive, merece mais que uma pesquisa de mestrado. As lutas sociais atuais, agora também em forma de conflitos socioambientais, no contexto de famílias sem-terra é um tema que muitos têm negligenciado, ou pouco se importado, até mesmo nos debates públicos sobre o tema dos conflitos no campo, como se não houvesse problemas relacionados à invasão, roubo de madeira, assassinatos e violências nos territórios do MST.

Por isso, este trabalho mostra, também, que os problemas enfrentados por outras comunidades camponesas, neste atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários são os mesmos problemas das camponesas e camponeses do MST, por esta razão, ao decorrer do texto tenho utilizado, a todo instante, a expressão “comunidades diversas” ou “territórios comunitários” para designar esta similaridade, ao invés da categoria “comunidades tradicionais”, a qual não adotarei, porque exclui as comunidades camponesas sem-terra e outras categorias do campesinato. Outra justificativa é que as próprias famílias sem-terra se consideram comunitárias, e isso envolve questões profundas de religiosidades e modos de vida dessa parcela da sociedade e, por isso, também utilizei, sem a pretensão de substituir a categoria campesinato, os termos “famílias sem-terra” ou “famílias assentadas” em respeito às tradições e saberes-fazeres locais. Outra contribuição destes termos é que eles me possibilitam escapar das expressões que são consideradas machistas dentro dos próprios movimentos sociais, como: “os camponeses”, “os assentados”, “os sem-terra”. O próprio MST tem abandonado essas expressões. É de longa data que as questões de gênero marcam a trajetória do MST. Uma observação a esse respeito é que o termo camponês(as), para nós tem uma dimensão política de classe social, inclusive na luta – isto não nega usar o termo família, comunidade, mas estes termos ou conceitos não lhes dará a unidade política para entender a luta de classe que é a chave

¹ Utilizamos a primeira pessoa do singular apenas na seção de apresentação. O restante do texto está dirigido na primeira pessoa do plural.

para compreender a questão, por isso, minha postura é somente de respeito aos paradigmas dos movimentos sociais e não de substituir esta importante categoria de análise.

As epistemologias atuais têm afirmado uma necessidade de descolonizar o imaginário humano, e é bom que não esqueçamos que o fazer científico é uma prática desenvolvida por sujeitos sociais também colonizados. Aqui está a principal motivação de abordar este tema ambíguo e polêmico: a confusão generalizada, o estigma, o preconceito de classe, a miopia da realidade que as ocorrências na RLB do PA Margarida Alves têm gerado na sociedade e, sobretudo, entre as instituições públicas.

Sou filho de assentados do PA Margarida Alves, por isso, posso discorrer sobre a desídia eterna com relação ao assentamento e a RLB. Se eu me visse há 10 anos, jamais imaginaria que estaria onde estou, e com a responsabilidade que tenho sobre um tema que o desenrolar da história me deu. Poucos sabem, mas são incontáveis as vezes que subi até a RLB junto com outros assentados, para fiscalizar, por conta própria, o roubo de madeira, inibir ações de ladrões e identificar focos de invasão na área e queimar tudo que encontrávamos. Acampeei inúmeras vezes no interior da floresta junto a outros assentados. Vi incontáveis pilhas de madeira serrada em meio à floresta, incontáveis cabeças de gado nelore a desfrutar das áreas de pastagem formadas pelos mesmos invasores.

Essa riqueza de detalhes também explica minha escolha pelo “*método de contextualização progressiva*”, pela “*etnografia dos conflitos socioambientais*” e nossa pegada antropológica. Em função de toda minha trajetória de vida no assentamento, conheço a RLB e seus problemas como a palma de minha mão. Minha ligação de assentado com a RLB sempre foi muito forte. Dói-me muito ver a situação em que estamos e, sobretudo, ver nossa RLB toda fracionada, com fogo e fumaça para todo lado. Minha ligação com a RLB também me rendeu inimizades com pessoas da região que nem conheço e com gente do próprio assentamento. Deixo claro também que minha opinião sobre muitas coisas não é a mesma que minha postura acadêmica sobre as questões que envolvem a RLB. Não entrarei nestas questões pessoais por achar empobrecedor da minha formação intelectual, e que essa é uma postura medíocre na prática científica.

Prefiro focar no meu objeto de pesquisa e como vim parar aqui. Minha trajetória até aqui foi marcada por muitas dificuldades. Só quem vem de onde eu venho sabe o peso que carregamos nos diversos lugares. Claro que nada é fácil para ninguém, mas, para nós, essa dificuldade é múltipla. Além da pobreza, o estigma é uma cerca que temos de aprender a romper por todos os dias de nossas vidas. Nos espaços acadêmicos não é diferente. Estamos fora dos projetos e grupos de pesquisa e, por consequência, temos poucas possibilidades de construir nossas trajetórias. Exemplo disso foi minha graduação no Instituto Federal de Rondônia: só eu sei o quanto “atirei para todos os lados” no sentido de construir uma trajetória na pesquisa. Como não tive êxito em função desta cerca, mista de preconceitos sociais, tracei um plano

estratégico que foi basicamente “aprender a caminhar com as próprias pernas”. Vi no *had hoc* (avaliação cega) minha única saída. Foi no *had hoc* que aprendi um pouco das mazelas da prática científica. Foi também no *had hoc* que recebi elogios sobre a minha escrita que nem eu jamais tinha imaginado.

A pobreza e o estigma são elementos que nos deixam sempre em desvantagem nos lugares, nas conquistas, no crescimento intelectual, e o pertencimento social do sujeito pobre e subversivo, assim como eu, nos coloca em mais desvantagem ainda. Prova disso é que tive quatro reprovações em bancas de mestrado, mas considero que todas elas ocorreram com base em um problema epistemológico amplo. Este é também o peso dos estigmas, do preconceito social e de classe. Lembro-me até hoje que uma das bancas terminou logo quando falei sobre minhas origens, ainda riram quando falei que era sem-terra e que trabalhava na roça. A vocês, ‘ilustres intelectuais’ que menosprezaram minha capacidade, dedicarei meus dias de pesquisador para mostrar-lhes o verdadeiro sentido da educação como fonte emancipadora social, para além das vaidades de quem não vê e não acredita no outro.

Mas, como a vida não é feita só de tragédias, há muita coisa e muitas pessoas a quem devo agradecer. Agradeço, primeiramente, a mim mesmo, por nunca desistir de mim e, sobretudo, da minha capacidade, dedicação, sinceridade e esforço. Em segundo lugar, de forma consubstanciada, agradeço ao professor Dorisvalder Dias Nunes, por ser o único no mundo que foi capaz de responder meu e-mail, me apresentou o método de “*contextualização progressiva*” do Antropólogo ecologista político, Andrew Vayda, que, não só trouxe outro horizonte explicativo do meu tema, como melhorou profundamente meu projeto de pesquisa e, por consequência, resultou em minha entrada no PPGG. Lembrar-me-ei disso sempre e ficarei grato por toda minha trajetória. Agradeço também ao professor orientador Ricardo Gilson da Costa Silva por me aceitar no programa. Agradeço também pelos ensinamentos no LAGET e em outras ocasiões, por entender sobre a minha timidez. Agradeço aos professores Adnilson de Almeida Silva e Silvio Simione da Silva e a professora Luciana Riça Mourão Borges pelos apontamentos e por terem aceito avaliar meu trabalho. Agradeço aos camaradas do MAB: Ocelio, João Marcos, Gerry, Geovane, Kevin Tomé (e os demais) por me acolherem no alojamento no momento que mais precisei e pelos ensinamentos de suas pautas de resistência. Agradeço aos professores que lecionaram disciplinas que foram importantes para meu crescimento intelectual e avanço na dissertação: Adnilson de Almeida Silva, Ricardo Gilson da Costa Silva, Julien Marius Reis Thévenin, Dorisvalder Dias Nunes entre outros. Abraços ao Marcel Emeric Bizarra de Araújo e William Kennedy do Amaral Souza, os quais compõem o quadro dos poucos professores do IFRO (*câmpus Colorado*) que se valem da vida pública para o bem *comum*, também pela amizade e por lembrarem que eu existo. Abraços aos meus amigos de infância do assentamento, em especial aos que construí ao longo do desenrolar da vida. Abraços aos colegas do PPGG, LAGET e do GTGA, em especial a Amanda Michalski,

Rosângela Castilho e Jéssica Ferreira. Agradeço, também, e mando abraços mais que especiais aos camponeses e camponesas hoje acampado(a)s na RLB – entre estes os jovens do Margarida Alves – sujeitos centrais desta pesquisa, que tive a oportunidade de conhecer melhor suas histórias, origens e seu dia a dia na luta pela terra, por uma vida digna e, sobretudo, na luta pela reserva em bloco como um território do campesinato. Agradeço aos camaradas do MST de Rondônia, especialmente ao Claudinei (Tijolão), por me possibilitar conhecer e compor o honroso quadro de militância orgânica. Por último, mas o que mais me importa, agradeço infinitamente a minha querida mãe Maria Imaculada pela amizade, apoio e, sobretudo, por ser um exemplo de ser humano amorosa, batalhadora, honesta, bondosa; principal referência de vida para mim.

Para melhor situar o leitor, organizei a pesquisa em três importantes partes, compostas por cinco capítulos: “**O arquiteto**” (capítulo 1), “**As abelhas**” (capítulo 2 e 3) e “**Do outro lado da ilusão**” (capítulo 4 e 5). São três expressões metafóricas que sintetizam o conteúdo dos capítulos que compõem cada parte. As expressões metafóricas “**O arquiteto**” e “**As abelhas**” foram “roubadas” literalmente da grande obra “*espaços de esperança*” de David Harvey, que também foram objetos de discussões na disciplina epistemologia da geografia, no PPGG. “**O arquiteto**” aqui está no sentido de designar as posições políticas, as possibilidades, a escolha teórica, o método e a metodologia que escolhemos para construir a pesquisa. “**As abelhas**” vêm para mostrar o protagonismo contra-hegemônico daqueles que, de fato, têm construído o mundo. Paralelo a isso, “**Do outro lado da ilusão**” nos convida para um olhar para além do estigma, do preconceito, do maniqueísmo, da subversão, da hostilidade, do conflito em que nós, sem-terras, classe oprimida, estamos submetidos, sobretudo nos modelos interpretativos dominantes. “**Do outro lado da ilusão**” também nos convida a ver o lado bom do conflito socioambiental em epígrafe: os horizontes emancipatórios dos conflitos socioambientais no contexto de comunidades diversas da Amazônia; a política da diferença e o encontro com o outro.

“O ARQUITETO”

1 CAPÍTULO I: CRISE AMBIENTAL E O RISCO DE COLAPSO SISTÊMICO: UM COMPLEXO DE CAUSAS INTERATIVAS E EFEITOS

“A crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento”
Enrique Leff

“A trajetória do colapso sistêmico, por fim, parte da premissa de que a ruptura de alguns equilíbrios invisíveis e uma sucessão de pequenas perturbações podem provocar mudanças consideráveis difíceis de prever”
Carlos Taibo

1.1 PROBLEMA, CAMINHOS, POSIÇÕES E QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA

Quais cercas nos cercam? Quais cercas nos cegam? As cercas da meritocracia; dos modelos interpretativos dominantes; do pseudoargumento considerado científico e político; do estigma; do maniqueísmo; do preconceito da cor e do pertencimento étnico e social; do racismo científico e das desigualdades educacionais? Qual o efeito de uma racionalidade econômica tecnicista-economicista-desenvolvimentista que enquadra o outro, inferioriza e o deixa para trás? Qual o plexo de concepções e estratégias necessárias que põe em xeque os desdobramentos nocivos da subversão e da inferioridade humana baseadas na diferença política e social do colonialismo? Qual o caminho necessário à ruptura das cercas que nos cercam se a história tem sido uma narrativa daqueles que sempre vencem? Quais cercas nos cercam e nos impedem de ocupar os latifúndios que estão para além da terra? Quantos de nós ocupamos estes latifúndios? Em quais condições estão os poucos que ocupam estes latifúndios? Será verdade que o direito não socorre os que dormem? Qual a saída mais eficaz se o progresso do conhecimento vem junto com o progresso da ignorância? O progresso da ciência tem sido igual para todos? As epistemologias atuais também são cercas que nos cercam? O que fazer quando as cercas dos múltiplos latifúndios nos cercam? A dança do convencimento? Tocar o “terror”? Abaixar a cabeça e aceitar o que a nós é imposto? Quais cercas nos cercam, nos cegam, nos convencem sutilmente e nos impedem de compreender e reverter nossa própria realidade?

“O mundo ainda não está acostumado a ver o reinado de quem mora do outro lado da ilusão” (Emicida - Bang). Traduzindo em nossas palavras: o mundo ainda não está acostumado a ver a consolidação das ações daqueles que estão em um processo constante de emancipação humana. A ascensão social é sempre uma ferida que causa dor e incômodo ao reacionarismo dos despercebidos e daqueles que compõe as bases legais e morais de formas de dominação histórica, que se opõem à transformação social. O fenômeno social é sempre marcado pelo pavor de alguns, enquanto que, ao mesmo tempo, é contemplado por outros. A canção “Bang”, interpretada pelo Rapper Emicida, traz o tom emancipatório do cosmopolitismo das classes oprimidas, que constroem alternativas por meio de *racionalidades híbridas* ou alternativas

(FLORIANI, 2013) que visam, também, romper as cercas das desigualdades estruturais combinadas. Estas são questões que marcam o desenrolar da trajetória política e o modo de vida das/dos sem-terra, das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas – quase sempre malvistas pela sociedade – arraigada ao racismo, ao preconceito de classe, ao elitismo, etc. Com efeito, são também tramas que marcam a trajetória dos fatos representados em nosso caso de pesquisa.

Nesta mesma linha de reflexão, partimos das categorias que representaremos por meio do nosso recorte empírico, sobretudo o que trataremos mais adiante, acerca de uma discussão paradigmática amparada na *teoria marxista da ruptura metabólica* (FOSTER, 2012; CLARK; FOSTER, 2012; SACHER, 2015) ampliada no contexto da crise ambiental, do risco de *colapso* sistêmico (TAIBO, 2019) e do processo contra-hegemônico chamado de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios (LEFF, 2009; 2015; PORTO-GONÇALVES, 2016) frente aos processos de apropriação capitalistas e o avanço do abaixo as fronteiras da natureza; além da categoria de conflitos socioambientais e o anúncio de uma *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionada por forças exógenas, seguida de um processo de reapropriação social do território; que certamente assustará uma grande parcela dos ambientalistas emocionados, pesquisadores e sujeitos sociais que manifestam crença nos discursos de um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, do “desenvolvimento sustentável” e, sobretudo, os positivistas neofuncionais defensores dos sistemas autorregulatórios e auto-organizáveis, já que nega questões como a presença humana nos ecossistemas e o ecologismo dos povos e comunidades diversas; a pobreza e a miséria extrema cada vez mais crescentes, a concentração da terra, o pressionamento externo nos territórios e, uma pauta recente e pouco abordada que este trabalho pretende pôr em xeque: a atuação das agromilícias e o caráter reacionário, maniqueísta e violento destes grupos rapineiros sobre os territórios comunitários e as invisibilidades das comunidades na arena de embates por recursos naturais, evidenciando a presença real do chamado ecoterrorismo² no contexto das lutas socioterritoriais entorno da natureza.

“Tomei até um susto quando vi uma fila de ônibus lotados de famílias sem-terra entrando no assentamento para ocupar a reserva”. Essa foi a fala que ouvimos de uma assentada sobre a ocorrência central que anunciaremos mais adiante em nosso *locus* de estudo. A fala da camponesa traz uma dimensão do perigo que temos em mãos. Não obstante, a prática científica tem lá seus efeitos que podem reconhecer ou sacrificar a trajetória do pesquisador, ou até mesmo nada mudar. Nossa localização nesta pesquisa está mais para a glória daqueles que ainda não foram enterrados na estrutura das revoluções científicas, assim como, no passado,

² Prática ou narrativa indissociável do ecofascismo, que transfigura questões ambientais para imputar o medo e mobilizar temas ecológicos. A chamada “ecologia profunda” é uma das principais ideologias relacionadas ao ecoterrorismo. O ecoterrorismo também pode ser utilizado como tática de domínio onde se imputa o terror sobre grupos sociais e seus ecossistemas nas disputas por recursos naturais.

Ludwig Feuerbach sacrificou sua carreira acadêmica ao trazer a público a grandiosíssima obra “*A essência do cristianismo*” (FEUERBACH, 2007), que a história demonstrou sua validade através dos estudos da Antropologia. Hoje, dois séculos depois, sabemos quem é Deus e que Feuerbach foi plausível.

Os estigmas que têm surgido entorno deste caso (como “invasores de reserva ambiental”, “invasores de área da União”) sugerem, antes de tudo, um preconceito contra pessoas pobres que procuram dignidade por meio do acesso à terra. Também não reconhecem o processo histórico de marginalidade diante dos problemas socioambientais nos territórios das/dos sem-terra, sobretudo na Amazônia, neste contexto de fortalecimento das ações dos grupos hegemônicos (grupos mercenários, grupos econômicos e políticos...), que trataremos por meio de um processo histórico de *invisibilidades espaciais*, produzidas no processo de dominação do espaço e do tempo; indissociáveis da criminalização das estratégias de resistência camponesa frente ao atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários. A prática científica requer, entre outros, despir-se de paixões e ideologias. Embora saibamos que a famosa neutralidade não existe, todo cuidado é pouco. Partindo dessa reflexão, na condição de modesto leitor, que as condições materiais da vida nos impulsionaram a ser, sempre nos perguntamos quais as “razões” ideológicas, teóricas e políticas levam o pesquisador a direcionar sua energia a temas polêmicos e ambíguos, assim como, o qual temos agora em mãos, e que, quase sempre, ninguém o convidou a se dedicar, nem mesmo àqueles a quem o trabalho está dirigido. Partimos do ponto de vista pessoal de que o mundo ainda está cheio de abstrações, e que o tema em epígrafe carece de um parecer, mediante o método. Este foi também o ponto de partida de Frantz Fanon ao desmistificar os subterfúgios da prática política e social do racismo ao tratar do cosmopolitismo “negro” em “*Pele negra, máscaras brancas*” (FANON, 2008).

Nossa proposta transcende o cosmopolitismo dos sujeitos “negros” e propõe ir mais a fundo sobre a questão das *invisibilidades espaciais*, presentes, também, na prática do racismo ambiental, no âmbito dos conflitos socioambientais, no amplo mapa da crise ambiental e do risco de *colapso* sistêmico anunciado na corrida globalizada por recursos naturais estratégicos. O cosmopolitismo; as formas distintas de resistência camponesa nos territórios comunitários; o metabolismo social; a nova configuração geopolítica do poder; a virada global da extrema direita e o avanço do discurso neoliberal autoritário, ecoterrorista; o aumento da violência nos territórios das comunidades diversas e o atual abaixo às fronteiras da natureza são temas que pretendemos refletir através desta intervenção. Esta abordagem permite entender como os movimentos sociais/ecologistas têm feito organicidade e reagido frente aos efeitos da crise ambiental, do risco de *colapso* sistêmico e falência dos sistemas democráticos marcados pelo acirramento da competição (política, econômica e social) global por recursos naturais

estratégicos. Tentaremos, assim, demonstrar que nosso caso de pesquisa tem respaldo nesta esfera ampla de causas interativas.

Para melhor ilustrar uma introdução sobre a questão das *invisibilidades espaciais*, temos como questionamento inicial as seguintes perguntas: se o direito não socorre os que dormem, estarão as comunidades indígenas, sem-terra, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas dormindo enquanto os latifundiários, os garimpeiros, as agromilícias e os capitalistas verdes invadem, roubam, ameaçam, matam, desmatam, extorquem e expulsam? Estarão também as/os sem-terra dormido todo esse tempo enquanto grupos mercenários fazem a rapinagem da área como bem entendem? Qual o fio condutor de um exemplo de *colapso* ecológico localmente representado por desvios de finalidades, conflitos por interesses difusos e uma desistência brutal com as práticas conservacionistas? Onde estavam as instituições e os formuladores de políticas públicas todo esse tempo? Morán (1990), em ocasião similar, ressaltou que o caráter político e econômico faz lembrar que a problemática ambiental não é simplesmente ecológica, mas, política e social. “Um país rico em recursos, cheio de gente pobre” (MORÁN, 1990, p. 29). Nossa pesquisa mostra que os problemas sociais e ecológicos da Amazônia estão muito além da pobreza estruturada e da degradação dos ecossistemas.

Por trás desta realidade reside um número de fatores que pode dar pistas dos (des)caminhos que levaram a um processo de acirramento nas disputas por recursos naturais na Amazônia, como o que se verifica na atual geopolítica, e que pode ser refletido através do caso da RLB do PA Margarida Alves. Uma delas está nas bases ideológicas da economia capitalista, que trataremos aqui por via da *racionalidade econômica* (LEFF, 2004; 2009), a qual tem observado a atualidade do processo de *acumulação primitiva*³, entorno dos recursos naturais estratégicos onde a Amazônia está inserida. Outra pista poderia vir do fator de desigualdade estrutural no contexto das múltiplas e simultâneas *invisibilidades espaciais*, produzidas no contexto de vida das comunidades da Amazônia, frente ao acirramento das disputas por terra, água, madeira, minério, etc.; um debate que foi sugerido, inicialmente, por Cunha e Costa Silva

³ É o processo pelo qual passa as sociedades pré-capitalistas na transição para o capitalismo. Bernstein (2011) chama esse processo como: “As condições sociais de produção, exploração e acumulação capitalistas tiveram, a princípio, de se estabelecer pelos meios disponíveis nas sociedades pré-capitalistas. Em consequência, a acumulação primitiva costuma ser identificada como relações e dinâmicas “não de mercado” ou “coação extraeconômica”, como distinta da compulsão das forças econômicas derivada do mercado, característica do capitalismo desenvolvido” (BERNSTEIN, 2011, p. 34). Marx, ao analisar o processo de produção do capital e o papel que esta desempenha na Economia Política (a obra é também uma crítica não apenas da Economia Política, mas direcionada à Economia Política clássica da época) assinala que a assim chamada acumulação primitiva trata-se do processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. “Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (p. 340). As correntes marxistas atuais defendem que o conceito de acumulação primitiva não se trata apenas de uma ocorrência que por sua vez marcou o início do pré-capitalismo após o fim do sistema feudal. Tem sido um importante componente da sociedade contemporânea (LENCIONI, 2012). A grilagem e o roubo de terra e madeira, a mineração, a etnobiopirataria são exemplos de rapinagem que envolve a nova configuração da acumulação primitiva no entorno dos recursos naturais, estratégicos ou não.

(2019)⁴, e que agora tentaremos enriquece-lo, acrescentando novos elementos para contribuir com as abordagens sobre o processo de dominação do espaço e do tempo nos casos de disputas por recursos naturais estratégicos. Isso sugere que as comunidades camponesas e seus problemas locais e concretos, possivelmente, estão invisíveis no atual processo de acirramento da competição (política, econômica e social) global por recursos naturais estratégicos. As invisibilidades têm sua parcela de contribuição nas rupturas e, por consequência, geram um campo fértil de múltiplas possibilidades de criminalização dos grupos de sujeitos sociais.

Para termos uma noção básica das *invisibilidades espaciais*, o racismo ambiental, por exemplo, pautou-se, sobretudo, na falta de acesso à justiça ambiental às camadas da sociedade (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009) que possuem *cotas de poder* que os põe em desvantagem em relação a outros grupos que estão “acima da lei e dos grupos sociais menos protegidos”. O racismo ambiental se configura, por sua vez, quando algum grupo social, seja ele de classe (como é o caso das/dos sem-terra do MST), étnico e racial (como é o caso dos Quilombolas e Indígenas), desprovidos de suportes técnicos ou de uma figura jurídica, entre outros, frente aos embates por recursos naturais, são impactados de forma negativa, seja por transformações econômicas, por decisões políticas e jurídicas e por projetos federais, estaduais ou locais, ou por omissão/ausência de instituições e políticas públicas frente às ações das agromilícias e/ou grupos políticos e econômicos com interesses específicos e *cotas de poder* “inquestionáveis”. O racismo ambiental só se configura, portanto, por ser baseado na desumanização do outro e pela negação de seu ecologismo e seus problemas ambientais.

1.2 IMPERIALISMO ECOLÓGICO GLOBAL, METABOLISMO SOCIAL, FALÊNCIA DEMOCRÁTICA E O RISCO DE COLAPSO SISTÊMICO

De qualquer forma, nosso ponto de partida é aquele que, também, privilegia as ações empíricas que tratamos aqui, por via de um processo amplo de territorialização do pensamento/ação ambiental dos movimentos sociais/ecologistas, na *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios, frente às múltiplas e simultâneas *invisibilidades espaciais* produzidas no âmbito do acirramento das disputas por terra, território e natureza, posto em xeque nas questões que movem a crise ambiental, a exemplo do discurso neoliberal do “desenvolvimento sustentável” como alternativa contemporânea de um nexo de dominação/subordinação nos países ditos subdesenvolvidos, ricos em recursos naturais estratégicos.

⁴ Cunha e Costa Silva (2019), sugerem que nos estudos de impactos ambientais de Hidrelétricas na Amazônia há um processo em que as comunidades atingidas são *invisibilizadas*, deliberando a violência explícita contra os territórios das comunidades diversas afetadas pela consolidação dos projetos hidroenergéticos na Amazônia. O que pretendemos argumentar aqui é que as “*invisibilidades produzidas*”, são, por sua vez, múltiplas e simultâneas, e tem respaldo nas disputas difusas no entorno da natureza e dos territórios variados, indissociada prática política, social e jurídica do *racismo ambiental* às comunidades diversas na Amazônia; faz parte de um processo amplo de dominação do espaço e do tempo nas disputas por recursos naturais estratégicos.

O processo que chamamos de territorialização do pensamento/ação ambiental está na ecologia política dos movimentos sociais/ecologistas contemporâneos, que argumentamos estar amparada em cosmovisões de mundo e *racionalidades híbridas* ou alternativas (FLORIANI, 2013), além de uma série de conceitos e temas como território, sobriedade, alteridade, *outridade*⁵, *buen vivir*, biopoder camponês, soberania alimentar, reforma agrária popular, feminismo, ecofeminismo etc., que está a cargo de formar pautas locais e concretas e concretizar as ações de mérito empírico dos grupos de sujeitos sociais.

Esses movimentos se mostram alternativos à imposição do poder e da *lógica social do colapso*,⁶ na atual geopolítica do imperialismo ecológico global (CLARK; FOSTER, 2012), e sua *ruptura metabólica* correspondente. Este processo tem se mostrado no questionamento de uma dívida social e ecológica impagável. Esta dívida está assentada sobre as desigualdades sociais no ambiente e deve ser compreendida por um olhar holístico que privilegia as ações do ponto de vista do fenômeno social. É impagável porque, toda ação (necessária) dos grupos de sujeitos sociais é incapaz de reivindicar o preço que as camadas marginalizadas da sociedade têm pago pela degradação ambiental, pela pobreza e pela miséria extrema estruturada e ampliada. O preço da crise ambiental não é igual para todos.

Paralelo a isso, há outro contexto comum na prática do racismo ambiental que está no discurso e na prática política, jurídica e nas ações dos sujeitos sociais, no âmbito da competição por recursos naturais, sejam eles terra, madeira, minério ou água; há um processo explícito de negação da ecologia ou ecologismo do outro, ou dos grupos sociais que se relacionam com a natureza, a partir de racionalidades alternativas, modos de vida e cosmovisões de mundo específicos, seguidos, ou indissociáveis do ato de imputar o medo por meio do uso da *violência específica*⁷. Por um lado podemos dizer que este recurso político-ideológico-narrativo de legitimação da violência dos extremistas, portanto, está adicionado às correntes ecológica e política de reflexão teórica-política do ecofascismo (TAIBO, 2019) ou ecoterrorismo, que assume a função de refletir sobre a crise ambiental global que se encaminha para uma condição

⁵ Conceito fundamental da obra de Enrique Leff, extraído a partir da noção de alteridade, cunhada por Emmanuel Levinas. A ética da *outridade* vai ao desencontro com a negação do outro e nos convida a viver com a diferença. É um convite ao encontro com o outro. Dessa forma, a *outridade* pressupõe o direito a diferença: é o caminho em que se constrói a política da diferença, o diálogo de saberes, a racionalidade ambiental; os caminhos para a sustentabilidade da vida (LEFF, 2006).

⁶ Estratégia política de domínio de território que parte das oligarquias regionais e nacionais subordinadas voluntariamente ao imperialismo ecológico global. A “*lógica social do colapso*”, que tem sido uma das principais estratégias políticas da extrema direita global, se baseia na implantação do caos sobre os países ricos em recursos naturais estratégicos e, em seguida, garantir recurso político-ideológico-narrativo de legitimação de mecanismos antidemocráticos e violências nestes países e, posteriormente, abrir as portas para o roubo e a privatização daquilo que é público (que também é roubo). O que vem ocorrendo nos últimos anos nos países da América Latina, Caribe e Oriente Médio é típico da “*lógica social do colapso*”.

⁷ Aquela que é praticada com o objetivo claro de eliminar ou amedrontar pessoas específicas (como nos casos de garimpo ilegal, o roubo de madeira, o desmatamento e a grilagem nos territórios das comunidades diversas), como, por exemplo, lideranças indígenas e comunitárias ou ativistas do meio ambiente. O mesmo ocorre com lideranças sem-terra e extrativistas. O ecofascismo e o ecoterrorismo são exemplos de violência específica. São práticas indissociáveis, pois, a negação do outro ou de seu ecologismo (ecofascismo) está acompanhada do ato de imputar o medo ou eliminação do outro (ecoterrorismo), em contextos múltiplos e simultâneos.

de *colapso* sistêmico com o acirramento dos conflitos entorno da natureza e à medida que as sociedades vão se tornando cada vez mais complexas e os recursos naturais estratégicos, por outro lado, vão se tornando mais escassos. Nesta virada global da extrema direita, o ecofascismo tem se mostrado uma alternativa de resolução da crise ambiental. Isso se mostra em pautas como o uso instrumentalizado do direito para perseguição política, a pseudociência, a xenofobia, a misoginia, o neomalthusianismo e o darwinismo social, o negacionismo climático, a defesa da militarização da coletividade e, sobretudo, a implantação da *lógica social do colapso*. A extrema direita tem se apropriado cada vez mais do discurso ambiental para manipular a consciência, a irracionalidade, construir uma miopia da realidade e impor um projeto político com aspectos ecofascistas, e correntes metafísicas como o nacionalismo e o negacionismo são indissociáveis do ambientalismo de extrema direita. O ecofascismo, por ser um movimento sem teoria, transfigura as questões que movem a crise ambiental, bem como as alternativas de resolução. É por isso que o negacionismo climático tem ganhado espaço na esfera política.

A virada global da extrema direita mostra, também, o surgimento de uma governabilidade ambiental neoliberal autoritária amparada no discurso do “desenvolvimento sustentável” da América Latina à Europa, que através dos Estados Unidos, se apropriou de forma estratégica do ambientalismo para promover uma *antiecologia* camuflada na demonização do ser humano, na negação das comunidades e seu ecologismo; uma nova missão civilizatória de destruir os povos “atrasados” e seu ecologismo. Há em transição um abaixo às fronteiras da natureza, que, no Brasil, têm seu ponto de partida após o golpe parlamentar de 2016 e na prisão política de Lula da Silva, consolidando com a eleição oportunista de Jair Bolsonaro, em 2018, e se mostra no atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários. Na verdade, a própria lógica discursiva do capitalismo verde, que tem a natureza como mercadoria, já se encaixa perfeitamente em nossas considerações. Poderíamos até mesmo parar por aqui, entretanto, nossa percepção é de que o discurso verde, atualizado na atual governabilidade ambiental global está atrelado ao estabelecimento de questões de sobrevivência do grande capital que se vincula pelas lógicas imperiais à rapinagem das elites dos países subdesenvolvidos, que têm se organizado por uma densidade de prioridades estabelecidas por vias de transição arraigadas nas múltiplas formas de violência e negação do outro, na *lógica social do colapso* e na destruição do diálogo e dos mecanismos democráticos. Não obstante, implantar o conflito para gerar uma confusão generalizada tem sido um meio de transitar a rapinagem capitalista entorno da natureza, nos países subdesenvolvidos. Isso explica o uso de bases militares nos países ricos em recursos naturais estratégicos e o uso da *lógica social do colapso* como recurso político-ideológico-narrativo de legitimação dos mecanismos antidemocráticos baseados na subversão e formação da figura do inimigo em comum, na perseguição política contra lideranças populares desses países, etc. O assassinato estratégico do

major-general Iraniano Qasem Soleimani, em ataque norte-americano, acusado de terrorismo, e a autoproclamação de Juan Guaidó, que aliado ao apoio da Colômbia e dos EUA vem tentando um golpe de Estado na Venezuela mostra as estratégias do imperialismo ecológico global e sua principal agenda de implantação do caos e destruição de democracias baseadas (não somente) no rompimento com o pacto societário conquistado no voto popular. Isso também ficou evidente com o golpe parlamentar de 2016, seguido do uso instrumentalizado do direito para fins de perseguição específica, baseado na tática do *Lawfare*⁸. O golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e a posterior prisão estratégica de Lula da Silva marca uma *ruptura* com um pacto estabelecido entre oligarquias (empreiteiras) nos governos militares, continuado nas posteriores democracias (burguesas) – incluindo os governos em perspectiva progressista – que não tiveram por opção o pacto societário. A propaganda “*Agro é Tech, Agro é Pop Agro é Tudo*”, que traz um *marketing* agressivo, baseado em uma miopia da realidade, marca a consolidação das oligarquias ruralistas (agronegócio), que devem compor uma parcela das bases legais e ideológicas de formas de dominação na nova configuração geopolítica do poder. Neste contexto de implantação da *lógica social do colapso*, seria de supor que as chamadas guerras jurídicas (*lawfare*) tendessem a ser uma das estratégias dos grupos de extrema direita, no atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários, para aumentar suas *cotas de poder* nas arenas de embates. Não é exagero supor, por exemplo, que a perseguição/criminalização de lideranças comunitárias, ativistas ambientais, com base na instrumentalização do direito para fins de perseguição política, seja utilizada como um *quantum* a mais nos casos de disputas por terras, territórios e natureza, sobretudo, na Amazônia.

Em trabalho anterior demonstramos que:

A virada global da extrema direita sobre os países ricos em recursos naturais estratégicos transita em um projeto político com aspectos ecofascistas, como alternativa de enfrentamento à crise ambiental e que, em contraponto, os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm construído outras respostas pela transição ecossocial (MATOS, 2021, p. 816).

Como se vê, os movimentos pela transição ecossocial não têm sido os únicos meios alternativos à crise ambiental. Se por um lado foi verificado o *ecologismo dos pobres* (MARTÍNEZ-ALIER, 2018), por outro lado, a virada global da extrema direita transita seu

⁸Lawfare, significa, literalmente, guerra jurídica. Na prática trata-se do uso instrumentalizado e manipulado do sistema jurídico para perseguir adversários políticos específicos. Uma das mazelas do Lawfare é que, mesmo quando o adversário não é retirado do caminho, a perseguição o cansa, amedronta-o ou até mesmo, na maioria dos casos, marginaliza e criminaliza sua imagem política perante a sociedade, mesmo que comprove sua inocência. Na América Latina o caso de Lula da Silva é o mais grave exemplo de Lawfare. Até mesmo o Papa Francisco sinalizou um alerta ao mundo quanto a criminalização de lideranças políticas na América Latina.

⁹A propaganda que visa homogeneizar o conceito de agricultura e atribuir de forma absoluta o sucesso da diversidade de agriculturas de pluriatividades praticadas por comunidades diversas ao modelo desenvolvimentista chamado de agronegócio, por coincidência passou a ser veiculada em horário nobre na rede Globo após o golpe parlamentar de 2016 protagonizado com a participação da bancada ruralista no senado federal. Para além de capturar o mérito da agricultura camponesa, a propaganda faz um choque com a propaganda ABC da Amazônia – Maromba – também veiculada na mesma emissora – e tem por objetivo mostrar ao cidadão urbano, através de uma miopia da realidade amazônica, uma ideia de atraso, mostrando a criação de gado em troncos de madeira, porcos e galinhas dentro de casa, sugerindo um modelo de agricultura baseado no fracasso e que não produz “a riqueza do campo”, assim destacada na propaganda “*Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo*”.

ecologismo totalitário transfigurado, baseado em formas distintas de violência, de uma nova missão civilizatória de destruir os povos “atrasados”, seu ecologismo, seus territórios e seus ecossistemas naturais, e as oligarquias nacionais, subordinadas voluntariamente à geopolítica imperialista global da natureza, estão a frente das políticas e discursos que incentivam e legitimam o etnocídio e o genocídio contra os povos e comunidades, considerados hostis perante os “civilizados”; e tentarão, a qualquer custo, imputar um desenvolvimento por vias de transição autoritárias, e no discurso ecológico. Por isso, refletimos sobre o surgimento desta corrente ideológica e política no campo de reflexão teórico-político do chamado ecofascismo (TAIBO, 2019) e o respaldo deste pseudoargumento político e científico.

Desde já, adiantamos uma ressalva importante sobre a virada global da extrema direita anunciada no campo de estudo da ecologia política: não acreditamos em uma “onda neoconservadora”, como os movimentos fascistas são rotulados com frequência, apesar do processo de fortalecimento de movimentos reacionários. A nosso ver, essa interpretação distancia a possibilidade de uma reflexão do momento político histórico que estamos. Nosso entendimento está mais próximo à teoria adorniana do “*novo radicalismo de direita*”, em que, os pressupostos dos movimentos fascistas, em seu significado político e social, ainda perduram na sociedade contemporânea, “mesmo se não perduram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). Sem rodeio, entendemos que o Bolsonarismo – que é um movimento mais amplo que o próprio Bolsonaro – é um modelo contemporâneo de fascismo porque está subordinado voluntariamente ao imperialismo, mobiliza a irracionalidade através de uma projeção (técnica) racional e oportunista, é um movimento sem teoria que transfigura a realidade, faz culto à morte, anuncia uma pureza moral que é falsa e tem implantado a *lógica social do colapso*.

A expressão “virada global da extrema direita” reflete, primeiramente, sobre como a “nova-direita” – para resolver questões internas do próprio capital global –, através de mecanismos antidemocráticos e projeções (técnicas) racionais e oportunistas, tem se posicionado melhor na disputa política em relação às chamadas esquerdas políticas, sobretudo nos países da América Latina. Na ecologia política se tem analisado o papel da extrema direita como um movimento que tem se apropriado do discurso (neoliberal) ambientalista para impor hegemonias, e como os movimentos de resistência local e concreta têm se posicionado frente às ofensivas neoliberais autoritárias. Nesta mesma localização teórico-político, se tem analisado as políticas antiecológicas e contrarreformistas, o negacionismo climático, as disputas por recursos normatizados e a invasão de terras públicas e dos territórios comunitários.

Nos países latino-americanos, a chamada virada global da extrema direita é uma agenda política que se consolida, também, a partir das contradições do liberalismo progressista clássico, da representação política que governou, na América Latina, nos últimos anos, as chamadas esquerdas políticas, na qual também não acreditamos. Isso ficou evidente com o golpe de 2016,

que esteve mais para uma ruptura política com um pacto estabelecido entre oligarquias, para qual, parte dos “liberais em perspectiva progressista”, estava submetida. Não é novidade para ninguém que os progressistas tiveram seu namoro chagado ao término, após a falta de respostas concretas no processo de reorganização produtivista-tecnicista-desenvolvimentista que se funda nas contrarreformas, na privatização daquilo que é público, no sucateamento das instituições, no abaixo às fronteiras da natureza, etc.

Para refletir sobre a ecologia política da extrema direita temos utilizado a categoria ecofascismo, que soa como uma tendência política dos grupos de extrema direita, como resposta aos problemas que movem a crise ambiental e são ampliados à medida que as sociedades vão se tornando cada vez mais complexas. O ecofascismo é um recurso político-ideológico-narrativo de legitimação e pode ser um mecanismo regulador/organizador do *colapso* que se encaminha às democracias dos países da América Latina e Caribe frente ao acirramento da competição (política, econômica e social) entorno da natureza, entre os quais, o Brasil não está de fora. A virada global da extrema direita é, também, uma agenda de rapinagem capitalista construída para ampliar a degradação ambiental, construir uma miopia da realidade e, sobretudo, garantir o conforto das classes dominantes em pleno ápice da crise ambiental.

Há outro contexto amplo e interativo da espoliação capitalista da natureza que vem do ecomarxismo e tem respaldo na *teoria marxista da ruptura metabólica* elaborada pelo sociólogo John Bellamy Foster, que é ampliada na época do Antropoceno, como bem argumenta Porto-Gonçalves, (2016). Contra isso, temos anunciado uma antigeopolítica contrahegemônica e um processo de territorialização de uma *racionalidade ambiental* (LEFF, 2015), de reapropriação/reinvidicação social da/na natureza e dos/nos territórios, que tem ocorrido por meio de um diálogo horizontal amparado em *racionalidades híbridas* ou alternativas (FLORIANI, 2013), também expressas em cosmovisões de um catolicismo popular, saberes populares e em um ecologismo baseado em uma ética *biocêntrica* e *ecocêntrica* de natureza, reorientando as estratégias de poder e resistência dos movimentos sociais/ecologistas; que se mostram contra o processo contemporâneo de *acumulação primitiva* da natureza e sua nova missão civilizatória de imputar o abaixo às fronteiras da natureza e destruir os subversivos (trataremos essa questão no capítulo 2).

Neste campo amplo de afirmações, posições e caminhos, embora o que parece é que cada comunidade atingida (invisibilizada) de determinados espaços geográficos, no processo de acirramento das disputas por recursos naturais, tem se organizado com alternativas distintas de outras populações, com modos de vida e cosmopolitismos “diferentes”; argumentamos, de modo geral, o estabelecimento do mesmo ponto de partida que está na virada global da extrema direita. Não é exagero dizer que a “nova-direita” reclama um projeto civilizatório que carrega consigo o desejo explícito de um “autoritarismo demográfico” baseado na redução da “Terra superpovoada”, transitado por mecanismos autoritários implantados por meio de políticas de

Estado, em virtude de “resolver” os problemas da crise ambiental (TAIBO, 2019). Nossa base de entendimento da crise ambiental e do risco de *colapso* sistêmico, portanto, segue a perspectiva de Taibo (2019), que parte da concepção de que as sociedades têm se tornado ainda mais complexas e, para resolver seus problemas, têm procurado por recursos naturais cada vez mais escassos e/ou “protegidos”. Taibo (2019), por sua vez, faz uma análise preciosa no ceio do pensamento orgânico do projeto político ecofascista, baseada em uma ditadura ecológica que “acarretaria a glorificação do controle social, da manipulação, da coisificação do ser humano e da liberdade, tudo isso em nome da resolução dos problemas ambientais” (TAIBO, 2019, p.15). Entretanto, nossa reflexão não se estende puramente à análise do movimento/projeto ecofascista e nas relações sociais e humanas despidas de hierarquias do estilo Anarquista de Carlos Taibo; tem alcance mais preciso no recurso político-ideológico-narrativo de legitimação e na prática política e institucionais hegemônicas. Com efeito, a transição ecossocietária, como resposta necessária (não única) a este processo, que está marcado em virtude de um processo de territorialização do pensamento/ação ambiental, tem se destacado em um tom de reivindicação de uma dívida ecológica e social impagável, por meio do processo de territorialização da racionalidade ambiental pautado na reapropriação/reinvidicação social da natureza e dos territórios. Este processo, por via de tradição das matrizes de pensamento popular dos países latino-americanos, por mais distintas que sejam as formas de organicidade e resistência das comunidades diversas, é facilitado quando existe um contramodelo.

Outro ponto de interpretação que aceitamos, e que corrobora com a *teoria marxista da ruptura metabólica*, está no metabolismo animal. Sabemos que o comportamento das espécies atua em um processo de mudança comportamental frente às alterações ambientais e respostas ecossistêmicas. O comportamento das espécies no ambiente, entre elas a humana, é a relação (ligação) entre organismos e o ambiente, entre o metabolismo e o ecossistema, e é, sem dúvida, um componente importante na vida animal, exercendo papel fundamental nas adaptações das funções biológicas na interação com o ambiente. A chamada problemática ambiental tem sido frequentemente relacionada às relações/interações comportamentais da espécie humana nos ecossistemas. Com efeito, um número crescente de pesquisas tem relacionado os estudos de comportamento animal como base teórica para explicar fenômenos ambientais relacionados às relações/interações humana nos ecossistemas, além disso, “o estudo comportamental de humanos seria muito reduzido, hoje, sem a influência da pesquisa do comportamento animal” (SNOWDON, 1999, p. 367). Na verdade, o próprio trabalho de Charles Darwin, acerca da seleção natural das espécies, tem influência nas diversas áreas das ciências humanas que estudam as relações/interações comportamentais dos seres humanos no ambiente. Morán (1990), ao trazer a “*ecologia humana das populações da Amazônia*”, considera aspectos comportamentais de adaptabilidade humana diante das condições ambientais dos ecossistemas habitados por comunidades diversas, e como se adaptam frente às variações de localidade,

clima, relevo, vegetação, fertilidade e problemas do solo, disponibilidade de frutos, caça e pesca; avanço da agricultura capitalista, entre outros fatores. As diferentes alterações ecossistêmicas sugerem uma mudança no comportamento e nas formas de adaptação humana, e, com frequência, nos usos múltiplos da terra.

Na geografia das espacialidades humanas, Santos (2009) traz o processo de *exossomatismo* nas relações de adaptabilidade humana no ambiente ou nos ecossistemas. Para o autor, o conceito pode ser entendido como a raiz do poder. Sendo assim, o processo de *exossomatismo* fica estabelecido como:

Uma forma de adaptação *inconsciente/consciente* do ser humano às condições ambientais. Adaptação (do latim *adaptacione*), biologicamente falando, é o processo pelo qual os indivíduos (ou espécies) passam a desenvolver para viver em determinado ambiente. Isto implica em uma adaptação evolutiva face às mutações e recombinações genéticas. Isto é, estabelece-se um quadro de seleção natural. No caso individual, pode ser considerada como uma *adaptação somática* porquanto resulta de uma modificação não hereditária, em resposta a algum fator do meio. Essa adaptação somática, no entanto, pode ser estendida à espécie. Ela transcende o indivíduo por ser viabilizada através de *próteses* (SANTOS, 2009, p. 63).

Longe de ser uma simples explicação biológica das formas de adaptabilidade humana frente às condições ambientais, essa definição nos remete ao estabelecimento de hierarquias, relações de poder e lutas de classe. É por isso que o peso da crise ambiental não pode ser distribuído de forma igual para todos. O empasse ecológico que hoje se estabelece no enfrentamento da crise ambiental só pode ter validade se levar em consideração as hierarquias e os procedimentos/comportamentos dos sujeitos sociais, grupos políticos e econômicos e instituições, e sua parcela de contribuição no agravamento ou no enfrentamento da crise e do risco de *colapso*, agora mais que evidente, e o preço desta crise ambiental não pode ser uma soma de valores distribuídos de forma igual para todos, como se todos tivessem a mesma parcela de contribuição na degradação ambiental, como bem argumentou Porto-Gonçalves (2018). A luta de classe, possivelmente, estará voltada cada vez mais para a cobrança de uma dívida ecológica e social, que é impagável.

1.3 A ECOLOGIA POLÍTICA COMO CAMPO DE ESTUDO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA APROXIMAÇÃO

Nossa abordagem está ancorada no amplo debate, no âmbito da crise ambiental, cuja categoria de conflitos socioambientais é, entre outras questões e paradigmas emergentes, o efeito das contradições do discurso neoliberal do “desenvolvimento sustentável” como alternativa de colonização/exploração contemporânea nos países subdesenvolvidos. Os conflitos socioambientais têm se configurado como contradição do “desenvolvimento sustentável” adotado nas últimas décadas, e tem demonstrado a insustentabilidade de uma forma de desenvolvimento que é desigual e autoritário por estar baseado na geopolítica da desigualdade e na ampliação da espoliação capitalista sobre a natureza, destacando a falta de mediação/arbitragem dos empasses, que é o principal mecanismo de resolução dos conflitos

socioambientais (SILVA; SATO, 2012) e de acesso à justiça ambiental pelos grupos sociais com *cotas de poder* em desvantagem.

Os conflitos em torno da natureza e dos territórios comunitários têm sido uma das modalidades de disputa mais evidentes no século XXI (BRITO, *et al.*, 2011), e deve representar o cerne da crise ambiental e o risco de *colapso* sistêmico nos países da América Latina e Caribe. Esses conflitos são comuns, geralmente, entre sujeitos sociais, pelo uso e gestão do ambiente; o Estado, no sentido de flexibilização das regras, e grupos hegemônicos, que procuram justificar os impactos ambientais pelo valor econômico, além dos sujeitos/grupos sociais despidos de movimentos sociais, que em suas espacialidades humanas estão transvestidos de *racionalidade econômica* em seus comportamentos humanos/sociais.

Os conflitos socioambientais, por conseguinte, são produzidos pelas diferentes visões de mundo existentes no espaço social, concepções ancoradas em representações e simbolizações diferenciadas sobre sociedade e natureza, construídas e partilhadas pelos homens em questão (VIÉGAS, 2009, p. 153).

O ápice das diversas formas de embates pelo uso, gestão e/ou domínio envolvendo os recursos naturais demonstra, primeiramente, que o Estado não tem sido efetivo no papel institucional de mediar/arbitrar sobre estes conflitos (FONSECA, *et al.*, 2012), sobretudo quando envolve latifundiários, mercenários ou grupos políticos e econômicos ligados ao mundo agro.

O que também se expressa no entendimento dos conflitos socioambientais é uma luta desigual de onde surge o termo “desenvolvimento sustentável” como discurso capitalista que sempre privilegiou interesses privados, aliados, sobretudo, a um processo de consolidação e manutenção dos interesses do capital agrário e verde, apoiado, não poucas vezes, pelo Estado, impondo ao ambiente, consideráveis impactos de ordem ecológica, social, econômica e cultural (MENDES, 2005; MIRANDA, 2013), como é o caso das hidrelétricas, das mineradoras, dos desertos verdes de eucalipto das multinacionais de papel e celulose e do ecoterrorismo nos territórios das comunidades diversas, nos casos do uso dos agrotóxicos ou na *violência específica* à lideranças comunitárias e ativistas ambientais.

Na visão de Pacheco *et al.*, (1992), os conflitos socioambientais têm origem a partir de três componentes determinantes: ação – por agentes envolvidos; determinação – dos processos estruturantes; seguidos de mediação – políticas e culturais. Neste sentido, tanto as dimensões de conflitos de interesses difusos, quanto os aspectos culturais e simbólicos devem estar sob mediação em esfera pública, simultaneamente, na arena de negociação entre grupos hegemônicos e sujeitos sociais envolvidos. Esta abordagem simultânea das dimensões culturais e políticas implica em uma sociologia dos conflitos socioambientais (ALONSO; COSTA, 2000), à medida que se estruturam no entorno de interesses, percepções, valores e modos de vida variados, geralmente divergentes.

Para Vargas (2007), os conflitos no entorno dos bens da natureza tendem a ser cada vez mais acentuados em países da América-Latina e Caribe. Isso decorre/decorrerá pela falta de implementação de políticas públicas como alternativa de gestão disponível para regulação do uso e acesso aos recursos naturais, e pelas dinâmicas econômicas e sociais sobre o meio ambiente que, devido ao mito que o “desenvolvimento sustentável” representou nas últimas décadas, necessariamente, desenvolvem diferentes formas de conflitividades latentes em diversas regiões do planeta. A autora ressalta assim que “é comum que o Estado se encontre sem recursos técnicos, administrativos e/ou financeiros para administrar conflitos entorno dos recursos naturais, nos quais existem, por exemplo, grandes assimetrias de poder” (2007, p. 198).

De acordo com Viégas (2009), essas relações de forças, ou *cotas de poder*, como temos chamado, entre os envolvidos direta ou indiretamente em embates pelo uso dos recursos naturais, se estabelecem a partir de volumes diferenciados de recursos na arena de embates que lhes facultam no que pensamos ser um *quantum* específico de possibilidades de ganho nos conflitos que se verificam no campo: uma cota de poder dentre o feixe de *cotas de poder* dos envolvidos.

Os conflitos socioambientais possuem características e causas variadas, os embates entre as partes pressupõem, obviamente, mediar/arbitrar como alternativa de resolução. Todas as formas de conflitos socioambientais são possíveis de ser solucionáveis, frente a uma série de metodologias e estratégias para o manejo dos interesses difusos (VARGAS, 2007), não havendo uma só resposta para a análise, interpretação e resolução dos embates, o que permite o estabelecimento de diferentes ordens de análises nas relações empíricas de resolução e nas múltiplas formas de enfoques teóricos metodológicos (MADEIRA e OLIVEIRA, 2013), o que ressalta a importância e a necessidade da perspectiva teórica deste estudo, tanto para a produção científica brasileira na temática dos conflitos socioambientais, quanto nos estudos prontamente comunicáveis aos decisores de políticas públicas para resolução de impasses dessa natureza.

Na América Latina, a ecologia política tem sido amplamente adotada no entendimento dos conflitos socioambientais. Este processo tem ocorrido pelo estabelecimento de um novo léxico teórico-político/social-ambiental que se funda contra a racionalidade eurocêntrica, que tem na geopolítica neoliberal do discurso de “desenvolvimento sustentável”. É por isso que a ecologia política na América Latina se configura no processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios (PORTO-GONÇALVES, 2012).

A perspectiva da ecologia política adotada aqui é aquela que privilegia tanto o ponto de vista da disciplina, quanto às ações de mérito empírico dos movimentos sociais/ecologistas. Miranda (2012) ressalta que as abordagens dos conflitos socioambientais se desdobram em dois principais campos disciplinares, são eles a ecologia política normativa, que defende a preservação do ambiente e a justiça ambiental; e a ecologia política analítica, que se orienta no esforço teórico-metodológico para analisar os conflitos e as mudanças das relações sociais com

o ambiente no contexto da competição (política, econômica e social) por recursos naturais estratégicos. O campo normativo é o que temos chamado de matriz de pensamento/ação ambiental, que reúne intelectuais, militância e lideranças, agentes de políticas públicas, ecologistas, movimentos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos entre outros, cujas principais preocupações, alegações e formas de embates estão direcionadas, sobretudo, em torno dos modos de vida, das culturas e das identidades locais, dos usos locais dos recursos naturais etc., e isso está baseado, quase sempre, em racionalidades alternativas, cosmovisões de mundo, entre outros, que por sua vez, articula diferentes formas de resistência que se mostram contrárias às forças externas. De acordo com Miranda (2012), a ecologia política normativa, que nada mais é do que o pensamento/ação ambiental e a racionalidade dos movimentos sociais/ecologistas e as ações de mérito empírico em diferentes formas de resistência a ação contra-hegemônicas, apesar de abordar diferentes aspectos, é pautada, sobretudo, pelas tentativas de difusão da ideia de preservação da natureza para garantia de recursos naturais às futuras gerações. Para Escobar (2005), essa ideia deve ser pautada na articulação desta ecologia política normativa pelos movimentos sociais/ecologistas, na defesa da identidade local, do lugar e da região.

Embora a ecologia política normativa tenha assumido importância nas ações de mérito empírico dos sujeitos sociais antigeopolíticos da América Latina, há outra contribuição da ecologia política analítica, que surge a partir de outras perspectivas necessárias de contraponto aos estudos da ecologia, que até então, não levam em consideração o fenômeno¹⁰, a qual Vayda (1983), ao propor uma ruptura nos estudos em ecologia política clássica, chama de “estudos neofuncionais,” caracterizando-os como um campo imaginário do romanticismo verde, que se expressa nas teorias dos sistemas auto-reguladores e auto-organizáveis, seguidas das supostas instabilidade e manutenção dos ecossistemas, à medida que não há preocupação com o debate teórico dos eventos pautados em explicar as razões das mudanças sociais e ecológicas, e sim, em uma prática que privilegia os eventos políticos econômicos, em vez de explicar sua importância no contexto das mudanças sociais e ecológicas. O que Vayda (1983) faz, nada mais é do que alertar para a elaboração de estudos da ecologia política que, na prática, dialogue

¹⁰A expressão “fenômeno”, aqui utilizada, não se refere, de modo algum, à perspectiva do método fenomenológico. Trata-se de uma esfera ampla de causas, interações e efeitos, que envolve aspectos materiais e simbólicos, capitalistas e não capitalistas: como cultura, modos de vida, comportamentos, racionalidades, ideologias, metabolismo social, por exemplo. Outro recurso importante para sanar esta dúvida está no próprio pensamento crítico. O materialismo se faz de um lado B, porque remonta ao próprio estudo sistemático da “fenomenologia do espírito de Hegel”, e nem por isso é fenomenológico. Outra questão é que os rótulos e acusações de determinismos quanto a questões sociais, materiais e simbólicas é fruto do positivismo daqueles que querem enterrar o pensamento crítico, sobretudo, as correntes marxistas. Sem rodeio, entendemos que o materialismo leva em consideração o caráter material e simbólico de reprodução da vida, e as relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura. Assim, toda acusação de supostos determinismos como “reducionista”, “determinista”, “economicista”, etc., e supostas incompatibilidades entre campos como economia e cultura, marxismo e antropologia, ciências sociais e ciências naturais, é falsa. Outra questão importante, é que discutimos o conceito de metabolismo social resgatado por John Bellamy Foster ao elaborar a “teoria marxista da ruptura metabólica”, que sugere rupturas de nível sociocognitivo. Andrew P. Vayda, em sua “contextualização progressiva”, que tem origem na dialética, também defende a perspectiva do fenômeno na análise de interações humanas com a natureza e supostas instabilidade de ecossistemas ou unidades.

com os agentes de políticas públicas sobre as questões encontradas aqui, levando em consideração a perspectiva do fenômeno.

Vayda e Walters (1999), em outra ocasião, sugerem ainda uma ecologia política como alternativa a ecologia sem política; esta última que é fundamentada com base nas pretensões dos estudos de controles ou competições políticas sobre o uso dos recursos naturais, de ecologistas políticos da década de 1960. Para os autores há uma necessidade de explicar as causas e os efeitos, e como os recursos naturais são afetados com o controle e competições políticas, ou seja, o foco da pesquisa passa a ser o que os autores chamam de ocorrência de eventos ambientais. Nessa premissa básica, questões que envolvam a instabilidade de ecossistemas ou unidades, assim como os conflitos socioambientais, o fracionamento de florestas, “invasões” e ocupações, devem ser tratadas pelo viés de uma abordagem que não só explique, mas que privilegie essas ocorrências na perspectiva do fenômeno e do método. As ocupações ou invasões em unidades de conservação, o fracionamento de áreas e os conflitos, por exemplo, são fenômenos que só podem ser tratados com a devida precisão a partir de uma abordagem que possibilite o reconhecimento de frações e variáveis (diferenças de classe, de modos de vida) sociais e culturais, ou pelo menos, que seja o mais adequado para essas abordagens.

Dentre algumas, de uma série de contribuições no campo da ecologia política, pode-se destacar os trabalhos desenvolvidos por Martínez-Alier (2007), Porto-Gonçalves e Martínez-Alier (2007) e Munis (2009). Para os autores, a ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas criadas por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientalistas que se ocupam com o estudo dos conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente, os conflitos socioambientais.

Outra contribuição valiosa vem sendo desenvolvida por Enrique Leff, que traz o papel e o avanço da ecologia política na América Latina e sua função de renovar os sentidos da sustentabilidade, territorializando uma nova *racionalidade ambiental*, que, em um processo de ruptura, desdobrará seu caráter emancipador a partir da desconstrução da enraizada ecologia sem política que terá função de abrir novos caminhos para reconstrução da vida no planeta (LEFF, 2015). A ecologia política tem desenvolvido um papel de ruptura similar ao que fez os marxistas ao formarem a esquerda hegeliana. A ecologia política, como suporte teórico e metodológico no debate acerca de temas como conflitos socioambientais, justiça e racismo ambiental tem sido amplamente incorporada em estudos interdisciplinares que regem sobre os conflitos ecológicos distributivos no Brasil e na América Latina (PORTO-GONÇALVES, 2008; 2012; 2015; 2016; 2018; LEFF, 2003; 2006; 2009; 2015; MARTINEZ-ALIER, 2011; 2018).

Sem pretensão de mudar a prática científica, nossa proposta tem adotado uma postura próxima do diálogo horizontal de conhecimentos. Esta postura ocorre porque os próprios

movimentos sociais da América Latina – a Via Campesina, por exemplo, – em suas ações de mérito empírico, exerce o diálogo horizontal, embora nossa pegada seja amparada nas abordagens inter-multi-tras-disciplinaridade.

Em Charaudeau (2010), a interdisciplinaridade consiste em estabelecer verdadeiras conexões entre conceitos, instrumentos de análise e modos de interpretação de várias disciplinas. Para o autor, a interdisciplinaridade não é fácil de ser atingida, uma vez que essas conexões multi-transdisciplinares necessitem de profunda interação. Dessa forma, a interdisciplinaridade pode se instaurar em vários momentos da pesquisa, podendo ser destacada em três momentos da prática acadêmica:

A) No nível das noções, quando analistas do discurso, sociólogos e psicossociólogos são confrontados com a questão das identidades sociais e discursivas dos atores da troca.

B) No plano metodológico, quando os resultados das pesquisas de campo constituem um novo corpus, que pode ser analisado em colaboração entre sociólogos e analistas do discurso, ou quando psicossociólogos se valem dos resultados das análises discursivas (efeitos possíveis) para medir a compreensão (efeitos produzidos) junto a diversos públicos por meio de métodos experimentais.

C) No nível de outras disciplinas, tenta-se interpretar esses diversos resultados, do ponto de vista de uma perspectiva histórica, ou do ponto de vista moral, valendo-se de uma filosofia da ética (CHARAUDEAU, 2010, p. 28).

A autora defende ainda que a prática interdisciplinar implica a necessidade de incorporar a abordagem dialógica (intertextual ou interdiscursiva) para interpretar os resultados de certas análises de discurso e traz exemplos de articulação no entorno de noções, instrumentos e recursos à apropriação de outras disciplinas denominadas de “interdisciplinaridade focalizada”.

Compreende-se a interdisciplinaridade como uma estratégia de pesquisa que busca a junção de disciplinas diversas para tratar de assuntos comuns, que sejam capazes de reintegrar o conhecimento para entender uma realidade complexa (LEFF, 2000). A junção de disciplinas diversas e o diálogo entre os saberes diversos é o que caracteriza a prática da interdisciplinaridade. Para Leff (2000), a prática da interdisciplinaridade implica em um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transbordam e transcendem o campo da pesquisa. Essa premissa envolve a colaboração tanto do saber oriundo da prática acadêmica, quanto das práticas não científicas: o diálogo de saberes. A ecologia política, por sua vez, como área interdisciplinar, tem se desenvolvido a partir da apropriação de epistemologias de diversas ciências, entre elas, a ação e o pensamento popular.

Ciências como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia e a Geografia são importantes campos de estudo que contribuí para a ecologia política. Apesar da Sociologia e a Antropologia tratarem sobre tema em grande parte dos estudos, no Brasil, a Geografia tem se destacado cada vez mais na análise dos conflitos socioambientais pela ótica da ecologia política como disciplina, e tem ganhado espaço cada vez mais através de importantes autores atuantes na geografia ambiental (Carlos Walter Porto-Gonçalves; Valter do Carmo Cruz; Klemens Laschefsk). Apesar de, no âmbito da Geografia, ainda ser desenvolvida de maneira tímida (a nosso ver), sobretudo nas Geografias amazônicas, a ecologia política tem

sido destaque em importantes grupos de pesquisas e programas de pós-graduação na área da Geografia¹¹.

Nossa perspectiva está nas múltiplas ramificações do paradigma ecológico expresso em seu duplo e simultâneo desenvolvimento que se junta à perspectiva dos movimentos sociais ecologistas e às disciplinas científicas da academia. Little (2006) traz a importância que se propõe a ecologia na prática da multi-pluri-trans-inter-disciplinaridade no processo de descarte das práticas científicas convencionais hegemônicas, rompendo as cercas que divide a natureza e a cultura; entre o mundo biofísico e o mundo social. Em busca de um enfoque capaz de dar respostas à complexidade dos conflitos socioambientais o autor ressalta que:

Essas múltiplas ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representam respostas da ciência ecológica para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades confrontam hoje (LITTLE, 2006, p. 87).

Nesse quadro maior, a antropologia ajuda na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais – os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos chamados “conflitos socioambientais” se tornou um elemento central da ecologia política. A análise desses conflitos não fica restrita ao comportamento dos estoques dos recursos naturais e tenta responder a perguntas como: quem usa os recursos? quando? por quais razões? a que preço? com quais impactos? (LITTLE, p. 88).

O Antropólogo Paul Elliot Little é um importante contribuinte da ecologia política como campo de estudo dos conflitos socioambientais. Em sua “*etnografia dos conflitos socioambientais*”, Little (2006) defende a importância dos múltiplos campos disciplinares e abordagens, e identifica pelo menos três importantes categorias de conflitos a serem observadas nas abordagens da ecologia política, as quais são conceituadas da seguinte forma:

(1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc.; e (3) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Essa tipologia serve, em parte, de tratar o foco central do conflito para melhor entendê-lo e resolvê-lo (LITTLE, 2006, p. 04).

Temos adotado para análise do nosso recorte empírico, a terceira categoria apontada por Paul Little, na “*etnografia dos conflitos socioambientais*”. Esta perspectiva coincide com o que temos proposto quando argumentamos uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas pelo choque de forças exógenas com coerências territoriais

¹¹ Há casos honrosos, a exemplo do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais que desenvolve a Ecologia Política desde 2001; do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA, de caráter interdisciplinar, que reúne estudos da área de Antropologia, Sociologia e Geografia; do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPG da Universidade Federal Fluminense – UFF que também acumula importantes pesquisadores que desenvolvem estudos sobre a ecologia política.

endógenas, à medida que tal encontro é, também, um choque de visões de mundo, valores, ideologias e, sobretudo, de racionalidades antagônicas (racionalidade econômica e racionalidades alternativas ou híbridas); um choque de valoração.

1.4 PROBLEMAS E OBJETIVOS

O fenômeno que identificamos através de uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas, seguidas de um processo de reapropriação social do território, tem se apresentado ao olhar comum, tanto como um meio de pressionar o Estado para a criação de novos assentamentos, quanto para o despertar da tão sonhada e adormecida reforma agrária no Brasil, já que, por meios convencionais, esses processos ocorrem (ou não) lentamente, ainda mais pela dificuldade histórica que tem o Estado em contrariar grandes latifundiários. Outros preferem os estigmas como “invasores de reserva ambiental” ou “invasores de área da União”. É nesse sentido que nossa intervenção procura superar o estigma, o preconceito e, sobretudo, a dicotomia, e explicar, de maneira crítica, analítica e sistemática, os eventos ambientais na RLB do PA Margarida Alves, na perspectiva do fenômeno.

O objetivo central da pesquisa é explicar o complexo conflito socioambiental, analisando relações/interações entre sujeitos sociais, grupos econômicos, mercenários e instituições envolvendo a RLB do PA Margarida Alves.

Neste contexto, estabelecemos, para efeito de análise desta interação, a perspectiva do evento/fenômeno representados por conflitos socioambientais, desvios de finalidades ecológicas, *ruptura com práticas conservacionistas* e um processo de reapropriação social do território.

Para melhor ilustrar nossa proposta, demonstraremos que, dentro de um complexo de causas interativas e efeitos, houve uma *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionadas pelo choque de forças exógenas e coerências territoriais endógenas. Argumentamos que a atuação histórica de forças externas tem como resultado a formação do conflito socioambiental e a desistência de antigas práticas de conservação da RLB por parte do grupo de sujeitos sociais que vêm empenhando um processo de reapropriação social do território como alternativa de resistência contra o atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários.

Nossa pesquisa argumenta que a *ruptura com práticas conservacionistas* está enraizada em um processo histórico de antagonia entre cosmovisões, modos de vida ideologias etc., ensejando um choque que envolve coerências territoriais endógenas coesões endógenas e imposição das lógicas exógenas (racionalidade econômica) dos grupos hegemônicos (agromilícia, madeireiras, grupos políticos), indissociável a uma possível falha na rede multiconectada de agentes envolvidos, que envolve, também, a racionalidade das instituições; um choque entre o *ecologismo dos pobres* e a racionalidade econômica dos grupos hegemônicos. Isso se verifica tanto nas aspirações de cada agente/sujeito sobre o que é a

unidade e suas finalidades ecológicas, sobre quem são os responsáveis pela gestão, fiscalização e coibição de crimes ambientais quanto à visão e relação de desconfiança mútua que estes detêm uns dos outros. Desta forma, defendemos que a *ruptura com práticas conservacionistas* que se verifica não é, por sua vez, fruto de um projeto ou plano que tenha emergido da vontade própria do grupo de sujeitos sociais para, deliberadamente, reverter a área para fins de “reforma agrária”, mas para conter o ímpeto de forças externas sobre a RLB que vem desde a criação dessas áreas: é resultado de um beco sem saída que se estabeleceu ao longo da história do conflito, cuja confusão generalizada, a violência material e simbólica e as *invisibilidades espaciais* são o que de longe se observa. Argumentamos que a ruptura foi uma alternativa última do grupo de sujeitos sociais dentro da arena de embates para reapropriar-se socialmente do território, que estava sob total domínio dos grupos rapineiros.

Para melhor ilustrar o sentido e o significado das forças que contribuem para os eventos ambientais, é necessário o estabelecimento de questões amplas ou densas, que ficam assim estabelecidas: quais políticas públicas ou a falta delas afetam a unidade e ocasionam os eventos ambientais? Quais as forças (local, regional e global) de dominação do espaço e do tempo influenciam os eventos ambientais? Em que medida as relações, harmônicas ou não, na “rede multiconectada” de agentes sociais, instituições locais, regionais e nacionais influenciam os eventos ambientais? As rupturas são resultantes de uma mudança de paradigma social/ambiental? No metabolismo social? Há, de fato, uma questão ambiental? São eventos ambientais o conflito socioambiental, os desvios de finalidades ecológicas e a *ruptura com práticas conservacionistas*.

Em específico, procuramos as respostas para essas questões por meio dos objetivos assim estabelecidos:

1. Dentro de um complexo de causas interativas e efeitos, identificar as principais forças (externas) que contribuem para as ocorrências e a manutenção dos eventos, e como a competição (política, econômica e social) afeta os recursos naturais e impulsiona os conflitos (primeira parte).
2. Analisar as ações locais e concretas de resistência dos movimentos sociais/ecologistas frente ao atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários, os horizontes de emancipação dos conflitos socioambientais, e o processo de reapropriação social do território como estratégia de resistência do grupo de sujeitos sociais (segunda parte).
3. Realizar o mapa social e a etnografia do complexo conflito socioambiental, trazendo a postura dos envolvidos e as relações/interações na “rede multiconectada” de agentes locais, regionais, nacionais e internacionais, as cotas de poder, e analisar, o perfil das agromilícias no atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios

comunitários, as invisibilidades espaciais e a ruptura com práticas conservacionistas (terceira parte).

1.5 OS CAMINHOS DA METODOLOGIA

A unidade *locus* deste estudo está localizada na região central do estado de Rondônia. A RLB do PA Margarida Alves está aglutinada nas adjacências de cinco municípios do estado de Rondônia (Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Urupá e Teixeirópolis). Existe também outra área de RLB que está localizada no PA Padre Ezequiel, aglutinada aos mesmos municípios. Juntas, as duas áreas possuem mais de 10 mil hectares que compõem a metade da área destinada a cada assentamento. A RLB do PA Margarida Alves possui a maior parcela de área destinada à preservação, cerca de seis mil hectares. Ambas se encontram em situação de conflito.

O PA Margarida Alves, juntamente com o Palmares, foi criado em 1997, após a desapropriação das fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares. Originalmente foram assentadas 258 famílias no PA Margarida Alves, em lotes de 24 hectares, em média. O PA Padre Ezequiel, composto por 200 famílias, após a conquista da fazenda Urupá, em Mirante da Serra, também foi criado na mesma época do PA Margarida Alves e do Palmares, em 1997. Atualmente, juntos, os três projetos de assentamento possuem cerca de mil famílias assentadas distribuídas em 30 mil hectares de terra. De todos os assentamentos localizados na região central do estado de Rondônia (Margarida; Padre Ezequiel; Palmares), apenas o PA Margarida Alves e o PA Padre Ezequiel possuem uma Reserva Legal (em bloco) equivalente a 50% da área do assentamento localizada na formação geográfica de cada assentamento.

A formação espacial do PA Margarida Alves é composta por parcelas loteadas, inicialmente, para beneficiar 258 famílias distribuídas em sete glebas, sendo que as glebas 1, 2 e 3 foram parceladas em formato tradicional, apelidadas de “quadrado burro”. As glebas 4, 5, 6 e 7 foram divididas em formato radical, também chamadas de “raio de bicicleta” e/ou “agrovilas”. As glebas em formato radical são, por sua vez, mais dinâmicas, desde o ponto de vista da paisagem ambiental, às relações socioreligiosas. Organizadas em forma de núcleos de moradia, em lotes que se iniciam no que se chama de “área social”¹², onde as moradias circundam ao redor desses locais.

1.6 SOBRE O MÉTODO DE “CONTEXTUALIZAÇÃO PROGRESSIVA” E A “ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS”

¹² São estruturas coletivas localizadas no centro de cada gleba, geralmente de 8 a 12 hectares, onde são compostas por parcelas de floresta, campo de futebol, igrejas, espaços para festas e reuniões e botecos. Essa formação permite maior interação nesses espaços entre assentados das agrovilas e assentados convencionais.

O método de “contextualização progressiva” (VAYDA, 1983): O método de pesquisa escolhido segue as contribuições teóricas e metodológicas de Vayda (1983), com base na “*contextualização progressiva*”, dentro da perspectiva da ecologia política, privilegiando o aspecto da interação pessoa-ambiente/homem-natureza, identificando as principais forças exógenas que, por sua vez, contribuem para os eventos localmente impulsionados dentro de um complexo de causas e interações. Procuramos caminhar também com a perspectiva de Little (2006) através da “*etnografia dos conflitos socioambientais*”, no sentido de explorar o mapa social do conflito, “explorando”, também, o campo teórico e metodológico da ecologia política. Ambas as abordagens estão ancoradas no campo conceitual dos ecologistas humanos e ecologistas políticos e se ocupa, através dos diálogos interdisciplinares, em estabelecer um debate intenso entre Ciências Sociais e Ciências Naturais, no sentido de produzir o que se pode chamar de “uma ciência verdadeiramente ecológica”, que, por sua vez, focaliza o relacionamento dinâmico entre o biofísico e o social, e requer certas mudanças na prática científica.

O método de pesquisa via “*contextualização progressiva*” é indicado em abordagens que envolvam relações/interações homem-natureza/pessoas-ambiente e assumam a função de estabelecer contextos progressivos mais amplos ou mais densos da pesquisa, caracterizando-se como um guia para analisar relações/interações a partir de racionalidades e conhecimentos de contextos no sentido de sistematizar elementos inusitados da pesquisa, à medida que o pesquisador, para entender as forças que contribuem para o fenômeno, partindo primeiramente da formulação de questões mais amplas, posiciona-se em atividades locais, pessoas e ocasiões específicas, optando pela combinação de métodos (técnicas) quantitativos seguidos de métodos (técnicas) qualitativos (VAYDA, 1983).

Nesse sentido, ao analisar relações homem-natureza/pessoas-ambiente, tendo a estratégia de “*contextualização progressiva*” como método de investigação, o pesquisador assume a posição de identificar e analisar relações sociais e fatores ambientais, e como tais relações resultam em determinadas consequências (como os efeitos dos desvios de finalidades de uma unidade, de um ecossistema ou um fragmento de floresta). Dessa forma, o pesquisador deve estar comprometido com a premissa holística de que a compreensão adequada dos problemas observados só poderá ser obtida se for vista como parte de um complexo de causas interativas e efeitos (VAYDA, 1983).

Schmink (1999) ancorado nas contribuições teóricas de Vayda (1983), analisa casos concretos de extensão, pesquisas aplicadas e atividades de gestão participativa envolvendo comunidades rurais no entorno e dentro de áreas protegidas na América Latina; mostrando como o foco em gênero e a participação comunitária têm contribuído para o manejo dos recursos ambientais. Para o autor, o mérito desta abordagem está na especificidade de um local ou de um determinado grupo social. Contudo, também é altamente sensível para a maneira com

que forças exógenas, além de um local particular, influenciam os resultados locais. Argumentando a favor da “*contextualização progressiva*” e da importância de se realizar estudos prontamente comunicáveis, no âmbito da ecologia política, o autor ainda ressalta que:

Além disso, as conclusões produzidas pela abordagem da ecologia política não apenas fornecem um entendimento sistemático da interação de fatores sócio-ambientais que levam aos padrões observados de uso dos recursos, como também servem para definir intervenções políticas concretas (SCHMINK, 1999, p. 4).

Vayda (1983) ainda ressalta que, nessa premissa holística de que a compreensão adequada dos problemas só pode ser obtido como parte de um complexo de causas interativas e efeitos, ao usar a “*contextualização progressiva*”, é importante que o pesquisador se concentre diretamente em formular questões de interesse para os agentes de políticas públicas. Nesse sentido, a “*contextualização progressiva*” dos problemas devem se tornar resultados úteis e prontamente comunicáveis aos decisores políticos de diferentes esferas.

A “*etnografia dos conflitos socioambientais*” (LITTLE, 2006): Já a análise etnográfica proposta por Little (2006) permite a identificação e a diferenciação, incorporando os múltiplos pontos de vista e interesses diversos entre os envolvidos, exigindo o mapeamento dos diferentes níveis e a documentação histórica do conflito (suas alianças, negociação, acomodação e rupturas). Em Little (2006), a “*etnografia dos conflitos socioambientais*” sugere, não como foco o modo de vida dos envolvidos, ou de um determinado grupo social, mas sim, a análise e as múltiplas relações/interações sociais e naturais que caracterizam os conflitos socioambientais. Nesta ocasião, o pesquisador assume o papel de entender a dinâmica interna dos conflitos e suas diferentes posições, estratégias, mapeando-as nas múltiplas relações/interações e coalizões, no sentido de “identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas” (LITTLE, 2006, p. 93). “Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico que tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido” (LITTLE, 2006, p. 92), tornando-se um guia para o tratamento dos conflitos socioambientais distributivos, territoriais e espaciais.

A “*etnografia dos conflitos socioambientais*” tem como especificidade a etnografia multiator, que identifica e diferencia os agentes sociais/ecologistas e naturais, e do uso de múltiplos níveis espaciais e temporais de análise são delineadas, permitindo realizar o mapa social do conflito. Little (2006) sugere que é interessante analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução; as alianças e coalizões, mobilizações, projetos de gestão e uso sustentável de recursos ambientais. Esta etapa deve ser cumprida com base na documentação histórica do conflito.

A etnografia multiator trata-se de uma rede multiconectada de agentes locais, regionais, nacionais e até mesmo os de nível global, envolvidos, de forma direta ou não, no complexo de causas interativas que envolvem os conflitos socioambientais. A etnografia multiator permite o

mapeamento da cota ou escala de poder dos envolvidos no conflito. Little (2006) orienta que é preciso incluir os poderes tanto formais quanto informais (tentativas de domínio, ameaças, assassinatos e torturas, vandalismos e tentativas de causar terror aos grupos sociais desfavorecidos). Vayda (1983), por sua vez, quando propõe o posicionamento por parte do pesquisador em ocasiões, locais e pessoas específicas, aposta na necessidade de se colocar no lugar dos envolvidos realizando o que ele chama de “*experimentos mentais*” procurando entender o que há na postura dos sujeitos, o que possibilita entender a posição de cada um.

Tanto Vayda (1983), quanto Little (2006) propõem um diálogo intenso entre Ciências Sociais e Ciências Naturais, no sentido de produzir “uma ciência verdadeiramente ecológica” que focaliza o relacionamento biodinâmico entre o biofísico e o social, que por sua vez, requer certas mudanças paradigmáticas na prática científica; no horizonte epistemológico e no plano teórico e metodológico. A “*etnografia dos conflitos socioambientais*” permite a identificação e a diferenciação, incorporando os múltiplos pontos de vista e interesses diversos entre os envolvidos, exigindo o mapeamento dos diferentes níveis e a documentação histórica do conflito (suas alianças, negociação, acomodação, rupturas).

Geografia e redes: relações/interações na rede multiconectada de sujeitos/agentes sociais e institucionais: Como foi exposto até agora, temos proposto analisar os/as eventos/ocorrências na RLB por meio das categorias de conflito socioambiental, desvios de finalidades ecológicas e uma *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionadas. O termo rede multiconectada que temos utilizado refere-se à relação conflituosa ou não, entre sujeitos sociais e grupos hegemônicos envolvendo a RLB do PA Margarida Alves. A expressão multiconectada objetiva designar as ações, os interesses, as projeções, os projetos múltiplos direcionados direta e indiretamente à RLB.

O conceito de rede que utilizaremos é para evocar relações diretas e indiretas entre sujeitos sociais e grupos hegemônicos nas relações de gestão, poder e resistência no processo de dominação do território, através da conexão dos fluxos materiais e imateriais, imediatos, ou não, através das ações dos envolvidos na arena de embates. Redes, na geografia, referem-se, primeiramente, a algo que se conecta direta ou indiretamente. A conexão permite uma ligação harmoniosa, ou não, entre aqueles envolvidos na mesma ideia, lugar, região ou projeto. A conexão é o ponto central da formação de redes geográficas.

Para dar um exemplo, a técnica (computadores, internet, celular, embarcações, tráfego aéreo) permite maior ampliação das redes geográficas e do tempo da ação. Para se ter uma ideia, na extração de madeira na Amazônia, por exemplo, é possível que as atividades sejam comandadas de outro estado, ou até mesmo de outro país. A retirada da madeira é uma atividade quase sempre comandada por corporações com sede em outros estados e/ou em outros países. As redes possibilitam que as grandes metrópoles comandem as dinâmicas territoriais locais das regiões periféricas, como é o caso da Amazônia.

O motivo dessa exposição é que consideramos o conceito de rede apropriado, do ponto de vista teórico e metodológico, ao tratamento dos temas relacionados às questões que envolvam a instabilidade de ecossistemas, unidades ou fragmentos florestais, como o que ocorre na RLB do PA Margarida Alves. Podemos ver, no próprio caso de pesquisa, que a infraestrutura construída por invasores e madeireiros, nestas áreas, perita uma conexão com o mundo externo e a ramificação de ocorrências locais a outras escalas. A construção de estradas para uso ilegal, ou não, em áreas de reserva ou Unidades de Conservação permite uma conexão com agentes externos e, portanto, possibilita um fluxo maior das atividades, sobretudo ilegais. A infraestrutura possibilita que invasores e madeireiros avancem sobre estas áreas, obtendo acesso às localidades mais remotas, intensificando as atividades clandestinas, que antes ocorriam apenas na borda da floresta. Foi o que aconteceu com a RLB do PA Margarida Alves, na ocasião do manejo florestal. A infraestrutura inferida por madeireiras para a extração de madeira se tornou uma rota de circuitos e fluxos que se instalaram através de estradas e rotas terrestres.

Sendo assim, aproveitamos o significado do conceito rede, no sentido de entender essas dinâmicas, para pensar sobre como a infraestrutura na RLB do PA Margarida Alves, marcada por dois planos de manejo florestal da área (2000-2002/2014-2017) possibilitou o avanço da exploração da área, seguido de conflitos. Esta situação pressupõe a existência de redes em distintas formas de organização, no uso dos recursos naturais da RLB, o que nos possibilita também questionar o manejo florestal e seu efeito contraditório.

Nossa abordagem das redes geográficas não está no sentido teórico, mas sim, operacional, ou seja, como interpretamos eventos/ocorrências do ponto de vista interativo e das múltiplas ramificações dessas ocorrências, a partir do entendimento sobre a formação de redes, essencialmente geográficas. Nossa perspectiva de rede está colocada no sentido metodológico.

Figura 1 – Agentes/sujeitos envolvidos direta e indiretamente no conflito socioambiental

MST	Movimento que organiza famílias camponesas na luta pela/na terra e pelo/no território.
Cooameafes	Cooperativa do PA Margarida Alves voltada para a sustentabilidade da agricultura camponesa local e assistência administrativa às famílias assentadas.
Incra	Instituição Federal de Administração e gestão de questões de recursos agrários.
Ibama	Instituição Federal de Administração e prestação de serviços sobre recursos naturais.
Polícia Militar	Corporação que exerce poder junto as forças armadas e visa assegurar a segurança da sociedade frente à aplicação das leis vigentes.
Polícia Militar Ambiental	Corporação instruída a proteção ambiental por meio da coibição de crimes contra a fauna, a flora e atmosfera.
Polícia Federal	Instituição policial brasileira subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Polícia Civil	Instituição que exerce funções de polícia judiciária e no exercício da segurança pública.
APA	Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste. Atuou no desenvolvimento de alternativas sustentáveis de agricultura por meio das SAFs, do extrativismo vegetal e manejo florestal.

Instituto Padre Ezequiel Ramim – IPER	Organização vinculada aos Missionários Combonianos, ligada aos setores populares da Igreja Católica como a Teologia da Libertação.
Idaron	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Está a cargo de fiscalizar sobre o transporte, a saúde e o registro de animais; editar portarias e fiscalizar sobre condições de armazenamento de embalagens perigosas; cadastrar propriedades produtores de gado de leite e de corte e soja.
Prefeitura de Nova União	Sede do poder executivo municipal de Nova União.
Sedam	Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. Atua em questões de gestão e fiscalização ambiental.
Agromilícia	Fazendeiros aglutinados a RLB, políticos da região e do estado, militares e ex-militares mercenários dos municípios de Nova União, Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste e Urupá, advogados e parte do judiciário.
Madeireiras	Grupos econômicos ramificados por toda a Amazônia.
Corpo de bombeiros	Entidade de proteção civil que atua em casos como incêndios, resgates e desastres naturais ou não.
Mídia regional e nacional	Grupo de jornalistas afiliados da grande mídia nacional e jornalistas independentes.
MPF	Autoridade Federal que está a serviço da defesa dos direitos sociais e individuais, a defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
CPT	Organização vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ligada aos setores populares da Igreja Católica como a Teologia da Libertação.
PPG7	Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil; imposição dos países ricos, resultado da convenção de Houston (EUA). O PPG7 foi financiado pelo Banco Mundial. A APA gerenciou os recursos do PPG7 sobre o PA Margarida Alves.

Fonte: Organização do autor (2021).

A coleta de dados em campo, por meio da combinação had hoc de procedimentos quantitativos, seguidos de procedimentos qualitativos através da geografia da rede multiconectada: Nesta fase existe o que chamamos de combinação *had hoc* que é feita por meio de uma abordagem inicial, que consideramos uma etapa de perfil quantitativo, a qual envolve visitas junto a assentados, agentes locais, além de visitas realizadas na unidade selecionada para o estudo, sendo que todos os “escolhidos” estão ligados diretamente ao conflito. Na sequência, a etapa qualitativa é aproveitada, combinando, no mesmo sentido e ocasião, com a etapa quantitativa. A etapa qualitativa, por sua vez, não leva em consideração roteiros ou questões fechadas, já que o nosso objetivo, ao adotar essa metodologia, é o de esperar o inesperado, captando questões inusitadas.

Nesta ocasião, o objetivo é concentrar-se em atividades locais e em ocasiões específicas, bem como alocar-se em algumas ocorrências, ou seja, imergir em ocasiões diferentes na unidade, em reuniões e assembleias organizadas pelos assentados, ou por famílias sem-terra acampadas dentro da unidade, aproveitando, também, experiências empíricas por parte do autor e, na mesma ocasião, através da documentação histórica do conflito, mapear as diferentes posições, crenças, percepções, projeções, *cotas de poder*, entre outros, dos diversos movimentos sociais/ecologistas, sujeitos e instituições. O acesso documental dos processos

judiciais, operações, apreensões e notícias de jornal são importantes ferramentas de coleta de dados, quando não se tem acesso às informações de forma presencial.

“AS ABELHAS”

2 CAPÍTULO II: AMBIENTE E SOCIEDADE: DINÂMICAS DE CLASSE E RELAÇÕES HEGEMÔNICAS DE PODER

Este capítulo traz alguns dos principais elementos da proposta teórico-política, metodológica e reflexiva que ainda insistimos em argumentar na execução da presente pesquisa. Primeiramente, busca-se sintetizar os principais elementos incorporados dos campos de estudo da geografia ambiental e política, e da antropologia e sociologia ambiental; em diálogo com a ecologia política (em seu desdobramento analítico e empírico) com intensos debates e reflexões, sobretudo no que se refere à geopolítica na América Latina, no Brasil e na Amazônia, e como esses campos de estudo têm respaldo no tratamento dos conflitos ecológicos distributivos (em geral) e o complexo conflito socioambiental.

No seu amplo campo de atuação, a ecologia política, em sua proposta inter/trans/multidisciplinar, tem se destacado pelo seu caráter capaz de reconhecer o protagonismo emancipatório das comunidades diversas e suas ações de mérito empírico em defesa da natureza, na luta pelo direito acerca de seus territórios e identificar a construção de caminhos para a territorialização do pensamento/ação ambiental, que, por sua vez, privilegia os fenômenos sociais e naturais (como resposta dos movimentos sociais, dos povos e comunidades diversas frente a este processo de intensificação da exploração humana e da natureza; essas duas últimas, por sua vez, são indissociáveis) no processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios já anunciados (LEFF, 2006; 2009; PORTO-GONÇALVES, 2016).

Ao apresentar a trajetória ambientalista e suas principais pautas nas últimas décadas (primeira seção), o processo de fortalecimento das forças conservadoras, no novo abaixo às fronteiras da natureza (segunda seção), tecemos considerações sobre a *teoria marxista da ruptura metabólica* e o processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios marcados por um novo léxico teórico-político de resistência nos territórios das comunidades diversas (terceira seção).

2.2. O DISCURSO NEOLIBERAL SUSTENTÁVEL

O ambientalismo, ou movimento ecológico, é composto pelo feixe de diferentes correntes de pensamento político, acadêmico e ideológico, para o qual, o ambiente (composto por gente) é, sobretudo, o principal foco. A gênese do movimento ecológico está diretamente relacionada às causas dos movimentos ambientalistas da década de 1960, quando a crise ambiental, que é fruto da racionalidade econômica (LEFF, 2004), já era evidente. Os

movimentos ambientalistas tiveram início no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando naturalistas, jornalistas, estadistas, pesquisadores e escritores, muito antes do ambientalismo existir como um movimento sólido, mencionavam a necessidade de ações para proteção dos recursos ambientais, naturais ou genéticos¹³. Uma coisa importante sobre o movimento ecológico está no fato de que, apesar de ter se expandido como uma reação às teorias do crescimento econômico, nem todos os ambientalistas ou movimentos do ambientalismo em redes se opõem aos discursos, práticas e teorias do desenvolvimento econômico. Como bem lembrou Martínez-Alier (2018), alguns até apoiam de modo fiel em razão das promessas tecnológicas que ele apresenta. Ao longo do texto veremos que o ambientalismo é composto por vertentes e/ou correntes ideológicas, teóricas e políticas divergentes, e que estas diferentes vertentes formam diferentes movimentos que vão desde os movimentos sociais/ecologistas, até os movimentos ecofascistas.

Um grande avanço no ecologismo se deve à importante obra “*Primavera Silenciosa*” (*Silent Spring*) da norte-americana Rachel Carson (1962). A obra se tornou um grande manifesto do movimento ecologista que desencadeou uma revolução em defesa do ambiente e trouxe alertas quanto ao uso de substâncias químicas perigosas, como o DDT, fruto da segunda guerra mundial, que foi intensamente estimulado para o uso de pulverizações em lavouras, causando desequilíbrio ecológico, além de desencadear diversas doenças em seres humanos e mutações em diversas espécies de animais e vegetais, com o aumento da resistência. Carson compara o uso de pesticidas a um estado de ignorância humana, sobretudo por parte da Biologia e da Filosofia, que na época pressupunham que a natureza existia para a conveniência do homem. A obra denunciava arbitrariedades contra a natureza e, sobretudo, à humanidade. “*Primavera Silenciosa*” reúne um importante dossiê em um relatório científico, que apesar do caráter romancista, questionado à época, a obra possibilitou uma importante conquista do ambientalismo para a humanidade. Esta era a postura de uma escritora, romancista e pesquisadora, que discorreu suas ideias de maneira crítica, que está dirigida a todos aqueles que empenham sua inspiração no espírito ecológico, fazendo despertar em nós o sentido das flores.

O trajeto do movimento ambientalista se fortalece a partir da década de 1960, marcando os grandes debates acerca dos desafios da humanidade frente à instabilidade do planeta provocada pelo avanço dos impactos ambientais da ação humana. Já na década de 1970, o Polonês Ignacy Sachs lança a obra “*Caminhos para o desenvolvimento sustentável*”, e propõe três pilares básicos para o desenvolvimento sustentável nas dimensões sociais, econômicas e

¹³O conceito de meio ambiente, natureza, recursos ambientais, recursos naturais ou recursos genéticos, embora soem de maneira similar nos diversos contextos, são conceitos diferentes e possuem significados práticos que merecem melhor atenção na utilização ao longo do texto para uma análise mais adequada, por tanto, estabelecemos o conceito de recursos naturais para melhor ilustrar nossas reflexões por se tratar de recursos estratégicos da natureza, os quais possuem interesses econômicos. O conceito de recursos ambientais caberá aos contextos que envolvem os recursos da natureza de interesses e temas gerais, como os serviços ambientais, ecológicos e ecossistêmicos. Já o conceito de recursos genéticos será utilizado quando o contexto se tratar da natureza como riqueza etnobiológica e patrimonial.

ecológicas, afirmando que é possível o desenvolvimento da sociedade sem a destruição dos ecossistemas. O trabalho de Sachs é dividido em três artigos científicos intitulados: “Rumo a uma moderna civilização baseada em biomassa, pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente e gestão negociada e contratual da biodiversidade”. As ideias centrais de Ignacy Sachs baseiam-se, essencialmente, em empreender uma forma consciente para a utilização dos recursos naturais, com investimento estatal em mecanismos para a proteção dos recursos naturais e substituição dos combustíveis fósseis pelos biocombustíveis com o uso de biomassa. Sachs é, talvez, um dos maiores nomes da teoria ambiental.

Em 1966 foi fundado o Clube de Roma formado por um grupo de cientistas, humanistas, industriais ligados às grandes multinacionais e personalidades notáveis de várias partes do mundo. Mas foi a partir de 1972 que o grupo se tornou muito conhecido, com a publicação do relatório “*Os Limites do Crescimento*” (*The limits of Growth*) que aborda assuntos como energia, poluição, saneamento, saúde, tecnologia e crescimento populacional. Tal relatório se preocupava em apresentar projeções para o desenvolvimento futuro da humanidade, chegando à conclusão de que, mesmo com os avanços tecnológicos, ao longo de décadas, o planeta poderia não suportar o crescimento populacional devido à pressão sobre os recursos naturais e energéticos disponíveis. Os resultados previstos eram o *déficit* de recursos, seguidos de disputas e acirramentos dos conflitos por recursos ambientais, naturais e genéticos; surgimento de doenças, secas, racionamento, aumento da fome e das desigualdades sociais. As projeções foram previstas para aproximadamente 2052, no entanto, já ocorrem com grande intensidade nos dias atuais, a exemplo dos conflitos entorno da água, da terra, dos recursos florestais e minerais, que já representam o cerne da crise ambiental que ora vivemos.

Mas foi em 1972, a partir dos grandes encontros e acordos políticos mundiais, que o ambientalismo consolidou várias de suas pautas em favor do ambiente. Com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e os Direitos Humanos, em Estocolmo, na Suécia, onde o enfoque principal foi as políticas de gerenciamento ambiental e o reconhecimento da Educação Ambiental como elemento crítico para combater a crise ambiental. A declaração de Estocolmo teve grande importância, pois possibilitou o reconhecimento para a responsabilidade dos países sobre a existência dos problemas ambientais, direcionando as nações sobre a proteção do meio ambiente para o bem-estar e a dignidade dos povos, onde o homem é o ator principal.

No ano seguinte, a Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, procurou dar enfoque às orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, em complemento à conferência de Estocolmo. A conferência deu origem à Carta de Belgrado e sua pauta central esteve entorno do crescimento das foças produtivas como consequências ambientais e a desigualdades entre ricos e pobres, sobretudo nos últimos séculos, com o avanço industrial proporcionado pela “Revolução Verde”. Com essa ideia, a Conferência de Belgrado pede um

novo padrão de desenvolvimento que considere os direitos da humanidade, pluralismo das culturas, com equilíbrio entre homem e ambiente. A interdisciplinaridade, a perspectiva regional e mundial inter-relacionadas são os principais avanços colocados pela conferência de Belgrado.

Dois anos depois, a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, esteve pautada em torno da elaboração do conceito de meio ambiente e de Educação Ambiental. É considerada um dos mais importantes eventos sobre Educação Ambiental no mundo. Os principais objetivos de Tbilisi é estimular a consciência ambiental entre os indivíduos a nível global, contribuir para a compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas ambientais, estimular habilidades necessárias para determinar e resolver problemas ambientais, participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente e proporcionar aos povos a possibilidade de participarem das questões socioambientais. Foi neste momento que ficou estabelecida a natureza da Educação Ambiental e definidos os princípios, os objetivos, as características, bem como as estratégias a serem adotadas para a sua efetivação. Outro avanço foi o reconhecimento de que não é possível a Educação Ambiental resolver todos os problemas ambientais.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio-92, que ocorreu no Rio de Janeiro, esteve pautada no combate ao “analfabetismo” ambiental e ao reconhecimento da insustentabilidade do modelo econômico vigente. A principal conquista da Rio-92 foi o reconhecimento da classe política mundial em conciliar o “desenvolvimento sustentável” com o crescimento econômico. Na ocasião, a CNUMAD foi marcada pela grande participação de chefes de Estado. A Conferência teve como principais resultados a Carta da Terra e a Convenção sobre Diversidade Biológica – tratando da proteção da biodiversidade, a convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – tratando da redução da desertificação, a Convenção-Quadro das Nações Unidas a Mudança do Clima – tratando das mudanças climáticas globais, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e “Desenvolvimento Sustentável” e, por fim, o principal resultado da Rio-92 foi a Agenda 21, que procura conciliar o compromisso entre 179 países participantes para um novo “padrão de desenvolvimento ambientalmente correto”.

Já em 1997, a Conferência de Tessalônica, que aconteceu na cidade de Thessaloniki, na Grécia, em parceria com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO esteve pautada em torno da importância do papel crítico da educação e da conscientização para se alcançar a sustentabilidade. Como em toda conferência, foi elaborada a “Declaração¹⁴ de Tessalônica”, que teve como objetivo analisar a insuficiência em torno da Conferência de Belgrado em Educação Ambiental (1975), da Conferência Inter-Governamental

¹⁴“Declaração de Tessalônica”, que teve como objetivo analisar a insuficiência em torno da Conferência de Belgrado em Educação Ambiental (1975), da Conferência Inter-Governamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental (1977), da Conferência de Moscou sobre Educação Ambiental e treinamentos (1987) e do Congresso Mundial de Toronto sobre Educação em Ambiente e Desenvolvimento (1992).

de Tbilisi sobre Educação Ambiental (1977), da Conferência de Moscou sobre Educação Ambiental e treinamentos (1987) e do Congresso Mundial de Toronto sobre Educação em Ambiente e Desenvolvimento (1992). Entretanto, a Conferência de Tessalônica apontou alguns resultados que podem ser considerados positivos, como os numerosos encontros internacionais, nacionais e regionais promovidos em diversas partes do mundo para discussão em torno das questões ecológicas, evidenciando a interdisciplinaridade nas discussões acerca da problemática ambiental que foi resultado da conferência de Tbilisi, na Geórgia.

A Cúpula Mundial sobre o “Desenvolvimento Sustentável” ou Rio+10, no ano de 2002, que aconteceu em Johannesburgo, na África do Sul, esteve pautado no balanço dos dez anos da Agenda 21 e na reafirmação da insustentabilidade do modelo econômico vigente e nos problemas associados à globalização. Sob o discurso da economia verde no contexto do “desenvolvimento sustentável”, da erradicação da pobreza e da estrutura institucional para o “desenvolvimento sustentável”.

Sob o discurso (capitalista) da economia verde, no contexto do “desenvolvimento sustentável”, da erradicação da pobreza e da estrutura institucional para o “desenvolvimento sustentável”, com a Rio + 20, no campo dos pactos mundiais, o movimento ambientalista comemora meio século de trajetória ambiental institucionalizada. Meio século que foi marcado por conflitos de interesses entre Estados, multinacionais e transnacionais, ambientalistas, movimentos sociais/ecologistas, pesquisadores, povos e comunidades diversas, ao qual ficou explícito os problemas relacionados às políticas públicas e aos interesses hegemônicos dos Estados, o acesso e o direito à terra e outros recursos, uma política agrícola independente (soberania alimentar), o fim do avanço dos latifúndios do capital moderno-colonial patriarcal do agronegócio, o fim da expulsão de povos e comunidades diversas na contramão da lógica do modelo violento baseado no agronegócio de *commodities*, pelo fim dos desertos verdes gerados, sobretudo, contra a ação das empresas multinacionais de papel e celulose, pelo direito dos atingidos por barragens, como é o caso do protagonismo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, sobretudo na Amazônia, nos últimos anos, entre tantas outras causas atuais defendidas no mundo do campesinato e das comunidades diversas, como é o caso da Via Campesina (DESMARAI, 2013) que possui articulação em mais de 70 países, e do MST, no Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2005; OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 2008; CALDART, 2001; COLETTI, 2005; MORISSAWA, 2001). Os movimentos sociais/ecologistas têm construído suas pautas em busca de um diálogo horizontal que possivelmente está fora dos acordos e encontros mundiais grandiosos, amplamente divulgados pela grande mídia, outrora endeusados por uma parcela significativa de pesquisadores e políticos.

Outra questão interessante desses grandes eventos é que a Educação Ambiental e o “desenvolvimento sustentável” não são apenas temas indissociáveis nessas pautas, são questões prioritárias em todos os encontros ocorridos no decorrer de quase meio século de encontros e

desencontros, acordos e desacordos mundiais para o meio ambiente “ecologicamente saudável”. Essa necessidade dos eventos mundiais partiu da narrativa de que uma identidade sustentável se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe a atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente, que procura incutir uma percepção crítica do homem sobre a problemática ambiental, tendo como objeto crítico a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais, a sensibilização e a Educação Ambiental, é nesse sentido o cerne dos objetivos dos eventos mundiais.

O conceito de Educação Ambiental ainda está longe de ser apenas um termo utilizado por diversos autores para correlatar os problemas ecológicos ou para tratar do relacionamento da sociedade com o meio ambiente, suas percepções e significados práticos. Dornfeld (2016) traz a educação ambiental em um contexto semântico. Sendo assim:

A Educação Ambiental (EA) é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do Vocábulo “Educação Ambiental” necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. O adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia (DORNFELD, 2016, p.1).

Educação Ambiental, na visão de Layrargues (2004, p. 7), “é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental”. Dias (2004) nos diz que as finalidades e características da Educação Ambiental é permitir que o ser humano compreenda a natureza do meio ambiente, como resultante das interações dos aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais com o ambiente. O autor acredita que não há um modelo universal para a integração da Educação Ambiental nos processos de educação. Portanto, é necessário que se tenha estratégias para definir os enfoques, as modalidades e a progressão dessa integração em função das condições, das finalidades e das estruturas educacionais e socioeconômicas. A Educação Ambiental pode ser aplicada de diversas maneiras, mas deve ter uma única finalidade: construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (DIAS, 2004).

No mesmo sentido, há uma vertente do ambientalismo que defende o desenvolvimento da Educação Ambiental como uma forma de contribuir para uma sociedade sustentável e para a formação de indivíduos com capacidade para compreender o mundo e participar ativa e responsabilmente de sua transformação. Para Passos *et al.* (2013), o futuro sustentável depende de uma mudança de paradigmas, no sentido da percepção dos riscos da destruição, do uso desenfreado dos recursos naturais, e da Educação Ambiental como um processo importante para esta mudança. Muitos autores (a maioria) acreditam que esta mudança de paradigma já existe e pode ser observada por uma série de transformações nos campos social, político, econômico, cultural e, sobretudo, no campo acadêmico. Dias (1993) acredita na necessidade de construir uma educação geral e permanente, que permita a reação de forma rápida às mudanças

provocadas pelo crescimento das forças produtivas. Esse é um papel fundamental que a Educação Ambiental não foi capaz de atingir. A ecologia política tem sido capaz de estabelecer uma matriz de pensamento e ação popular na defesa dos recursos naturais junto a esses objetivos no amplo mapa latino americano, tanto no campo normativo, quanto no campo analítico.

A perspectiva básica da Educação Ambiental nas grandes discussões mundiais deve ser, antes de tudo, um ato político do cidadão com o meio ambiente, ou seja, consiste em refletir, de maneira crítica, as dinâmicas socioambientais, cumprindo o seu papel fundamental nas práticas educativas no dia a dia. Esse deve ser o princípio fundamental da Educação Ambiental que ora, não tem sido efetiva, uma vez que não temos um modelo de educação para as questões ambientais, ou tem sido desenvolvido nos cantos marginais onde poucos veem sua importância. Nas Conferências de Estocolmo, na Suécia, de Belgrado na Iugoslávia e a de Tessalônica, em Thessaloniki, na Grécia, traz a preocupação que se estabeleceu em sensibilizar a humanidade, por meio da educação, e da sensibilização para as questões do meio ambiente, onde o homem é o principal vilão.

[...] O homem deve fazer constante avaliação de suas experiências e continuar descobrindo, inventando, criando, progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas dos danos causados pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele que vive e trabalha (ESTOCOLMO, 1972, p. 1).

É absolutamente vital que todos os cidadãos do mundo insistam em medidas que apoiem um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para seu ambiente, nem para suas condições de vida. É necessário encontrar modos de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva à custa de outra, e que o consumo de um indivíduo não ocorra em detrimento dos demais. Os recursos da terra devem ser utilizados de modo que beneficiem a toda humanidade, e que proporcionem melhoria da qualidade de vida para todos (BELGRADO, 1975, p. 1).

A visão da educação e sensibilização pública foram adicionalmente desenvolvidas e enriquecidas por cúpulas das Nações Unidas. Os planos de ação dessas conferências, assim como o programa de trabalho da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas adotada em 1996, estão para ser implementados por governos e sociedade civil (incluindo organização não-governamentais, juventude, empresas e comunidade educacional) além do sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais (TESSALONIKI, 1997, p. 1).

É evidente o caráter raso que este convite sedutor tem assumido nos últimos anos. Não há problema algum em assumir a necessidade de uma “responsabilidade” humana diante dos problemas ambientais que a competição por recursos naturais tem se mostrado em todas as regiões do planeta. No entanto, um detalhe (que talvez seja o mais importante de todos a ser observado), que sempre escapou dos olhares e preocupações dos grandes eventos, está no

prisma das relações sociais de *produção e reprodução*¹⁵ capitalista (BERNSTEIN, 2011), que são determinados pelos processos históricos de acumulação de capital fundada na apropriação desenfreada dos recursos naturais e tem resultado nos descaminhos degradantes, expropriadores, violentos e erosivos da ação do capital na natureza.

É inevitável que a proposta unilateral dos encontros e desencontros mundiais tenha tirado do capital, sobretudo em sua atual fórmula neoliberal (hoje, em muitos países, sobretudo da América Latina, já se fala em ultraliberal), a responsabilidade pela degradação ambiental, ao transferir a responsabilidade dos problemas ecológicos ao homem – “sem educação ambiental” – a ser sensibilizado. Aliás, a Educação Ambiental, como resultado dos grandes eventos mundiais, tem sido destaque apenas nas falácias do ambiente político e nos corredores acadêmicos, entre os despercebidos. A Educação Ambiental tornou-se apenas um nome que pode ser conveniente, atribuído às boas práticas, geralmente endógenas (por comunidades diversas que utilizam os recursos para seu sustento e têm uma relação afetiva com o meio ambiente), por grupos comunitários ou atitudes isoladas. A Educação Ambiental dos últimos anos não foi capaz de resolver seus próprios problemas, como possível disciplina científica.

2.3 AS MÁSCARAS DE DEUS: UM MANIFESTO AO ABAIXO ÀS FRONTEIRAS DO DOGMA

Em “*A essência do cristianismo*” (1841) Ludwig Feuerbach afirmou, através de seu método histórico-filosófico, que a religião é uma forma de alienação que projeta os conceitos do ideal humano em um ser supremo para quem chamamos de Deus. Fica estabelecido então que Deus é a parte mais profunda da consciência humana. Daí surge a famosa frase do senso comum: “Deus é o homem e a própria materialidade que o constitui”, o que significa que o homem projeta em seus deuses todo seu amor e seus sentimentos mais íntimos e profundos, sendo Deus uma criação humana, da mesma forma que tudo aquilo que há de mal no homem é projetado na figura de um ser (imaginário) hostil. Portanto, fundamenta-se também o maniqueísmo: a relação conflituosa entre o bem e o mal. Deus é tendência do imaginário humano. Deus é uma projeção de tudo aquilo que o homem deseja ser e não é. Outra questão central que Feuerbach (1841) traz é que o homem, inconscientemente, abomina o mundo, a natureza, porque no mundo há matéria, destruição, violência e medo. Para Feuerbach, a religião é uma fase infantil da humanidade. Fica estabelecido, na perspectiva feuerbachiana, que religião é antropologia e que o estudo de Deus significa também o estudo do homem, e vice-versa. A complexidade de Deus é também a complexidade do homem em suas relações sociais e

¹⁵ Em Bernstein, (2011) “*produção*” é a ação exercida pelo homem para mudar a natureza, e está associada, em grande medida, às ferramentas ou tecnologias utilizadas para produzir. “*Reprodução*” é outro conceito que Bernstein introduz em sua análise. “*Reprodução*” é a necessidade de produzir constantemente as condições da lavoura e das atividades humanas nos usos múltiplos da terra. Sendo assim, o fenômeno da “*reprodução*” é representado pela (p. 23) “reprodução dos meios de produção (terra, ferramentas, sementes, rebanhos), de produtores atuais e futuros e das relações sociais entre produtores e entre estes e outros.”

humanas com a Terra, da mesma forma que a expressão metafórica “as máscaras de Deus” nada mais é que as máscaras do próprio homem. A importância fundamental de sua obra no campo social está no fato de Feuerbach ser um fiel discípulo de Hegel e, portanto, surgir da própria negação do idealismo hegeliano e se fundamentar no chamado materialismo histórico, ou esquerda hegeliana. Depois que Immanuel Kant estabeleceu em sua obra “*Crítica da razão pura*” os limites da aplicação do conhecimento e da razão transcendental, Feuerbach, além de David Strauss, Karl Marx, Bruno Bauer entre outros, foi um grande contribuinte da ruptura do idealismo hegeliano. Marx, inclusive, foi muito influenciado por Feuerbach. Embora muito criticado como toda mente grandiosa de sua época, e até mesmo ignorado por muitos, o materialismo histórico muito se deve a grandiosa contribuição de Ludwig Feuerbach.

O motivo desta reflexão é que, quando hoje se fala “Deus acima de todos”, na perspectiva Feuerbachiana, há uma chave de interpretação do maniqueísmo (o bem *versus* o mal; preguiçosos *versus* trabalhadores etc.), da sede de poder e (sobretudo) da procura do inimigo em comum. Isso nada mais é que “eu acima de todos”, “ele acima de todos”, “nós acima deles”. As máscaras de Deus nada mais são do que as máscaras do homem; daqueles que anunciam uma pureza moral, que é falsa. As seções a seguir trazem reflexões teóricas e filosóficas que remontam à perspectiva do materialismo feuerbachiano.

2.3.1 Racionalidade econômica capitalista: o papel das instituições nos processos de reorganização produtivista-tecnicista-desenvolvimentista

Sabemos que a Igreja contemporânea tem cumprido seu papel no processo de desapareço à vontade popular nos países da América Latina, entre eles, o Brasil. Aliás, não obstante, é desde sempre que as organizações religiosas vinculadas às correntes metafísicas reacionárias têm tomado posicionamentos preocupantes em relação à diversidade sociocultural, à diferença, aos direitos sociais e humanos no Brasil, agora também nas questões sobre a natureza e o ecologismo dos povos e comunidades diversas que nela vive e tem se destacado por meio de outras racionalidades alternativas. A Igreja Católica, diga-se de passagem, deu apoio institucional ao golpe militar de 1964, desenvolvendo uma intensa campanha contra uma possível ditadura comunista no país. O apoio institucional da Igreja Católica, na época, foi acompanhado de um momento político e convulsão social no mundo, similar ao que vivemos hoje. A revolução cubana ecoava em toda a América Latina. No Brasil, as Ligas Camponesas começaram a atuar de maneira crescente, sobretudo no estado da Bahia. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por sua vez, mais tarde tomou posicionamento contrário à atuação desastrosa dos militares e desenvolveu uma intensa campanha nas rádios e igrejas, sob o discurso dos “perigos do comunismo”, configurando sua participação na tomada do poder pelos militares.

Não obstante, a Igreja Católica era parte da estrutura de poder que sempre representou sua trajetória, marcada por questões (*slogan*) de interesse à sua própria sobrevivência, nos

diferentes contextos geopolíticos. Porto-Gonçalves (2005), quando trata do processo de des-ruralização e des-urbanização ideologizado pela chamada modernização conservadora dos governos militares, traz a configuração ideológica e o papel fundamental da Igreja Católica na geopolítica do golpe de 1964.

Todavia, essa aproximação de vertentes ideológicas historicamente tão distantes, como os comunistas e os católicos, tem as marcas de um dramático processo de repressão com o golpe de estado de 1964, quando se internalizam no Brasil novas contradições geopolíticas globais, com o anticomunismo cujo maniqueísmo se sobrepõe ao maniqueísmo de longas raízes históricas coloniais que, entre nós, já negava ao outro, ao diferente, até mesmo a condição de humanos, onde os indígenas, os mestiços, os caboclos, os ladinos, os negros, os camponeses, enfim, os pobres em geral são selvagens, bárbaros, preguiçosos. É nesses marcos ideológicos e políticos que se desenvolverá uma profunda transformação sociogeográfica do país, conhecida como *modernização conservadora* cuja compreensão, tanto do ponto de vista político como tecnológico, ambos profundamente ideologizados pela guerra fria, é fundamental para entendermos a importância do MST e todo o seu potencial emancipatório para humanidade e para o planeta na nova configuração da questão agrária para o planeta e a humanidade (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 25).

O problema disso é que o maniqueísmo¹⁶, baseado na negação do “diferente”, sempre foi uma base ideológica histórica de subversão humana (como ocorre hoje, sobretudo no caso dos ciganos e quilombolas e suas cosmovisões de mundo), que por sua vez, assumiu/assume o papel fundamental no sentido de inferiorizar a figura do culturalmente “diferente” e imputar o abaixo às fronteiras da natureza, quando a fronteira é representada por grupos sociais considerados hostis. A exemplo disso, a crença nas diferentes “raças” (amarelos, negros, brancos) trouxe a subversão humana e o extermínio racista em vários momentos históricos, causando danos irreversíveis à humanidade. Foi assim que, no passado, se “justificou” o valor comercial dos sujeitos de cor preta, como consta em Mbembe (2014). O nazismo, por exemplo, acreditou em sua “superioridade” humana (“raça” superior) frente à “inferioridade” do outro (“raças” inferiores), o que custou a vida de mais de seis milhões de judeus.

Anos depois, frente às disparidades sociais, de uma parte; cumprindo os interesses de sua própria sobrevivência, de outra; as lutas dos movimentos camponeses pela terra no período militar, continuaram ganhando mais espaço, ancorado no catolicismo popular, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Surge então a Teologia da Libertação, que tem Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e Carlos Masters como os principais contribuintes no Brasil. Em 1975 surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), compondo, assim, parte importante da matriz de pensamento e ação popular Latino-Americano no Brasil.

Foi neste contexto que os setores ligados à Teologia da Libertação procuraram dar assistência aos movimentos do campo durante o período militar, desenvolvendo uma intensa

¹⁶Filosofia religiosa fundada pelo filósofo Cristão do século III, Mani, que se fundamentou na separação entre o Bem (o que é de Deus) e o Mau (o que não é de Deus). Na atualidade, há um modo de pensar Maniqueísta que tem separado o “Bem” do “Mau” nas relações sociais e humanas a séculos (Igreja Católica x Igreja Evangélica e vice versa; Anticomunismo x Comunismo). Sobretudo em tempos de “desesperança” e angústia, os sintomas do Maniqueísmo tem aparecido fortemente nos discursos políticos baseados no fundamentalismo religioso.

campanha na desmistificação das políticas e projetos do governo ditador civil-militar. A trajetória de Dom Hélder Câmara marcou o papel do setor católico popular na contramão das ações desastrosas dos militares. Após uma divisão marcada entre a CNBB, a institucionalização do setor carismático (Renovação Carismática Católica), que no Brasil teve como principais defensores o pioneiro das comunidades terapêuticas, padre Haroldo Ranhm e o padre e cantor Marcelo Rossi (entre outros), e a marginalização da Teologia da Libertação durante o papado de João Paulo II, visualiza-se um recuo dos setores populares da Igreja Católica. Hoje, o papado de Francisco tem marcado um reencontro importantíssimo com o pensamento dos teólogos da libertação e o catolicismo, em sua parcela popular. O “Sínodo da Amazônia”, com o tema “Ecologia Integral”, que tem Leonardo Boff como seu principal pensador, evidencia esse possível avanço do setor popular nos espaços do império católico. Por isso também, (como demonstraremos no próximo capítulo), temos defendido que as lutas sociais/ecológicas de resistência nos territórios das comunidades diversas não são apenas políticas, e sim, *lutas cosmopolíticas*.

Na contemporaneidade, as religiões organizadas estão quase sempre vinculadas à *racionalidade econômica* capitalista dominante e ao conformismo das desigualdades sociais, a título de exemplo da ética protestante do clássico trabalho de Max Weber acerca do início do capitalismo europeu ocidental, com seu respectivo avanço no Brasil, ao passo que se percebe um novo processo de crescimento das forças conservadoras hegemonicamente vinculadas às dimensões espirituais e pouco preocupadas com as questões sociais/ecológicas, em especial as organizações Pentecostais Evangélicas e os católicos neopentecostais carismáticos, dentre outros movimentos conservadores, que ganharam espaços nas organizações religiosas e políticas; que tentam controlar as bases legais e morais de formas de dominação histórica e atual, resultando na marginalidade da Teologia da Libertação no Brasil¹⁷, por exemplo, enfraquecendo, de modo significativo, as lutas populares vinculadas ao apoio de uma Igreja engajada nas questões sociais/ecológicas, ao passo que se impregnou cada vez mais do não entendimento dos problemas sociais e ecológicos atuais e dos múltiplos grupos sociais, seu ecologismo e o que querem para a sociedade, ao lado do fortalecimento dos movimentos reacionários contrários às transformações na sociedade.

No contexto atual, há um processo de fortalecimento das forças conservadoras sob a ótica das igrejas neopentecostais evangélicas/carismáticas, hegemonicamente vinculadas a um

¹⁷ No trabalho de Ferreira (2005), é possível notar que este recuo também está relacionado ao cerceamento das atividades da Teologia da Libertação pela ortodoxia romana a partir do Papa João Paulo II. Para a autora, este processo ocorreu pela punição de Teólogos, pela interferência na formação das dioceses e pela necessidade da construção de um novo clero, segundo a igreja. Apesar da evidente perda de visibilidade social e no campo acadêmico, a igreja da libertação ainda mostra vitalidade, sobretudo entre o movimento camponês (FERREIRA, 2005). Entre camponesas/camponeses, estes processos são transmitidos pela matriz de pensamento e ação popular Latino-Americana que envolve agentes pastorais, movimentos sociais, sindicalismo, ciência e partidos políticos, como um processo de construção de uma corrente identitária que procura incutir oposição e repúdio ao capital moderno-colonial, em forma de latifúndio, pela destruição desordenada dos biomas, com exploração humana, violência e pressão sobre os ecossistemas.

grande movimento reacionário, alinhadas às formas de *racionalidade econômica* burguesa de organização social. No Brasil, seria de supor que a ética protestante, tanto na sociedade quanto no ambiente político, teve forte efetividade no golpe parlamentar de 2016, que resultou na queda da presidenta Dilma Rousseff e na prisão e impedimento da candidatura de Lula da Silva.

O contexto de vida das comunidades diversas também não está fora do projeto político civilizatório de uma “sociedade padrão” e do abaixo às fronteiras da natureza. A Igreja Neopentecostal é hoje, no Brasil, um partido político fortemente estruturado aos interesses da ética protestante e grupos econômicos; cujo objetivo central é nada menos que compor as bases legais e morais de formas de dominação.

A Amazônia tem sido um bom exemplo para se compreender o novo abaixo às fronteiras da natureza e a racionalidade das religiões organizadas envolvidas nesse processo. A territorialização da Igreja neopentecostal na Amazônia e a fragmentação dos territórios materiais e imateriais das comunidades diversas não são tão recentes. Oliveira e Pinto (2017) demonstram que os primeiros passos do protestantismo na Amazônia se deram ainda no século XIX, no contexto econômico marcado pela extração da borracha. Este mesmo período coincide com a contrarreforma liderada por Martinho Lutero, na Europa, e o avanço do protestantismo nos países colonizados. As raízes do processo de territorialização da ética protestante, na Amazônia, passaram despercebidas na história das bases coloniais da civilização dos povos originários; que tem a Igreja Católica Romana no papel de carro-chefe, na invasão empreitada na base da cruz e da espada. O próprio espaço temporal nos dá fé de que o protestantismo assumiu uma parcela da colonização da Amazônia, mesmo que lentamente e despercebido.

Hoje, os neopentecostais criaram raízes por todo o país e estão se expandindo cada vez mais, até mesmo nas regiões mais remotas da Amazônia, e a ação política tem se tornado um meio fundamental dessa expansão. O problema disso é que a diversidade social, cultural e de gênero parece incomodar a parte mais profunda do espírito fascista da ética protestante (a negação do outro), que tem saído cada vez mais em defesa de uma sociedade “pura” e padronizada. A partir do que se pode chamar de estratégia das “redes de comunicação” (SILVA, 2000) é possível constatar a capacidade de ramificação das igrejas evangélicas sobre os territórios das comunidades diversas na Amazônia. Há, sem dúvida, uma necessidade civilizatória que parte da racionalidade da ética protestante (evangélicos e carismáticos) de imputar um projeto político-religioso evangelizando os “incivilizados”, “sem o Deus certo”: o Deus do ocidente.

Para além do bolsonarismo, há uma tríade de forças reacionárias que caminham na mesma direção de falência democrática: os latifundiários, a ética protestante e os militares. Este tripé reclama, por sua vez, um projeto civilizatório baseado na racionalidade do processo econômico, a qual tem os povos e comunidades diversas como “atrasados” um empecilho ao desempenho da economia, agora cada vez mais baseada no discurso sustentável: uma economia

emocionada. Temos aqui o desafio de refletir sobre o surgimento de uma nova missão civilizatória; um novo abaixo às fronteiras da natureza e um novo processo histórico de subversão generalizada dos povos e comunidades diversas. Uma leitura do que se passa nas partes mais remotas da Amazônia pode evidenciar a participação da Igreja Evangélica nesta tríade civilizadora de uma economia emocionada, que marca a *racionalidade econômica* da ética protestante: como já foi posto em xeque, em Weber, acerca da contribuição do espírito protestante para o avanço do capitalismo.

Para dar um exemplo, houve uma “manifestação” organizada por madeireiros em Cujubim, interior de Rondônia, em reação a atuação do Ibama contra a extração ilegal de madeira, que contou com uma carreta de caminhões toureiros, carros e motocicletas na cidade, e culto realizado pela Igreja Assembleia de Deus para pedir proteção divina em favor das ações de madeireiros ilegais na região. O caso foi tão repercutido na imprensa local, que até mesmo o presidente Jair Bolsonaro, mediado por informações do legislativo de Rondônia, fez discurso político em favor da ação dos madeireiros.¹⁸ O que está em questão no referido município é a Estação Ecológica Soldado da Borracha, que vem sendo disputada em uma mistura de interesses entre as comunidades locais, posseiros, empresários do ramo do agropecuário e do comércio, e figuras públicas do município, donos de madeiras e migrantes de outros municípios de Rondônia, marcando uma corrida insustentável por madeira e terra, que tem posto em risco outras importantes áreas, como a Floresta Nacional do Jamari localizada nos municípios Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e o próprio Cujubim.

Resistir a essa *racionalidade econômica* emocional, que está amparada na união dos latifundiários, dos neopentecostais e dos militares, é de extrema urgência para a garantia de autonomia das comunidades diversas na Amazônia. O processo chamado de *reapropriação social da natureza*, arraigado em diversas alternativas de resistência, ganha agora novos elementos de ação hegemônica. O tripé de poderes que se estabeleceu agrava o *colapso* sistêmico anunciado no ceio das sociedades complexas à medida que amplia a *ruptura metabólica* do mundo capitalista e anuncia um projeto ecofascista, e impede uma transição ecossocietária como alternativa de enfrentamento a crise ambiental. O ecofascismo tende a ser cada vez mais uma alternativa de ação política de enfrentamento aos problemas atuais das sociedades complexas.

A postura política e social das diversas seitas religiosas evidencia como o homem resolveu estabelecer suas ligações com a Terra e os demais seres que nela habitam. Podemos ver no Brasil, que o crescimento do conservadorismo, em específico dos protestantes e dos

¹⁸ “Cujubim: Toreiros fazem manifestação contra ação do IBAMA que queimou caminhões”. Disponível em: <https://rondoniatop.com.br/2017/03/07/cujubim-toreiros-fazem-manifestacao-contra-da-acao-do-ibama-que-queimou-4-caminhoes/>

católicos carismáticos, trouxe consigo, também, o maniqueísmo e a figura imaginária do inimigo em comum, que é típico dos fundamentos mais profundos do fascismo. O lema que se tornou bandeira da extrema direita do Brasil: “Deus acima de todos”, é um subterfúgio embrionário protofascista que esconde a sede de poder, onde o cristianismo sempre teve sua parcela de contribuição. Não obstante, não é novidade que o cristianismo esteve sempre capturado pela sede de poder e de eliminar aqueles que são considerados hostis.

Dito isto, cremos não ser preciso responder qual a correlação do avanço do reacionarismo com a problemática social e ecológica do nosso contexto amazônico. Voltando a Feuerbach, temos que o homem se humilha perante outros homens para se engrandecer aos olhos de Deus. Para Feuerbach “A consciência de Deus é a consciência que o homem tem de si mesmo, o conhecimento de Deus é o conhecimento que o homem tem de si mesmo” (FEUERBACH, 2007, p. 44). O valor do homem nada mais é do que o valor de seu Deus. A religião é o relacionamento do homem consigo mesmo, ou melhor dizendo, na perspectiva fauerbachiana: “a essência divina nada mais é do que a essência humana” (FEUERBACH, 2007, p. 45). Isso expõe o caráter egoísta, perverso, mercenário e desbravador que o homem esconde em Deus. Este lado obscuro do homem, por sua vez, anuncia uma pureza moral que é falsa.

A Igreja neopentecostal (evangélicos e católicos carismáticos), os latifundiários e os militares têm desenvolvido um importante esforço político e ideológico-narrativo de legitimação de uma nova missão civilizatória de dominação/exploração dos povos “atrasados”, e a chegada da extrema direita após o golpe de 2016, seguido e com a vitória de Bolsonaro amplia o desejo expansionista dos latifundiários e a *racionalidade econômica* emocionada desse tripé de poderes no abaixo às fronteiras da natureza e na subversão dos que nela habitam – não sem a participação estranha de Deus em suas máscaras.

2.4. A RELAÇÃO (DE DOMINAÇÃO) ESPAÇO-TEMPO NAS DISPUTAS POR TERRA, TERRITÓRIO E NATUREZA

2.4.1 Território e poder

A categoria território tem desenvolvido um papel importante no entendimento das lutas que os sujeitos sociais vêm travando para a proteção da natureza, no contexto do avanço da apropriação capitalista dos recursos naturais. Para além da invasão de seus territórios matérias e sua desterritorialização, a questão dos territórios traz um significado mais amplo às questões das comunidades diversas relacionadas à terra, à água e aos outros recursos da natureza. Essas questões, como a luta na/pela terra são sempre vistas por um olhar mais amplo e de outros elementos indissociáveis. Lutar pela terra e pela preservação dos demais recursos dela é lutar pelo território, e a própria narrativa dos movimentos populares quando diz “não queremos terra,

queremos território”, traz os múltiplos significados práticos que esta importante categoria geográfica assume no entendimento das reivindicações dos movimentos do campo.

A categoria território, em Costa Silva e Neves (2018), expressa a espacialidade do poder. Esta definição nos leva a pensar o território na perspectiva do *espaço do conflito*, que significa pensá-lo como uma categoria que estaria a cargo de desvendar os processos concretos alicerçados em uma centralidade política. “O território é uma produção do espaço, e toda produção é sempre um processo social alicerçado a partir de relações de poder” (COSTA SILVA; NEVES, 2018, p. 639). Gottmann (2012) sai em defesa de um território como “um dispositivo “psicossomático” necessário para preservar a liberdade e a diversidade de comunidades separadas em um espaço acessível independente” (GOTTMANN, 2012, p. 543). Assim, o território deve estar em função do bem-estar da ação dos povos em suas territorialidades construídas, onde a função social deve ganhar ênfase nos termos legais e políticos. O território deve ser um conceito político e geográfico fora do nacionalismo, da militarização da coletividade, da doutrina da intervenção religiosa nas questões políticas do território. O autor faz sua abordagem entorno da evolução do conceito e das práticas territoriais políticas e jurídicas ao longo dos 500 anos.

O território é formado por grupos de indivíduos ou corporações que organizam o espaço conforme seus objetivos. Esta categoria é uma chave importante para interpretar o agrário brasileiro e as relações de poder que tem se configurado na atualidade dos conflitos do campo. Território também é interação e assimetria de poder, é “um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite* uma *alteridade*: a diferença entre “nos” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2000, p. 86).

O território pode ser abordado sob vários pontos de vista, cada qual com seu significado prático. Aqui, o território está posto como categoria de análise das relações/interações entre os protagonistas em tela, e das formas de organização socioespacial das/dos sem-terra na resistência e na busca por autonomia nos territórios. Claro que não se pretende desvendar os mistérios da territorialidade camponesa, já que nosso tempo e espaço são curtos para realizar esse difícil trabalho, além do que, esta tarefa já foi cumprida por outros, o que não cabe a nós percorrer este caminho.

O território aqui expresso também é múltiplo em suas dimensões práticas. Nosso entendimento de território nesta intervenção evoca as relações de poder, a ação dos agentes, e a perspectiva da identidade territorial camponesa. Trataremos então a territorialidade camponesa sob o ponto de vista dos territórios materiais e imateriais do MST, com base na “compreensão do movimento, da (i)materialidade do território e da territorialidade” proposto por Saquet (2007). O território material é onde o Movimento delimita suas ações por meio da

organicidade das famílias camponesas nas lutas coletivas por políticas públicas e justiça ambiental, no cuidado da produção agroecológica, nos assentamentos e acampamentos e na resistência ao processo de apropriação capitalista da natureza e dos territórios do campesinato. O território imaterial está na mística, nas religiosidades baseadas em cosmovisões do catolicismo popular, na ecologia de saberes, nas ciências espirituais (homeopatia). O território imaterial do MST está nos valores culturais e simbólicos da natureza e em *racionalidades híbridas* das vertentes de um ecodesenvolvimento ecossocietário.

Esta importante categoria geográfica e política nos remete a uma questão fundamental do conflito em tela, que está no choque entre grupos sociais; entre visões de mundo, de natureza e de racionalidades: qual espacialidade se apropria e territorializa suas ações na arena de embates? A territorialidade de cada agente ou grupo social é, portanto, uma rede complexa de interação com outras redes.

2.4.2 Uma projeção para o futuro

Outra interpretação que poderia vir da geografia está no fenômeno chamado de antecipação espacial (CORRÊA, 1992; 2000; 2007). A antecipação espacial configura-se como uma tática de hegemonia no processo de dominação do espaço e do tempo pelas lógicas capitalistas de apropriação de determinados recortes espaciais. Em Corrêa (2000):

A antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção (CORRÊA, 2000, p. 39).

Antecipação espacial – Esta prática é definida pela localização de uma atividade em local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de oferta significativa de matéria-prima ou de mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para uma implantação rentável. É nas zonas de fronteira de povoamento, na franja rural-urbana ou em eixos de amenidades, onde a urbanização é anunciada, que essa prática é adotada. Grandes corporações, com múltiplas localizações, proprietários fundiários urbanos, hotéis integrantes de amplas redes estão entre os agentes sociais que realizam essa prática, que se associa em muitos casos, com a transformação anterior da terra em reserva de valor, inscrita numa futura diferenciação sócio-espacial (CORRÊA, 2007, p.70).

Para nós, a antecipação espacial não se restringe apenas às práticas de dominação do espaço e do tempo pelas grandes corporações. É um processo que se funda nas práticas espaciais dos grupos hegemônicos como um todo; grupos políticos, latifundiários, grupos mercenários etc. Isto porque essa definição nos remete a pensar se as elites agrárias (incluindo as agromilícias) veem na invasão de terras públicas e dos territórios comunitários uma futura projeção do Estado no sentido de ampliar os espaços de atuação das condições de reprodução da agricultura capitalista. Essa interpretação é certamente plausível, uma vez que coincide com o “fato consumado”. O “fato consumado”, partindo deste ponto de vista, é a principal estratégia futura na prática da antecipação espacial. A invasão de terras públicas e dos territórios

comunitários constitui em uma antecipação espacial; uma projeção (investimento) para o futuro.

Outro exemplo das práticas espaciais de dominação capitalista do espaço e do tempo é o fenômeno da *estrangeirização de terras* (OLIVEIRA, 2010; SAUER; LEITE, 2012; CASTRO; PEREIRA; PAULI, 2016; HERSHAW; SAUER, 2017; HERRERA, 2016). A *estrangeirização de terras* não é um processo recente do mundo contemporâneo. Entretanto, passou a ser conhecido a partir governos militares, no período da “Integração Nacional”, que abriu as portas da Amazônia brasileira aos interesses das oligarquias nacionais e ao imperialismo internacional, imputando um processo de reorganização produtivista-tecnicista-desenvolvimentista e a ideologia do processo econômico dos militares. O contexto da crise agroalimentar de 2008 marcou também um novo processo de reorganização produtivista nas disputas no entorno da terra como recurso natural, inferindo a *racionalidade econômica* dos governos em perspectiva progressista, que foi marcada por um novo ciclo de aquisição de terras públicas por estrangeiros no Brasil, a maior parte na Região Amazônia. Como vemos, o fenômeno histórico da *estrangeirização de terras* foi ampliado em dois períodos estratégicos: o primeiro nos governos militares, e o segundo nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. O que se percebe, no âmbito desses dois processos de reorganização produtivista, é que o grande capital sempre se vale do estabelecimento de uma densidade de questões de prioridade a sua própria sobrevivência nos momentos de crise. Estes dois impactantes processos ocorreram por vias de rapinagem aliadas à ideologia capitalista de desenvolvimento, imputada pelo que Oliveira (2010) chamou de “factoides”, sugerido por uma grande jogada ideológica que procurou ludibriar os movimentos sociais do campo e a sociedade em geral. Pode-se concluir que esta foi uma grande jogada montada no ceio da ação política para permitir às elites agrárias e neoextrativistas nacionais e internacionais o acesso aos recursos naturais estratégicos no Brasil, em particular, na Região Amazônia.

Outro elemento está na terra como ativo do capital. Em função do “sucesso” econômico do agronegócio da pecuária extensiva e da produção de grãos (soja e milho), a terra tornou-se artigo de luxo na Região Amazônia. No estado de Rondônia, por exemplo, o preço médio do alqueire (equivalente à 2, 72 hectares), como é negociado na Amazônia, chega ao valor de até cerca de 50.000 (cinquenta mil) em algumas regiões, sobretudo onde a pecuária de corte é dominante. Com essa realidade, torna-se inviável a expansão da produção, o que tem reforçado o protagonismo das agromilícias e grupos econômicos ligados ao agronegócio no novo período de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários. Essas invasões são incentivadas, na maioria das vezes, pela atuação política e grupos econômicos a qual os invasores pleiteiam o “fato consumado”, que, na prática, significa a conversão futura das áreas invadidas em latifúndios, já que são influenciadas por agentes públicos locais, regionais e nacionais e pela

dificuldade que as instituições e os formuladores de políticas têm de contrariar os coronéis que atuam em áreas mais remotas da Amazônia.

A questão das práticas espaciais também nos leva à noção de redes geográficas (DIAS, 2000), que são fluxos materiais e imateriais ramificados ou multiconectados na mesma ideia ou objetivo. No caso do PA Margarida Alves, a infraestrutura no entorno e no interior da área, imposta na ocasião de dois manejos florestais (2000-2002/2014-2017) possibilita uma ligação mais intensa com os fluxos externos. A construção de estradas dentro da RLB, que mais parece ser uma teia de aranha, além de permitir o acesso externo às partes mais remotas da floresta (que antes ocorria somente na borda da floresta), possibilitou a formação de um fixo, abrindo também possibilidades a outros fluxos e escalas de atuação (SANTOS, 2006), integrando ocorrências internas, tornando a infraestrutura um elemento chave de integração do território e articulação da exploração dos recursos naturais aos fluxos da economia regional, nacional e internacional, já que a atuação de grupos externos (sobretudo as madeireiras e milícias do campo) na área de reserva é um elemento marcante. O significado de rede também está expresso na ação das chamadas agromilícias, que são grupos de mercenários e grileiros ramificados em vários municípios do estado de Rondônia e em outros estados que contemplam a Região Amazônia¹⁹. Temos aqui o que propôs Silva (2000), ao considerar que a rede aparece como instrumento que viabiliza duas estratégias: a circulação e a comunicação. A infraestrutura, que é marcada pela construção de estradas dentro da floresta, possibilita a comunicação entre parceiros econômicos – à montante e à jusante – a qual amplia a localização geográfica da estratégia de atuação local e a formação de uma “rede multiconectada” de interesses econômicos iguais, como a que propomos na seção dedicada ao método. As redes amplificam também, nesta mesma ocasião, a ordem da ilegalidade na RLB do PA Margarida Alves. Estes fatores ampliam nossa percepção dos fenômenos e corroboram para o que vamos estabelecer nesta pesquisa, através do que chamamos de um complexo de causas interativas e efeitos. Os múltiplos exemplos revelam, na verdade, além do posicionamento e possibilidades dos vários campos da ciência sobre um tema tão complexo, polêmico e ambíguo; o reconhecimento de que essas novas descobertas e questões não constituem em respostas vindas de um único campo disciplinar. Na verdade, o próprio significado das redes nos remete a um campo amplo de relações/interações desarmônicas, ou não, entre sujeitos sociais, grupos políticos, econômicos, à presença da dinâmica econômica aos fluxos da globalização.

Como sugestão, outra linha de interpretação mais ampla está na própria imposição colonial a qual temos anexado nosso esforço epistemológico desta pesquisa. Esta linha de reflexão nos leva à proposta da constituição dos *latifúndios genéticos* (PORTO-GONÇALVES,

¹⁹ As operações “Terra Roxa” e “Terra Legal”, ambas no entorno da RLB do PA Margarida Alves, designaram o caráter ramificado da milícia que atua fortemente em vários municípios do estado de Rondônia e até mesmo em outros estados. Estes grupos estão intimamente ligados a grandes madeireiras e pessoas públicas, que os financiam e dão credibilidade para a atuação clandestina.

2002) como imposição dos países desenvolvidos sobre regiões estratégicas dos países do Sul, sobretudo, a Amazônia. Nesta linha teórica de reflexão, podemos considerar que essas áreas (as RLB) foram impostas em desencontro com os modos de vida das/dos sem-terra que habitam e formam seus ecossistemas próprios, baseados quase sempre na agricultura agroecológica, e não no extrativismo vegetal e animal da floresta como ocorre no contexto de relação homem-natureza de outras comunidades, as comunidades indígenas e os povos da floresta por exemplo. Considerando a relevância teórico-política, e até mesmo epistemológica deste advento, cabe a nós formular a seguinte indagação sobre o nosso tema: será também as ocorrências em nosso caso uma forma de resistência contra os *latifúndios genéticos* impostos no âmbito da política ambiental internacional, já que a criação das RLBs surgiu como uma resposta do Incra frente à crítica ambientalista dos países desenvolvidos? A imposição de políticas ambientais também é uma prática de dominação nas relações espaço-tempo; uma alternativa de reserva de recursos naturais estratégicos para o futuro. O PA Margarida Alves recebeu incentivos financeiros das políticas ambientais internacionais, por meio do Programa Piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7), que foi uma iniciativa dos países mais ricos da época (G7). Os recursos do PPG7 foram geridos no assentamento pela Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto (APA) (trataremos dessa questão no quinto capítulo).

Na Amazônia, como parte inserida no sistema-mundo, moderno-colonial patriarcal, o paradigma da globalização neoliberal ambiental autoritária trouxe uma nova configuração geopolítica. Com efeito, os grupos sociais têm seu território atingido pela expansão do capital em busca de novas áreas para transformar a natureza em mercadoria, ensejando disputas territoriais no entorno da natureza, até mesmo nas regiões e nas comunidades mais remotas (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018). Amin (2015) ressalta que parte dessa nova conjuntura global, busca pelo que se chama de “espaços vitais”, que tem determinado radicalmente a participação espacial da geografia da Amazônia tornando-se uma região de fronteira do capital natural e *espaço vital* estratégico para a manutenção do padrão de desenvolvimento na geopolítica global da competição internacional entorno da natureza.

A globalização trouxe para a Amazônia, por um lado, a possibilidade de participar na transformação do contexto do comércio internacional; por outro lado, trouxe também a exigência de preservar, nesse novo cenário de processos tecno-industriais intensivos em recursos naturais, sua soberania territorial. Nesse contexto, a Amazônia, diante da forte pressão global pela disponibilidade de recursos naturais estratégicos para a manutenção do padrão de desenvolvimento e crescimento econômico atual, assume, como *espaço vital* do século XXI, importância geopolítica mundial (AMIN, 2015, p. 33).

O conceito de *espaço vital* foi desenvolvido por Ratzel em sua antropogeografia determinista e está fortemente enraizado nas questões da ecologia. Em Ratzel, espaço se transforma a partir da ação política. Assim, a noção de *espaço vital* fica estabelecida aos critérios de mercantilização da natureza, através das práticas hegemônicas do Estado e das corporações nacionais e internacionais.

Embora Ratzel e sua noção de *espaço vital* sejam questionáveis na estrutura das revoluções científicas, o que propõe Amin (2015) sobre espaço vital para interpretar a geopolítica mundial entorno da natureza tem sua validade, uma vez que o neoliberalismo ambiental pode ser assimilado como um programa político e ideológico que se vale da reversão do Estado para a garantia de interesses econômicos entorno dos recursos naturais estratégicos em uma perspectiva global.

Vale lembrar que, como temos argumentado, as instituições neoliberais incorporam o discurso ambiental para impor hegemonias, transformando temáticas do ambientalismo em ideologia, e, através do que denominam de “desenvolvimento sustentável”, definem diretrizes de governança internacional e legitimam as ações estratégicas definidas de uma agenda de economia neoliberal autoritária para a natureza. A hegemonia da ideologia neoliberal como projeção no paradigma da questão ambiental se expressa nas *espacialidades humanas* (SANTOS, 2009; 2017) dos sujeitos sociais e das instituições públicas nas relações/interações com o ambiente, inferindo a ideologia capitalista de “desenvolvimento sustentável”, desde o mundo do trabalho até as práticas políticas e de governança ambiental, que tem reorientado decisivamente a realidade política, econômica e cultural que está assentada no campo da *racionalidade econômica*, ocultando as disparidades sociais por meio de uma miopia da realidade. A ideologia neoliberal tem respaldo no conceito de “desenvolvimento sustentável”, resultado dos grandes encontros mundiais, e o discurso ambiental é, portanto, estratégia atual de uma legitimidade entre economia e ambiente (RIBEIRO, 2012).

2.4.3 Geopolítica e antigeopolítica: movimentos contra-hegemônicos à rapinagem da natureza

Nossa abordagem tem sido guiada pela ecologia política como campo de estudo dos conflitos socioambientais para refletir sobre o processo de acirramento da competição (política, econômica e social) entorno dos recursos naturais (terra, água, madeira, minério, petróleo) nesta virada global da extrema direita sobre os países ricos em recursos naturais estratégicos, como uma esfera ampla de atuação sobre as disputas por terra e madeira na RLB do PA Margarida Alves e a formação de um complexo conflito socioambiental localmente impulsionado por forças externas. Desta forma, o que tem ocorrido no PA Margarida Alves é, também, parte integrante do processo de fragmentação das coerências territoriais endógenas pelos fluxos (materiais e imateriais) do capital globalizado. Por isso, a geografia, em suas mais variadas abordagens, é uma ciência fundamental para a compreensão do que temos em mãos. Vale lembrar, pelo fato de defendermos o paradigma interdisciplinar, que a geografia, para nós, não pode aparecer em primeiro, nem tampouco em segundo plano. Nossa preocupação até aqui é para que nenhuma disciplina apareça de modo secundário.

Para continuar nossa pegada geográfica de contribuição para os chamados conflitos socioambientais, partimos da posição geopolítica (e antigeopolítica) da Amazônia como região estratégica no cenário globalizado de competição (política, econômica e social) sobre os recursos naturais estratégicos para a garantia do crescimento da economia mundial no século XXI (BECKER, 2005; AMIN, 2012; SILVA; BAMPI, 2020), e como uma região de projeção dos grupos políticos e econômicos e oligarquias regionais e nacionais subordinadas ao imperialismo global. O que temos argumentado até então, sobre o caso do PA Margarida Alves, além de uma ruptura com a conservação seguida do processo de reapropriação social do território que vem sendo protagonizado por famílias camponesas, é que a situação das famílias camponesas ficou/está invisível dentro das relações desiguais de dominação produzidas nas estratégias de controle do espaço-tempo na escala global (BECKER, 2012), frente à imposição de forças exógenas sobre o espaço local – destacando as resistências nos territórios invadidos por agromúlticas – e que as invisibilidades resultam na criminalização das estratégias de resistência camponesa pelo território conquistado.

O PA Margarida Alves é um território camponês invadido por forças externas ao longo de um processo histórico, em que o próprio Estado, como um território das elites, exerce influência. Por isso, temos nos apropriado da noção de território como um conceito político e geográfico (GOTTMANN, 2012) para refletir sobre o expansionismo das fronteiras da natureza que vem sendo imputado sobre as regiões ricas em recursos naturais estratégicos, como é o caso da Amazônia.

Em Gottmann (2012), o território “é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p. 523). A segunda noção, é o território “como uma conexão ideal entre espaço e política” (GOTTMANN, 2012, p. 523). O território, em seus aspectos materiais e imateriais, é uma importante categoria de análise geográfica que pode configurar as horizontalidades, que estão nas coerências territoriais endógenas, mas também são configuradas nas verticalidades do capital, determinando o uso hegemônico e a fragmentação do território (COSTA SILVA, 2015).

Outra contribuição para a categoria de território, e que tem sido proposta como “estrutura territorial de análise” nos estudos das disputas territoriais entre camponeses e a expansão do capital na Amazônia, é a matriz *território-ativo-estratégico* (TAE) (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018):

Nesta matriz, o que se refere a território condiz aos efeitos na sociodiversidade do espaço rural, que resulta em desterritorializações dos povos e comunidades tradicionais amazônicas e na intensa exploração dos recursos naturais, sobretudo em situações de conflitos socioterritoriais frente aos grandes sistemas de objetos (obras de infraestrutura) (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018, p. 03).

A situação dos territórios comunitários em condição de conflitos envolvendo os recursos naturais na Amazônia é complexa, e o contexto interativo desses conflitos está nos fluxos (materiais e imateriais) do capital globalizado, que avança a um processo de acirramento da

competição (política, econômica e social) por recursos naturais estratégicos sobre as regiões ricas em sociobiodiversidade a serem transformadas em mercadorias. Nesta virada global da extrema direita, a posição geopolítica sobre a Amazônia, que se mostra nos discursos-ideológicos-narrativos do desenvolvimentismo, nas contrarreformas, no sucateamento das instituições, aliado ao avanço dos grupos hegemônicos sobre as áreas públicas e os territórios do campesinato, tem gerado uma corrida insustentável nas áreas protegidas, entre as quais, muitas são habitadas por comunidades camponesas.

A globalização tem impactado todas as regiões do planeta, ela é fragmentadora das coerências territoriais endógenas (COSTA SILVA, 2015). A expansão da agricultura capitalista impõe uma violenta transformação na paisagem geográfica, cujas florestas são substituídas pelos extensos campos da agropecuária (gado de corte) e de grãos (soja e milho), e fragmenta as espacialidades humanas do campesinato. A territorialização das lógicas de espoliação capitalista da terra e da natureza atinge os espaços territorializados pelas mais variadas categorias de campesinato, que passam a ter os espaços locais e concretos cada vez mais submetidos às pressões do capital globalizado (COSTA SILVA; CONCEIÇÃO, 2017). Com uma frequência espantosa, as regiões ricas em recursos naturais (terra, madeira, água, minério, petróleo) – entre estas, os territórios das comunidades camponesas – são progressivamente hegemônicas em espaço único das *commodities*, afetando até mesmo as comunidades camponesas habitadas nas partes mais remotas da Amazônia (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018).

Com efeito, a resistência nos territórios comunitários é facilitada quando os discursos e práticas hegemônicas são assimilados. Diversas ações locais e concretas de resistência nos territórios do campesinato vêm confrontando a geopolítica que se instaurou, e que agora tem sido cada vez mais ampliada sob a geopolítica neoliberal autoritária da “nova-direita”. Silva e Bampi (2020), analisando o surgimento de uma *antigeopolítica* dos movimentos sociais, afirmam que a Amazônia tem sido, de longa data, uma arena de embates, não apenas de cobiça internacional, mas também, de “recurso político-ideológico-narrativo de legitimação do nacionalismo” (SILVA, BAMPI, 2020, p. 03). Neste mesmo contexto, Bertha Becker (2005) já havia observado o surgimento dos movimentos contra-hegemônicos como prova de resistência local e concreta nos territórios das comunidades camponesas da Amazônia:

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimento sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa (BECKER, 2005, p. 72).

As diversas pautas e formas de resistência local e concreta têm sido globalmente compartilhadas no diálogo horizontal exercido entre os mais variados movimentos sociais da

Amazônia. A Via Campesina é responsável por internacionalizar as principais pautas de resistência local e concreta dos movimentos sociais.

Na ecologia política, como temos afirmado ao longo de todo o trabalho, fala-se de um processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios (LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2012; 2016), onde os movimentos sociais contemporâneos têm criado condições para um processo amplo de reapropriação das bases de poder. Esse processo está no pensamento/ação ambiental e traz consigo a racionalidade ambiental dos atores sociais contemporâneos.

Outro processo adequado à análise da rapinagem capitalista em torno dos recursos naturais que ora se observou historicamente na Amazônia (terra, água, madeira, minério), que é indispensável nas abordagens da geografia, está na *acumulação primitiva* ou originária, termo utilizado, inicialmente, por Marx e que mais tarde David Harvey, em tradução brasileira, o relaciona por meio de uma *acumulação por espoliação*.

Para Bernstein (2011), a *acumulação primitiva* “costuma ser identificada como relações e dinâmicas, “não de mercado” ou “coação extraeconômica”, como distinta da compulsão das forças econômicas derivada do mercado, característica do capitalismo desenvolvido” (BERNSTEIN, 2011, p. 34).

Em *O Capital*, Marx argumentou que a *acumulação primitiva* é o processo histórico de separação entre os que produzem e os meios de produção. “Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p. 340). Os marxistas atuais defendem que o processo de *acumulação primitiva*, que por sua vez marcou o início do pré-capitalismo após o fim do sistema feudal, não desapareceu ao logo da história, sendo que os imperativos da *acumulação primitiva* é um processo presente nas sociedades contemporâneas. Isso vem sendo demonstrado, por exemplo, por autores da geografia (LENCIONI, 2012; GOGOY, 2018) e das ciências ambientais (EGGER, *et al.*, 2021). Na sociedade contemporânea, a *acumulação primitiva* ou por espoliação, é um processo que ainda perdura na rapinagem capitalista sobre os recursos naturais (LENCIONI, 2012; EGGER, *et al.*, 2021). Isso corresponde a um processo de acirramento das múltiplas formas de violência nas disputas por terra, água, madeira, minério etc.

2.5 NEXOS ENTRE CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS: RACIONALIDADE ECONÔMICA, RUPTURA METABÓLICA E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Desde o primeiro (de 1870 a 1914) e o segundo (de 1940 a 1970) Regime Alimentar Internacional – RAI (BERNSTEIN, 2011), o fortalecimento das forças produtivas, sobretudo no final do século XIX, e o avanço das indústrias de grande potencial poluidor, aliado ao crescimento da agricultura de base tecnológica, mercantil e financeira, impulsionando o que se

chamou de “Revolução Verde”; que visava à maximização da produção baseada no mito da escassez de alimentos para o futuro da humanidade, devido ao crescimento desproporcional em relação à produção de alimento – teoria Malthusiana – segundo RAI, inferiram nos múltiplos usos da terra, além de mudanças nas formas de adaptabilidade humana nos ecossistemas, diferentes formas de conflitividades latentes, ao passo que se persistiu/persiste uma sincronia histórica marcada por fortes desigualdades socioterritoriais e sobre o acesso e o direito aos recursos naturais impulsionadas, não poucas vezes, pelas realidades políticas e pela hegemonia das classes privilegiadas subordinadas voluntariamente ao capitalismo imperialista ecológico global, que por meio de uma falsa ideia de “desenvolvimento sustentável”, permitiu o avanço do progresso econômico sob o uso dos recursos naturais do ambiente numa sincronia de fortes desigualdades sociais.

No Brasil, este modelo de produção deu origem ao que se chama de agronegócio das *commodities*, que no caso da agricultura, baseia-se nas diretrizes da intensiva utilização de sementes melhoradas; particularmente, sementes híbridas, dependência de insumos industriais; fertilizantes e agrotóxicos, e o preparo da área de plantio com o uso de mecanização para diminuição do custo de manejo, cumprindo a agenda das multinacionais fabricantes de fertilizantes e incentivando os latifúndios por meio de uma histórica política agrária desigual. O incentivo ao uso de agrotóxicos vem de um pseudoargumento considerado científico e político, de que não é possível produzir sem o uso dos pacotes tecnológicos ofertados pelas multinacionais do ramo agroquímico. A bancada ruralista, aliada ao apoio de empresas do ramo agroquímico e alimentício como Bayer/Monsanto, Basf, BRF, JBS-Friboi, Bunge, Syngenta, Cargill, Sadia Perdigão e Seara, financiadoras do motor logístico e tecnológico das pesquisas de interesse privado, aliadas ao mundo das finanças (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDS e Caixa Econômica Federal), formam um campo de forças de usos políticos e ideológicos que compõem as bases legais e morais de formas de dominação históricas no campo da agricultura capitalista, consolidando as ações dos agentes hegemônicos do capital moderno-colonial patriarcal e a ideologia do processo econômico, ou, em outras palavras, *racionalidade econômica* moderna, como bem assinalou Enrique Leff.

No atual período de globalização econômica, a reação das elites no sentido de retomar as bases hegemônicas de poder perdidas pela ascensão dos partidos progressistas, sobretudo na América Latina e Caribe, tem sido uma das principais agendas que devem marcar as próximas décadas, e tem configurado diversas formas de conflitividades latentes em todas as regiões do planeta. A obediência das oligarquias nacionais às agendas do imperialismo ecológico global, no contexto do capital em sua atual fórmula econômico-autoritária, vem impondo um projeto global de dominação da/natureza, e isso tem refletido na questão agrária, e nos territórios das comunidades diversas consolidados e em suas riquezas naturais, sobretudo nos territórios de camponesas/camponeses sem-terra, quilombolas e indígenas; onde forças reacionárias têm

assumido um papel fundamental no processo de *ruptura* no campo político e jurídico, visando flexibilizar uma agenda econômica de privatização daquilo que é público e exploração de recursos naturais estratégicos nestes territórios, sobretudo nos países ricos, em reservas minerais, água, e terra. O processo de *extrangeirização de terras* públicas no Brasil é um importante exemplo que ilustra o interesse do capital internacional nestes recursos. O avanço do sistema mundo capitalista, moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2018) e patriarcal (também conhecido como agronegócio das *commodities*), tem feito projeções em busca de um evidente desapeço ao pacto societário popularmente conquistado por meio do sistema eleitoral nos diversos países ricos em recursos naturais estratégicos, e a vontade popular por meio de procedimentos eleitorais tem sido um dos principais empecilhos ao novo processo de *acumulação primitiva* que envolve a rapinagem sobre os recursos naturais no contexto da *racionalidade econômica* capitalista, sobretudo nos países da América Latina e suas regiões ricas em recursos naturais, que por sua vez, tem a *violência específica* como significado prático. Há uma mudança brutal nas formas de interpretação do mundo que, se de um lado avança na construção de novas epistemologias, de outro lado, tem ampliado a “fenda irreparável no metabolismo social” identificada por Marx: a teoria marxista da *ruptura metabólica* (FOSTER, 2012; CLARK; FOSTER, 2012; SACHER, 2015), que separa o homem (e seus modos de produção e reprodução), dos ciclos naturais da natureza.

No amplo mapa amazônico, predomina-se, nessa sincronia, a persistência de um falso discurso ecológico de “desenvolvimento sustentável”, onde os recursos naturais estratégicos, como ativos do capital (a exemplo do minério, da água, da terra e da madeira) tem sido o foco central de toda forma de avanço, desterritorialização e ofensiva política, que apesar de contemporânea, não obstante, ainda possui frações de domínio ao estilo colonial. O nexos colonização/exploração tem se demonstrado, agora, mais vivo do que nunca na ecologia das classes dominantes.

Na Amazônia brasileira, ainda se predomina e se fortalece cada vez mais uma espécie de “coronelismo amazônico²⁰”, onde o surgimento/fortalecimento (ampliação) das agromilícias tem se ramificado espantosamente no espaço rural e tem feito fortes alianças com políticos locais, regionais e nacionais, no sentido de protagonizar um processo explícito de *violência específica* nos territórios das comunidades diversas na Amazônia, (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra e posseiros) de invasão e desmatamento em áreas públicas. No estado de Rondônia, as ações das agromilícias estão ramificadas, sobretudo, nas áreas públicas e nos

²⁰O termo “coronelismo amazônico” traz o poder inquestionável de latifundiários e de grandes empresários locais, sobretudo do ramo madeireiro, e seus poderes inquestionáveis, onde, muitas vezes, a sociedade local, e até mesmo o poder público local, estão entre as mãos deles, que tem presença muito forte nas corrutelas amazônicas, locais onde, geralmente, predominam duas leis: a do “mais forte” (aquele que possui “cotas de poder” em desfavor dos menos visibilizados nos diversos ambientes e instituições da sociedade) e a do “lobo solitário” (aquele que faz “justiça” com as próprias mãos, incluindo ameaças e assassinatos de defensores da natureza e dos territórios), sendo que ambas têm o mesmo sentido. Outros preferem o termo agrobandidagem.

territórios consolidados das comunidades diversas, como é o caso da atuação da agromilícia na RLB do PA Margarida Alves, demonstrada nas operações “Terra Roxa” e “Terra Legal²¹” realizadas entorno da RLB do PA Margarida Alves e na prisão do empresário do ramo madeireiro e latifundiário rondoniense considerado o maior desmatador do Mercosul²². O avanço das agromilícias mostra como a versão atual latifúndio tem ampliado suas ações na Amazônia, no contexto geopolítico da virada global da extrema direita.

Porto-Gonçalves, et al., (2018), trazem essa sincronia de desapeço a vontade popular por meio do voto ao analisarem o papel protagônico das oligarquias no processo de *ruptura política* e jurídica que resultou no impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff e na prisão e impedimento da candidatura de Lula da Silva, demonstrando assim que:

O que está em curso é uma verdadeira “guerra de classes” que as oligarquias dominantes voluntariamente subordinadas ao imperialismo, sobretudo estadunidense, estão movendo contra os setores populares, incluindo amplos setores das classes médias, mas sobretudo contra as classes populares das periferias urbanas, pequenos proprietários agricultores familiares, camponeses de variada formação, quilombolas, povos indígenas e etnias. Passados pouco mais de três anos, desde que foi abertamente desatada a campanha para bloquear o resultado as eleições de 2014, não há a menor dúvida que as oligarquias dominantes vêm protagonizando uma aberta luta de classes contra as classes populares (PORTO-GONÇALVES, et al., 2018, p. 3).

Assim, o contexto da geopolítica do golpe no Brasil, para o qual os autores chamam de *ruptura política*, tem atualizado o caráter de uma sociedade com enormes desigualdades e conflitos, marcando uma formação territorial baseada na concentração de recursos naturais estratégicos, forjada nas relações sociais (desiguais) de *produção e reprodução* (BERNSTEIN, 2011) da vida, transvestida de criminalização da luta dos movimentos sociais e comunidades

²¹ Operações realizadas na RLB do PA Margarida Alves em Nova União, Rondônia entre outubro de 2016 a fevereiro de 2017 que possibilitou o desmonte de uma poderosa organização criminosa (assim chamada no âmbito das operações) que se ramificava nos municípios de Nova União, Urupá, Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste, Ariquemes, Teixeiraópolis e Alvorada do Oeste e aterrorizavam a vida dos assentados, realizando invasões, retirada de madeira de forma ilegal, ameaças e violências diversas contra assentadas/assentados, incluindo cárcere privado e tortura de liderança comunitária e de outros membros do Movimento. Nas duas operações foram cumpridos 10 mandados de prisão entre agentes públicos (policiais militares), fazendeiros aglutinados à área de reserva, advogados, além de condução coercitiva para políticos e familiares de políticos da região, figuras públicas “importantes” no contexto político da região.

²² Dono de mais de 100 madeireiras (todas em nome de laranjas) distribuídas nos municípios de Cujubim, Monte Negro, Ariquemes, Machadinho do Oeste e nos distritos de Porto Velho (Extrema, Vista Alegre do Abunã e União Bandeirantes), preso no âmbito da operação “Deforest”. O mesmo é acusado de ser um dos líderes de agromilícias que atuavam nessas regiões, sobretudo nos municípios de Cujubim, Machadinho do Oeste e Monte Negro praticando invasões, assassinatos, retirada de madeira ilegal e desflorestamento em terras públicas. No município de Cujubim a milícia utilizava-se de forte poder, por meio da pistolagem, praticada, inclusive, por agentes públicos, atuando, sobretudo, Estação Ecológica Soldado da Borracha, onde realizavam invasões, homicídios, extorsões, extração ilegal de madeira e desmatamento. A agromilícia contava ainda com uma porteira vigiada por pistoleiros fortemente armados que regulavam a passagem de posseiros, caminhões carregados de madeira ilegal, e trabalhadores, sobretudo jovens, de municípios como Ji-paraná, Nova União, de acampamentos e assentamentos, recrutados pelos chamados “*gatos*” (aquele que recruta trabalhadores de forma ilegal para o trabalho escravo) para realizar desmatamento, serragem de madeira com motosserras, construção de benfeitorias (como curral, casas e cercas) nas áreas invadidas. O grupo ainda é formado por empresários do ramo agropecuário e de supermercados dos municípios onde a agromilícia é atuante; políticos locais e outros agentes públicos. Um grande avanço desta milícia se deu com a aprovação do Projeto de Lei 242/2018, que propõe a extinção da Estação Ecológica Soldado da Borracha em Cujubim, criada pelo Governo do Estado, através do Decreto 22.690, de março de 2018. O projeto de lei foi aprovado, por unanimidade, na assembleia legislativa de Rondônia, sem estudos científicos que justifiquem a decisão e sem audiência e discussões com a sociedade, sobretudo sem a participação das comunidades envolvidas.

diversas, na *violência específica* explícita e implícita. Little (2004) traz outra face que está nas diversas formas de embates, entre os grupos sociais, na perspectiva dos distintos modos de inter-relacionamento ecológico. “Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico” (LITTLE, 2004, p.1), cujos sujeitos sociais também têm protagonizado diversas formas de embates, baseadas no interesse por recursos naturais, sobretudo terra, madeira e minério, na negação do outro e na *violência específica*.

Na Amazônia brasileira, a expansão da agricultura globalizada é hoje um fenômeno que, graças ao amplo domínio ideológico (basta ver a propaganda sobre o agronegócio em horário nobre), impressiona tanto os reacionários – ao passo que, voluntariamente deposita sua crença na grandeza desse modelo econômico autoritário – quanto os estudiosos dos vários campos das ciências. É graças ao modelo de agricultura norte-americano *agribusiness* (agronegócio), baseado na transformação da produção em *commodities* (gado, grãos, minério, madeira, terra e água etc.), sobretudo o da soja, que o PIB *per capita* do estado do Mato Grosso, por exemplo, tornou-se maior que o do brasileiro. Entretanto, se por um lado, a dimensão econômica pode ser considerada um “sucesso”, cujas taxas superam as do Brasil, por outro lado, não se pode afirmar o mesmo em relação aos fatores socioeconômicos de renda distribuída, cujos indicadores revelaram uma medíocre distribuição de renda e riqueza, contribuindo para a persistência de um elevado nível de desigualdade econômica e social, revelando as contradições da expansão da soja na Amazônia brasileira, sobretudo no estado do Mato Grosso (CUNHA, 2008) e outros da Amazônia Legal, que hoje já representam um processo de acirramento dos conflitos socioambientais em função do avanço do capitalismo verde e agropecuário, que tem consolidado o processo de dominação do espaço e do tempo na natureza, nas diversas regiões da Amazônia.

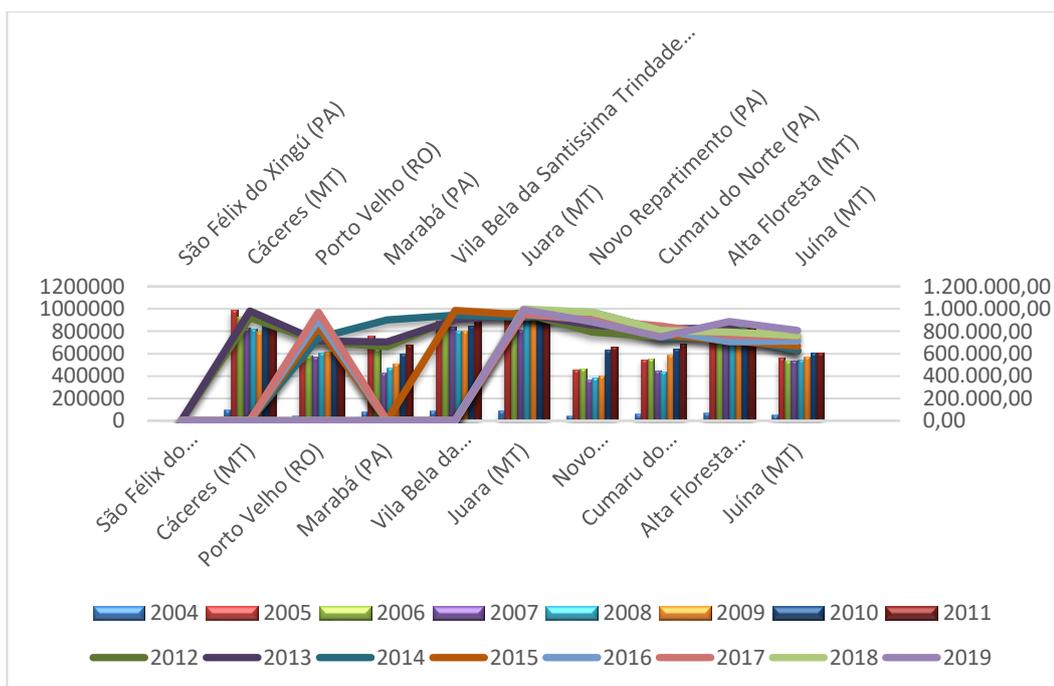
Outra contradição similar também foi observada a partir das dinâmicas territoriais estruturantes no estado de Rondônia, que partiram de determinações históricas de acumulação do capital em forma de terra e, impulsionando a transformação territorial. A partir de então, é possível notar a existência de uma agricultura capitalista-tecnicista-desenvolvimentista que é fragmentadora dos espaços agrários, ao passo que o Estado, aliado aos grupos hegemônicos, tem buscado uma densidade e articulação nesta conjuntura desigual e contraditória (COSTA SILVA, 2010). Sobre o efeito da expansão da fronteira agrícola nas dinâmicas territoriais na Amazônia, Costa Silva (2015) traz as seguintes considerações:

A globalização avança em todas as regiões do planeta, modificando as coesões territoriais formadas ao longo da história. Na Amazônia brasileira esse processo se manifesta de modo fragmentado, impondo a territorialização das lógicas globais do mercado nas bordas da floresta, como ocorre atualmente em Rondônia. O agronegócio globalizado invade o espaço o rural com novos produtos destinados aos mercados nacional e internacional e o resultado se traduz no rompimento das dinâmicas endógenas, seja com a introdução de uma nova atividade agrícola, seja com a renovação técnica de atividades agropecuárias incorporadas aos circuitos espaciais produtivos globalizados. Ainda de forma embrionária, a transformação do meio técnico para um meio geográfico técnico-científico-informacional constitui condição

e resultado do avanço da globalização nas regiões periféricas. Dessa forma são empíricas as verticalidades geográficas desse período de grandes metamorfoses sociais e territoriais, que ainda comparecem em manchas ou pontualmente, mas, inegavelmente, são indicadoras dos fluxos de modernização alinhados aos processos globais. A modernização do espaço agrícola com a inserção das *commodities*, sobretudo a soja, impõe a expulsão de camponeses para outras áreas rurais ou para cidades, sendo a urbanização um resultado das transformações do campo equipado com novos sistemas de objetos e mobilizados pelos sistemas de ações das grandes empresas do agronegócio (COSTA SILVA, 2015, p. 21).

O avanço da agricultura globalizada no contexto da geopolítica do capital condiciona as práticas e representações sociais locais de ambiente ao dinamismo global no determinar dos anos. Dessa forma, a dinâmica territorial está cada vez mais sob os comandos da lógica que impõe o capitalismo na agricultura. A contradição se dá, sobretudo, com a expulsão do campesinato por meio do processo de migração campo-cidade, uma vez que o agronegócio se constitui por grandes e médios produtores e se consolida por ações projetadas por grupos hegemônicos do Estado.

Figura 2 – Gráfico do Ranking de bovinos por município na Amazônia Legal no período de 2004-2018



Fonte: Pesquisa da Agropecuária Municipal (IBGE, 2020). Elaboração do autor (2021).

Para melhor ilustrar, um avanço impressionante do agronegócio na Amazônia nas últimas décadas também se deu com a expansão da agropecuária na Região. Até 2018, por exemplo, São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Cumaru do Norte (Pará), Cáceres, Alta Floresta, Juara, Juína, Vila Bela de Santíssima Trindade (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), são os municípios que mais avançaram no rebanho bovino, desde a década de 2000. Em Rondônia, Porto Velho, capital do estado, é o município que mais se destaca tanto no quantitativo de bovinos – compondo o terceiro lugar no *ranking*, na Amazônia Legal – quanto

o aumento gradual ao longo das duas últimas décadas, cerca de 145% neste período. O caminho das pedras que Porto Velho encontrou para o avanço da pecuária, além do incentivo do Estado e da flexibilização das regras ambientais, pode estar nos pequenos povoados que compõem os 14 distritos do município (Nova Califórnia, Extrema, Abunã, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã, Mutum Paraná, Nova Mutum Paraná, Jaci Paraná, União Bandeirantes, Rio Pardo, São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação) e suas dinâmicas territoriais estruturantes marcadas por expressivas transformações geográficas impulsionadas por políticas públicas de incentivo ao desmatamento e expansão da pecuária extensiva ao longo dessas últimas décadas, que teve no “fato consumado” uma flexibilização das leis ambientais, o que possibilita concretizar o fenômeno chamado de antecipação espacial (CORRÊA, 2000) como projeção dos grupos econômicos e agromilícias ligados à agropecuária na Região Amazônica. É também nestes distritos que estão localizados os empreendimentos dos grandes empresários do ramo madeireiro e agropecuário. As agromilícias, geralmente são integradas por esses mesmos empresários, que controlam o mercado local de terras e invadem áreas públicas e os territórios demarcados. Estes são os “coronéis da Amazônia” que fazem o mando e o desmando nestas regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Cabe lembrar também que o uso político, aliado ao auxílio da ciência proporcionou uma expansão extraordinária, impactante e contraditória (no sentido de extensão territorial e PIB *per capita*), apoiada por instituições públicas. Impulsionada pelas políticas públicas desencadeadas pelo governo militar, se despontou no passado e tem se despontado no período atual como um elemento essencial à expansão do agronegócio na Amazônia brasileira. O que se observa, em grandes avanços da transformação da produção em *commodities* na Região Amazônica, que se deu principalmente por meio de financiamento subsidiado da produção através dos programas POLOCENTRO e POLONOROESTE aos quais instituições oficiais, como é o caso da EMBRAPA, desencadeou enormes gastos com pesquisas de interesse privado. Aliado a isso, os programas de créditos subsidiados por governos posteriores (sobretudo pelos governos de FHC, Lula e Dilma) desencadearam uma explosiva expansão do agronegócio das *commodities* na Amazônia, marcando um período posterior de aliança positiva entre as oligarquias nacionais e a chamada esquerda política – rompida com o golpe parlamentar de 2016 – o que possibilitou em maior expansão do capital agrário moderno-colonial patriarcal, que hoje representa o cerne de uma agenda econômica autoritária na geopolítica de um “desenvolvimento sustentável” que deixou a questão ambiental para além do segundo plano. Hoje, a EMBRAPA, diga-se de passagem, instituição pública subordinada de forma estratégica aos interesses da burguesia agrária, tanto no campo das pesquisas genéticas e edafoclimáticas, quanto no campo conceitual, tem se esforçado cada vez mais em oferecer à falsa ideia de evolução econômica global. É de longa data que a EMBRAPA tem sido uma instituição alinhada de modo hegemônico a uma visão unilateral e totalitária do modo de agricultura capitalista.

Morin (2005), ao analisar o panorama da ciência contemporânea, trata estas práticas, típicas das ciências duras e da intervenção do capital na natureza, de “ideia de progresso”, e através da *razão complexa*, defende a necessidade de um progresso na ideia que se prega. Leff (2009) vai além, tratando a *racionalidade econômica* pelo ponto de vista do “desenvolvimento sustentável”, através da relação colonização/exploração que se instaurou, o que, como resultado, é conveniente chamar de crise ambiental, que é uma crise da razão, do conhecimento e dos modelos interpretativos dominantes.

A racionalidade econômica que se instaura como o núcleo duro da racionalidade da modernidade, se expressa em um modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico do planeta Terra e minando suas próprias condições de sustentabilidade. Uma vez que o capital alcançou um certo grau de desenvolvimento – de elevação na sua composição orgânica – sua reprodução ampliada requer novas fontes de acumulação que lhe permitem ampliar as taxas de mais-valia. A apropriação dos recursos naturais dos países tropicais e a exploração do trabalho das populações indígenas das regiões colonizadas pelos países europeus cumpriram essa função estratégica para expansão do capital. Assim se foi gerado um *processo de subdesenvolvimento* como resultado da divisão internacional do trabalho, a troca desigual de mercadorias e a degradação ambiental gerados no processo de globalização do capital (LEFF, 2009, p. 27).

[...]

A ideologia do desenvolvimento *sostenible* desencadeia, assim, um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento. O discurso da *sostenibilidad* aparece como um simulacro que nega os limites do crescimento, para afirmar a corrida desenfreada até a morte antrópica do planeta. O neoliberalismo ambiental planeja acima de toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a processos que ultrapassam toda a norma, referencial e sentido para controlá-lo. Se as estratégias do ecodesenvolvimento surgiram como resposta à crise ambiental, a retórica da *sostenibilidad* opera como uma estratégia fatal, uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe (LEFF, 2009, p. 236).

A racionalidade econômica, instaurada por meio da relação colonização/exploração de um discurso verde de “desenvolvimento sustentável”, que se buscou ao longo dos anos, também é um *pseudoargumento* considerado científico e político, que tem sofrido um processo de fortalecimento nas últimas décadas, sobretudo no Brasil, o que pode ser visto em volta de toda forma de intuição sobre aquilo que já foi superado há muito tempo, por meio das descobertas revolucionárias, nas estruturas das revoluções científicas e paradigmas emergentes. No ambiente político tem sido muito comum o uso de temas abstratos (como o terraplanismo e o negacionismo climático) para desqualificar o fazer científico baseado no método, aliado ao sucateamento de setores da pesquisa e na tentativa de construir uma agenda de privatização do ensino público e o avanço das pesquisas de interesse do capital.

Tal falsa ideia tenta justificar o progresso econômico através de pautas que desprezam territórios, os povos que neles habitam, os modos de vida e os direitos humanos e da natureza; esta última, por sua vez, nunca teve direito algum. A criminalização dos movimentos sociais do campo, hoje, (no Brasil), sob o discurso do importante movimento ser um entrave ao desenvolvimento da agricultura, é uma das principais pautas de ofensivas. A capacidade de organicidade dos movimentos de luta pela terra, como agentes de transformação social, de articulação local, regional, nacional e internacional com outros movimentos e a habilidade de

síntese dos processos políticos sociais e econômicos de âmbito local ao global (entre outras coisas), tem colocado o MST como o alvo principal no processo de criminalização explícita das lutas populares por transformações sociais.

Outra questão que se deve lembrar está na vaidade política da maior parte dos sujeitos que se encontram em toda história, a qual mudam as cadeiras, mas a mediocridade neste ambiente, majoritariamente, ainda é sempre a mesma. Em outra ocasião, no contexto geopolítico francês, semelhante ao contexto passado e atual no Brasil, Marx trata esse comportamento alertando para a cretinice parlamentar, que pode ser verificada na análise da figura inteiramente insignificante de Luiz Bonaparte, quando Marx escreve a importante obra “*O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*” (MARX, 2000/ [1851/1852]. Isso também se verifica em outros sujeitos de infinita mediocridade que atuam no cenário político brasileiro. Não obstante, é um comportamento histórico e se tornou marca registrada dos versados de nacionalistas, encarnados de espírito constituinte, cuja estupidez pulsa a cada dia com maior intensidade. A contribuição de Marx quando analisa o papel da luta de classes no contexto político, social e econômico francês, que criou condições para que os sujeitos medíocres (como o próprio Marx chama o famoso Napoleão III, coroado após dar um golpe apoiado pela elite francesa e por militares²³) desempenhassem um papel de herói, nos ajuda a compreender o perfil daqueles que sempre atuaram no ambiente político brasileiro, por meio do qual, quase sempre, podemos chamar de tragédia.

2.5.1 A ecologia de Marx

A profundidade do que temos proposto também nos leva ao que Marx identificou, em sua “fenda irreparável no metabolismo social”, ao analisar as consequências do uso capitalista da terra nos ciclos naturais e no processo de distanciamento do homem com a natureza, e que temos utilizado aqui por via de uma *ruptura metabólica* que, não é só uma teoria ecomarxista; é uma demonstração de que a acusação que pesa sobre Marx de ser produtivista, por privilegiar o desenvolvimento das forças produtivas, negar a natureza em sua teoria do valor e o lado negativo do desenvolvimento científico e tecnológico, é positivista e segue à risca os fundamentos dos neofuncionalistas e que, portanto, ecologia e marxismo são campos que não se divergem.

Na América Latina, Enrique Leff é o mais importante exemplo do que temos argumentado sobre a pseudoincompatibilidade entre ciências naturais e ciências sociais. Além de atuar na epistemologia ambiental, Leff é um dos grandes nomes do ecomarxismo na América Latina. Para dar um exemplo de como a incompatibilidade entre marxismo e o paradigma descolonial não tem respaldo em um problema real, vejamos na obra “*saber ambiental*” (LEFF, 2015) como o autor se pronuncia sobre o processo de dominação da natureza através de temas

²³ Ver em Morissawa, 2001, p. 27-29.

como civilização e racionalidade capitalista reciclando um domínio teórico-conceitual profundo, tanto da natureza humana quanto da natureza do mundo capitalista:

A civilização judeu-cristã, com sua pretensa superioridade do homem sobre os demais seres vivos, gerou um processo de dominação da natureza através da ciência. A racionalidade capitalista se construiu em torno de uma doutrina econômica que aspira a uma cientificidade fundada numa racionalidade formal e em sua eficácia técnica, cada vez mais afastadas da subjetividade e dos valores, o que levou a superexploração de recursos e ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais (LEFF, 2015, p. 86-87).

Outra grande contribuição de Leff está em *Ecologia, capital e cultura* (LEFF, 2009), considerado um marco no pensamento crítico latino-americano, que traz uma epistemologia crítica profunda desenvolvida através da união entre ciências naturais e sociais. O próprio conceito de racionalidade desenvolvido por Leff demonstra um intenso diálogo entre a epistemologia ambiental e o pensamento crítico; pode se ver esta postura em outros autores que também utilizaram o termo racionalidade em outros campos de estudo, como o antropólogo marxista Maurice Godelier.

Todas essas questões postas acima (além de um campo imensurável de outras questões) forma uma racionalidade de mundo que está arraigada em questões históricas profundas de dominação/exploração, que também está inserida como elemento essencial na nova Época geológica antropocena (VEIGA, 2017), em que o “sistema terrestre” ingressou, e que amplia a *ruptura metabólica* e o risco de *colapso* geral das democracias e é fortalecida nos campos da pseudociência e pseudopolítica. Não obstante, é necessário lembrar que os modelos interpretativos dominantes, baseados em respostas simplistas de questões sobre o “Sistema Terra”, sempre esteve a cargo de um nexo de saber-poder para imputar verdades absolutas e o domínio de classe. Foi assim que, na idade média, a Inquisição mobilizou a Igreja Católica à perseguição da livre investigação de questões sobre a Natureza. Figuras importantes nas descobertas da Terra, se de um lado realizaram grandes feitos para a humanidade; de outro, grande parte foram submetidos a questionamentos que variavam da prisão à guilhotina, à forca ou à fogueira por não abdicarem a uma visão simplista e totalitária de mundo.

É neste cenário arraigado no contexto histórico das verdades absolutas que entendemos o movimento negacionista que se funda cada vez mais no âmbito do imperialismo ecológico global (CLARK; FOSTER, 2012) contra as múltiplas e simultâneas opressões expostas nas narrativas dos movimentos antirracistas, feministas, ecologistas entre outros. O negacionismo é uma das questões que pesam na ampliação da *ruptura metabólica*, porque carrega consigo um feixe de verdades absolutas que impõem popularmente sobre o que já foi posto em xeque há séculos, por cientistas independentes das teorias do Sistema Terra, distanciando o homem cada vez mais da natureza.

A *ruptura metabólica* evoca intimamente uma relação do hoje que tem sido chamada por muitos autores de “ecologia e marxismo” ou ecomarxismo. Essa mesma corrente teórico-política também tem apontado para o surgimento de uma nova época geológica, o Antropoceno, que se descreve pela relação do homem com a natureza, a partir dos modelos interpretativos

que tiram a capacidade humana de interpretar fenômenos (mudança de clima, falta de recursos, conflitos, desmatamento), que nos impõem cada vez mais à percepção de que estamos fora da natureza. *Ruptura metabólica* é o processo de separação do homem da natureza. É o processo pelo qual infere padrões comportamentais contrários aos ciclos naturais, rompendo os laços de ligação humana com a natureza. A alienação com as questões ambientais tem sido tão alarmante que é preciso recorrer aos artistas nacionais e internacionais (que nada entendem a profundidade e a gravidade dessas questões) para mobilizar uma questão local. Não é exagero nenhum refletir a *ruptura metabólica* como um aspecto contemporâneo da alienação em Marx.

A “*teoria marxista da ruptura metabólica*” (*Marx’s theory of metabolic rift*) foi proposta inicialmente por John Foster, em 1999, a partir do conceito de metabolismo social de Marx. Foster publica sua primeira versão da “Teoria de Marx da *ruptura metabólica*” em um artigo na referida revista *American Journal of Sociology*, que mais tarde se aprofunda com mais detalhes a partir da publicação de “*A ecologia de Marx*” (*Marx’s Ecology*), da qual Foster examina as principais dimensões reais do pensamento ecológico marxista a partir de elementos que Marx fornece ao abordar os diferentes usos da terra, a partir dos problemas de fertilidade do solo causados pela agricultura capitalista.

A partir do livro III de “*O capital*” é possível encontrar elementos mais claros de que Marx fundamenta sua contribuição a uma crítica ecológica. Posteriormente, John Foster elaborou a “*teoria marxista da ruptura metabólica*”, que atua como parte da teoria ecológica marxista e visa decifrar/resolver os problemas ambientais da atualidade, integrando, de um lado, a corrente teórico-política do marxismo e o seu contributo à crítica ao capitalismo, e a necessidade de levar em consideração os problemas ecológicos e os limites da natureza, de outro lado.

Em Marx, o uso do conceito de metabolismo social refere-se às relações de trocas de materiais. O que Foster identifica, então, é que a contribuição ecológica mais apontada de Marx, entretanto, encontra-se em sua teoria de “fenda metabólica”. Nesta mesma ocasião, em *O capital* III, Marx examina a perda de nutriente a partir dos usos do solo pelas práticas de agricultura capitalistas. Inicialmente, a ideia de ruptura estaria associada à interferência nos processos ecológicos naturais a partir dos métodos capitalistas de exploração do solo para a agricultura, seguidos de exaustão do solo para a garantia de maiores lucros em menos tempo, da natureza. No capítulo 47, do terceiro volume, por exemplo, Marx se dedica à crítica da economia política à gênese do aluguel capitalista da terra e alerta para um esgotamento da vitalidade do solo.

Marx sinalizou para uma “fenda irreparável” anunciada no ceio da exploração capitalista da terra, a partir da quebra dos ciclos naturais nas relações que Marx chama de cultivo agrícola racional do solo. Na verdade, para analisarmos de modo específico, como afirma o próprio Marx:

A pequena propriedade pressupõe que a de longe preponderante maioria da população é rural e que predomina não o trabalho social, mas o trabalho isolado; que, por isso, a riqueza e o desenvolvimento da reprodução, tanto em suas condições materiais quanto espirituais, está excluído sob tais circunstâncias e, por conseguinte, também as condições de um cultivo racional. Por outro lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (MARX, 1986, p. 266).

Ou seja, causa uma ruptura nas relações que ligam o homem com a Terra, através do que Marx chama de cultivo racional; em nossas palavras: nos modos de produção sustentável. Esta ruptura metabólica, inicialmente, estaria associada ao que Marx chamou de uma “fenda irreparável” no metabolismo social, “prescrito pelas leis naturais da vida”, intrínseca a uma relação metabólica natural do homem com a natureza. Esta “ruptura, no contexto do metabolismo social” iniciada por Marx e, posteriormente, elaborada mais a fundo por Foster está associada, portanto, à interferência capitalista nos ciclos metabólicos naturais fechados. Marx, fazendo uma distinção entre modos de cultivar o solo (capitalista e não capitalista), analisa também, neste mesmo caminho, os impactos da agricultura capitalista que transcendem a exploração do trabalho humano e tem respaldo no esgotamento do que ele chama de “força natural da terra”. Isso acarretaria, além do “esgotamento da terra”, que seria a perda de nutrientes; como bem explica hoje os estudos das ciências agrárias, em novas táticas capitalistas de acumulação da terra.

Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para esgotamento da terra (MARX, 1986, p. 266).

Esta interpretação é, de certa forma, um triunfo para analisar os processos atuais na perspectiva da exploração da natureza. Embora Foster seja duramente criticado por autores positivistas-funcionalistas, a “*teoria marxista da ruptura metabólica*” tem sua validade, uma vez que rompe com os fundamentos das correntes que argumentam sobre Marx ser produtivista, e que, supostamente, não observou a fundo a interferência da economia capitalista sobre a natureza. O conceito de Foster é também importante para a construção da corrente teórica do ecomarxismo que se propunha a analisar a interferência capitalista nos ciclos metabólicos naturais, a qual estabelece o desafio da ecologia crítica, de colocar gente nos ecossistemas e analisar suas relações/interações e efeitos no contexto do mundo da exploração capitalista da natureza.

No contexto dos países ricos em recursos naturais estratégicos, a *ruptura metabólica* se alastra também sobre aquilo que é público e, como forma de desterritorialização das comunidades diversas, possibilita a conversão dos recursos naturais aos desígnios da ação

capitalista, colocando, assim, a espécie humana, cada vez mais fora da natureza, o que agora podemos ver como antropocentrismo. É neste mesmo contexto latino-americano que importantes contribuintes do ecomarxismo têm se destacado, entre os quais, Enrique Leff e, de forma tímida, Carlos Walter Porto-Gonçalves. Entre os ambientalistas críticos da América Latina, o geógrafo ambiental Carlos Walter Porto-Gonçalves tem sido um importante pensador da ecologia política e defensor da *ruptura metabólica* que vê um processo de aprofundamento da “fenda” a partir do estabelecimento da nova época geológica do Antropoceno, apesar de ignorar explicitamente a importante contribuição de Marx e Foster. Na verdade, essa postura é própria de muitos intelectuais alinhados ao paradigma moderno-colonial e à defesa de epistemologias próprias para interpretar o caráter plural dos povos e comunidades diversos, assim como, as lutas pela natureza, a característica própria dos sistemas políticos, os processos de reorganização produtivista e rupturas na América Latina. O próprio Carlos Walter Porto-Gonçalves ressalta que o Marxismo é fundamental e que muitos anos (perto de Marx), assim como ele (o Carlos Walter) precisam descer das costas de Marx se quiserem entender a profundidade dos problemas da questão socioambiental na América Latina, sobretudo, na Amazônia. O Chileno Fernando Mires é mais radical ainda e proclama sua crítica à economia política na obra “*O discurso da natureza*” e acusa de forma explícita a economia burguesa e marxista de ocultar o significado da natureza na formação do capital (MIREN, 2012). Uma observação importantíssima da obra polêmica de Fernando Mires está na atuação medíocre das chamadas esquerdas políticas na América Latina, que seguem ainda amarradas a uma lógica econômica não menos “progressista” que as chamadas direitas conservadoras. No Brasil, o caso do avanço do capitalismo verde, das hidrelétricas na Amazônia e a expansão do agronegócio nas regiões do Cerrado e da Amazônia nos governos de Lula e Dilma demonstra, além de um crescimento econômico que impossibilita a transição ecossocietária; uma democracia antiecológica, cuja ecologia foi um tema secundário, confirmando, portanto, o mérito do questionamento de Mires e sua importância na superação do pensamento ainda hegemônico na maioria dos países da América Latina. É necessário um pensamento ecológico político libertário que dê condições de privilegiar e emancipar o ecologismo dos povos e comunidades diversos e que, sobretudo, seja capaz de colocar em xeque as ecologias sem política e as políticas sem ecologia do “crescimento econômico”, das chamadas esquerdas políticas ao ecofascismo, que agora se funda na virada global da extrema direita e amplia a *ruptura metabólica*.

Apesar de ignorar explicitamente a “*teoria marxista da ruptura metabólica*” de Foster, é possível identificar elementos claros da corrente teórica do ecomarxismo no pensamento dos descolonizados. É possível ver, por exemplo, no próprio caso do geógrafo ambientalista, Carlos Walter, ao considerar que “a industrialização da agricultura implica na ampliação da ruptura metabólica com a imposição do tempo da indústria submetido pelo tempo da concorrência entre os capitais para aumentar seus lucros” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 99). Outra observação

importante do geógrafo ambientalista descolonizado está na relação em que o processo chamado de “urbano-industrialização do mundo rural promove o aumento de sem-terras e da população urbana e, assim, amplifica a ruptura metabólica e acelera o colapso ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 106). Os nexos entre o pensamento crítico a ecologia e o paradigma descolonial marca profundamente suas reflexões acerca do perfil de rapinagem capitalista, em torno dos recursos naturais e sua natureza civilizatória, quando afirma, por exemplo, que a “ruptura metabólica se aprofunda com a expulsão das comunidades étnicas e camponesas da terra. Com a terra livre dessas comunidades e à disposição do capital em sua sanha de acumulação incessante, caminhamos a passos certos para o colapso ambiental!” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 108), e lembra também que “a violência e a devastação são enormes com a expansão dos latifúndios produtivos, moderno-coloniais com suas monoculturas anti-indígenas, anti-quilombolas e anti-camponesas” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 110).

2.5.2 Alternativas à ruptura metabólica

É frente a isso que aparece, no decorrer do processo histórico, uma força de manifestação social, um processo extraordinário de emancipação humana que tem se destacado na defesa dos territórios e da natureza, marcada pela heterogeneidade sociocultural que se manifesta pelo sincretismo das cosmovisões étnicas e pelo saberes-fazer populares e práticas espirituais que se manifestam em diferentes modos de viver e de se relacionar com o meio biofísico, desencadeando a evolução e o lugar do campesinato e das comunidades diversas nos modos de produção local, que por sua vez, sempre existirão em um caráter evolutivo (GUZMÁN; MOLINA, 2013). Hoje, as propostas que dão origem aos paradigmas sugerem, obviamente, do reconhecimento dessa heterogeneidade sociocultural como categoria histórica de sujeito social em seu relacionamento biodinâmico e em fluxos de energia com seu meio biofísico, ao passo que, ao longo da história, essa diversidade tem sido marcada por ofensivas, sobretudo por um marco de legalidade, que no decorrer dessa trajetória, tem se ocupado em justificar os mecanismos de exploração humana, aliado a acumulação, exploração dos recursos naturais estratégicos e privatização daquilo que é público.

A crise ambiental demonstrou um mito da *racionalidade econômica* moderna e a ideologia do “desenvolvimento sustentável” como uma das principais formas atual de dominação/exploração, destacando a participação dos movimentos sociais/ecologistas e das comunidades diversas (detentoras de saberes milenares e acervos genéticos), com suas reivindicações estas procuram em sua proposta de sociedade trazendo a necessidade de diálogos de saberes que visem fortalecimento desse modo de se relacionar com a natureza. Não se pode justificar a exploração humana e da natureza como preço para garantia de economia. Já é sabido que a sustentabilidade da vida no planeta deve transcender a simples busca pelo crescimento econômico e levar em consideração a harmonia necessária com equilíbrio

ambiental e a maior parte deste desafio foi pautado em estimular a percepção crítica em todas as classes para as questões socioambientais, e o reconhecimento dos saberes diversos postos à mesa, dentro de uma *racionalidade ambiental* capaz de ser um importante caminho a apostar.

Anos depois de *Primavera Silenciosa*, em que o debate ambiental ganha dimensões políticas explícitas, Edgar Morin faz uma reflexão profunda a respeito do suposto “estado de ignorância” quando publica a importante obra “*Ciência com Consciência*” (MORIN, 1982). O autor trata essa questão através da *ecologia da ação*, que é onde o cientista partilha sua cegueira com os outros cidadãos. A *ecologia da ação*, por sua vez, é o caminho que pressupõe o acesso ao pensamento complexo, ou o contrário, ou seja, mesmo se o cientista tem sua consciência dotada de sensibilidade social e humana, sua ação pode ser desvinculada para o encontro de interesses políticos e econômicos. Ainda nessa premissa, é necessário um pensamento capaz de enfrentar a complexidade do real, permitindo, ao mesmo tempo, à ciência, refletir sobre ela mesma, sendo uma condição fundamental da prática acadêmica nas sociedades. A *ecologia da ação*:

Significa que toda ação humana, a partir do momento em que é iniciada, escapa das mãos de seu iniciador e entra no jogo das interações múltiplas próprias da sociedade, que a desviam de seu objetivo e às vezes lhe dão um destino oposto ao que era visado. Em geral, isso é verdade para as ações políticas, isso também é verdade para as ações científicas. A pureza das intenções tanto num campo como no outro não é nunca uma garantia de validade e de eficácia da ação (MORIN, 2005, p. 128).

Assim como o ecologista político Enrique Leff tem apontado, a crise ambiental é uma crise de racionalidade humana. A *racionalidade econômica* inferiu, ao longo dos últimos séculos, a degradação da natureza e humana nas diversas regiões do planeta. O que propõe os novos paradigmas, como o da *racionalidade ambiental*, que tem sido um importante caminho do pensamento/ação ambiental capaz de superar os descaminhos profundamente arraigados do colonialismo e do imperialismo atual, do legado epistemológico do eurocentrismo; que muitas vezes tem nos impedidos de compreender o mundo através da nossa realidade própria. A crise ambiental é fruto da crise de racionalidade humana (LEFF, 2004), e a ecologia política é um subsídio à desconstrução dessa racionalidade moderna insustentável, à descolonização do saber, que leva em consideração a criatividade e a diversidade cultural, as ações sociais globalizadas, os saberes e direitos dos povos e comunidades tradicionais, em um processo emancipatório e em uma ética política, o que será capaz de abrir novos caminhos para a sustentabilidade (LEFF, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2012).

A territorialização da *racionalidade ambiental* e do *saber ambiental* (LEFF, 2009) no amplo mapa latino-americano (tanto no campo normativo quanto no campo analítico) como aposta dos principais adeptos dos paradigmas da ecologia crítica tem se encontrado empenhada na transição societária rumo ao enfrentamento da crise ambiental e de *racionalidade econômica* que ora vivemos, mas isso confronta/confrontará com interesses contrários que se constituem

em um campo de força resistente às mudanças que compõem, por sua vez, a invisibilidade como em todas as revoluções científicas.

A sustentabilidade, também chamada de *ecodesenvolvimento* (LEFF, 2009) também nos remete às várias contradições. Uma delas está no fato de que a possibilidade da sustentabilidade da vida, sem uma mudança estrutural (o acesso à terra sobretudo), faz/fará com que os grupos menos favorecidos que praticam da conservação de seus ecossistemas locais, a partir dos saberes-fazeres populares, práticas espirituais e cosmologias, utilizando os recursos naturais para o seu sustento e em outras racionalidades alternativas, não estarão na mesma posição que as outras classes sociais que não praticam essa construção de vertentes sustentáveis; os ricos ainda poluem e degradam com uma intensidade muito maior, incomparável.

Há, no entanto, um novo léxico teórico-político em curso (PORTO-GONÇALVES, 2016; 2018), levado a cabo na organicidade atual da matriz de pensamento e ação popular latino-americana como alternativa de enfrentamento à ofensiva neoliberal generalizada, posta agora em xeque em outros elementos, a partir da politização da questão ambiental, assimilação e enfrentamento teórico-político do discurso capitalista sustentável (LEFF, 2010), que procura cicatrizar a “fenda irreparável”, nos ciclos metabólicos naturais, causada no âmbito da produção capitalista e sua mais-valia correspondente iniciada por Marx e, posteriormente, defendida de forma implacável por John Foster ao causar uma reviravolta espetacular e afirmar a validade da teoria ecomarxista frente à tirania que se propôs o pensamento positivista-funcionalista, por meio de uma supremacia dos modelos interpretativos baseados nos estudos dos antropólogos e sociólogos ecológicos neofuncionais, como bem demonstrou Vayda (1983). Os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos da América Latina têm construído bases contra-hegemônicas de apropriação do poder para reapropriar-se socialmente da natureza e dos territórios roubados nos processos de rapinagem capitalista do espaço e do tempo, e a “*teoria marxista da ruptura metabólica*” pode ser um importante guia a essas lutas atuais, entorno da natureza. Nesta mesma sintonia, argumentamos em favor de que um pensamento libertário, na ecologia crítica seja capaz de emancipar povos e comunidades diversos, e seja cada vez mais evidente diante do projeto político neoliberal autoritário com aspectos ecofascistas, como alternativa de resolução da crise ambiental, que se encaminha cada vez mais para uma real possibilidade diante da constituição das sociedades complexas, da falência dos sistemas políticos baseados no conforto das elites regionais, nacionais e internacionais, e do risco de *colapso*, o que remonta também em uma interpretação teórica e filosófica da natureza em que se acentua o próprio materialismo. E, quando alguém argumentar sobre a incompatibilidade entre as ciências naturais e as ciências sociais, argumentaremos que o próprio Marx está conosco.

3 CAPÍTULO III: A AMAZÔNIA NA VIRADA GLOBAL DA EXTREMA DIREITA: O PROCESSO DE ACIRRAMENTO DA COMPETIÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL POR RECURSOS NATURAIS

“O fascismo é um movimento social, é a expressão orgânica da classe proprietária em luta contra as exigências vitais da classe trabalhadora, da classe proprietária que quer, com a fome e com a morte dos trabalhadores, reconstruir o sistema econômico arruinado pela guerra imperialista.”

“O fascismo conseguiu assim aterrorizar inteiras populações subversivas e ter o país submetido a sua política de violência.”

Antonio Gramsci

Não se deve subestimar esses movimentos devido a seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria.

Theodor Adorno

De modo geral, no capítulo anterior abordamos o contexto amplo ou denso da crise ambiental resgatando, em específico, a América Latina e Caribe, e como esse contexto tem correlação com o *colapso* marcado pelo acirramento das disputas pela natureza, ampliando a *ruptura metabólica* verificada na teoria ecológica marxista. Também analisamos um processo de fortalecimento de movimentos conservadores e reafirmamos o processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios como movimento contra-hegemônico.

Nosso estudo tem demonstrado que os conflitos socioambientais são resultados direto da crise ambiental – que é uma crise de *racionalidade econômica* capitalista neoliberal (LEFF, 2009) – e é, também, fruto desta contradição e, portanto, está inserido no contexto da crise ambiental global e por isso o título desta pesquisa (“efeito colateral”), verificado em uma *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionadas. Sendo assim, ilustramos essas contradições a partir da trajetória dos grandes encontros mundiais, que foram pautados, quase sempre, no discurso do “desenvolvimento sustentável” como forma de colonização/exploração nos países subdesenvolvidos, ricos em recursos naturais. Verificamos também o papel das instituições na geopolítica que marcam o acirramento das disputas política, cultural e ideológica entorno da natureza, e as formas de conflitividades latentes e, por último; a territorialização do pensamento/ação ambiental como resposta dos movimentos sociais/ecologistas no processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios em face às contradições da crise ambiental e o risco de *colapso* sistêmico que ora vivemos.

Para explicitar essa discussão, e seguindo a perspectiva do filósofo, Martin Heidegger de “Quem pensa grande também erra grande”, damos sequência a esta abordagem, que parte do entendimento de que as lutas atuais do campesinato nos/pelos territórios na/da natureza na Amazônia, assim como nosso caso ilustrado no complexo conflito socioambiental em epígrafe, que demonstraremos no capítulo destinado aos resultados da pesquisa de campo, têm se manifestado, não somente em termos políticos, mas *cosmopolíticos*, frente às novas formas de

acumulação primitiva da ação capitalista que tem se expandido entorno dos recursos naturais estratégicos nesta virada global neoconservadora.

O contexto político e prático desse novo abaixo às fronteiras é o que temos chamado, por vias de um projeto ecofascista – aquele que nega o ecologismo dos povos e comunidades diversos – seguido de um *ecoterrorismo* praticado por meio da *violência específica* no conjunto das *cotas de poder* das agromilícias e grupos econômicos ligados ao mundo agro. Nesta parte, tentaremos demonstrar que o discurso neoliberal sustentável, atualizado na virada global da extrema direita sobre os países da América Latina à Europa, transita em um projeto político com aspectos ecofascistas, como alternativa de enfrentamento à crise ambiental e que, os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm construído outras respostas pela transição ecossocial.

Após demonstrar como a competição política tem afetado os recursos naturais na Amazônia, e como os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm resistido frente à ação global contrarreformista-repressiva-estatal, os conflitos entorno da natureza, no contexto do novo perfil de rapinagem, que tem se configurado na atual geopolítica, e como tem ocorrido a resistência frente a estes processos, a coesão de ideias abrindo a terceira parte: “**do outro lado da ilusão**”, a qual analisamos as visões de cosmos do mundo agrário através do território material e imaterial do MST ilustrados na mística, nas vertentes homeopáticas e agroecológicas e nas dimensões sociorreligiosas, formando o cosmopolitismo da luta pela/na terra e o *ecologismo dos pobres* no MST (quarto capítulo). Por fim, enfatizamos nesta empreitada de ligações de ideias, que os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm afirmado sua resistência nas *lutas cosmopolíticas* como base de entendimento de mundo e ação política para opor-se ao paradigma da nova governança ambiental autoritária ampliado na virada global da extrema direita sobre os países em desenvolvimento, ricos em recursos naturais estratégicos.

3.2 ECOLOGIAS SEM POLÍTICA E POLÍTICAS SEM ECOLOGIA

Frantz Fanon, ao escrever sobre o cosmopolitismo “negro” em “*Pele negra mascaras brancas*”, nos diz que:

O homem é um SIM vibrando com as harmonias cósmicas. Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras, as verdades que elaborou, é obrigado a deixar de projetar no mundo uma antinomia que lhe é inerente (FANON, 2008, p. 26).

É a busca pelo entendimento, mesmo que minúsculo, deste SIM cósmico, e o tom de ruptura com verdades absolutas, que impulsionará os passos dessa abordagem inicial e das que virão a seguir.

Em outra ocasião, Humberto Maturana e Francisco Varela, em “*A árvore do conhecimento*” nos convidam a conhecer a *autopoética* da vida, assim definida pela organização e conservação de uma *autopoiése*, que trata da capacidade de um ser vivo compreender e

reproduzir a si mesmo. O principal ponto dessa reflexão sugere a capacidade humana de superar a divergência diante de nossas diferenças culturais e pessoais. Trata-se, também, de superar nossas verdades absolutas, os mitos, tabus, a ideia fixa, o determinismo; através do conhecer o conhecimento de si mesmo como mecanismo biológico dentro de um complexo de causas e fenômenos, que é a interação de seres vivos, entre eles o ser humano, no sentido de mudar o mundo com a participação do outro.

Essa definição nos ajuda a entender e superar o conflito humano, do ponto de vista do ser vivo e social, pelo menos aquele que se estabelece pela negação da figura do outro, assim verificada em aspectos das grandes guerras aos conflitos locais e pessoais. Contudo, existe uma necessidade que temos como indivíduos, de fazer parte de grupos humanos e de cooperar em consenso entre nós, que se dá em todos os seres cuja existência transcorre nas relações sociais. Para os autores, essa necessidade chama-se *altruísmo biológico natural* (MATURANA; VARELA, 1995), capaz de estabelecer novas formas de relações/interações e aprendizagem na organização biológica dos sistemas sociais, no sentido de superar o conflito.

O cenário global das últimas décadas mostra que nossa *autopóiese* biológica e social ainda não foi contemplada, do ponto de vista da aprendizagem de nós mesmo e dos outros. Embora o resultado prático do processo contemporâneo de *acumulação primitiva*, que se fundamenta na rapinagem da natureza, sempre se configura por meio da violência explícita e subjetiva, e da subalternização dos sujeitos sociais marginalizados; considerados hostis, devemos reconhecer que o contexto da “culpa de tudo é sempre do outro” e a subversão da figura do culturalmente diferente/inferior ainda abala nossa harmonia no que diz respeito às relações sociais e humanas. A negação do outro tem sido cada vez mais comum no mundo das disputas atuais entorno da natureza. Aliás, tem sido um campo de narrativas oportunistas.

Ao contrário, a era nova em que o planeta Terra se meteu, o Antropoceno, caracterizado por mudanças ambientais globais e mutações nos ecossistemas, trouxe uma necessidade de revisão da ação humana diante da natureza. A ideia da natureza para conveniência do homem ainda está viva nos tempos de hoje mais do que nunca. É necessário admitir que a Época do Antropoceno tem sido marcada cada vez mais por um processo constante de ampliação da *ruptura metabólica*. Como já demonstramos anteriormente, no processo de exploração capitalista da natureza ocorre uma ruptura de interação metabólica que aliena o homem cada vez mais da natureza.

Cerca de uma década atrás foi previsto (a previsão é sempre necessária), pelo ecologista político catalão, Joan Martínez-Alier, um cenário a ser vislumbrado de modo nada confortável, o que indica que teremos um futuro cada vez mais tenso. A resposta para tal cenário, que não é mais novidade, está na quantidade de recursos naturais necessários à produção contemporânea e o controle de sua extração e beneficiamento serão cada vez mais disputados em favor da expansão econômica, como bem aponta Martínez-Alier. Onde ocorre a defesa dos recursos

naturais contra a expansão econômica, em suas variadas formas, portanto, manifesta-se “*o ecologismo dos pobres*” (MARTÍNEZ-ALIER, 2018).

Outra coisa interessante que a abordagem das formas de manifestação do “*ecologismo dos pobres*”, em diferentes países e comunidades diversas propõe, está no fato de que:

nos conflitos ecológicos distributivos, os pobres, ao mesmo tempo em que não reivindicam ser ecologistas, são expoente da conservação dos recursos e de um ambiente limpo (MARTÍNEZ-ALIER, 2018, p.16).

Desse modo, essa interpretação serve de base para o entendimento dos ativistas da América Latina nas últimas décadas, que a partir dos anos 2000 tem se configurado em uma nova rede de justiça ambiental descrita com base nos direitos humanos e territoriais na natureza. Os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos, apesar de não se autodefinirem como também sendo ambientalistas ou ecologistas, têm construído uma narrativa baseada quase sempre em questões ecológicas. A incorporação explícita da agroecologia, da homeopatia, da justiça ambiental e do ecofeminismo, por parte dos movimentos sociais/ecologistas, como tem acontecido com a composição da Via Campesina distribuída em várias regiões do planeta, é um horóscopo previsível de um movimento internacional que tem sido movido por questões mais amplas, o que nos permite designá-los (desde o início do texto) como movimentos sociais/ecologistas.

No mesmo recorte temporal, o ecologista político Enrique Leff aponta para o surgimento de novos protagonistas do ambientalismo no contexto rural na América Latina, por meio da apropriação social da natureza e da territorialização de uma nova *racionalidade ambiental* (LEFF, 2009), mobilizados na arena política e na ação de uma nova cultura ecológica, que se inscreve em um processo de novos significados do mundo atual.

Os problemas ambientais ultrapassam os âmbitos tradicionais de regulação e intervenção do Estado, assim como sua capacidade de incorporação e instrumentalização dos princípios de gestão ambiental na planificação do desenvolvimento, o que gerou a emergência de movimentos sociais em resposta a destruição dos recursos naturais, à deteriorização do ambiente e ao déficit dos serviços públicos. Assim, novos protagonistas sociais povoam a cena política reclamando a participação direta da sociedade para a sua resolução. O movimento ambiental caracteriza-se por novas estratégias organizativas e políticas frente às formas tradicionais de sustentação e luta pelo poder. Este processo incorpora novas reivindicações aos processos de democratização e às demandas de justiça social das lutas populares (LEFF, 2009, p. 324).

Este processo está pautado em estratégias de ecodesenvolvimento que estão baseadas em uma economia que leva em consideração um conjunto de princípios morais e solidários. Alguns deles estão associados com a ética conservacionista da natureza, às vertentes agroecológicas e homeopáticas, à agricultura biodinâmica e fluxos de energia, à soberania e segurança alimentar, levando em conta os direitos humanos e a sustentabilidade da vida no planeta, em um diálogo horizontal baseado em relações práticas heterogêneas, para não dizer *autopoética*.

A problemática ambiental vem dando novo significado às demandas e às lutas sociais no meio rural. As lutas camponesas estão mudando de seu caráter reivindicativo pelo

emprego, o salário e uma melhor distribuição da riqueza, assim como pela redistribuição às comunidades rurais de suas terras para reverter os processos de empobrecimento do campo, para um movimento político e econômico pela reapropriação de suas condições de vida e processos produtivos. A questão ambiental reclama a preservação da base natural de recursos para uma produção sustentável, o que implica revalorizar as bases ecológicas da produção e gerar condições políticas para uma reapropriação de seus meios naturais de produção. Surge assim uma nova visão da natureza, não só como ordem ontológica do real, um espaço de contemplação estética, ou uma condição geral e um novo potencial produtivo para o desenvolvimento sustentado, mas como um patrimônio histórico e cultural das comunidades rurais (LEFF, 2009, p. 330).

A *racionalidade ambiental*, por sua vez, sugere uma estratégia teórica que articula condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais “que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas” (LEFF, 2009, p. 282). A *racionalidade ambiental* assume a função de estabelecer novas formas de reinterpretação da natureza que confrontem os paradigmas da *racionalidade econômica* dominante, através do pensamento/ação ambiental baseado em processos políticos e sociais. A *racionalidade ambiental* é, portanto, a construção de uma nova ordem ecológica baseada em valores socioculturais entrelaçados em relações de poder pela *reapropriação social da natureza* e pela autogestão dos processos produtivos (LEFF, 2015) que, por sua vez, confronte a nova ordem governamental ambiental.

No Brasil, a nova governabilidade ambiental, assim destacada no atual período de ascensão do espírito fascista global neoliberal-autoritário, ou neoconservadores, como os autônimos preferem, tem sido marcada por uma tremenda reação das elites nacionais subordinadas voluntariamente ao imperialismo global (que procura compor as bases legais e morais das formas de dominação contemporânea nos países subdesenvolvidos, detentores de recursos naturais estratégicos), cuja perseguição política (baseada quase sempre no contexto das guerras jurídicas globais hoje interpretadas pela prática de *Lawfare*, que tem o uso de procedimentos de instrumentalização do Direito para fins de perseguição política específica) tem marcado um novo tipo de regime democrático baseado em significativas modificações na democracia neoliberal, demandado por uma agenda econômica em caráter radical e ofensivo contrarreformista, marcando o ápice de um regime democrático-blindado neoliberal (DURIGUETTO; DEMIER, 2017), ou *democracia blindada*, como sugere Demier (2012), ao analisar a natureza histórico-social dos regimes políticos democráticos-liberais, em um recorte temporal contemporâneo, caracterizado, sobretudo, na retirada de direitos sociais e na privatização daquilo que é público. Há um processo de falência do sistema político “democrático” dos países da América Latina e Caribe.

Esse processo global, por sua vez, tem sido marcado pela virada neoconservadora da extrema direita da América Latina à Europa, que através dos Estados Unidos, o imperialismo ecológico tem se apropriado do discurso ambiental para promover a antiecológica e a negação das comunidades diversas, por meio da repressão generalizada.

No caso do Brasil, devemos expor que o caráter contrário às conquistas democráticas e direitos sociais, ambientais, trabalhistas entre outros, inseridos na Constituição de 1988 começou a ganhar vida a partir da vitória de Fernando Collor sobre Lula da Silva em 1989. A partir do ano de 1994, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, que mais tarde (1998) seria reeleito, vencendo Lula da Silva por dois pleitos, além de imputar inúmeras derrotas aos movimentos sociais e sindicais, inicia-se a agenda neoliberal brasileira, que tem, desde então, a revisão constitucional, o sucateamento das instituições e a privatização daquilo que é público, um caminho a ser seguido. O caminho trilhado com vistas à aplicação dos ajustes à economia neoliberal no país demonstrou continuidade nos governos posteriores marcados pela vitória de Lula da Silva, em 2002, sobre o economista, ministro nos dois mandatos de FHC e uma das principais lideranças do PSDB, José Serra; reeleito em 2006, com vitória sobre Geraldo Alckmin, também do PSDB. Já em 2010, em uma campanha engajada por Lula da Silva, é eleita, no Brasil, a primeira presidenta. Dilma Rousseff venceu José Serra, que até então somava sua segunda derrota. Em 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff, o PSDB, com Aécio Neves, experimenta sua quarta derrota. É daí também que se inicia a reação das elites para imputar o golpe de 2016, que teve grande influência nas eleições de 2018, em que Jair Bolsonaro soube aproveitar a tempestade perfeita e sair vitorioso.

Esse breve recorte temporal nos ajuda a entender o caráter permanente dos caminhos de uma agenda econômica neoliberal, embrionado no governo Fernando Collor e levado adiante a partir do governo FHC, atravessando os governos do PT e tendo ápice após o golpe parlamentar de 2016 (OLIVEIRA, 2016; DURIGUETTO; DEMIER, 2017; SILVA, 2018), marcando um avanço em uma democracia (burguesa) a um neoconservadorismo que segue à risca os fundamentos mais profundos do nazismo. Demier (2012), analisando a travessia das contrarreformas até o governo de Dilma Rousseff, esclarece o monopólio político da classe dominante sob o que o autor chamou de *democracias blindadas*, que tem garantido o caráter permanente dos interesses de elites em detrimento das demandas populares. Vejamos como Demier narra essa trajetória e o seu caráter implicativo na democracia liberal burguesa:

Tal fato ajuda a explicar a continuidade – ainda que sob outros ritmos, intensidade e forma – das contrarreformas durante os dois governos de Lula da Silva (2003-2010) e o (ainda corrente) de Dilma Rousseff (ARCARY, 2011). Mostrando-se como mantenedores dos eixos centrais da política econômica levada a cabo por F. H. Cardoso (superávit primário, pagamento das dívidas interna e externa, juros altos, apoio ao agronegócio) os governos do PT parecem ter contribuído para a blindagem do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez imunizado em face das pressões populares. Tendendo a se reproduzir por uma alternância governamental entre dois blocos essencialmente conservadores (liderados pelo PT e pelo PSDB), e marginalizando na cena política as opções eleitorais mais ligadas às demandas populares de cunho reformista, esse atual regime apresenta cada vez mais um conteúdo socialmente regressivo, procurando tratar a “questão social” por intermédio de uma combinação entre políticas sociais compensatórias e um aumento da repressão estatal aos setores recalcitrantes dos movimentos populares (DEMIER, 2012, p. 17).
[...]

Se, por um lado, o monopólio político da classe dominante sob as democracias representativas atuais (democracias blindadas) lhe garante maior eficiência no atendimento de seus interesses materiais, por outro, a incapacidade destas em absorver, ainda que minimamente, as demandas populares podem vir a funcionar com

um fator de risco para o próprio domínio do Capital sobre o Trabalho. Fazendo saltar aos olhos seu caráter exclusivamente burguês, mostrando-se, crescentemente, como uma “democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos” (LÊNIN, 2005), a democracia liberal-representativa, na sua atual formatação blindada, reduz, ela mesma, a sua eficácia ideológica como um meio de dominação política sobre os explorados. Certamente, a percepção de que a democracia realmente existente nada tem de democrática para os trabalhadores pode levar com que muitos destes, por meio de suas organizações políticas, se empenhem na luta pela construção de um regime que, de fato, os represente. A luta para além da democracia burguesa não pode ser um horizonte descartável pelos analistas sérios. Mas tudo isso depende, evidentemente, dos rumos assumidos pelas lutas de classes no sul da Europa, na América Latina e no mundo (DEMIER, 2012, p. 17-18).

O que se expressa na pequenez de Luiz Bonaparte, assim como comentamos no capítulo anterior, também serve de instrumental de análise da geopolítica, que ora se passou (e se passa), e como o espírito bonapartista²⁴ tem assumido formas de dominação em democracias burguesas no Brasil, desde o grito de “independência” (1930), atravessando regimes políticos (Bonapartistas) até o golpe Militar de 1964, continuando em outras democracias burguesas, inclusive aquelas em perspectiva progressista (as chamadas esquerdas políticas).

Na atual agenda econômica perfilada pela extrema direita brasileira, o sucateamento das instituições (sobretudo as que estão ligadas diretamente à proteção e gestão dos recursos naturais), a privatização daquilo que é público, a criminalização das classes oprimidas (sobretudo os movimentos sociais do campo) consideradas hostis e o enxugamento dos serviços básicos prestados pelo Estado, constituem-se na receita necessária às ações das elites privilegiadas, dando sequência à intensificação das desigualdades e à dominação de classe à qual o Estado passa a ser cada vez mais um instrumento exclusivo das elites privilegiadas, em especial as agrárias e neoextrativistas. Esta afirmação última serve de base para o entendimento parcial do modelo de Estado adotado, a qual podemos chamar de virada neoconservadora, em

²⁴ Não estamos tratando do conceito ou teoria dos regimes políticos bonapartistas presente na maior parte das grandes revoluções, que teve efeito estrutural, mas também catastrófico, na geopolítica global. Marx em “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte”, não propôs um conceito ou uma teoria do Bonapartismo, e sim, de forma metodológica, alertou para o fenômeno Bonapartista em um contexto histórico específico, o qual configurava-se por circunstâncias que possibilitaram o surgimento de uma classe burguesa com um regime político em outros estágios (momento histórico) de desenvolvimento. Marx se dedica então ao caráter burguês que estas revoluções assumiram após a queda do regime feudal-eclesial e ilustra o caso francês sobre o regime político bonapartista, destacado na figura infinitamente pequena de Luiz Bonaparte, ou como diz o próprio Max “o aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão”. Marx faz alertas para os efeitos perversos do avanço das revoluções burguesas, segundo os passos que marcaram os acontecimentos na França. O contexto da Revolução Francesa, por sua vez, tem início em 14 de julho de 1789, com a queda da Bastilha que teve alcance na Europa e em todos os continentes, desencadeando um enorme abalo na enraizada monarquia europeia e no clero. A queda do poder absoluto dos reis dá lugar ao fortalecimento da chamada burguesia industrial. Após o terceiro partido da Convenção, representado pelos jacobinos serem presos e executados por um golpe preparado pela planície, que era o partido moderado da alta burguesia, desencadeando a volta dos reis e a longa ditadura de Napoleão Bonaparte. Em outra fase, desta vez no momento específico da Revolução Francesa, o estabelecimento da república, na França, só se deu após a queda de Luiz Filipe de Orléans, na Revolução de 1848, o que durou pouco tempo. Em 1852, apoiado pela alta burguesia industrial e agrária, e pelos militares, a volta do absolutismo se dá novamente quando Luiz Bonaparte dá um novo golpe em nome das forças dominantes e passa a ser coroado Napoleão III. No Brasil, considera-se ter sido a via bonapartista da modernização capitalista, o período compreendido entre a “Revolução” de 1930 e o golpe de 1964 (DEMIER, 2012), cuja formação do Brasil resultou em uma sociedade capitalista profundamente desigual e combinada. No entanto, quando tratamos do perfil pequeno, inteiramente insignificante e medíocre em uma análise apenas comparatória dos que compõem o cenário político, desde sempre, e assumem posição de “heróis”, o que chamamos aqui de espírito bonapartista, para além do fracasso das revoluções, continua soar como nunca, mesmo no contexto de posteriores democracias (burguesas).

perspectiva ecofascista, onde os recursos naturais estratégicos na Amazônia têm sido o maior foco. O golpe parlamentar de 2016, seguido da prisão política de Lula da Silva também deram condições para que Bolsonaro lograsse seu oportunismo por meio das táticas de *fake news* e da participação da grande mídia nacional a implantar o caos generalizado.

Para dar um exemplo, após o golpe parlamentar de 2016, intensificam-se as invasões promovidas por agromilícias em áreas públicas e nos territórios comunitários conquistados. Por consequência, múltiplas formas de violência a camadas da sociedade têm se intensificado de forma assustadora. Oliveira (2016), ao canalizar os aspectos relacionados à natureza de classe do golpe de Estado de 2016 e suas, até então, possíveis tendências autoritárias, ressalta que:

Também não devem ser desconsideradas as permanentes tentativas de criminalização dos movimentos sociais e da ação e do pensamento críticos. Movimentos sociais como o MST e o MTST, por exemplo, continuam a sofrer uma vigilância incisiva por parte das forças de repressão, assim como se verificou a perseguição a movimentos surgidos em 2013, como os black blocs, ainda no governo anterior (OLIVEIRA, 2016, p. 228).

A repressão contra os movimentos sociais do campo, como o MST, tanto por parte do Estado, quanto por parte das agromilícias e grupos econômicos, também intensificou após o golpe de 2016 e tende a se intensificar cada vez mais. Um exemplo claro está no próprio caso da RLB do PA Margarida Alves, no fato de a invasão, protagonizada por pessoas externas, em 2016-2017 ocorrer 15 anos depois da primeira (em 2002), ou seja, houve um longo período em que invadir a área de reserva, por meio de um grande movimento (ilegal) para qualquer fim fosse, não tinha anteriormente viabilidade, o que, primeiramente, reforça nossa perspectiva de que forças externas (e aqui podemos classificar a conjuntura geopolítica como um contexto amplo destas forças) contribuíram para o tensionamento de um conflito que estava “frio” durante todo esse período. Em segundo lugar, a invasão protagonizada pela agromilícia é apenas um recorte da repressão e da *violência específica*, e reforça o que temos chamado de *invisibilidades espaciais* produzidas dentro de um processo amplo de dominação do espaço e do tempo.

Outros assentamentos próximos ao PA Margarida Alves, como o PA Padre Ezequiel, localizado em Mirante da Serra, o PA Martin Pescador em Urupá tem passado pelos mesmos pressionamentos externos. O PA Martin Pescador, por exemplo, até então, está completamente tomado por agromilícias locais. Um processo semelhante ao PA Margarida Alves vem sendo desencadeado de forma extraordinária e assustadora em outros assentamentos, o que indica que uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas, como ocorreu na RLB do PA Margarida Alves, está por um fio para ocorrer em outros casos na Amazônia. O PA Padre Ezequiel em Mirante da Serra, com uma área de RLB de aproximadamente 3000 hectares, pelo menos 1000 hectares de floresta já foram fracionados em decorrência de um movimento de invasão organizado por agromilícias e ação direta de grileiros aglutinados à unidade e madeireiros.

Os discursos de um desenvolvimento transitado por meio de um Estado autoritário, a partir da eleição de Jair Bolsonaro, trouxe também uma visível (e combinada) “esperança” aos movimentos de invasão de terras públicas, dos territórios e das comunidades diversas. Essas invasões, por sua vez, tendem a beneficiar grupos econômicos, especialmente ligados ao agronegócio das *commodities*, seja por meio da tentativa de validar a posse ilegal de terras por meio da estratégia do “fato consumado”, que na prática significa a espera de uma ação do Estado que garanta a legalidade dessas invasões, o que de fato ocorre, até mesmo no caso de Unidades de Conservação, seja pela rapinagem que envolve a madeira, o minério ou a terra para fins de acumulação de capital. Outra estratégia bem comum utilizada por ruralistas grileiros (milícias) tem sido aglutinar-se aos arredores e fazer divisa com essas áreas (seja Unidades de Conservação, seja por territórios demarcados ou ocupados por comunidades indígenas, quilombolas ou sem-terra), mediante a compra de pequenas e médias propriedades legalizadas. Com isso, os invasores inserem sua produção ilegal (o manejo do gado de corte, por exemplo, é o caso mais comum) dentro dos fluxos da economia. A tática de aglutinar-se nessas áreas permite a saída por parte dos ruralistas (e também dos posseiros) da chamada economia ilegal. A mesma prática ocorre no caso da RLB do PA Margarida Alves e em outros casos na Amazônia. Na RLB do PA Margarida Alves, por exemplo, os invasores que se aglutinaram por meio da compra de loteamentos próximos à RLB chegam a manejar cerca de 500 animais na parte fracionada da unidade, segundo informações de assentados, resultado da primeira invasão que ocorreu em 2002 e resultou na perda de 400 hectares de floresta convertida em pastagem (NEGRÃO; MOURÃO; ARAÚJO, 2015). A venda do gado manejado em áreas ilegais na Amazônia é uma atividade que fica por conta dos atravessadores. Nos municípios e distritos mais remotos, geralmente, os “compradores de boi” veem nessa prática uma grande oportunidade de negócio, já que os animais são oferecidos por preços muito abaixo do mercado.

No caso das RLBs, o que se percebe nas diversas formas de pressionamento, tanto por parte de agromilícias locais, proprietários aglutinados a essas áreas e madeireiros, quanto por posseiros oriundos dos municípios vizinhos, é que as RLBs ficaram isoladas em forma de fragmentos de floresta em regiões já desmatadas quase totalmente, o que torna essas áreas o centro das disputas por recursos cada vez mais escassos. No caso da RLB do PA Margarida Alves, esta disputa, sobretudo pelo uso das áreas de pastagem, possivelmente deverá aumentar ainda mais com o fracionamento ocorrido entre 2016 a 2020, que ocorreu, desta vez, pelas próprias famílias sem-terra após a desistência da conservação da área (NEGRÃO; MATOS; ARAÚJO, 2020). A não solução da situação da RLB do PA Margarida Alves beneficiará os proprietários aglutinados à área, que sempre lucraram com o uso ilegal da RLB.

No quinto capítulo demonstraremos a área total de desmatamento nos municípios aglutinados às adjacências das RLB dos assentamentos Margarida Alves, Padre Ezequiel e Martin Pescador, e que a falta de recursos naturais na região central de Rondônia traz para as

RLB uma corrida insustentável por estes recursos, já que as áreas naturais são ricas em recursos naturais. Também apresentamos as práticas de rapinagem, por parte de agromilícias que aterrorizam, desmatam, roubam madeira e posteriormente utilizam as áreas convertidas em pastagens para o manejo ilegal de animais, beneficiando-os de qualquer forma, ou seja, mesmo quando não efetivado o pleiteio dessas áreas em latifúndios, as agromilícias, ainda assim, saem vitoriosas à medida que a tática de aglutinar-se ao redor dessas áreas, assim como ocorre em todos os cantos da Amazônia Legal, é sempre vantajosa. As agromilícias, por sua vez, também depositam suas “esperanças” no “fato consumado”, já que são apoiadas por fortes nomes na política regional, estadual e federal e parte do judiciário.

Outro exemplo desta prática ocorre no município de Cujubim, localizado acerca de 225Km de Porto Velho, capital do estado, e tem representado um retrocesso ambiental envolvendo a Unidade de Conservação (proteção integral) Estação Ecológica Soldado da Borracha que tem se configurado por meio do projeto de Lei complementar nº 248/2018²⁵ (RONDOW; HACK, 2019). Neste caso, a tática de aglutinar-se ao redor dessas áreas é ainda mais evidente e envolve desde agromilícias, grupos econômicos do ramo madeireiro até posseiros comuns. A unidade é formada por cerca de 178.948 hectares, atualmente concentra cerca de 700 propriedades, possibilitando o uso ilegal por meio da tática de aglutinar-se às divisões da Unidade, realizar invasões e o fracionamento da área para a conversão em pastagens, manejo ilegal de animais e aguardar pelo “fato consumado”. É também nesta área que se encontra a agromilícia comandada pelo empresário do ramo madeireiro e ruralista, considerado o maior desmatador da América do Sul, no âmbito da operação “Deforest”, que já foi citada anteriormente. Cujubim é um município altamente marcado por conflitos envolvendo terra e madeira, o que se destaca, sobretudo, na atividade madeireira, quase sempre realizada de maneira ilegal e insustentável (FERRONATO, *et al.*, 2016). A atividade madeireira e o fracionamento de florestas para conversão em pastagens têm promovido o deslocamento de trabalhadores das diversas cidades do estado de Rondônia, marcadas pela desigualdade e pelo desemprego, para estes municípios cujo preço e a disponibilidade de terras (grande parte são loteamentos ilegais em Unidades de Conservação e Reserva Legal) e a economia madeireira tem atraído pessoas de diversas regiões do estado. Estas ocorrências ressaltam também o que temos falado sobre a tática capitalista de antecipação espacial (CORRÊA, 2000).

Em função dessa dinâmica, o desmatamento no município tem crescido de forma alarmante. Para dar um exemplo, em 2004 o percentual de desmatamento da área total do município foi de 27.04%, já em 2013 o percentual subiu para 40.77%, chegando a 49,80% em

²⁵O Projeto de Lei Complementar n.º 242/2018 dispõe sobre a extinção da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada em Rondônia, nos municípios de Porto Velho e Cujubim. Contudo, o estudo de Rondow; Hack (2019) argumentam que este retrocesso (como assim assinala as autoras) é passível de ser questionável em sua inconstitucionalidade, à medida que afronta, além de princípios constitucionais, o artigo 225 da Constituição Federal. O que, de fato, tem gerado uma série de questionamentos e é, sem dúvida, um importante caso a ser ilustrado.

2018, constatando um aumento de 22.73% de sua área fracionada (PRODES, 2018). A disputa pela madeira, que transcende as áreas destinadas para fins de manejo florestal “sustentável” (causando uma série conflitos de interesses difusos) e a disputa por terra, tem causado uma série de problemas ambientais e sociais e tem desencadeado o aumento dos conflitos ecológicos distributivos (variados) nessas regiões do estado de Rondônia, que ainda possuem um grande potencial de recursos naturais em forma de terra, água, madeira e minério.

O acirramento dos conflitos socioambientais, que podem ser observados nos perfis de diferentes disputas por recursos naturais, considerados pouco comuns, até então demonstram, primeiramente, como o acirramento da competição política, econômica e social tem afetado os recursos naturais na Amazônia, o que deverá aumentar com a geopolítica, a qual o governo Bolsonaro tem buscado, a partir de uma densidade de prioridades, contemplar os privilégios das elites agrárias e os capitalistas verdes. Em um segundo ponto de vista, configura-se em casos de ecologias sem política, como no exemplo do ecologismo das comunidades diversas da Amazônia, ameaçadas pela arbitrariedade das contrarreformas das últimas décadas, desde a fase embrionária da doutrina econômica de um Estado neoliberal burguês *blindado*, que agora avança para um projeto político com aspectos ecofascistas neste atual abaixo às fronteiras da natureza e eliminação dos que nela habitam e são considerados hostis. Configura-se em casos de políticas sem ecologia, quando as decisões não levam em consideração a diversidade da vida material e simbólica, nem mesmo no parecer de algumas ciências sobre tal diversidade e o chamado “*ecologismo dos pobres*” que marca a defesa dessa diversidade.

O pressionamento sobre essas áreas e os conflitos de interesses, visões e modos de vida divergentes, sobretudo nos territórios do MST, dos indígenas e dos quilombolas tendem a aumentar cada vez mais na atual conjuntura geopolítica, podendo tomar rumos irreversíveis, o que, certamente, acontecerá com o tempo, se pensarmos pelo ponto de vista do desprezo histórico do Estado, em uma região ainda com direitos territoriais e agrários ainda em consolidação e, que, em tese, deveriam atuar no sentido de coibir invasões e crimes ambientais cometidos por agromilícias, madeireiros, garimpeiros e grupos econômicos, ao contrário, estes são incentivados pelo próprio Estado.

Apresentamos algumas narrativas ecofascistas envolvendo o governo de Jair Bolsonaro e suas alianças como: “*vamos tipificar as ações do MST como terrorismo*” e “*lugar de vagabundo é na cadeia e no cemitério*”, “*o afrodescendente mais leve lá pesava mais sete arrobas. Não fazem nada*” (em referência aos quilombolas), “*não vai ter um centímetro demarcado pra reservas indígenas ou pra quilombolas*” e “*o Brasil não pode se transformar na casa da mãe Joana*” (fazendo aversão aos refugiados, especialmente da Venezuela). Esses discursos dão às agromilícias, aos madeireiros, aos garimpeiros, aos grupos econômicos e aos sujeitos sociais a instrução ideológica necessária para incentivar ações violentas contra os territórios materiais e imateriais comunitários dos povos e comunidades diversos, que estão

invisíveis aos olhos das instituições e, frequentemente, são alvos de repressão de um projeto econômico e político que tem incentivado as ações punitivas por meio da *violência específica*, do ecoterrorismo e do ecofascismo.

Há outro exemplo de *violência específica* bem conhecido na Amazônia. O ativista ambiental e ex-agente da CPT, em Rondônia, Elizeu Berçacola Alves, que está a 10 anos no Programa Federal de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), em entrevista à “agência pública”, traz as principais formas de ação de mercenários milicianos ramificados em municípios de Rondônia e outras regiões da Amazônia. A capacidade de organicidade e ramificação das agromilícias demonstra, além da rapinagem em forma de *acumulação primitiva* contemporânea entorno dos recursos naturais, o modelo de “desenvolvimento sustentável” que o Estado buscou/tem buscado por meio de uma densidade de prioridades, e a dificuldade em contrariar as agromilícias, detentoras de *cotas de poder* que dão facilidade de influência às instituições públicas. A fala do ativista ambiental mostra a facilidade de articulação do (considerado no âmbito da operação “Deforest”) maior desmatador do Mercosul que atuava de modo ramificado na Flora Nacional do Jamari, sobretudo nos municípios de Cujubim, Ariquemes, Machadinho do Oeste e distritos de Porto Velho (Extrema, Vista Alegre do Abunã e União Bandeirantes). A experiência prática de um ativista ambiental com mais de 20 anos sobrevivendo e denunciando a rapinagem entorno dos recursos naturais, na Amazônia, nos ajuda a compreender o *colapso* ambiental que se estabeleceu, cujas formas de ação primitiva baseada na *violência específica* contra ativistas ambientais e lideranças comunitárias não é tão recente, o que demonstra que a virada global da extrema direita ampliou as formas de rapinagem que já existiam há décadas. O ativista ambiental Elizeu, traz o caráter sistemático e permanente das agromilícias na Amazônia.

O crime tem a mesma dinâmica do câncer. Ele trabalha com formação de células defeituosas na sociedade, de forma que o Chaulés é só uma peça do conjunto. Não é só ele o responsável por toda a ação criminosa na Amazônia. Ele é uma peça-chave naquela região, mas muito além de Chaulés está toda uma economia que se estabeleceu nas autarquias do Estado brasileiro (Elizeu Berçacola Alves: entrevista à Agência Pública, 2019).

O que chamamos de *cotas de poder* está representado por um feixe de *quantum* específico, ou seja, um conjunto de recursos que lhes dão, além de acesso às instituições, que vão desde autoridades locais e agentes da lei, ao judiciário e ao legislativo, que os põe de vantagem em relação aos grupos sociais detentores de poucos recursos. No caso da Flora do Jamari, especificamente a Estação Ecológica Soldado da Borracha, em Cujubim, o *quantum* específico das agromilícias, além do recrutamento de agentes públicos e empresários do ramo alimentício e agropecuário, destaca o poder local intimidatório no município e nas áreas invadidas, configurando o contexto prático do “coronelismo amazônico”. Vejamos, por exemplo, como o ativista Elizeu ressalta, nesta mesma perspectiva, em referência à agromilícia que atua de modo ramificado na Flora do Jamari e, sobretudo, seu poder “inquestionável”.

Todos os empreendimentos madeireiros da região estavam subordinados aos seus caprichos. Se precisassem produzir documentos para vender madeira, o Estado produzia para ele; se precisava de legislação, o parlamento dava; se precisava que ficassem de olhos fechados, distanciavam pessoas de processos decisórios. Eu achava que ele não seria preso porque é muito poderoso. O poder econômico cria elementos para condenar terceiros e se proteger a todo tempo. Mais de 70% da economia daquela região de Cujubim é criminosa. Mas Chaules se protegeu naquele período, e outros também. Todos eles estão ligados. Essa operação Deforest é só a ponta do *iceberg* (Elizeu Berçacola Alves: em entrevista à Agência Pública, 2019).

Outra questão importante que temos apostado, e que talvez seja o ponto central da argumentação que nossa pesquisa sustenta o que temos chamado de “efeito colateral” – um aspecto miúdo das contradições do “desenvolvimento sustentável” – pode ser verificado no caso da exploração madeireira na Amazônia. O manejo florestal “sustentável” (empresarial), que também ocorreu na RLB do PA Margarida Alves, está previsto no novo código florestal de 2012 e tem se expandido por toda a Amazônia brasileira nos últimos anos e, a partir de vários aspectos negativos, tem evidenciado esse efeito contraditório, assim destacado em sua prática de extração, quase sempre insustentável. Pouco se sabe sobre a sustentabilidade da extração de madeira na Amazônia sob o ponto de vista dos pilares da sustentabilidade (social, econômica e ambiental). O que se sabe, além do potencial produtivo florestal madeireiro (estudos alinhados aos interesses do capitalismo verde) e dos estudos de clareira (áreas abertas pela retirada de árvores) das ciências florestais, são os limites das ações que são degradantes e não degradantes, e o ponto de vista econômico. Pouco se sabe também sobre a diferença das ações degradantes da ação empírica, que possivelmente é inferior em relação à ação empresarial, já que são escassas de recursos e tecnologias por quem pratica, o que traz uma necessidade de analisar o manejo florestal pelo ponto de vista da exploração capitalista da natureza e sua *acumulação primitiva* correspondente.

A falta de mecanismos, metodologias ou até mesmo recursos destinados à fiscalização das atividades de extração é um fator que influencia a retirada ilegal de madeira, tanto por madeireiros comuns, quanto por madeireiros dotados de grandes empreendimentos e aparatos tecnológicos, que sempre dão um jeito de driblar a fiscalização. A ineficiência do Estado que, em tese, deveria inibir ações ilegais, é um fator que contribui para o fracionamento de florestas na Amazônia. Com a certeza da impunidade, alguns proprietários retiram toda madeira da área e, posteriormente, vendem e utilizam o dinheiro para fracionar estas áreas para fins de pastagens e infraestruturas para criação de gado. Com uma experiência de longos anos, Elizeu traz as fases em que este processo ocorre.

No primeiro ciclo, são retiradas madeiras mais valiosas, como a garapa e ipê; no segundo, algumas menos valiosas, como o cedro e a angelim, e no terceiro, as menos ainda, como tauari, cedro-arana, cedro-mara. Por exemplo, o metro cúbico do ipê e da garapa, hoje, deve estar valendo na faixa de R\$ 6 mil. São essências de alto valor econômico. A sequência de quatro ou cinco ciclos de exploração resulta, depois, no que a gente chama de derrubada e queima para a formação de pastagem. No quarto ciclo temos o que chamam de “reco”, quando sai o roxim, o roxão, o garrote, alguns tipos de cedro de caule mais fino. Aí vem a exploração de madeira de cerca, os lasqueiros, como são conhecidos. Então, o crime organiza quem compra, quem transporta, estabelece valores e organiza também quem já está lá na frente, no interior

Outra característica da extração de madeira na Amazônia diz respeito ao perfil constante de exploração da floresta. É interessante notar que as atividades só terminam com a retirada total de todas as espécies de fins madeireiro. O comércio de lascas do qual o ambientalista fala, é uma atividade muito comum em florestas onde ocorre a extração de madeira por vias do manejo florestal. Esta atividade também recruta trabalhadores de diversas regiões do estado para a prática da serragem com motosserras, na qualidade de meeiros ou diaristas. A atividade geralmente é feita com as espécies de alto valor, como a itaúba (*Mezilaurus itauba*), o pequi (*Caryocar brasiliense*), o angelim-amargo (*Vatairea sericea* Ducke), o Aangelim-pedra (*Hymenolobium pulcherrimum* Ducke), ipê-amarelo (*Tabebuia incana* A.H.Gentry), o ipê-roxo (*Tabebuia* sp.), acariquara (*Minquartia guianensis* Aubl., *Olacaceae*) e mirindiba (*Buchenavia tetraphylla*); utilizadas em forma de lascas, tocos e mourões para construção de curral e cercas. Também são retiradas, nesta fase de exploração, a castanheira (*Bertholletia excelsa*), o cedro Rosa (*Cedrela fissilis* Meliaceae), o jequitibá (*Cariniana*) e a Garapa (*Apuleia leiocarpa*); utilizada em forma de régua, ripa, prancha, caibro e viga para construção e acabamento de casas, curral e fabricação de móveis. A venda é garantida, atendendo a demanda de fazendeiros, sítiantes, posseiros e até mesmo de moradores e comerciantes das pequenas cidades, distritos e vilarejos. A retirada da madeira explorada das áreas protegidas é sempre feita aos finais de semana e nas caladas da noite.

Este perfil de rapinagem demonstra, primeiramente, que o Estado procurou, ao longo das quatro décadas, uma densidade de prioridades, a qual tem, na exploração dos recursos naturais, uma alternativa de garantia de economia que “justifique” a degradação ambiental como preço, que a natureza e os povos que nela vivem pagarão com um valor cada vez mais alto. Com o ápice na crise civilizatória, ou crise da *racionalidade econômica* capitalista apontada por Enrique Leff, que no Brasil teve o marco de agravamento a partir do Golpe de Estado, em 2016, é duvidoso que o capitalismo verde e a elite agrária mereçam os incentivos que têm recebido na atual geopolítica econômica, assim como, o caso da pecuária extensiva e da produção de grãos no cerrado e na Amazônia, e das grandes obras de infraestrutura (como é o caso das hidrelétricas na Amazônia), não mereceram tal incentivo no passado, tal como já sabemos. Dentro desse mesmo contexto do *colapso*, supomos que as formas de reação das comunidades diversas, no processo de reapropriação social da/na natureza e dos/nos territórios, em função das novas formas de articulação que o capital tem buscado para transformar a natureza em mercadoria, será, portanto, no contexto das rupturas, em oposição às novas formas de colonização/exploração contemporâneas, baseadas no “desenvolvimento sustentável”, como um conceito hegemônico fundamental que sempre foi defendido no discurso neoliberal ambiental, agora também nos discursos e na prática política ecofascista. Os movimentos sociais/ecologistas certamente cobrarão cada vez mais por uma dívida ecológica e social que é

impagável, e esta cobrança também está no contexto das rupturas com agentes externos e seus discursos hegemônicos, mesmo que esta ruptura seja com as práticas conservacionistas.

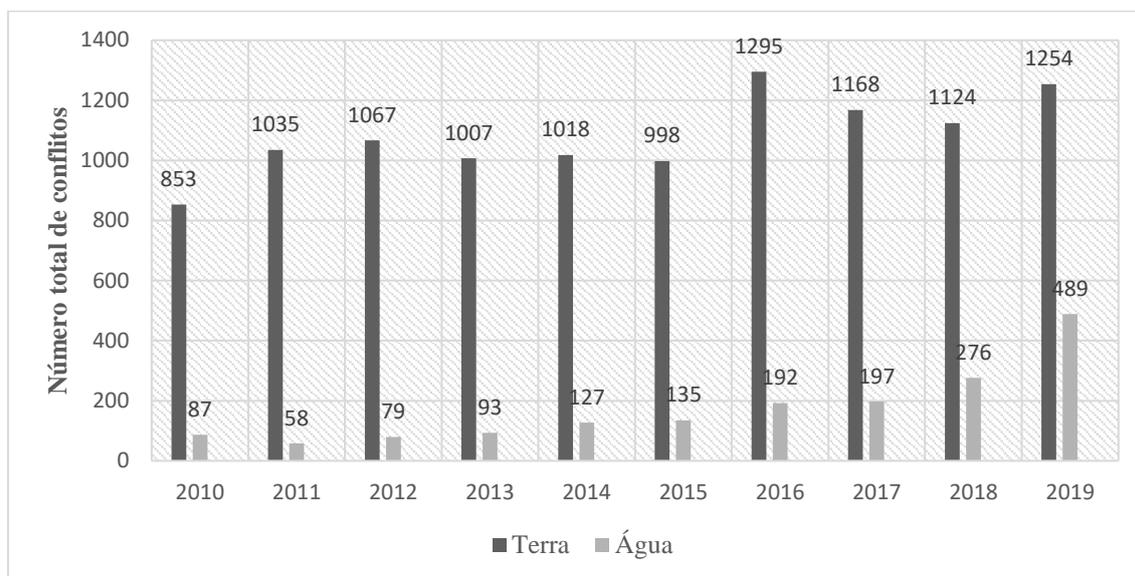
3.3 GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA: O MAPA SOCIAL DAS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS EM RONDÔNIA

No período atual, de acordo com os relatórios anuais realizados pela CPT, as mortes no campo continuam ocorrendo de maneira alarmante. Souza (2019), em diálogo com a socióloga Ana Motta, traz o perfil de rapinagem que marca a atual conjuntura geopolítica no Brasil. Percebe-se, na análise de Ana Motta, uma síntese do que temos exposto até aqui.

Depois da posse do Bolsonaro, apareceu de modo claro e inequívoco em que medida as formas de violência passaram a ser desburocratizadas e até e ampliadas para além de formas de atuação no ritmo e tempo juridicamente definido. O novo desenho dos ministérios seria um exemplo disso (fim do Ministério do Trabalho; desligamento da FUNAI do lugar para um espaço até agora indefinido; colocação de policiais da PM na frente e na gestão do IBAMA e da defesa do patrimônio natural e ambiental, fim da fiscalização e criminalização do trabalho escravo contemporâneo (por dívida) enfim, uma ordem de controle repressivo que quase exclusivamente afeta aos grupos sociais em luta e contrários as concepções defendidas pelo governo que lutam por seus direitos e reagem a formas abusivas de opressão e exploração pelo capital. Dando ênfase inegável a um modelo de ação do Estado no âmbito nacional para permitir, providenciar e liberar os interesses do capital internacional como direção principal das formas de atuação pública, em especial dando abertura maior aos interesses econômicos definidos pelo Primeiro Mundo, quase como uma pauta de ação diretiva e dirigida fora do país, e que são definidas dentro da pressão voraz do *neoxativismo* sobre o que as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros ou sem-terra vão chamar de “reprodução da vida”. E é a isso que o capital chama de recursos “naturais”, numa tentativa de transformação da natureza em mercadoria. É claro que a presença de um governo de extrema direita vai aliar a pauta não apenas do agronegócio, das elites agrárias, como também a do capital internacional. Então, não é de interesse ouvir demandas, nem respeitar a antecedência ancestral da presença das comunidades no território, muito menos a preservação do ambiente. Vamos lembrar que dias antes do desastre de Brumadinho, o presidente atual dizia nas redes sociais que “não dava para ficar atrás de xiitas preocupados com o meio ambiente, multando quem não deve, 222 multando quem quer fazer, produzir a economia, e fazer a economia avançar”, numa clara referência e defesa do agronegócio. Então com isso, o discurso torna claro que os interesses do capital estarão sempre à frente dos interesses dos trabalhadores e, sobretudo, dos brasileiros de modo geral e de seu território nacional (SOUZA, 2019, p. 221-222).

Como já dito anteriormente, o golpe de 2016 trouxe às elites agrárias e aos capitalistas verdes uma visível “esperança” em uma ação do Estado que vise dialogar com seus interesses econômicos, por meio do fenômeno da antecipação espacial, seja na flexibilização das leis, ou em seu desmonte, por meio das contrarreformas, ou até mesmo, no sucateamento das instituições (Incrá, Ibama, Funai etc.) – como já vinha ocorrendo em governos anteriores, e que agora tem sido visível – à espera do “fato consumado”. Os conflitos ecológicos envolvendo os usos múltiplos da terra e da água, em consequência, cresceram de modo significativo. É curioso notar que em 2016, ano do golpe de Estado, o número de conflitos envolvendo interesses difusos por terra e água subiu de 771 (2015) para 1079 (2016), em casos de embates por terra, e de 135 (2015) para 192 (2016), em casos de embates por água (gráfico 1).

Figura 3 – Gráfico dos conflitos envolvendo os usos múltiplos da terra e da água no Brasil entre 2010-2019



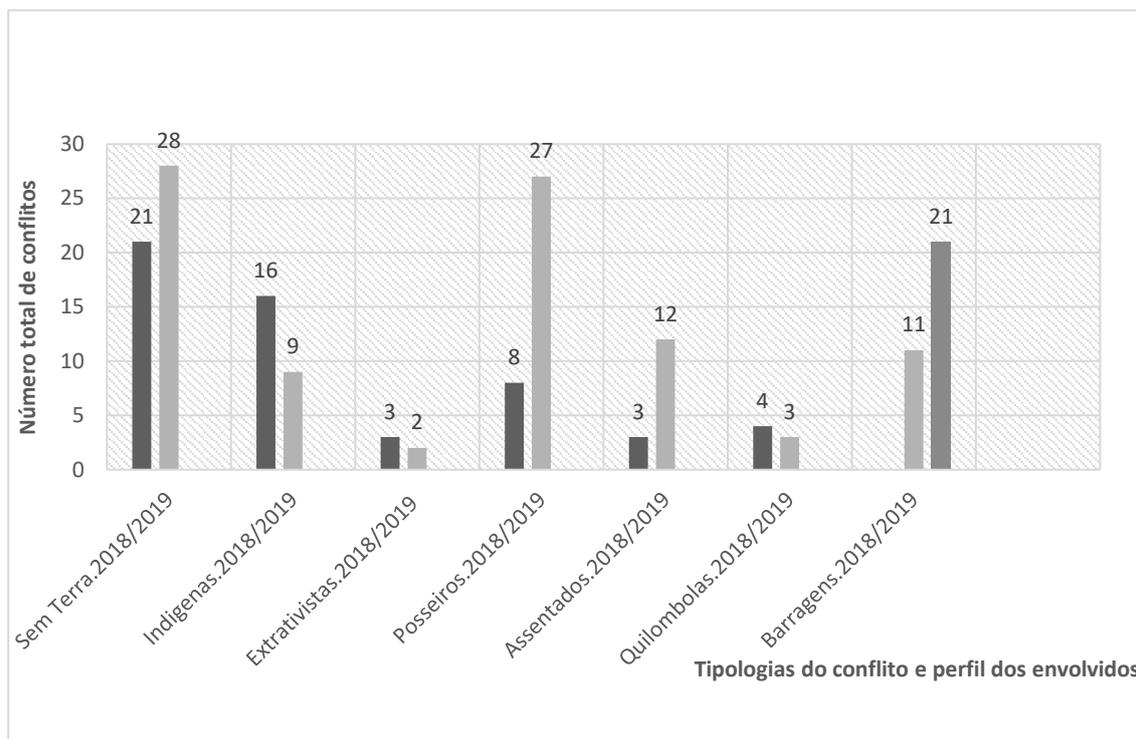
Fonte: CEDOC Dom Tomás Bauduino/Organização do autor, 2020.

Os conflitos no campo, de 2016 a 2018, em especial os que envolveram a terra, têm expressado um avanço da fronteira sobre a Amazônia (PORTO-GONÇALVES, *et al.*, 2018). Rondônia é um dos estados que concentra grande parte desses conflitos na Amazônia, tanto por questões envolvendo a água, quanto a terra. As tensões envolvendo a água, apesar do número inferior em relação à terra, também são alarmantes. No caso de Rondônia, o fato de o número de conflitos envolvendo a água ter registrado, em 2018, 11 casos (gráfico 1), demonstra, além do avanço do capitalismo verde, em escala global, em sobreposição à escala local, na Amazônia, nos últimos anos (sobretudo nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff) e da intencionalidade de ampliação do capital, nos permite, hoje, identificar o patamar de famílias envolvidas em conflitos e em situação de injustiça ambiental. Uma série de ofensivas (a exemplo do Plano Nacional para Mineração 2030), e que hoje avança com a extrema direita, foi implementada nos governos em perspectiva progressista.

O que se vê também é uma explosão de conflitos, no contexto das/dos sem-terra, posseiros e atingidos por barragens, sobretudo após a eleição de Jair Bolsonaro. Houve uma mudança brutal nestes perfis de envolvidos, a partir de 2018. Para se ter uma ideia, no estado de Rondônia, os conflitos envolvendo sem-terra, em 2018 somavam 21 casos, já em 2019 subiu para 28. No caso dos conflitos por terra envolvendo posseiros, houve uma discrepância ainda maior. Em 2018 eram oito (8) casos, já em 2019 somava-se 27 casos. O caso dos posseiros é um indicador difícil de analisar pelo perfil, tanto de invasão (em terras públicas), quanto de ocupante (em latifúndios) envolvendo conflitos nesta categoria. O caso dos assentados também subiu de três (3) para 12, demonstrando uma parcela significativa de assentamentos conquistados com problemas de conflitos em seus territórios. Outro fator importante está na situação dos atingidos por barragens, que passou de 11 para 21 casos. Os problemas dos

atingidos por barragens são difusos e envolvem conflitos, tanto por questões que envolvem a terra, quanto a água, numa mistura de múltiplas pautas de resistência do Movimento.

Figura 4 – Gráfico do número de conflitos envolvendo os usos múltiplos da terra e da água em Rondônia, em 2018-2019



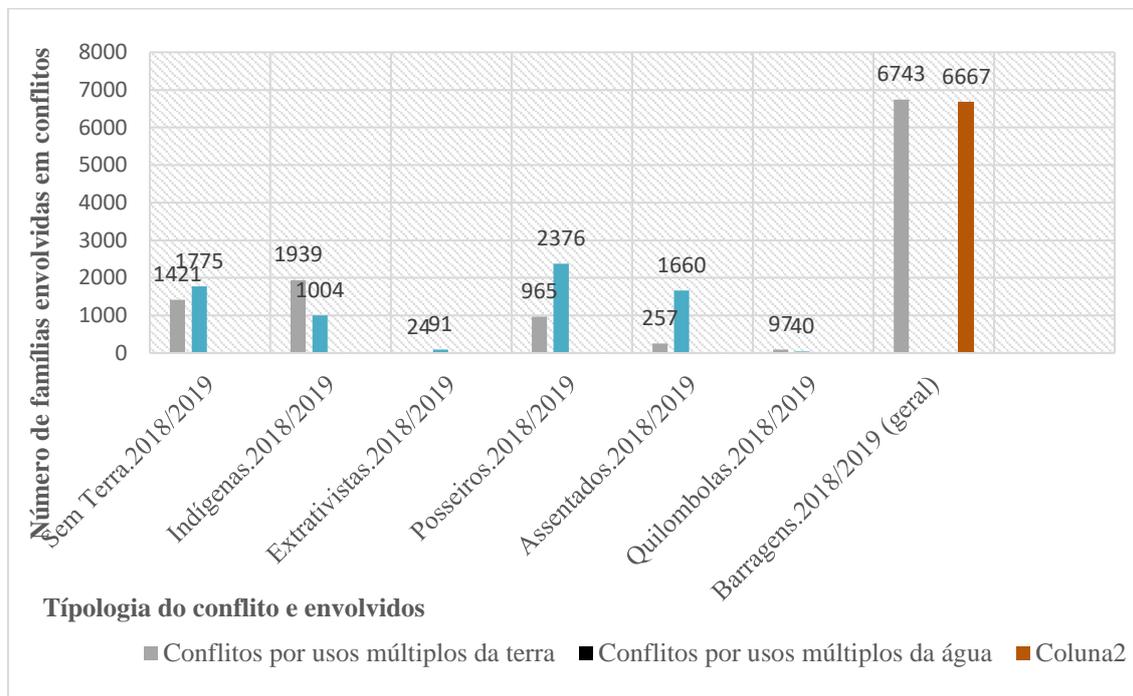
Fonte: CEDOC Dom Tomás Bauduino/Organização do autor, 2020.

Outra questão importante é que os conflitos por terra e água são sempre de natureza difusa, ou seja, envolvem os usos múltiplos da terra e da água, e não são homogêneos, variando de acordo com a região ou município e a disponibilidade dos recursos naturais estratégicos. Os conflitos envolvendo a água, por exemplo, que têm as barragens como detentoras de praticamente todos os casos, são resultados do uso dos recursos naturais praticado por madeireiros, agricultores familiares, pecuaristas, pescadores, garimpeiros, ribeirinhos e sojicultores, como ocorre no Alto Rio Madeira (CAVALCANTE; SANTOS, 2012). Se por um lado o número de conflitos envolvendo a água é, aparentemente, pequeno, portanto inferior às questões envolvendo a terra, no que se refere à quantidade de famílias afetadas, o número é bem maior em relação aos usos múltiplos da água, que foi de 6743 em 2018 e 6667 em 2019 (gráfico 2), e para aumentar nossa preocupação, a situação de muitas comunidades atingidas por barragens ainda é marcada por um processo de invisibilidade produzida na ocasião dos estudos técnicos dos grandes projetos hidrelétricos em Rondônia (CUNHA, COSTA SILVA, 2019).

As disputas que envolvem o uso múltiplo da água transcendem as questões que giram no entorno da construção e operação das hidrelétricas para fins de recursos energéticos, resultando em conflitos socioambientais de natureza distributiva.

A tensão se deve principalmente à garantia do uso múltiplo da água, cuja prioridade é dada à geração de energia em detrimento aos outros usos existentes, a exemplo do cultivo na várzea feito pelos ribeirinhos, impossibilitando a reconstituição de seu modo de vida, o garimpo e a pesca. O resultado da alteração no padrão de uso dos recursos naturais potencializa as atividades que exigem a substituição da floresta (CAVALCANTE; SANTOS, 2012, p.14).

Figura 5 – Gráfico do número de famílias envolvidas em conflitos por água e terra em Rondônia em 2018-2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Bauduino/Organização do autor, 2020.

A agropecuária, que é encontrada de forma extensiva quase em todas as regiões do estado, tem sido uma das causas das disputas econômicas pelo uso da terra em Rondônia. Do ponto de vista geográfico, a atividade agropecuária vai além do conflito e do impacto ambiental. A agropecuária extensiva modifica e dinamiza o território de várias formas, seja na forma de atividade madeireira, ou pelo fracionamento direto de florestas. A atividade agropecuária muda a paisagem, traz novas formas de dominação e poder sobre o território, espaço e o tempo, afeta os territórios materiais e imateriais das comunidades diversas, de camponesas e camponeses sem-terra, Ribeirinhos, Indígenas, Quilombolas entre outros. O valor econômico quase sempre tem justificado a geopolítica da dinâmica territorial desigual e conflituosa da agropecuária no estado de Rondônia.

Assim, o que se percebe também é que, tanto as grandes obras de infraestrutura, quanto setores do mundo agro, representado pela pecuária, pela produção de grãos (soja e milho) e pelas madeiras, ou seja, os capitalistas verdes e as elites agrárias, com suas ações espoliativas, ampliam o risco de *colapso* entorno da natureza, no estado de Rondônia. Outras abordagens mostram que essa expansão dos megaprojetos, impostos por hidrelétricas e o agronegócio, têm afetado diretamente até mesmo as comunidades mais remotas na Amazônia, assim como nas regiões que o capital, até então, não tinha transformado a natureza em mercadoria (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018).

As comunidades de ribeirinhos, que dependem do pescado como atividade econômica ou de consumo, também são afetadas de forma violenta frente às grandes instalações protagonizadas pelas hidrelétricas na Amazônia, que subvertem a figura humana e atropelam sua territorialidade, demonstrando que o espaço, os territórios material e imaterial e as experiências e modos de vida dos pescadores ribeirinhos estão também em disputa (LIMA, 2016).

Todo este panorama, onde as comunidades diversas são brutalmente afetadas, observa-se uma gama de grandes projetos a serem expandidos, no contexto atual de ofensivas contrarreformistas, da privatização daquilo que é público, e do sucateamento das instituições, assim destacado no contexto das atuais guerras jurídicas. A densidade de prioridades em que o Estado tem procurado, por meio do questionamento constitucional, demonstra que o atual panorama dos conflitos tende a se intensificar nas próximas décadas. Caso as políticas neoliberais-autoritárias, baseadas no discurso e na prática política reacionária tenha êxito, o que provavelmente terá, em muitas questões, os impactos, as tensões e os afetados somarão outro panorama brutal e irreversível.

No dia 11 de outubro de 2019, no estado de Rondônia, o colóquio “Sínodo da Amazônia, Ecologia integral e Direitos Humanos” debateu a importância da Amazônia no cenário global, frente ao avanço dos interesses do capitalismo verde na Região Amazônica, especialmente, em Rondônia. O tema mineração em Terras Indígenas de Rondônia compôs o ponto central das preocupações de pesquisadores, movimentos sociais, sociedade civil e instituições públicas. O encontro também trouxe um alerta baseado em levantamento de dados, quanto ao avanço de novos megaprojetos na Região Amazônica, dessa vez, trazendo uma das projeções mais brutais contra os povos e comunidades diversos, que segue a mesma doutrina política da “Integração Nacional” do passado: a mineração em Terras Indígenas.

Em relação à pesquisa e a lavra de recursos minerais com vistas à mineração formal nessas áreas, até então, o dispositivo constitucional sobre o assunto determina que “a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei” (art. 231, §3º). No mesmo sentido, o artigo 176, § 1º da Constituição faz referências à atividade minerária em terras indígenas, dizendo que:

A pesquisa e a lavra de recursos minerais [...] somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União [...], que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (BRASIL, 1988).

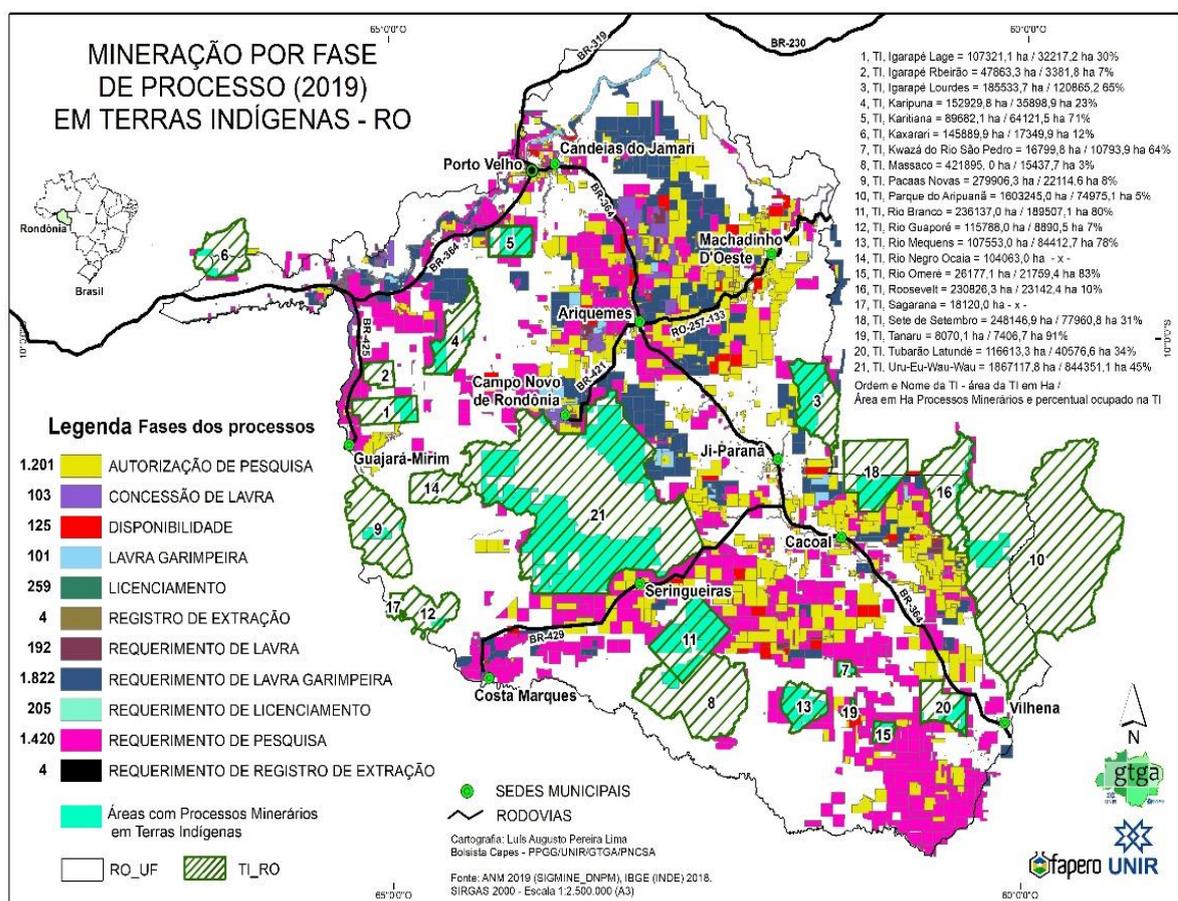
O mapa a seguir traz a cartografia da mineração em Terras Indígenas de Rondônia, assim como o avanço dos pedidos de lavra e extração da lavra de recursos minerários, por fase de processo. Observa-se a dimensão do impacto ambiental e a quantidade de comunidades afetadas em uma possível efetivação do PL 191, que estabelece as normas específicas para regulamentação desta atividade brutal, assim como a instalação de hidrelétricas e a exploração

de hidrocarbonetos (gás e petróleo) em Terras Indígenas. Os dados catalogados por Costa Silva e Lima (2019) trazem o panorama e a projeção cartográfica social da mineração em Rondônia.

Constatou-se que em todo o estado de Rondônia há requerimentos para exploração mineral (Mapa 1), indicando que o subsolo está em disputa econômica. Existem 5.436 solicitações/registros para atividade mineral, em sua maioria concentradas nos Requerimentos de Pesquisa (1.420 registros: 26%), Autorizações de Pesquisa (1.201 registros: 22%) e Requerimentos de Lavra Garimpeira (1.822 registros: 34%), o que representa 82% do total de registros. Estas três fases se destacam nas seguintes sub-regiões rondoniense: na parte norte-noroeste, na conexão da BR-364 com a BR-425, municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho; na região de Ariquemes, conexão da BR-364 com a BR-421 e as RO257/133, com referência ao município de Campo Novo de Rondônia, Ariquemes e Machadinho D'Oeste; Na região central, de Ji-Paraná à Cacoal, em direção às terras indígenas Igarapé Lourdes, Sete de Setembro e Roosevelt; na região da Zona da Mata e BR-429, até o município de Costa Marques; e na região Cone-Sul (COSTA SILVA; LIMA, P. 2, 2019).

Ainda, conforme a cartografia, das 21 áreas indígenas, 19 apresentam alguma parcela do território com pedidos “requeridos”, sendo que 11 delas apresentam mais de 30% da área “requerida” para exploração mineral. As maiores parcelas de áreas estão nas terras indígenas Tanaru (com 91 %), Rio Omoré (com 83 %), Rio Branco (com 80%), Rio Marques (com 78%), Igarapé Lourdes (com 65 %), Kwazá do Rio São Pedro (com 64 %), Tubarão Latundé (com 34 %) e Sete de Setembro (com 31 %). A Uru-Eu-Wau-Wau, considerada a maior área indígena de Rondônia, apresenta 45% do território requerido para atividade mineral, portanto, poderá ser a maior extensão de área a ser impactada (mapa 1).

Figura 6 – Mapa da Cartografia da Mineração em Terras Indígenas de Rondônia



Toda essas questões envolvendo a exploração de mineral, gás e petróleo em Terras Indígenas está entorno do conteúdo sombrio do Projeto de Lei Nº 191, que além de definir, com muita clareza, o perfil das ecologias sem política e das políticas sem ecologia, a qual que vem sendo imputada aos povos indígenas e comunidades diversas na Amazônia, além da sociedade como um todo, traz um horóscopo previsível do perfil de rapinagem entorno dos recursos naturais que o “futuro” nos espera. Para além de somente a mineração, o PL por sua vez:

Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas (BRASIL, 2019, p. 01).

O que se percebe a respeito desta ofensiva ecofascista é a perspectiva ampla que o PL propõe de atingir uma parcela territorial estratégica, que são os territórios dos povos indígenas da Amazônia. Para dar um exemplo, a exploração dos hidrocarbonetos (Metano, Etano, Propano, Butano), basicamente petróleo e gás natural, resultado da decomposição orgânica de processos edafoclimáticos, que já ocorre em outras áreas, é o ponto central das condições previstas no PL 191, que, aliás, faz parte de um discurso ambiental minunciosamente preparado e extremamente competente sob o ponto de vista jurídico e científico. Nesta perspectiva, monta-se um cenário econômico neoliberal-autoritário ecofascista baseado no pseudoargumento considerado científico e político de um “desenvolvimento sustentável” (o mesmo de sempre) para sociedade com o *slogan* de que “*é para o bem dos povos indígenas*”, “*que querem se emancipar e se igualar a nós*”. O discurso ambiental das classes dominantes tem demonstrado o obscurantismo e a perversidade camuflados na agenda econômica ecototalitária, para qual, a figura do indígena é o tema que talvez seja a prioridade máxima do atual governo ao direcionar sua propaganda do “desenvolvimento sustentável”. Tal realidade nos ajuda a arriscar outro horóscopo previsível: a ofensiva neoextrativista indicada nas disputas econômicas pelo subsolo, possivelmente acumulará grande parte dos conflitos socioambientais na Região Amazônica, nas próximas décadas.

A exploração petrolífera desenvolvida na Região Amazônica não é recente, assim como as primeiras tentativas de pesquisas exploratórias de combustíveis fósseis na Região, já ocorre desde o início do século XX, juntamente com as descobertas de carvão, as pesquisas de exploração petrolíferas tem início, na Amazônia, a partir da década de 1920 (JUNIOR, 1991). Os estudos sobre as províncias geocronológicas do Cráton amazônico e suas implicações tectônicas (TASSINARI; MACAMBIRA, 2004), além do mapeado dos principais depósitos minerários, em diversas áreas estratégicas da região amazônica, sugere uma riqueza imensurável no subsolo da Amazônia brasileira e demais regiões fronteiriças. O estudo de Tassinari e Macambira (2004) sugere que a evolução tectônica do Cráton amazônico faça parte

de um contexto global, assim como os dados paleontológicos permitiram Teixeira, *et al.*, (2004) correlatarem essa formação com províncias geocronológicas do Cráton de bacias hidrogeológicas de outros países da América do Sul e África. Isso nos permite, também, entender, mesmo de modo grosseiro, o interesse dos neoextrativistas nestes países, sobretudo na Região Amazônica, com uma riqueza estratégica que vai além da madeira, da água e da terra. Para além da neutralidade científica, os estudos hidrogeológicos são também importantes subsídios à formulação de políticas públicas unilaterais voltadas à exploração de recursos naturais estratégicos, assim como, as guerras e o uso jurídico têm sido cada vez mais um instrumento extraordinário de dominação de classe das elites neoextrativistas, indicando que os conflitos ecológicos distributivos são desencadeados por motivos que estão também embaixo da terra.

Percebe-se também que, se no passado, para viabilizar o abaixo às fronteiras da natureza na Amazônia, a medida adotada foi a chamada “limpeza pública da área”, ou seja, o extermínio explícito de comunidades indígenas inteiras para que o desenvolvimento econômico chegasse, hoje, este processo tende a ser mais sofisticado. Uma análise centrada no discurso político ecofascista pode ser capaz de catalogar o obscurantismo do passado ainda vivo como nunca, em outras fórmulas. Para dar um exemplo, na fala de Jair Bolsonaro e seus defensores, podemos extrair alguns aspectos desse discurso: *“o índio está se tornando humano, como nós”, “o Índio quer se integrar à sociedade. O Índio quer médico, quer energia elétrica, quer dentista, quer internet, quer jogar um futebol. Ele quer o que nós queremos. Alguns querem que o índio continue dentro de uma reserva como se fosse um animal em um zoológico, e eu não quero isso. Eu quero tratar o índio como um ser humano, como um cidadão”* (falas de Bolsonaro sobre “Integração Nacional”, defesa do PL 191 e expansão da agropecuária em terras indígenas); *“a necessidade do índio hoje é internet, trator, celular e explorar a própria terra”* (fala de Alexandre Garcia em defesa do PL 191). Percebe-se, de modo explícito, nos discursos ecofascistas, várias questões que se pode pôr em xeque. Primeiramente, o conceito de “índio” foi abandonado pela literatura há tempos, sendo lembrado apenas nos modelos interpretativos dos colonizadores/exploradores. Em segundo lugar, os indígenas têm seu próprio modo de vida e específicas formas de adaptabilidade humana nos ecossistemas diversos, como já foi demonstrado em outra ocasião (MORÁN, 1990).

Em relação à “necessidade de explorar a própria terra”, incluindo a garimpagem, como assim argumenta o discurso ambiental generalizado no governo de Jair Bolsonaro, o Decreto nº 88.985/1983, que regulamenta os artigos 44 e 45 do “Estatuto do Índio” (Lei nº 6.001/1973), em seu Artigo 2º, já prevê a exploração por parte dos indígenas ao estabelecer que “As riquezas e as utilidades existentes no solo das terras indígenas somente serão exploradas pelos silvícolas, cabendo-lhes, com exclusividade, o exercício das atividades de garimpagem, faiscação e cata”; e o Artigo 3º da mesma lei estabelece que:

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adotará as providências necessárias para garantir aos indígenas o exercício das atividades referidas pelo artigo anterior, cabendo-lhe orientar a comercialização do resultado da exploração (BRASIL, Lei nº 6.001/1973; Lei nº 88.985/1983).

O que compete ao Poder Público Federal, em tese, é arbitrar os crimes ambientais e mediar conflitos entre sujeitos sociais e grupos mercenários envolvendo invasões em terras indígenas.

No que tange à mineração, o protagonismo no sentido contrário ao avanço neoextrativista na região amazônica tem estado por conta do MAM – Movimento pela Soberania Popular em Mineração, criado em 2012 (VITTI, 2019; BARBOSA, 2019). Os territórios do MAM contemplam, além de outras regiões, a Amazônia brasileira, que ocorre a partir de uma história de resistência popular na contramão do avanço da mineração neoextrativista, cuja resistência das comunidades diversas já ocorre desde a década de 1980; essa resistência, por sua vez, ocorre em toda a América do Sul. Tendo sua híbrides no MST, o MAM tem, em sua base de formação, uma ampla diversidade de comunidades, reunindo indígenas, quilombolas e camponesas/camponeses sem-terra. Outros movimentos como o MAB, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, Comitê Mineiro em Defesa dos Territórios e do Mundo Natural Frente à Mineração, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, o ISA – Instituto Socioambiental, o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas atuam diretamente nas estratégias e contraestratégias dos movimentos sociais frente às grandes mineradoras no Brasil (NETO; RABELO, 2018). O Comitê Mineiro em Defesa dos Territórios e do Mundo Natural Frente à Mineração, que é constituído por representações contra empreendimentos de grandes mineradoras, com base em estudos técnicos a órgãos de controle, em especial, ao Ministério Público, é talvez a maior força política e jurídica frente às ações das mineradoras.

Embora a atividade minerária ocorra no Brasil há décadas, um grande avanço da neoextração e do neodesenvolvimento se deu com a apresentação do PNM – 2030 (Plano Nacional de Mineração 2030) durante o governo Dilma Rousseff, e prevê a formulação de políticas e planejamento do setor energético e mineral. As estratégias definidas no PNM – 2030 estão entre “Garantir a Ampliação do Conhecimento Geológico do Território Nacional” (basicamente a descoberta de novas jazidas minerais, o conhecimento e o mapeamento hidrogeológico, visando atender os interesses neoextrativistas); “Estabelecer Diretrizes para Mineração em Áreas com Restrições Legais” (mineração em terras indígenas e em Unidades de Conservação); “Promover a Produção Sustentável do Setor Mineral”; “Promover o Desenvolvimento Sustentável em Regiões de Base Mineradora” (discurso ambiental neoliberal do “desenvolvimento sustentável”). No geral:

A visão expressa no presente Plano considera que, para um Brasil sustentável, o setor mineral tem muito a contribuir. Enfatiza que a realidade ao longo da caminhada dos próximos vinte anos estará sujeita a mudanças e que novos eventos poderão alterar trajetórias. Não obstante, o documento apresenta uma visão de futuro promissora para

o setor mineral brasileiro e apresenta os objetivos estratégicos e as ações que devem materializar essa visão. Nessa construção três diretrizes formam os pilares do Plano: i) governança pública eficaz, ii) agregação de valor e adensamento do conhecimento por todas as etapas do setor mineral, e iii) sustentabilidade (BRASIL, 2011, p. 06).

O PNM – 2030 também prevê investimentos em pesquisa mineral, no sentido de fortalecer cada vez mais o avanço das atividades. Somente no ano de 2008 os investimentos foram da ordem de US\$486 milhões, dos quais US\$346 milhões em áreas pioneiras e US\$140 milhões em áreas com atividade de lavra. Até 2030, os investimentos estão estimados em US\$10,5 bilhões (BRASIL, 2011).

Embora há quase duas décadas os povos e comunidades diversos, na Amazônia, não tenham sofrido violência específica, tanto por parte dos sujeitos sociais, quanto pelo Estado e o capital, caberia lembrar que, a chegada cada vez mais rápida do neodesenvolvimento nas áreas mais remotas da região amazônica, assim como a regulamentação para exploração nessas áreas, não é algo recente. O PNM – 2030, elaborado no governo de Dilma Rousseff, demonstra uma articulação do Estado com o capital neoextrativista em períodos anteriores ao golpe de 2016, ressaltando o tom progressista das disputas econômicas pelo subsolo na Amazônia. O PNM – 2030 demonstra que, desde 2006, o Estado tem procurado uma densidade de prioridades entorno do subsolo, assim como, foi no caso da extração de madeira na Amazônia e, recentemente, das hidrelétricas. Outra questão importante acerca do PL 191, que hoje transita os interesses mais obscuros do capital neoextrativista, está no fato de que tal ofensiva não é recente e nem tampouco original, o PNM – 2030 demonstra, de modo claro, que a ofensiva neoliberal-autoritária ecofascista já estava sendo pleiteada durante os governos do PT, através do chamado novo marco da mineração no Brasil, e teve como base o PL 5.807/2013, como assim consta no próprio PNM – 2030:

O acesso e uso das terras indígenas foi bem definido pela Constituição de 1988, porém necessita de regulamentação. Considerando que a demanda por bens minerais e produtos de base mineral crescerá nas próximas duas décadas, as ações desse objetivo tornam urgente a elaboração de uma agenda de entendimentos, objetivando a harmonização das diferentes competências entre órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela regulação ambiental, indígena, quilombola, cultural (fósseis) e mineral, tendo como base o ordenamento territorial no interesse nacional (BRASIL, 2011, p. 126).

Os movimentos de resistência, em especial, nas múltiplas dimensões do MAM, vêm escancarando as contradições do “desenvolvimento sustentável” na mineração, imputado por meio dos marcos regulatórios, que teve o pontapé inicial no governo de Dilma Rousseff, ampliado no governo Temer, por meio de decretos e do lançamento do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, e, posteriormente, reciclados no atual governo de Jair Bolsonaro, com o PL 191/ 2019.

Outra questão importante nestes conflitos por interesses difusos consta também a situação camponesa e a trajetória dos movimentos sociais do campo na luta pela terra. O tensionamento entorno das questões da luta pela/na terra também tem mobilizado diferentes

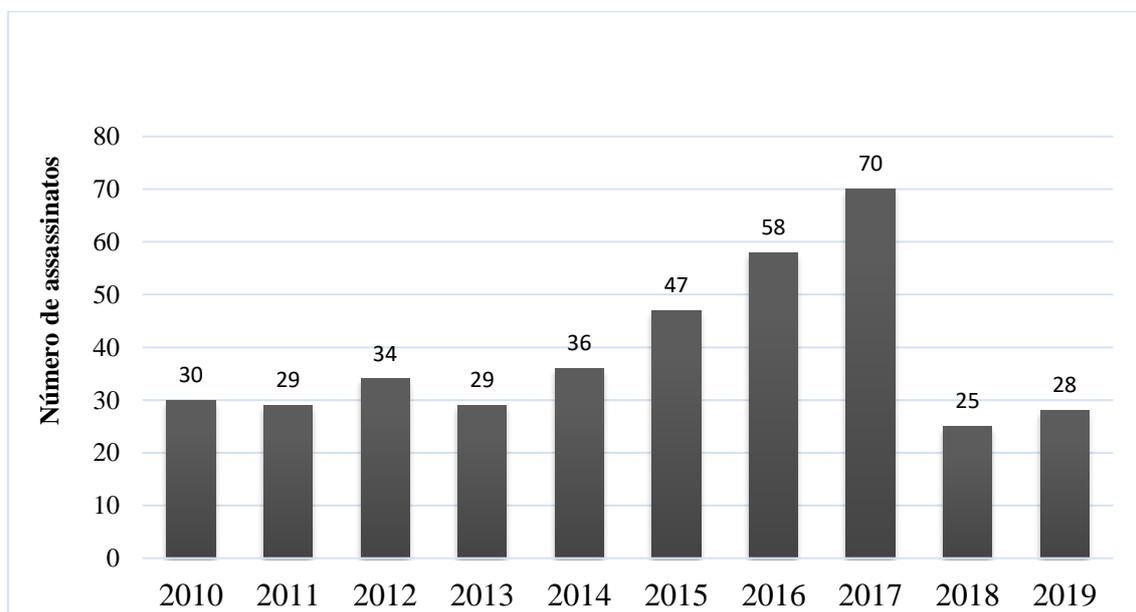
formas de ação camponesa na Amazônia. Face à violência que parte das atuais agromilícias, pelos “justiceiros” e os “lobos solitários” e também instrumentalizada, as ações de resistência pela posse da terra, o uso da propriedade e a proteção dos territórios já conquistados (como é o caso das reservas em bloco), envolvendo camponesas/camponeses sem-terra, posseiros, acampados, assentados quilombolas, ribeirinhos, arrendatários, entre outros.

O processo de regressão brutal de acesso à terra deve-se ao Terra Legal (LEI Nº 11.952/2009.), do governo Lula da Silva, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas invadidas, sob o lema “Regularização Fundiária: caminho para o desenvolvimento sustentável”. O Terra Legal, por sua vez, possibilitou o maior avanço da grilagem de terras no Brasil, que ainda incentivou o desmatamento, o crescimento do agronegócio e das elites agrárias na Amazônia e, sobretudo, a desarticulação dos movimentos de luta pela terra. O grande triunfo das elites agrárias está no desaparecimento do conceito de latifúndio, por meio do qual, retirou a função social da terra como argumento central dos movimentos sociais do campo, na Amazônia Legal.

Neste sentido, percebe-se que, assim como ocorreu no caso do marco legal da mineração no Brasil, que iniciou nos governos em perspectiva progressista, as questões que envolvem o acesso à terra também não foram diferentes. O retrocesso continua, acerca dos decretos de desapropriação para fins de reforma agrária, das áreas desapropriadas, também, para fins de reforma agrária, e o aumento da violência no campo envolvendo os múltiplos usos da terra.

Os decretos de desapropriação passaram de 329, entre 1999-2002, mantendo-se a mesma média entre 2003-2006 (326), caindo de forma brutal entre o período de 2007-2010 (171), de 2011-2014 (54) e, chegando à falência no período pós-golpe (2016-2018) que foi de apenas sete (7) (PORTO-GONÇALVES, 2019).

Figura 7 – Gráfico do número de assassinatos envolvendo a disputa por terra no Brasil entre 2010-2019



Por outro lado, a violência teve um aumento considerável. Somente no período pós-golpe, o número de assassinatos envolvendo a terra subiu de 47 em 2015, para 58 em 2016, chegando a 70 em 2017, representando uma queda a partir de 2018, com 28 (gráfico 4). A Região Amazônica representa a maior parte dos assassinatos. Rondônia é o segundo estado com número maior número de assassinatos (6 mortes), perdendo apenas para o estado do Pará, com 16 mortes. A queda representada em 2018 pode ser explicada pelo processo de transição na política. As incertezas envolvendo quem irá vencer as eleições, sobretudo as de âmbito nacional, trouxeram inúmeras expectativas ou falta de expectativas, tanto para os movimentos sociais, quanto para as elites agrárias, o que pode ter influenciado na queda no número de assassinatos em 2018.

Depois do que foi o Programa Terra Legal, os retrocessos continuam no governo Temer com a Lei 13.465/2017, com interesses na questão, tanto rural, quanto urbana. Conhecida como “lei da grilagem”, o novo marco legal de terras, por sua vez, flexibiliza a compra de lotes em assentamentos de reforma agrária. Com a densidade de prioridades que o governo de Jair Bolsonaro tem procurado junto às elites agrárias, certamente a “lei da grilagem” será alterada ou diluída por não alcançar totalmente os anseios das agromilícias.

Outro golpe brutal vem sendo imputado à classe camponesa na Amazônia, dessa vez com a MP 910, agora em forma de PL nº 2633/2020, que altera o Terra Legal visa acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia, resultante de ocupações incidentes²⁶ em até 2.500 hectares, cabendo ao Incra decidir quando se tratar de terras arrecadadas ou pelo órgão administrada, e ao Ministério da Economia quando se tratar de outras áreas sob domínio da União. Percebe-se no caráter amplo do PL, que, ao mesmo tempo em que beneficia comunidades específicas, também beneficia grandes e médios proprietários localizados em áreas da União, ou aqueles que compraram terras em assentamentos de reforma agrária. O PL é um importante instrumento que visa dar continuidade ao desastre que foi o Programa Terra Legal. Outro importante aspecto do PL está no caráter manso e em perspectiva aparentemente progressista, buscando homogeneizar interesses de pequenos agricultores com os interesses das elites agrárias representadas pelas agromilícias na Amazônia, sobretudo no estado de Rondônia. Os movimentos sociais de luta pela terra calculam que a “nova lei de grilagem”, além de enganar uma parcela significativa dos próprios movimentos do campo, possibilitará a grilagem de mais de 300 milhões de hectares em terras públicas.

A guerra jurídica, ao longo das duas últimas décadas, foi maior do que este sucinto recorte pode demonstrar. Por exemplo, a quantidade de projetos de lei e decretos que ferem as variadas comunidades camponesas teve números assustadores. Somente em 2015, 2016, 2017

²⁶Incidentes referem-se às invasões desordenadas em terras públicas.

e 2018 somaram 94 ofensivas. Esse número foi de forma extraordinária maior que a somatória dos últimos 16 anos, a contar de 1996 a 2014, que foi de 68 ofensivas. Ao todo, de 1996 a 2018 somam-se 162, sendo que 59 referem-se a retrocesso na reforma agrária, 37 envolvendo terras indígenas e quilombolas e 14 ferem as ações dos movimentos sociais do campo (JUNIOR; MARTINS; MOIZÉS, 2018).

Nesta mesma perspectiva, no que tange às ofensivas que ferem a natureza, o número foi ainda maior. Entre 2015 a 2018, soma-se o total de 99 casos, o que também foi superior aos últimos 16 anos, que somaram 81 casos. Os temas mais cobiçados nas ofensivas desde 1996 a 2018 foram as terras indígenas (44 ofensivas), licenciamento ambiental (40 ofensivas), mineração (24 ofensivas), agronegócio (9 ofensivas), Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Permanente na Amazônia Legal (8 ofensivas), mineração em terras indígenas (7 ofensivas) entre outros (JUNIOR; MARTINS; MOIZÉS, 2018).

A única somatória com números inferiores ao período de golpe e pós-golpe refere-se à distribuição de ofensivas legislativas que ferem diretamente os povos indígenas, o que não significa que não há gravidade nesta representação. Ao contrário, o fato das ofensivas representarem 40 de 2015 a 2018 contra 51 ofensivas em 16 anos (1996-2014), sinaliza a gravidade do crescimento dos retrocessos contra as classes minoritárias, sobretudo as do campo e da floresta. No caso dos indígenas, somente em 2016, ano em que os golpistas assumiram a posse, 18 ofensivas foram catalogadas em desfavor das comunidades indígenas (JUNIOR; MARTINS; MOIZÉS, 2018).

Este pequeno exemplo do uso instrumentalizado do direito traz o que propomos no início deste importante capítulo, que nos serve de aporte para entender como a competição política tem afetado os recursos naturais na Amazônia. Percebe-se, também, que o panorama central desta competição está cada vez mais baseado no contexto das guerras jurídicas, como alternativa de dominação/subalternização nos/dos espaços e territórios mais remotos da Amazônia, assim embrionado nas duas últimas décadas e, posteriormente, posto em prática de forma brutal, após o golpe parlamentar de 2016. Percebe-se a construção descarada de um regime triplo de acumulação dos ativos água, terra e o subsolo, os quais estão em constante disputa econômica na Amazônia, integrados ao sistema mundo global de transformação da natureza em mercadoria, haja vista que, na virada global da extrema direita, nos países subdesenvolvidos e ricos em recursos naturais estratégicos, o Estado deixa cada vez mais inacessível aos múltiplos movimentos populares do campo e aos povos e comunidades diversos, afetados diretamente no contexto da competição (política, econômica e social) no entorno da natureza. A extrema direita brasileira, em seu esforço implacável de implantar a *lógica social do colapso* deixará as portas abertas para investida total em todos os setores aptos a *acumulação primitiva* do capital.

“DO OUTRO LADO DA ILUSÃO”

4 CAPÍTULO IV: A LUTA NO/POR TERRITÓRIO NA COSMOPOLÍTICA DO MST: EM BUSCA DE UM DIÁLOGO HORIZONTAL

A expressão metafórica “do outro lado da ilusão” que escolhemos para compor a terceira parte da pesquisa traz um manifesto à necessidade de superarmos o obscurantismo que se tem em relação aos sujeitos sem-terra. Também traz uma abordagem anticolonialista que tanto tem sido objeto de discussões nos paradigmas atuais, que é descolonizar o imaginário humano. Não é de hoje que eles são chamados de “terroristas”, “ladrões de terra” “invasores” “preguiçosos” entre outros estigmas que são abertos sem escrúpulos, até que a sociedade leiga se convença de que são o que os colonizadores querem que sejam.

Ao contrário, “do outro lado da ilusão” está o protagonismo daqueles que, quase sempre, põem em xeque as políticas neoliberais hegemônicas e constroem as bases para novas interpretações do mundo globalizado e sua natureza perversa (SANTOS, 2001). “Do outro lado da ilusão” é possível identificar relações sociais e humanas profundas de solidariedade social baseadas no cuidado da vida e no respeito à figura do outro, e as singularidades da vida humana. A solidariedade é um fundamento da vida nas relações sociais e humanas nos territórios do MST; ela sempre foi um princípio dos povos e comunidades diversos, bem como das/os sem-terra.

Milton Santos lembrou que “a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico” (SANTOS, 2001, p. 14). Cabe a nós, agora, entender a condição obscura desse discurso, não apenas ideológico, mas civilizatório, que resultou na subversão dos povos e comunidades diversos, seu ecologismo e suas distintas formas de relacionamento com a natureza.

Descolonizar o imaginário humano e superar o obscurantismo e o maniqueísmo que nega o outro é um dos maiores desafios da humanidade diante da crise ambiental e do risco de *colapso* sistêmico que se anuncia, haja vista que tal crise é fruto da razão, do pensamento, do conhecimento, assim posto em xeque na coerência teórico-político de Enrique Leff. É uma crise dos modelos interpretativos dominantes, que deixaram para traz aqueles considerados “incivilizados” diante da *racionalidade econômica* capitalista moderna dominante. No capítulo anterior anunciamos que a ideologia do discurso neoliberal de sustentabilidade atualizada no novo radicalismo de direita, tem reclamado um projeto ecofascista como alternativa de

resolução dos problemas da crise ambiental. Como alternativa de horizontes emancipatórios ancorados na ecologia política dos movimentos sociais/ecologistas, vê-se uma transição ecossocietária de um *ecodesenvolvimento* baseado nas vertentes da agroecologia, na justiça ambiental, no ecofeminismo, na relação/interação *biocêntrica* e *ecocêntrica* de natureza, ensejando a sustentabilidade da vida (MATOS, *et al.*, 2020).

Há, nesta mesma corrente transitória, uma mudança de paradigma no sentido de cobrança de uma dívida ecológica e social impagável, e este processo tem se dado nas múltiplas formas de reapropriação da natureza e dos territórios frente a ação capitalista (MARTÍNEZ-ALIER, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2016), agora agravada no processo de acirramento da competição (política, econômica e social) entorno da natureza.

4.2 SOBRE O USO DA CATEGORIA CAMPESINATO

Em Carvalho (2005) há uma diversidade de famílias camponesas, já que esta categoria engloba, desde os proprietários privados de terras, aos posseiros de terras públicas e privadas, os povos das florestas, os povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros e açazeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os arrendatários não capitalistas, os caboclos e colonizadores e aqueles resultantes dos assentamentos da “reforma agrária”.

Cabe lembrar que o termo agricultura familiar, além de estratégico, não obstante, é recente no espaço rural, pois antes, as pessoas pertencentes a esta categoria eram chamadas de “colonos”, “da roça”, entre muitos que não citaremos, pois não é interesse marginalizar essa classe, como, recentemente, já foi feito. Todos esses sinônimos usados refletiam em estigmas, tais como atrasados, burros, pobres ou outros, como “bicho do mato”. De tanto ouvirem tais argumentos, eles mesmos já se identificavam assim perante a sociedade urbana que muito pouco deu valor a tal classe (REDIN; FIALHO, 2010).

Deve-se lembrar que ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares. Trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar, e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012).

Já o conceito de camponês, além de histórico, parece ser o mais adequado, pois não se trata apenas de um termo que designa o perfil de produção, na quantidade de hectares, e sim, uma categoria histórica que protagoniza as dinâmicas sociais de classe no campo em todas as regiões do planeta. Para Bernstein (2011), é mais adequado restringir os termos: camponês ou campesinato aos usos analíticos, ao passo que o camponês é um sujeito ator nas transformações

sociais das relações, tanto históricas quanto contemporâneas, nos processos de mudança agrária e nas dinâmicas de classe. Campesinato é uma categoria que traz a unidade política de classe.

No Brasil, as dinâmicas de classe na agricultura camponesa têm se destacado cada vez mais no contexto de produção agroecológica. O campesinato brasileiro tem origem a partir da ocupação de imigrantes europeus e africanos, tendo como principais premissas o trabalho familiar, o uso de áreas pequenas, a produção para o autoconsumo, o mercado interno e local, a produção diversificada e a produção de alimentos livres de agrotóxicos, representando um modo de produção que garante a soberania alimentar do campesinato e do povo brasileiro. A agricultura camponesa representa um modo de ser e de viver que tem centralidade na reprodução social da família, e a sua contradição interna se dá entre a capacidade de trabalho disponível da família e as necessidades de consumo, gerando, assim, uma lógica econômica própria, uma especificidade camponesa que permitiu sua longevidade através dos séculos (CHAYANOV, 1974).

A agricultura camponesa tem se destacado como o perfil de produção mais sustentável, através de práticas agroecológicas em agroecossistemas diversificados. Amparada por premissas que diferem do campesinato, a agricultura de base familiar se propaga por meio de requisitos como as estratégias de gestão agroecológica, a gestão ambiental, o uso de áreas pequenas, a adoção de máquinas leves, o abastecimento popular, a mão de obra familiar e o cultivo de sementes naturalmente selecionadas (sementes crioulas) e, sobretudo, do cuidado com aqueles que consomem os produtos oriundos do campesinato. Apesar de desestimulada, impedida e inibida, a agricultura camponesa cresce constantemente, destacando-se pela produção de alimentos saudáveis, cultivados em um modelo que agrega valor e respeito ao ambiente e à humanidade.

Na visão do MST, a agricultura camponesa está em função da sustentabilidade da vida humana, sendo chave para a garantia de soberania alimentar do povo brasileiro. Apesar das vantagens, a agricultura de base familiar ainda enfrenta grandes dificuldades, pois o avanço do latifúndio se dá sobre o retrocesso do campesinato, por “ser estrangulado”, por falta de subsídios e influência política, sendo assim, bloqueado, impedido, reprimido e inibido, enquanto o latifúndio é estimulado, apoiado, financiado, protegido e defendido por multinacionais e influência política.

4.3 O ECOFEMINISMO E AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO NO MST

A construção histórica do MST foi feita por pouca participação feminina na ocupação de espaços de liderança, sobretudo no papel de militância nas comunidades, que ainda são representados majoritariamente por figuras masculinas. As mulheres participam das mobilizações, dos debates, dos espaços de formação, mas ainda continuam com pouca expressão nos espaços ainda dominados por homens. Hoje, a narrativa construída pelos

movimentos feministas tem garantido o estabelecimento de agendas pautadas nas reivindicações das interseccionalidades construídas pelos movimentos feministas pós-modernos, hoje introduzindo as múltiplas dimensões identitárias e os desafios das múltiplas e simultâneas opressões de gênero.

Marcando o que se pode chamar de “virada de gênero”, entre os dias 5 e 9 de março de 2020, em Brasília, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres sem-terra, do MST. Com o tema “Mulheres em Luta: Semeando Resistência”. Com cerca de 3.500 mulheres, o encontro debateu sobre a ação do capital moderno-colonial patriarcal e o racismo na vida das mulheres. No ato político, as mulheres sem-terra também ocuparam o Ministério da Agricultura, denunciando a liberação de agrotóxicos e as constantes ofensivas que vêm sendo imputadas às comunidades camponesas diversas do campo, que acumulam dados alarmantes. Não há dúvidas de que o encontro é um horóscopo previsível que marcará a estruturação de um ecofeminismo camponês para o fortalecimento do projeto de reforma agrária popular que abranja o caráter singular das lutas camponesas nos/pelos territórios e na/pela natureza.

O encontro também foi espaço de demonstração das formas simbólicas de resistência baseadas nas ciências espirituais. É o setor de terapeutas populares do MST que reúne curandeiras, benzedeiras, raizeiras e terapeutas. Trata-se do resgate de práticas e conhecimentos populares e do cuidado com o outro. O espaço das “bruxas” e curandeiras da saúde popular, assim chamado pelas mulheres sem-terra, é também um manifesto que surge de um resgate ao passado sombrio marcado pela caça às “bruxas” durante a via de transição da Igreja cristã ocidental dos séculos XIV-XVI, cuja Igreja católica protagonizou um longo histórico de perseguição e a condenação à morte de mulheres, “justificadas” por meio do “Tribunal do Santo Ofício”, baseado na associação da mulher à figura de bruxa. Este resgate histórico é também um convite para reflexões em relação às novas formas de opressão religiosa e política, sobretudo no contexto de vida das mulheres do campo.

Apesar da timidez, o MST, desde 1986, tem procurado caminhos para incorporar a participação política das mulheres na luta pela/na terra. O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Militante do MST, que ocorreu em 1996, trouxe a necessidade de por em xeque a dominação histórica, múltipla, simultânea e opressiva de gênero na sociedade e na formação orgânica do Movimento. Desde então, um dos principais objetivos estratégicos do MST sobre a questão de gênero foi de massificar e qualificar a participação feminina na organicidade da luta pela/na terra. O Primeiro Encontro Nacional das Mulheres sem-terra do MST é resultado de um paradigma arraigado por mulheres que há décadas já desenvolvem uma luta pela/na terra pelos/nos territórios e pela/na natureza.

Além disso, o MST tem demonstrado uma mudança de postura em relação a um movimento hegemonicamente masculino e heterossexual, reconhecendo a contribuição das correntes feministas para as transformações da sociedade. Com frequência, a pluralidade das

pautas dos coletivos LGBTQIA+ e das mulheres sem-terra tem marcado, de forma extraordinária, as lutas de gênero na construção da liberdade sexual, contra a LGBTQIA+fobia e a violência contra as mulheres e LGBTQIA+ nos espaços orgânicos, nos assentamentos e acampamentos e, sobretudo, nos diversos espaços da sociedade hegemonicamente machista, homofóbica, racista e leiga.

A questão de gênero no MST transcende as narrativas dos movimentos feministas, e tem protagonismo na produção agroecológica dos assentamentos – que ainda não foi reconhecido nas pesquisas machistas e nos modelos interpretativos dominantes. A participação feminina e LGBTQIA+ nos espaços rurais tem contribuído para as diversidades produtivas em diferentes regiões do Brasil (TAVARES *et al.*, 2016). Essa participação tem demonstrado um caráter construtivo nas relações de gênero e empoderamento político, econômico e cultural, mediadas, não poucas vezes, por movimentos sociais ou em projetos de cooperação entre mulheres nos assentamentos e acampamentos (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Os quintais agroflorestais, por exemplo, são espaços de produção formados na maioria das vezes pelos cuidados de mulheres. Na Amazônia brasileira, apesar de pouco investigados, os quintais agroflorestais são uma das formas mais comuns nas tradições que envolvem os usos múltiplos da terra por povos e comunidades diversos. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de baixo custo para a conservação da biodiversidade (FLORENTINO *et al.*, 2006), os cultivos são voltados à produção de frutos, hortaliças e plantas medicinais para o uso somente das famílias locais (NETO *et al.*, 2004), sendo que, em alguns casos, os excedentes dessa produção são comercializados, a exemplo do cacau, da banana, da laranja, do limão, da manga. Mas, essa produção é destinada, sobretudo, à garantia da segurança alimentar das famílias adotantes (VIEIRA, 2013; ROCHA GARCIA *et al.*, 2015) e para a garantia de alimentos diversificados nos períodos secos e chuvosos. Os quintais agroflorestais são organizados, de modo majoritário, por iniciativa das mulheres como um espaço que exerce funções sociais, ecológicas, culturais e econômicas (OLIVEIRA, 2009). Nesses espaços é comum que as mulheres manejem seus quintais, onde é também um espaço de afeto com as ervas medicinais, flores, plantas frutíferas, hortaliças e os animais domésticos e exóticos que frequentam e desfrutam desses espaços.

Os quintais agroflorestais são áreas ao redor das residências compostas por diversas espécies botânicas de finalidades variadas, nos quais se mantém o cultivo de plantas medicinais, alimentícias e florísticas, incluindo as PANC – Plantas Alimentícias não Convencionais, aliado à presença de animais domésticos e exóticos. Os quintais agroflorestais são importantes alternativas de reservatórios da biodiversidade local, restauração ecológica, equilíbrio ambiental e conservação de espécies e pools gênicos, além de se destacar na garantia de alimentos saudáveis, no armazenamento de sementes naturalmente selecionadas (as sementes

crioulas em especial), contribuindo para a garantia, a segurança e a soberania alimentar de povos tradicionais amazônicos.

No contexto prático dos assentamentos, a renda concentrada sob a “autoridade” masculina é o principal fator que marca a desigualdade de gênero e tem afetado, sobretudo, as mulheres jovens. Os jovens, geralmente, para fugir da desigualdade da renda da terra, vendem sua força de trabalho a grandes e médios proprietários aglutinados ao assentamento, ou migram, de forma temporária, para diversas regiões rurais próximas, à procura de trabalho. Já, no caso das jovens, até mesmo a liberdade que tem as figuras masculinas de saírem à procura de trabalho ou estudo fora do assentamento (há casos raríssimos e honrosos), muitas vezes é privada pela visão machista que predomina na maioria das famílias. Os cuidados com a casa, com os animais, com o terreiro, com as plantas e com a horta ficam atribuídos às mulheres; são elas que plantam as flores, as ervas medicinais, as frutíferas, as hortaliças, tratam das galinhas, dos cachorros e dos porcos, regam as plantas do terreiro, da varanda da casa e da horta, colhem frutos, ervas e temperos, diariamente.

4.4 O ECOLOGISMO DOS POBRES NO MST: A TERRITORIALIZAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL

A luta pela terra representa o cerne da questão agrária no Brasil e nos remete à questões que vão além da conquista da propriedade. O pressionamento pelo acesso à terra e as condições contemporâneas geraram importantes movimentos sociais, como a Via Campesina (DESMARAIS, 2013), com articulação de trabalhadores em mais de 70 países, em quatro continentes; e o MST (PORTO-GONÇALVES, 2005; OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 2008; CALDART, 2001; COLETTI, 2005; MORISSAWA, 2001), que é formado por milhares de famílias na luta pela terra, ou nos/pelos territórios já consolidados. A Via Campesina é composta por uma articulação transnacional de movimentos camponeses, ramificados na Ásia, na América Latina e Caribe, na Europa e na África, unidos por questões vinculadas a terra. No Brasil, o MST compõe a Via com o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM, Movimento das Mulheres Camponesas –MMC, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Federação dos Estudantes de Agronomia – FEAB, Liga do Camponeses Pobres – LCP, indígenas e quilombolas representados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIME.

A meta da Via Campesina é causar mudanças nas áreas rurais mudanças que melhorem a vida, fortaleçam a produção local para o consumo local e abram espaços democráticos; mudanças que empoderem a gente do campo com um papel, uma posição e um status importantes nas decisões sobre problemas que têm impacto nas suas vidas. O movimento acredita que esse tipo de mudança pode ocorrer somente quando as comunidades locais ganham maior acesso e controle sobre os recursos produtivos e ganham poder social e político. Em reconhecimento a como as suas comunidades constituintes estão profundamente influenciadas pelas forças externas (DESMARAIS, 2013, p. 300).

Na América Latina, os movimentos conhecidos mundialmente por construir uma luta singular a partir da terra, como o MST no Brasil e o Zapatismo, no México, mais que reinvidicações similares, têm escancarado, de modo extraordinário, as contradições do sistema mundo moderno-colonial patriarcal, do ponto de vista anti-capitalismo e anti-colonialismo, da politização da natureza ou naturalização da política, onde a terra é o ponto central da constituição da autonomia dos dois movimentos, não iguais, divergentes de forma brutal, em muitos aspectos, mas similares em muitas questões que dependem da terra para acontecer: o trabalho familiar, a organização coletiva, a crença, as formas imateriais de apego à terra e cosmologias, entre outros.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ou movimento Zapatista, formado majoritariamente por indígenas, além de outros do movimento Sem Terra, se inscreve em um longo protagonismo de luta pela terra, no México. Com uma forma de ação mais radical, o Zapatismo tem se diferenciado pela autonomia em relação ao Estado. No Brasil, o movimento social de luta na/pela terra e no/pelo território em articulação com maior proximidade ao Zapatismo, está na organicidade da Liga dos Camponeses Pobres – LCP. A LCP surge no estado de Rondônia após uma ruptura com o MST, envolvendo o caso da batalha em Santa Elina, conhecida como o “Massacre de Corumbiara” (PERES, 2015), e tem apostado no corte imediato de terras para famílias sem-terra, rompendo com a espera das “reformas agrárias”, mansa e ilusória dos governos em perspectiva progressista.

Nosso debate não está em analisar as heterogeneidades dos movimentos populares que lutam na terra e pela terra, e sim, tenta estabelecer, aproximar-se e orientar-se em quais visões de cosmos orienta o pensamento político dos movimentos sociais/ecologistas contemporâneos. Tentaremos anexar esse diálogo no campo da ecologia humana, em seu desdobramento cultural (MORÁN, 1990; MARQUES, 2012; 2016).

O MST é uma matriz de pensamento e ação popular herdeira do levante dos primeiros povos indígenas, quilombolas, e das Ligas Camponesas que surgiram na contramão da dominação/exploração (política e cristã) eurocêntrica e seu projeto mercantil. Oficialmente, o MST surgiu em 1984, com o objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. Hoje, o lema “Lutar! Construir reforma agrária popular!” afirma a preocupação do Movimento com as questões das populações do campo e da cidade, no contexto do avanço da agenda neoliberal como movimento globalizado. O entendimento do MST é de que o adjetivo popular sintetiza os desafios e o papel do movimento na luta pela terra, nos territórios já conquistados, por justiça ambiental, contra a privatização daquilo que é público (sobretudo os recursos naturais, ambientais e genéticos), formando uma agenda para o meio rural e urbano que corresponde ao novo período histórico de hegemonia do capital financeiro e ofensiva do agronegócio; seus conceitos e discursos como tática de retórica.

A partir da perspectiva da conquista da terra, os assentamentos se constituem em uma dinâmica de coletividade que está relacionada a uma visão globalizada de transformação da sociedade com um novo direcionamento que procura, entre outros, a soberania alimentar dos povos e a sustentabilidade da vida por meio de um ecologismo *biocêntrico* (COELHO, 2011; GUEDES, 2012; GUDYNAS, 2009; 2010; MATOS, *et al.*, 2020) expresso nos territórios material e imaterial e nas ações de mérito empírico. O território material é onde o MST projeta suas ações por meio de agentes locais (as cooperativas), no diálogo e no pleiteio de benfeitorias e políticas públicas com outros agentes, visando à organicidade dos modos de produção nos assentamentos conquistados. O território imaterial, por sua vez, está na mística do MST (COELHO, 2014; MOSCAL, 2017). É onde as famílias camponesas manifestam o sincretismo de suas crenças, cosmovisões de suas religiosidades e a ciência de seus saberes populares e espirituais, que tem a natureza como bem comum, que transcende a materialidade do mundo coisificado, fragmentado e desigual.

No Brasil, o MST se destacou, sobretudo, por articular-se de forma extraordinária e construir suas narrativas em um período conhecido como modernização conservadora, que foi baseada em um modelo agrário concentrador, permitindo que a “modernização” agrícola, que excluía as pequenas propriedades, se consolidasse cada vez mais. Mais tarde, o apoio das ciências duras, sobretudo da agronomia, deu suporte às pesquisas genéticas e edafoclimáticas, e possibilitou a consolidação da agenda econômica desenvolvimentista dos militares.

As práticas agroecológicas no MST, as condições de adaptabilidade humana nos ecossistemas, a cosmologia entre outras questões que formam a visão de cosmos do movimento Sem Terra, sobretudo na Amazônia, pouco são observadas, nem mesmo nos estudos acadêmicos. É de longa data que as práticas e vertentes agroecológicas vêm sendo discutidas no MST junto às famílias assentadas que atuam no sentido de preservar a vida, e, conseqüentemente, têm cuidado do ambiente. Quando o movimento Sem Terra luta por terra, moradia, escola, energia, água, sementes, crédito agrícola, entre outros, estas pautas constituem-se também em luta a favor da natureza.

A cooperação é uma dentre várias formas de garantir a efetividade dessa luta singular na natureza, e nos assentamentos do MST pode ser entendida como uma alternativa de concretizar a proposta de organicidade do território material, onde o Movimento tem demonstrado a sua importância social no contexto da produção de alimentos saudáveis e diversificados para as populações das cidades. Para o MST, a cooperação faz parte de um processo pedagógico que permite que as famílias rompam com o individualismo e passem a acreditar na ação da força conjunta da produção por meio da divisão social do trabalho e da conquista de políticas públicas.

As práticas de cooperação ocorrem desde a luta nos acampamentos, aos assentamentos conquistados. Uma delas é o mutirão, prática muito comum nos assentamentos. Geralmente, os

mutirões são organizados para a construção de escolas, igrejas, para o roçado, ou até mesmo para a construção de uma ponte quando a gestão pública local não cumpre com suas obrigações. No PA Margarida Alves, por exemplo, os mutirões acontecem, geralmente, quando um assentado ou assentada passa por enfermidades e fica impossibilitado de cumprir suas atividades laborais. A cooperativa local tem sido também um importante ator na defesa da reserva em bloco.

Para o MST, essas são formas primárias de cooperação, pois as principais formas de cooperação estão voltadas para a organização na produção, para o acesso ao crédito, e na comercialização dos produtos. Os motivos para cooperar possuem razões econômicas, que vão do incremento da renda, obtenção de crédito, aumento da produtividade e desenvolvimento das agroindústrias. As razões sociais e políticas envolvem o acesso à moradia digna e infraestrutura nos assentamentos, e participação nas lutas vinculadas às necessidades específicas e imediatas na realidade local. Existem também as razões ambientais, que estão na preocupação com a produção de alimentos saudáveis para a sociedade. Os assentados aprendem, divulgam e articulam ideias para preservar o meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis, evitando o uso de monoculturas e agrotóxicos.

É possível perceber que há mais do que um discurso ecológico. Há um discurso político e moral contra-hegemônico de natureza que procura renúncia e oposição sistemática à *racionalidade econômica* (LEFF, 2009), instaurada por meio do desenvolvimento sustentável como atual forma de dominação/exploração, que procura opor-se aos discursos do capital moderno-colonial patriarcal, em forma de agronegócio. Há uma ecologia baseada na resistência agroecológica, que pode ser demonstrada por meio das práticas homeopáticas e agroecológicas, localmente impulsionadas por uma ciência amparada nos saberes populares e nas práticas espirituais, demonstrando uma ecologia baseada em uma relação *biocêntrica* e reivindicatória na/pela natureza e nos/pelos territórios.

Aliás, este ponto de vista ainda não foi estudado pelo viés da atuação hegemônica do Estado e do capital moderno-colonial patriarcal globalizado, e como o campesinato do MST tem construído formas de resistência humana com base em seu ecologismo. Este que, por sua vez, é fragmentador dos espaços do campesinato, ao passo que altera coerências endógenas e condiciona aos fluxos globais (SILVA, 2010). Nesse sentido, é possível a *ruptura* apontada em intervenções anteriores, no caso do PA Margarida Alves, referente à agricultura (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO e OLIVEIRA, 2016; ARAÚJO, 2020), além de não ser ocasionada por decisão autônoma, nem mesmo dentro da organicidade local, também não mudou o modo de relacionamento “amigável” com a natureza (MATOS, *et al.*, 2020).

Porto-Gonçalves (2005, p. 28) traz a territorialidade do MST como populações:

Detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que, são áreas que ficam a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas das agriculturas capitalistas (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 28).

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, este tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. É um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controverso. O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas da agricultura capitalista. Assim, a questão agrária não só se urbaniza como se mundializa e, assim, faz sentido uma internacional camponesa, como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas. Há, assim, uma linha que aproxima tanto a Monsanto ao McDonald como, contraditoriamente, os agricultores franceses ao MST, aos camponeses e indígenas hondurenhos, aos zapatistas, aos cocaleros, aos mapuche, aos indígenas equatorianos, mexicanos, aos piqueteros, aos sem-tetos... (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 28).

Esse diálogo horizontal, que pode ser visto na relação das populações sem-terra com a natureza, a partir do acesso à terra, que transcende a simples forma materialista de resistência quando o discurso neoliberal tenta impor sua hegemonia na imposição do capital moderno-colonial patriarcal, onde camponesas/camponeses demonstram (não somente), seja através do bojo da insatisfação, com a degradação ambiental, da preocupação com os que consomem seus produtos, seja simplesmente pelo apego à terra e aos múltiplos usos e significados que ela possui; estes que respeitam a presença de outros seres (até mesmo os imaginários) e consideram a diversidade da vida, constituindo sua ecologia com rico acervo de biodiversidade, em sintonia com a presença humana, típico da agricultura camponesa. As famílias camponesas ainda procuram promover parcerias com entidades ambientais para exigência de políticas públicas de apoio à proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nos assentamentos (OLIVEIRA, 2008).

O campesinato do MST é composto por jovens, crianças, homens e mulheres, os quais formam os territórios material e imaterial do MST. Além da democratização da terra que massacra os menos favorecidos em um crime que “comemora” cinco séculos, silenciado nas diversas instâncias da sociedade, os camponeses do MST apostam na preservação ambiental através de boas práticas, as quais têm na agroecologia uma base de formação ecológica, social, política e cultural, no sentido da emancipação humana, destacada na figura de homens, mulheres, das crianças sem-terrinhas e da juventude que lutam pelo acesso à terra para as famílias que estão na condição desumana de sem-terra, embaixo da lona preta, recuperando a autonomia, por meio da educação no campo e das escolas do campo (típicos das tradições anarquistas), por justiça ambiental, por uma sociedade intercultural baseada na política da alteridade, pelo fortalecimento da cultura popular camponesa, pelas religiosidades e a mística (que demonstra formas também não materialistas de oposição ao capital moderno-colonial

patriarcal), pelas mulheres do campo e da cidade e seus direitos historicamente negados, pelos coletivos LGBTQIA+ e mulheres sem-terra (demonstrando as múltiplas e simultâneas opressões do patriarcado e, atualmente, a oposição à ideologia sexista dominante que, no Brasil, tem partido do reacionarismo) do campo e da cidade, por uma agricultura sustentável, por um mundo sem exploração humana; pela sustentabilidade da vida no planeta Terra.

As reivindicações do MST sempre defendem uma agricultura sustentável, baseada na matriz tecnológica dos agroecossistemas. As vertentes ecológicas se caracterizam como alternativa de estímulo à incorporação de boas ações de camponesas/camponeses agroecológicos nos assentamentos do MST. Tendo em vista que a agroecologia é o tema ecológico central nos territórios do MST, deve ser interpretada de maneira holística, pressupondo o manejo ecológico dos recursos ambientais e se configurando na matriz sociocultural latino-americano, que se empenha em desmistificar o ódio contra estes que lutam pela democratização da terra e pela soberania alimentar dos povos; tal ódio que assume formas de dominação histórica sob as cercas do pseudoargumento de um discurso de desenvolvimento considerado político e científico (GUZMÁN; MOLINA, 2013), que tem nos impedido de compreender e reverter nossa própria realidade; é importante que o estímulo às boas práticas se configurem, também, a partir de uma visão holística e no diálogo entre os saberes, que seja incorporado em um processo de transição agroecológica que desconsidere o preconceito aos modos de vida do campesinato, uma vez que esta deve ter o caráter de promover a formação inicial, qualificada e contínua das famílias camponesas, na gestão ambiental de seus territórios, suas identidades e seus saberes populares e espirituais que pautam a produção da vida material e simbólica do cotidiano, e o tão sonhado diálogo de saberes (LEFF, 2015), à luz de *racionalidades híbridas* para um pensamento alternativo que possibilite uma ruptura com modelos interpretativos baseados unicamente no pensamento hegemônico das ciências duras (FLORIANI, 2013), na imposição cultural do mundo cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e do capitalismo colonizador/explorador.

A agroecologia desenvolvida nos assentamentos, por sua vez, baseia-se na produção em agroecossistemas diversos, sendo que o objetivo é promover equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, água e outros elementos coexistentes. A agroecologia engloba orientações que vão desde o controle de pragas, aumento de resiliência à correção de doenças ou problemas do solo. Os resultados dos ecossistemas de base agroecológica se despontam na disponibilidade de cobertura vegetal para a proteção do solo, produção constante de alimentos saudáveis em grande variedade, conservação dos recursos hídricos pela disponibilidade vegetativa e cobertura, manejo adequado dos recursos produtivos, reciclagem de nutrientes e produção de biomassa, controle biológico de pragas e garantia de produção sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente (ALTIERI, 2004).

Há uma necessidade de estabelecer condições para um diálogo horizontal de conhecimentos, como nos aponta Edgar Morin (1982), em sua obra “*Ciência com consciência*”, e esse diálogo chama-se ecologia social e/ou ecologia de saberes. Uma ecologia que parte da ideia de que toda experiência social produz e reproduz conhecimento, como bem nos ensina Boaventura de Souza Santos, e que os saberes inferiores, próprios de seres inferiores, a crença dos modelos interpretativos dominantes que, além do impacto nas práticas sociais de dominação, através de relações desiguais de saber-poder, demonstrou-se um grande equívoco a ser superado no âmbito dos paradigmas emergentes e enterrados na estrutura das revoluções científicas, como aponta a coerência teórico-política do pensamento do ecologista político Enrique Leff, quando nos convida para o diálogo de saberes e assinala os caminhos para a territorialização de uma nova *racionalidade ambiental*.

A Via Campesina tem assumido a função de articular de modo transnacional esse diálogo horizontal baseado na economia moral, na solidariedade camponesa, na pressão por reforma agrária, na sustentabilidade da agricultura camponesa, na proteção da biodiversidade e dos recursos ambientais, naturais e genéticos através do paradigma da soberania alimentar e, na pauta mais recente: das múltiplas e simultâneas dimensões identitárias do gênero. O MST é o mais atuante movimento brasileiro, que tem disseminado temáticas diversas em uma narrativa de luta singular de resistência ao capitalismo moderno-colonial patriarcal em sua estrutura global que, mais que um modo de produção, é um regime cultural, civilizatório.

A ecologia do campesinato do MST sugere uma diferenciação nas práticas e representações localmente marcadas por uma relação *biocêntrica* de natureza que se expressa por meio das ciências dos saberes populares, e cosmologias, que ao se apropriar, respeita as manifestações da vida material e simbólica na natureza: uma ecologia baseada no manifesto, no afeto pela terra, nas coletividades humanas e na reivindicação da/na natureza e dos/nos territórios, que tem surgido das categorias esquecidas pela *racionalidade econômica* moderna e pelos modelos interpretativos dominantes; uma *ecologia da alma*, do *espírito* e das *subjetividades humana* (MARQUES, 2012; MARQUES, 2016), resultando na composição da diversidade biológica nos ecossistemas locais, na resiliência social e ecológica, na confecção empírica da paisagem e na conservação de *pools genéticos*; baseado nas relações biofísicas e sociais de ambiente. Aqui está um aspecto do “*ecologismo dos pobres*” do MST.

5 CAPÍTULO V: INVASÃO, OCUPAÇÃO OU REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO? OS EFEITOS DE UMA DÍVIDA ECOLÓGICA E SOCIAL IMPAGÁVEL

Nesta parte da pesquisa, convidamos àqueles que estão lendo o texto a ver as questões que estão “do outro lado da ilusão”. Temos dito também que a prática acadêmica de muitos é explicitamente segregadora, enquanto que a dos que creditam na neutralidade, na “prudência”, mas tem medo do fenômeno social e acreditam que “a parceria entre instituições públicas e empresas tem dado certo”: os marxistas de corredor e a esquerda política medíocre; esta prática, por sua vez, é não menos segregadora que a dos outros, e não emancipa ninguém, senão eles mesmos. Vocês serão enterrados na estrutura das revoluções científicas.

Longe de entrar na perspectiva gramsciana, emancipação é, também, encontrar beleza no conflito. Para nós, este é, ou pelo menos deveria ser um papel fundamental entre os ecologistas políticos. Não temos dúvidas de que a ecologia política tem sido um dos poucos campos capazes de emancipar as classes oprimidas e desmistificar o estigma, o preconceito de classe, o maniqueísmo, o racismo ambiental; contra aqueles que são considerados hostis e subversivos diante dos ‘civilizados’. Neste capítulo, além de pôr em xeque o fortalecimento das agromilícias nesta virada global da extrema direita, argumentamos em favor dos “horizontes emancipatórios” do conflito socioambiental da RLB do PA Margarida Alves, que está na própria *ruptura com práticas conservacionistas* e no processo de reapropriação social do território protagonizado por famílias camponesas. Os horizontes de emancipação dos conflitos socioambientais estão nas estratégias de resistência dos grupos sociais minoritários.

É nesta parte também que apresentaremos uma demonstração empírica do que temos chamado de *cotas de poder, invisibilidades espaciais, agromilícias, violência específica*, no amplo mapa social do acirramento das disputas por recursos naturais da Amazônia, ampliado na chamada virada global da extrema direita. Hannah Arendt lembra que:

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder estamos na verdade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originaram-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDR, 1985, p. 24).

Mais que um conceito, a categoria de poder talvez fosse capaz de resolver grande parte das tramas que marcam o desenrolar dos embates pela RLB do PA Margarida Alves. Exceto se o mundo não estivesse cheio de imbecis, como bem lembrou Frantz Fanon, no caso dos subterfúgios na prática política e social do racismo, o que nos fez abordar este caso polêmico e ambíguo mediante o método. O poder, por essência, tem respaldo em tudo que é autoritário, supremacista, reclama para si mesmo verdades absolutas, e gera as narrativas daqueles que sempre vencem. Veremos nesta parte da pesquisa, que as chamadas agromilícias, com suas

cotas de poder, construíram um clima favorável às suas estratégias de domínio da área, o que resultou em uma onda de criminalização do grupo de sujeitos sociais envolvidos no conflito. A criminalização de lideranças comunitárias, assentados do PA Margarida Alves e famílias sem-terras acampadas na RLB, que é resultado, além das diversas formas de *violência específica*, das ações espoliativas da agromilícia, dos grupos políticos e econômicos da região; um feixe de forças exógenas impressiona até mesmo o reacionarismo daqueles que se opõem às estratégias de resistência local, ao mesmo tempo que deixa os progressistas em estado de reflexão.

5.2 AS RLBS DE RONDÔNIA: UM BEM COMUM EM DISPUTA

A criação das RLBS é uma resposta do Inca às críticas recebidas por parte de movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, e no sentido de minimizar ações judiciais. O novo Código Florestal (2012), em seu artigo 16, estabelece a criação de Reserva Legal coletiva, ou em condomínio (em bloco):

Poderá ser instituído Reserva Legal em regime de condomínio ou coletiva entre propriedades rurais, respeitado o percentual previsto no art. 12 em relação a cada imóvel. Parágrafo único. No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes (BRASIL, 2012).

Apesar do lembrete, o novo Código Florestal (2012), não dá uma definição clara sobre esta modalidade de reserva, já que são distribuídas em forma de blocos coletivos, gerando confusões. Uma delas está na própria definição. Tanto o Código Florestal (1965), quanto o novo (2012) estabeleceram o conceito de Reserva Legal como área localizada no interior da propriedade ou posse rural, não reconhecendo as áreas de RLBS definidas pelo Inca. Outra confusão é que estas reservas começaram a ser introduzidas pelo Inca a partir de meados da década de 1980, em obediência ao antigo Código Florestal (1965), que previa o estabelecimento de 50% de área de Reserva Legal dos imóveis localizados na Amazônia Legal. Com o novo Código Florestal (2012), as reservas instituídas em bloco não cumprem essa determinação.

Embora haja um avanço do ponto de vista conceitual, de um modelo alternativo, com base na criação de Reserva Legal coletiva, o novo Código Florestal (2012) foi aprovado trazendo um vazio legal sobre esta forma alternativa de implementar reservas legais em forma de blocos, destacando como principais problemas a falta de definição clara de quem é a reponsabilidade de gestão e qual figura jurídica é responsável pela fiscalização e coibição de crimes ambientais. Não obstante, no código florestal (1965) (assim como o novo Código Florestal – 2012), também não consta o estabelecimento de determinantes que instrumentalizassem um aparato jurídico para a proteção dessas áreas. Essa desídia jurídica imputou a responsabilidade de fiscalização e coibição de crimes ambientais aos legítimos donos das áreas, já que instituições alegam não poder atuar contra invasores por não se tratar de uma reserva federal. Por outro lado, a lacuna jurídica incentiva invasões por madeireiros,

agromilícias ou posseiros comuns, já que as áreas não possuem registros em cartórios, nem mesmo nos órgãos do Sisnama, possibilitando aos envolvidos questionarem o direito de posse dessas áreas, desviando as finalidades ecológicas.

Uma possibilidade de avanço nessa invisibilidade jurídica esteve pautada no Projeto de Lei Nº 5.222/2005, de autoria do ex-Deputado Federal, Anselmo de Jesus (PT-RO). O PL visa incluir as RLBs como uma categoria de Unidade de Conservação, acrescentando ao art. 14, da Lei nº 9.985/2000, e cria o inciso VIII, estabelecendo que as RLBs constituam as Unidades de Conservação. O PL teve, por abrangência, a Amazônia Legal, procurando complementar e preencher a lacuna e o desprezo do Código Florestal (1965), em relação a essas áreas, atribuindo a responsabilidade de gestão e fiscalização ao Ibama. A principal argumentação do PL é de que a inclusão das RLBs no rol das Unidades de Conservação dará o amparo legal necessário para que se adotem os mecanismos de proteção, fiscalização, coibição de crimes ambientais, invasões e, sobretudo, um importante instrumento para mediar/arbitrar conflitos de interesses difusos.

O PL conceitua as RLBs da seguinte forma:

A Reserva Legal em Bloco representa uma área contígua correspondente, no mínimo, à soma do total das áreas de reserva legal de todas as parcelas do assentamento, e pode ser explorada economicamente por meio de manejo sustentado que não cause a supressão da vegetação. Esta opção permite um melhor planejamento da ocupação da área do projeto e das atividades que serão desenvolvidas pelos assentados. Evita a fragmentação das áreas com cobertura florestal e permite ao assentado utilizar toda a sua parcela, com exceção das áreas de preservação permanente. Possibilita, ainda, destinar para o parcelamento as glebas com solo mais fértil ou com melhores condições de acesso, resultando numa maior homogeneidade das parcelas e, ao mesmo tempo, garantindo o cumprimento do Código Florestal (BRASIL, 2005, p. 5-6).

Transitado em 2005, contrariando interesses políticos da bancada ruralista e dos “despreocupados” com os problemas das/dos sem-terra, o importante PL não avançou.

Há outra interpretação legal que impõe outras implicações jurídicas, a depender da interpretação do legislador infraconstitucional. São os *espaços territoriais especialmente protegidos* (FERREIRA; SCARDUA, 2008), que tem respaldo no artigo 225 da Constituição de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998, p.131).

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988, p. 131).

Caberia lembrar que os chamados *espaços territoriais especialmente protegidos* não se restringem às Unidades de Conservação estabelecidas no Sistema de Unidades de Conservação SNUC (Lei 9.985/2000), sendo que *espaços territoriais especialmente protegidos* não são

Unidades de Conservação, mas as Unidades de Conservação (também) são *espaços territoriais especialmente protegidos*. As áreas de Reserva Legal (incluindo as RLBs) também ficam estabelecidas no conjunto dos *espaços territoriais especialmente protegidos*.

Há uma variedade de *espaços territoriais especialmente protegidos*: Unidades de Conservação, áreas protegidas, quilombos, áreas tombadas, monumentos arqueológicos e pré-históricos, áreas especiais e locais de interesse turístico, reserva da biosfera, corredores ecológicos e zonas de amortecimento, Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e Zona Costeira; jardins botânicos, hortos florestais e jardins zoológicos; terras devolutas e arrecadadas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; Áreas de Preservação Permanente e reservas legais; e megaespaços ambientais (FERREIRA; SCARDURA, 2008).

Como já afirmamos anteriormente, o estado de Rondônia possui 11 RLBs demarcadas pelo Incra, distribuídas entre os municípios de Nova União, Mirante da Serra, Corumbiara e Theobroma, Machadinho do Oeste, Urupá, Ariquemes, onde, nos últimos anos, têm surgido intensos conflitos.

Na Região central de Rondônia se encontram três importantes RLBs: Margarida Alves (Nova União), Padre Ezequiel (Mirante da Serra) e Martin Pescador (Urupá). Ambas as áreas de RLBs (incluindo as outras no estado) estão em processo de disputas territoriais por recursos naturais. O PA Padre Ezequiel, próximo ao PA Margarida Alves, com uma área total de aproximadamente 6.000 hectares (3000 destinado a RLB), tem resistido a um processo de ações externas de agromilícias, posseiros e madeireiros. Essas disputas se intensificaram após o golpe parlamenta de 2016 e com a eleição de Bolsonaro em 2018. Atualmente, o PA Padre Ezequiel resiste a sua segunda invasão (a primeira em 2016 e a segunda em 2019), por posseiros que pleiteiam a área por meio do “fato consumado”.

O desfecho de outras duas RLBs de Rondônia nos dão pistas dos possíveis descaminhos que as RLBs do PA Margarida Alves e do Padre Ezequiel poderão tomar, caso o processo de reapropriação social do território não se consolide. As RLBs do assentamento Martin Pescador, em Urupá, e Novo Amanhecer, em Ariquemes, que foram rapinadas pelos mesmos processos históricos de ações externas, tiveram suas áreas totalmente devastadas por grupos de invasores, madeireiros e agromilícias. As famílias assentadas do PA Martin Pescador, por sua vez, após uma luta de vários anos para preservar as áreas, perderam a parcela do território para grupos externos. Os que organizaram os movimentos de invasão nessas áreas possuem a maior parte da terra, cumprindo o objetivo central neste processo: pressionar as áreas por meio de invasões e da *violência específica* e posteriormente acumular terra, madeira etc.

Outra finalidade da criação dessas áreas²⁷ esteve pautada na possibilidade de incentivar o ecoturismo nos assentamentos e o extrativismo sustentável. No PA Margarida Alves, a APA promoveu e incentivou o extrativismo vegetal durante o primeiro plano de manejo florestal comunitário da RLB, em 2002-2003, considerado um caso raro em territórios do MST. Embora não haja um reconhecimento por parte do Estado na formulação de uma legislação específica que garanta a devida proteção dessa modalidade de área protegida, em forma de *espaços territoriais especialmente protegidos*, o que deu possibilidade para os desvios de finalidades ecológicas, as RLBs demonstraram muitas vezes efetividade sob o ponto de vista da conservação da natureza (por parte das famílias assentadas), mas em uma escala de tempo pouco duradoura, em função da ação de forças externas e da impotência das famílias assentadas diante das ações espoliativas dos grupos externos.

O fato de as famílias preservarem esses espaços ao longo dos anos, quase sempre por conta própria, dedicando a vida, rendeu ao PA Margarida Alves o título de exemplo de sustentabilidade na Amazônia, como assim assinalou as abordagens do programa Duramaz²⁸, em duas intervenções realizadas no assentamento (2007-2013). Embora sempre houvesse um relacionamento “harmônico” com o ambiente por parte de camponesas/camponeses com esses espaços, nos últimos anos, as RLBs têm experimentado a ação destrutiva marcada pelo fracionamento de grandes áreas, em face às dinâmicas dos diferentes usos da terra, resultando em conflitos de interesses difusos, desvios de finalidades ecológicas e, por consequência última, o que chamamos de uma brutal *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionadas por forças externas, que parte da ação daqueles que sempre protegeram essas áreas, por conta própria, ao longo de 20 anos.

Não obstante, os descaminhos da natureza no estado de Rondônia, tanto no campo da ação política, quanto nas ações dos sujeitos sociais, aliados à dificuldade das instituições em contrariar grandes proprietários, madeireiros, garimpeiros e grupos econômicos com suas *cotas de poder*, sobretudo quando envolve a figura marginal do sem-terra, do quilombola, e dos indígenas, também se mostra muito nestes casos, ao passo que estamos diante de uma, entre as diversas formas de *invisibilidades espaciais* produzidas no contexto amplo do racismo

²⁷RLBs não se tratam de unidades de conservação estabelecida pelo Sinuc, como já destacamos pela falta de amparo legal. Portanto, para melhor esclarecer o uso do termo ou conceito, unidade aqui faz referência a área de estudo, assim como o termo unidade familiar faz referência a uma determinada área de estudo. Pereira e Scardua (2008), procura delimitar o conceito de “espaços territoriais especialmente protegidos” dentre as quais as RLBs estão incluídas e, estando condicionadas a aplicação jurídicas constitucionalmente previstas, assim como suas supressão e alteração somente por lei.

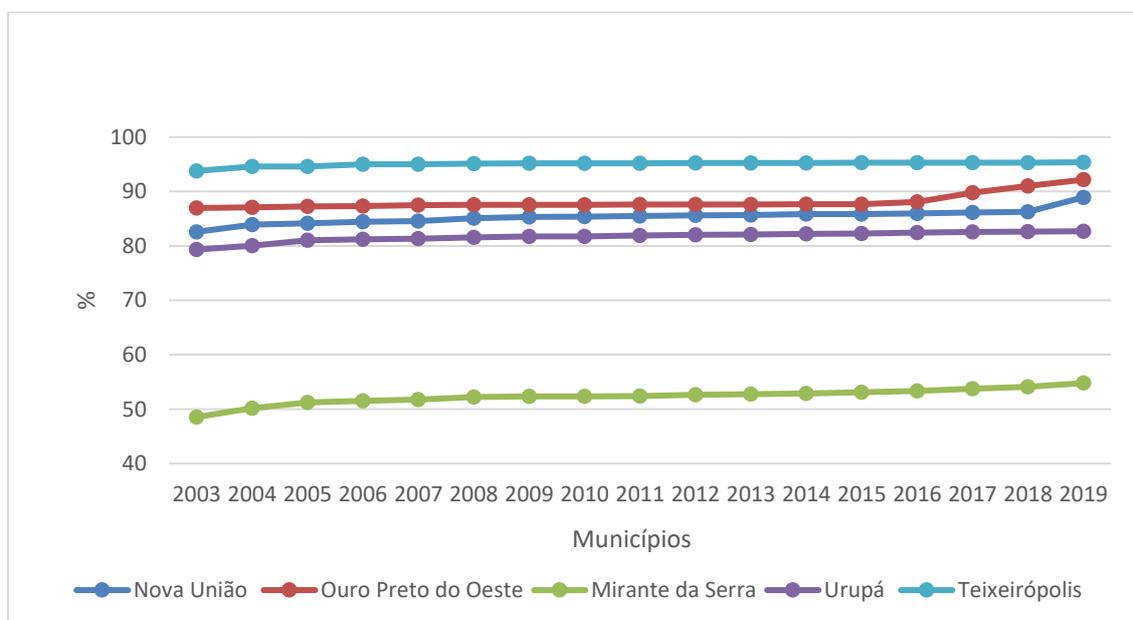
²⁸Durable Amazone Deuxième – Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia – Programa de Pesquisa Francês (CNRS), (DURAMAZ), que é composto por renomados pesquisadores brasileiros, americanos, franceses e italianos. O DURAMAZ foi criado em 2007 e é coordenado pelo CREDA – *Centre de Recherche et de Documentation des Amériques* (Centro de Pesquisa e Documentação das Américas), laboratório de pesquisa em ciências humanas e sociais da Universidade Paris (Sorbonne Nouvelle) e do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*). O objetivo principal do programa é criar um sistema de indicadores de sustentabilidade da Amazônia brasileira para fomentar o debate científico e subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas.

ambiental contra os territórios dos povos amazônicos, os que nestes territórios habitam e seu ecologismo.

No caso das RLBs, este fato fica evidente, tanto por parte dos sujeitos sociais, que são leigos em relação aos modos de vida e interação das famílias assentadas com a natureza (incluindo a relação com essas áreas de reservas, sendo que esta, por sua vez, é percebida como um bem tanto material quanto imaterial por muitos) e suas reivindicações, seja pela/na terra, pelo/na território conquistado, quanto, pela flexibilidade das instituições, que pouco têm dado atenção aos problemas ambientais históricos envolvendo as RLBs, na Amazônia Legal, seja por avanços em políticas de gerenciamento e gestão ambiental, por meio da mediação/arbitragem dos conflitos, seja por meio de uma legislação ambiental específica que garanta a integridade das RLBs e a responsabilidade clara de gerenciamento.

Outra questão que contribui para o aumento das disputas nessas áreas refere-se à localização das RLBs como os únicos remanescentes florestais consolidados, sobretudo na região central de Rondônia, conhecida como arco do desmatamento. Com a evolução do desflorestamento nos municípios limítrofes às RLBs, as áreas tornam-se detentoras de recursos não disponíveis, o que aumenta a procura por esses recursos nas áreas de RLB. O (gráfico 5) a seguir mostra a área total de desmatamento nos municípios aglutinados nas adjacências das RLBs dos três assentamentos da região central de Rondônia: (Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Urupá e Teixeiraópolis).

Figura 8 – Gráfico do desmatamento nos municípios da região central de Rondônia aglutinados às RLBs dos assentamentos Margarida Alves (Nova União), Martin Pescador (Urupá) e Padre Ezequiel (Mirante da Serra) entre 2003-2019



Fonte: PRODES/INPE/Desmatamento nos municípios da Amazônia Legal. Elaborado pelos autores, 2020.

De acordo com os resultados apresentados sinteticamente no estudo que avaliou a taxa de cobertura vegetal da área de RLB, do PA Margarida Alves, em comparação com áreas de reserva individual no entorno, em Negrão *et. al.*, (2015), uma das explicações para o

desmatamento expressivo nas áreas de reserva fora dos assentamentos está, possivelmente, no modo de gestão dessas áreas. As áreas entorno dos assentamentos, que são compostas a partir da instalação do PIC de Ouro Preto, apresentam um padrão de descaracterização da cobertura vegetal superior às áreas de RLB geridas de modo coletivo. Isso decorre, possivelmente, do fato de que o Estado foi, ao longo dos anos, conveniente com o desmatamento, que sempre ocorreu de maneira sistemática nesta região do estado de Rondônia considerado arco do desmatamento na Amazônia Legal, o que teve início com o ZSEE (Zoneamento Socioeconômico Ecológico) e posterior anistia total com a aprovação do novo código florestal de 2012 (Lei nº 12.651/2012), costurado por aqueles que sempre procuraram aferir lucro por meio da degradação ambiental (NEGRÃO; MOURÃO; ARAUJO, 2015).

O que se percebe, primeiramente, é que a perda de grandes áreas de cobertura vegetal, ao redor dos assentamentos, como os municípios Teixeiraópolis, com 95,37 % de sua área total desmatada, Ouro Preto do Oeste, com 92,15% de perda de cobertura vegetal e Urupá, com 82,69% da área total fracionada (Gráfico 5), traz para as áreas de RLB todo foco envolvendo os usos múltiplos da terra, já que as áreas são ricas em recursos naturais que as redondezas não possuem, sobretudo, a “esperança” de muitos posseiros em um pedaço de terra. Contudo, traz às práticas de rapinagem por parte das agromilícias que aterrorizam, desmatam, roubam madeira e, posteriormente, utilizam as áreas convertidas em pastagens para o manejo ilegal de animais, beneficiando-os de qualquer forma, ou seja, mesmo quando não efetivado o pleiteio dessas áreas em latifúndios, os grileiros, ainda assim, saem vitoriosos em suas ações, à medida que a tática de aglutinar-se ao redor dessas áreas é sempre vantajosa. As agromilícias, por sua vez, também depositam suas fichas no “fato consumado”, já que são apoiados por fortes nomes da política.

5.3 O PA MARGARIDA ALVES NO CONTEXTO DO AMBIENTALISMO INTERNACIONAL

Desde o lançamento do Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7), que foi uma imposição dos países mais ricos da época (G7), houve um processo (parcial) de incrementação de iniciativas através dos acordos multilaterais para a proteção do ambiente, tendo como base a redução do desmatamento da Amazônia, marcando no Brasil um aspecto do que se pode chamar de “proteção internacional do ambiente”. O PPG7 surgiu na década de 1990, proposto durante a cúpula do G7, durante a convenção de Houston, sugerida por iniciativa norte-americana, financiado pelo Banco Mundial.

Nosso *locus* de estudo foi uma das áreas contempladas pelo PPG7. Os recursos do Programa piloto foram geridos pela APA, por via do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Fundada em 1987, a APA se deparou com crises internas e falta de apoio de outros agentes regionais, nacionais e internacionais, vindo a falir em 2007 (KOHLENER, *et al.*, 2011). A APA,

por intermédio do PPG7, foi o primeiro contato externo que o assentamento teve e foi responsável por incentivar uma série de práticas relacionadas ao extrativismo vegetal e manejo florestal (na RLB), produção diversificada através da implantação das SAFs e o cultivo de abelhas para produção de mel. A APA chegou a desenvolver uma pequena experiência através de um plano de manejo florestal junto às famílias assentadas, que esteve em atividade de 2002 a 2003. Com a falência da APA, em 2007, e o encerramento do Programa Piloto para a Proteção das Florestas do Brasil, após duas décadas de atuação do programa na Amazônia, o assentamento perdeu o incentivo de práticas de uso sustentável, além de um importante ator na proteção da RLB. Para além do incentivo às práticas de manejo sustentável e SAFs, a APA desenvolveu um importante papel de figura jurídica nas questões da RLB até 2005, atuando na reintegração de posse contra agromilícias locais e movimentos de invasão organizados por fazendeiros aglutinados ao assentamento e figuras públicas, e na coibição de crimes ambientais contra madeireiros.

A APA foi o primeiro ator a assumir frente na mediação de impasses entre famílias do PA Margarida Alves e invasores externos, e a projetar ações para resolução dos conflitos por meio de reintegração de posse contra os movimentos externos, entre estes a agromilícia. A primeira desocupação de invasores externos ocorreu em novembro de 2002 – mas esta não se deve em grande parte a atuação mediadora da APA, sendo a desocupação de posseiros – pessoas do PA Margarida Alves se reuniram e expulsaram os que se encontravam alocados: queimaram barracos, caminhões, tratores e motosserras dos que já estavam vivendo dentro da RLB e retirando madeira ilegal de forma intensa. Após a expulsão dos invasores, por pessoas do PA Margarida Alves, a APA conseguiu, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, a aprovação do primeiro plano de manejo florestal junto ao Inca e MMA, como um meio de garantir fiscalização na RLB. As atividades de extração de madeira duraram pouco tempo, sendo abandonadas por iniciativa das famílias assentadas.

Como já vimos no primeiro capítulo, o PA Margarida Alves foi demarcado pelo Inca no mesmo contexto histórico dos projetos de colonização, que na região foi desenvolvido no âmbito do PIC de Ouro Preto. A territorialização do MST na região foi marcada, inicialmente, pela desapropriação do latifúndio Fischer, de 22 mil hectares, convertido em assentamento da “reforma agrária”, através da negociação que envolveu o Inca, o MST e a Igreja Católica através da Pastoral da Terra, além do antigo latifundiário. O pressionamento das famílias camponesas do MST deu origem a dois assentamentos implantados no município de Nova União, Rondônia (Margarida Alves e Palmares), cada um com 11 mil hectares. Nesta mesma ocasião, o Inca demarcou uma área de RLB (segunda seção). Esta originalidade parte do atendimento às questões ambientais estabelecidas na década de 1980, no ceio dos acordos mundiais para o ambiente. No PA Margarida Alves foi constituído uma RLB, a partir de um remanescente florestal conservado da Fazenda Fischer equivalente a 50% da área total do

assentamento (cerca de 5.400 hectares de RLB). Neste sentido, ficou estabelecido que, cada família assentada em um lote de 24 hectares para produção, possuía uma fração igual da Reserva Legal criada em bloco, fazendo um total de 48 hectares por família, o que permitiu com que cada assentado pudesse explorar, integralmente, seu lote (respeitadas as áreas de preservação permanente – APP).

Após o processo de falência, para dar continuidade às questões implementadas no âmbito de atuação da APA no assentamento, sobretudo a conservação sustentável da RLB, foi criada, pelas famílias assentadas, a Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviço – Coomeafes, que desde sempre esteve atolada até o pescoço nos embates. A partir de 2011, propôs um segundo plano de manejo florestal junto ao Incra e Sedam, iniciando a extração em 2014, com término em 2017. Apesar dos pontos positivos do manejo florestal, no âmbito da renda distribuída de forma coletiva (MATOS, 2018; 2019), a iniciativa não foi suficiente para barrar invasões e evitar conflitos, ao contrário, acabou atraindo movimentos de invasão organizados por grupos rapineiros e incomodando os madeireiros, políticos da região e aqueles que sempre se valeram da área para fins de uso ilícito. Nesta mesma ocasião, houve uma grande invasão da área protagonizada por essas agromilícias locais em novembro de 2016, em plena atividade de manejo florestal. Este fato apresenta ser a última opção para as famílias do assentamento, que, para conter o ímpeto da agromilícia, decidiram em maioria, “ceder” a área de RLB para outras famílias sem-terra do mesmo movimento fazerem o diálogo junto ao Incra e Ministério Público Federal, no sentido de solucionar o conflito definitivamente (NEGRÃO; MATOS; ARAÚJO, 2020), o que na prática aumentou os conflitos, desta vez envolvendo sem-terras e instituições do Estado.

5.3.1 Manejo florestal como alternativa de sustentabilidade?

Vimos no segundo capítulo que a imposição do discurso neoliberal “sustentável” sobre os países ditos subdesenvolvidos estabelece hegemonias e toma a autonomia dos povos e comunidades diversos sobre as riquezas naturais de seus territórios e sua ecologia, sem considerar seus saberes-fazer e as múltiplas formas de inter-relacionamento com a natureza.

O manejo florestal, que é uma das vertentes do capitalismo verde, se baseia na espoliação da natureza, também foi uma das atividades que impactaram o PA Margarida Alves e a instabilidade da RLB, gerando conflitos até mesmo entre as próprias famílias assentadas. O manejo florestal da RLB do PA Margarida Alves, assim como os demais na Amazônia, foi, na verdade, um tiro no pé: uma armadilha do capitalismo verde que aliena as próprias comunidades.

De acordo com as atribuições do novo Código Florestal brasileiro (Lei 12.651/2012), as áreas de Reserva Legal estão passivas de exploração econômica mediante o manejo sustentável

dos recursos, desde que aprovado e acompanhado por um órgão ambiental competente, a exemplo do manejo florestal “sustentável”.

Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações:
I – não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área;
II – assegurar a manutenção da diversidade das espécies;
III – conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas (BRASIL, 2012, p. 11).

O manejo da RLB do PA Margarida Alves foi uma mistura de manejo florestal comunitário com o manejo florestal empresarial (capitalista). Isso porque a extração da madeira ocorreu, mediante um projeto aprovado nos órgãos responsáveis, por três madeireiras atuantes em várias regiões da Amazônia. O lado comunitário esteve na distribuição coletiva da renda da madeira extraída entre famílias do PA Margarida Alves (MATOS, 2018; 2019) – não sem conflitos. O manejo florestal da RLB ocorreu em dois momentos: entre 2002-2003, conquistado e gerido pela APA, e entre 2014-2017, conquistado e gerido pela cooperativa local.

Na primeira ocasião, entre 2002-2003, com o objetivo de incentivar o extrativismo sustentável entre as famílias do PA Margarida Alves, e no sentido de contribuir para a inabilidade das ações dos invasores externos, a APA conseguiu, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, a aprovação do primeiro plano de manejo florestal junto ao Incra e MMA como um meio de garantir fiscalização na área e promoção de práticas conservacionistas – que durou pouco tempo –, na verdade, foi um verdadeiro desastre. Havia falta de preparo (treinamento) e interesse das próprias famílias para adotar a modalidade de exploração madeireira. Houve a necessidade de a própria APA encontrar pessoas de fora do assentamento para trabalhar na extração de madeira devido às atividades, não serem exercidas por parte significativa de assentados e assentadas, que não se engajaram nas atividades. Nesta mesma ocasião, houve o assassinato de um assentado dentro da RLB e iniciou uma grande invasão da área por pessoas externas ligadas à agromilícia que atua de modo ramificado na região. Somando todas essas ocorrências, aliado à falência definitiva da APA, foi tomada uma decisão entre as famílias assentadas que foi de abandonar as atividades.

O manejo florestal, na modalidade comunitária, já tem sido adotado mesmo de modo tímido em assentamentos rondonienses (MATOS, 2018; 2019; BENTES-GAMA, *et al.*, 2006). Trata-se, em tese, quando comunitário ou familiar, de uma importante alternativa de gestão ambiental e uso florestal sustentável no contexto de comunidades diversas, na Amazônia. Analisando os conflitos dessa mesma natureza, de acordo com Oliveira e Carvalho (2016), as dificuldades para efetivação de um plano de manejo sustentável é um dos motivos que corroboram para o “abandono” dessas áreas por parte significativa de famílias assentadas. Esse empecilho pode estar relacionado à falta de definição de quem é a responsabilidade de propor um plano de manejo junto às comunidades, já que entre os próprios, na maioria das vezes, não

há uma percepção clara de que eles têm, por lei, o direito de manejar essas áreas de modo coletivo, contudo, não sabem que são donos de uma RLB.

Em 2014, uma segunda tentativa de manejo florestal comunitário foi pleiteada pela Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (Cooameafes), por meio de incentivos do Incra, como alternativa de barrar os movimentos de ocupação ilegal, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e garantia de renda às famílias assentadas, já que a maior parte da madeira foi retirada de maneira ilegal. O plano de manejo foi aprovado, tendo término das atividades em agosto de 2017, e se despontou como um incremento de renda para as famílias assentadas, como mostra a pesquisa desenvolvida por Matos, (2018):

A partir dos resultados obtidos, nota-se também que o Manejo Florestal Comunitário pode assumir importância no âmbito do desempenho socioambiental em comunidades diversas na Amazônia. Dentre os indicadores: Recuperação Ambiental; Geração de renda; Capacitação; Qualidade do Produto; Dedicção e Perfil do Responsável; Relacionamento Institucional; Valor da propriedade, obteve-se desempenho positivo, o que está relacionado à capacidade em organização coletiva e administrativa dos camponeses adotantes do Manejo Florestal Comunitário dentro da conjuntura do assentamento, pois estes se organizam em cooperativismo nas atividades. Nesta ocasião, a dedicação, o bom relacionamento entre os adotantes e a capacidade administrativa são requisitos importantes para o sucesso das atividades (MATOS, 2018, p. 9).

Entretanto, a extração de madeira, se por um lado possibilita o aumento da renda mensal das famílias contempladas, por outro lado, contribui significativamente com o quadro de divergências com externos e com as próprias famílias assentadas. Nesta ocasião, é muito comum que alguma família assentada fique sem se beneficiar da madeira retirada, seja por motivos de legalização das propriedades por meio da titulação, ou por aqueles que sempre retiram madeira de forma clandestina na Unidade de Conservação; estes costumam ser penalizados de diversas maneiras pela maioria, o que aumenta ainda mais a divergência entre os parceiros das reservas no momento da extração de madeira, por meio do manejo florestal. Esta decisão sempre fica a critério de deliberações em assembleia geral, entre a maior parte das famílias assentadas. Pessoas assentadas e não assentadas que apoiam os grandes movimentos de uso ilegal ou retiram madeira de forma clandestina, também não se conformaram com a decisão entre maioria de manejar a RLB por meio de um plano de manejo florestal, pois estes compram a madeira retirada de forma ilegal, por preços muito abaixo do mercado legal; outros retiram grande parte da madeira para o lucro maior, fácil e imediato, ou para o uso nas propriedades.

Figura 9 – Outdoor de propaganda do manejo florestal da reserva em bloco do PA Margarida Alves, em Nova União, Rondônia



Fonte: Acervo do autor coletado em campo (2019, 2020, 2021).

Neste caso, o que se percebe é que o uso sustentável da RLB, por meio da efetivação de um plano de manejo florestal, e o possível fim dos embates com a extração, não ocorreu como em tese se esperava. No caso em especificidade, o fato de a extração ser terceirizada foi também outro grande motivo de empasses entre as próprias famílias participantes. Dessa vez surgem as narrativas contra-hegemônicas em desfavor da RLB, à exploração capitalista; muitos alegam uma distribuição medíocre, uma vez que o lucro maior pertence às empresas que propõem projetos de manejo junto aos órgãos ambientais e às madeireiras que retiram grandes volumes de madeira. Há outra reclamação entre os adotantes que está na má condução desses projetos, no sentido de fiscalização por parte do poder público. Esta questão é, para nós, um pântano inacessível ao olhar comum sobre a extração capitalista de madeira, sua mais-valia correspondente e seu lado contraditório. O “efeito colateral” que ocorreu, no caso do manejo florestal do PA Margarida Alves, pode dar pistas do que ocorre em outras regiões da Amazônia, onde a presença das madeireiras é forte. Há uma “quebra de paradigma” que ocorre sentido aos desvios de finalidades das áreas manejadas, e isso pode ser conferido mais afundo em outras intervenções sobre o caso do PA Margarida Alves e outras ocorrências na Região Amazônia.

O que se observa também é que, a complexidade que pesa sobre os órgãos fiscalizadores, durante a condução de extração de madeira, de certa forma, dá aos que praticam diversas formas de uso ilegal dessas áreas, inclusive os próprios donos, indicadores de que suas ações serão impunes, o que de fato são. Este é, também, em muitos casos, na Amazônia, sobretudo entre médios e grandes proprietários, um prato feito para o desflorestamento das áreas, onde o lucro da extração torna, assim, um subsídio para realizar desmatamento, plantar pastagem e construir infraestrutura na área antes manejada. Isso resulta na demora das instituições para assimilar as dinâmicas ilegais, que acabam por fortalecer as práticas de

rapinagem. Outra questão repousa sobre o abandono dessas áreas após o término das extrações, em que, depois de manejadas, são deixadas a mercê do acaso.

Esta foi uma armadilha em que as famílias do PA Margarida Alves caíram. O manejo florestal foi uma estratégia local para atrair os olhares dos órgãos fiscalizadores para os problemas da RLB, o que, na realidade, não ocorreu, apenas configurou o segundo desastre, assim como a primeira tentativa de manejar a RLB pela APA, em 2002-2003. Se olharmos para a invasão protagonizada pela agromilícia, em novembro de 2016, momento em que a extração da madeira estava chegando ao término, podemos observar que os grupos de invasores, provavelmente, perceberam a saída dos órgãos fiscalizadores, o que deixou a área sob o poder das agromilícias, que ainda aproveitaram a infraestrutura da área para ampliar suas ações de rapinagem sobre a RLB.

O “efeito colateral” representado pela ocorrência de manejo florestal da RLB do PA Margarida Alves nos leva a uma questão que colocamos no primeiro capítulo, dentro do complexo de causas interativas e efeitos: a perspectiva das redes geográficas, multiconectadas ou não, começando pela construção de estradas dentro da RLB, na ocasião da extração de madeira – que mais parece uma teia de aranha – podemos ver como a infraestrutura contribui para a ramificação das ocorrências locais a outras escalas econômicas legais e ilegais de atuação, ambas degradantes.

A infraestrutura criou condições para os invasores intensificarem a retirada de madeira ilegal, já que as estradas permitem o acesso às áreas mais remotas da floresta, que antes ocorriam na borda. Aliás, o próprio manejo florestal é um exemplo que cria redes de comunicação entre grupos econômicos locais às multinacionais e transacionais dentro dos fluxos da globalização. A exploração capitalista da natureza, por meio do manejo florestal, torna a madeira uma *commoditie*, à medida que é exportada para outros países. Temos então que o manejo florestal é uma força exógena que provoca instabilidade dos ecossistemas locais amazônicos, à medida que é gerador de degradação ambiental e conflitos difusos.

Figura 10 – Famílias do PA Margarida Alves reunidas em assembleia para deliberar sobre questões que envolvem a RLB



Fonte: Acervo do autor coletado em campo (2019, 2020, 2021).

O que se percebe também é uma confusão generalizada entre os envolvidos diretamente nos embates a respeito das responsabilidades, no tocante às propostas de medidas para proteção da área de RLB e para solucionar, de modo definitivo, os conflitos de diferentes pontos de vista. Ainda assim, entre as famílias assentadas, existe uma percepção das diversas finalidades e uso dos recursos naturais na RLB, como a vontade de manejar a floresta de modo sustentável, que não só representou as tentativas da maior parte de fazer a gestão da RLB de modo sustentável, mas, também, representou uma estratégia de resistência contra as tentativas de dominação do território por pessoas externas. No entanto, a estratégia se destacou com o que temos chamado de “efeito colateral”: manejar a RLB foi uma decisão que incomodou grande parte dos grupos invasores, ao passo que o manejo florestal, durante os quatro anos que esteve em atividade, além de trazer fiscalização momentânea de agentes ambientais na área, diminuiu o volume de madeira de alto valor; como consequência, houve a acumulação de grandes volumes de madeira em locais estratégicos da RLB. O que resultou no desespero da agromilícia, já que estariam perdendo espaço de acumulação e o domínio do território.

O pensamento de que se trata de uma “reserva do Ibama”, portanto, sendo obrigação apenas do órgão fiscalizar as várias formas de uso ilegal, que pode ser comum nos conflitos por recursos naturais da Amazônia, não se mostra entre as famílias assentadas do PA Margarida Alves que sempre realizaram denúncias junto aos órgãos ambientais e, por conta própria, fazem fiscalizações e, frequentemente, inibem ações de invasores externos, inclusive, por conta própria, realizam a expulsão de externos na RLB por diversas ocasiões, segundo relatos das próprias famílias do assentamento. Por outro lado, também se observa entre os movimentos externos, um entendimento equivocado a respeito da criação das RLBs suas finalidades

ecológicas. Os invasores externos entendem que a área está abandonada, e alegam que a RLB não se trata de uma área ambiental, por não haver nenhuma determinação legal por meio de uma legislação específica, e nem registros em órgãos integrantes do Sisnama, o que de fato, não tem; abrindo brechas para o fortalecimento dos invasores externos. Oliveira e Burstzyn (2005) consideram que, no caso do PA Margarida Alves, até então, a falta de uma figura jurídica é o ponto central desses embates. De acordo com os autores, não há representação jurídica em nenhuma das 11 RLBs criadas pelo Incra, no estado de Rondônia.

Na verdade, a própria literatura dos conflitos socioambientais nas RLBs sugeriu a exploração econômica dessas áreas, por meio do manejo florestal, como possível alternativa de renda e de resolução dos conflitos (OLIVEIRA; BURSZTYN, 2005; OLIVEIRA; CARVALHO, 2016). Outros autores, com intervenções relacionadas aos conflitos na RLB, também apontaram para o mesmo caminho, sugerindo que “a formalização do plano de manejo pode se tornar um instrumento jurídico de proteção ambiental e uma nova fonte de renda aos moradores do assentamento” (NEGRÃO; KOHLER, 2018, p. 108). “O plano de manejo florestal do PA Margarida Alves abre assim uma possibilidade a mais de ganhos em um território onde o leque de possibilidades de renda vem se restringindo com o passar dos anos” (NEGRÃO; KOHLER, 2018, p.109).

5.4 AS AGROMILÍCIAS E O ATUAL PROCESSO DE INVASÃO DE TERRAS PÚBLICAS E DOS TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS

O Brasil tem descoberto que a formação de milícias não é parte apenas das tramas dos filmes sobre favelas. A atuação ramificada de mercenários tem respaldo político, e tem ocupado grande parte do horário nobre na imprensa nacional, como nunca visto antes. Não muito longe, o golpe parlamentar de 2016 e a eleição de Bolsonaro, em 2018 foram, de certa forma, acontecimentos importantes que impulsionaram a perda de timidez e demonstraram o protagonismo das milícias urbanas e agromilícias como pano de fundo da “nova-direita”. Logo na mesma ocasião do golpe, a “nova-direita” começa a dar pistas das verdadeiras intenções da “nova ordem moral”. Podemos ver, por exemplo, que em 2017 o ex-juiz federal Sérgio Moro, que mais tarde seria convocado a ser ministro da justiça, foi reconhecido pelos serviços prestados, até então, à sociedade, recebendo a mais importante condecoração dada pelo Exército brasileiro: a “Ordem do Mérito Militar”, dado a quem tenha prestado “serviços relevantes à nação brasileira”. Um ano depois, em busca da tempestade perfeita, a greve dos caminhoneiros marca a saída da toca das milícias, que, com a participação de grupos armados, ramificados nos estados de Goiás, Minas Gerais e Paraná, pedem por intervenção militar.

Com a chegada definitiva da extrema direita no Brasil, estabeleceu-se um misto de poderes que reclamam pelo que podemos chamar de uma “economia das emoções”. A “nova-direita” do Brasil está fundada em uma aliança perdida pelos militares desde o fim da ditadura

civil-militar de 1964, que envolve evangélicos neopentecostais, católicos carismáticos, militares e latifundiários. A economia das emoções deste tripé fundamentalista carrega consigo um novo abaixo às fronteiras e uma nova missão civilizatória de eliminar os subversivos; julgam-nos atrasados e hostis, seguindo ao pé da letra os fundamentos mais profundos do fascismo. A virada global da extrema direita, nos países da América Latina, reclama um projeto ecofascista.

Longe de pôr em xeque a “pureza moral” dos grupos reacionários, e seu projeto de economia emocional, defendemos o termo agromilícia, porque remete, também, a participação de gente pública nos processos de expropriação e na prática da *violência específica* contra comunidades diversas, ativistas ambientais e lideranças comunitárias. Não obstante, esta estratégia de domínio do latifúndio não é tão recente quanto parece. Foi assim, na antagonia do cangaço e o coronelismo, que resultou na hostilidade da importante história de resistência da cultura sertaneja nordestina.

Da mesma forma, foi o entrave histórico das Ligas Camponesas na Ditadura Militar que resultou em uma verdadeira “caça às bruxas” às principais lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assim, o que se percebe nos chamados conflitos no campo, que agora se apresentam também como socioambientais, é que os embates não se dão sem a participação corporativa ou mercenária de militares na contramão dos objetivos comuns. Os militares, mercenários ou não, como sempre, é o último recurso das elites agrárias ao impor a ‘ordem’ diante do ‘caos’, ou “mostrar quem é que manda”. O militar, por força do rito, é autoritário, tem mania de grandeza e anuncia uma pureza moral que é falsa. O uso mercenário ou corporativo da força policial é um importante recurso que se configura em *cotas de poder* que os latifundiários e grupos econômicos ligados ao agronegócio detêm em detrimento dos grupos sociais desprovidos de recursos para investir em suas causas. As agromilícias são, nos casos de conflitos por recursos naturais atuais, um *quantum* específico das elites agrárias. Uma parcela de *cotas de poder* a mais, em desfavor dos grupos sociais marginalizados, e a falta de resposta concreta do Estado nos conflitos socioambientais atuais, no sentido de mediar/arbitrar sobre estes embates, têm feito com que as comunidades diversas da Amazônia, onde explode conflito a todo instante, se sintam impotentes diante da atuação de mercenários, seja nas diversas formas de *violência específica*, seja por invisibilidade do racismo ambiental diante de tal violência.

O caso da RLB do PA Margarida Alves pode dar pistas das estratégias capitalistas dos grupos econômicos ligados às agromilícias que atuam nas regiões ricas em recursos naturais estratégicos nos países da América Latina, entre as quais, a Amazônia. As táticas das agromilícias podem se configurar em práticas capitalistas de domínio do território, que na geografia das práticas espaciais, também pode ser explicada pelo processo chamado de antecipação espacial (CORRÊA, 2000). A antecipação espacial configura-se como uma tática de hegemonia, no processo de dominação do espaço e do tempo pelas lógicas capitalistas de

apropriação de determinados recortes espaciais. Corrêa (2000) define que o fenômeno da antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção (CORRÊA, 2000, p. 39). Essa definição nos remete a pensar se as elites agrárias e agromilícias veem na invasão de terras públicas e dos territórios das comunidades diversas, uma futura projeção do Estado no sentido de ampliar os espaços de atuação das condições de reprodução da agricultura capitalista, em forma de pecuária extensiva ou produção de grãos (milho e soja). Essa interpretação é, certamente, plausível, uma vez que coincide com o “fato consumado”: *cotas de poder* que as elites agrárias têm em uma futura ação política ou judicial.

O processo nº 0003289-93.2017.4.01.4101, que repeliu parcialmente a agromilícia que atua há 20 anos em invasões na área de RLB, traz uma simples vitória das famílias do PA Margarida Alves na arena de embates. A ação judicial traz também a tipologia e as principais estratégias de dominação do território local:

Somado a isso, as circunstâncias da invasão são desastrosas. Na medida em que a área em questão é destinada à exploração florestal racional, mediante a devida aprovação de Plano de Manejo Florestal, a invasão da terra tem por efeito acabar por essa hipótese de exploração econômica sustentável. Isso porque o intento dos autos consistia em acelerar a exploração irracional da área, até o ponto de degradação máxima, para então realizar o corte raso da área, com o estabelecimento final de imóveis rurais. Isso significa a completa destruição da política agrária e ambiental deste país (PROCESSO Nº0003289-93.2017.4.01.4101, 2017, p. 91-92).

Uma questão importante dos desdobramentos deste processo judicial está no que temos chamado de *invisibilidades espaciais*; uma das faces do racismo ambiental às comunidades diversas da Amazônia. O fato de a agromilícia ser repelida judicialmente, após duas décadas de atuação na região, com intensos embates, ameaças, denúncias de famílias e lideranças do PA Margarida Alves, junto a órgãos de fiscalização, culminando no assassinato de um assentado e na perseguição de famílias, demonstra, primeiramente, que o caso da RLB ficou invisível aos olhos do Estado, o que deixou o caminho livre para a atuação externa no assentamento, seja para agromilícia, madeireiros ou outros invasores.

Outra questão que se percebe é que, tal repressão judicial à agromilícia, se deve em grande parte pela atividade econômica gerada por ocasião do manejo florestal comunitário, ainda em andamento, na ocasião dos fatos julgados, na ação judicial. O manejo florestal comunitário, que esteve em atividade até 2017, foi de certa forma uma importante oportunidade que as famílias do PA Margarida Alves tiveram para trazer visibilidade no caso histórico em epígrafe. O que se observou foi que a atividade econômica atraiu os olhares de todos os cantos ao assentamento. Vejamos, por exemplo, no processo nº0003289-93.2017.4.01.4101 ao tratar dos objetivos centrais da agromilícia:

Essa ORCRIM tinha por objetivo invadir área de propriedade da União e expulsar do local, por meios de atos de violência, as pessoas que estavam legalmente assentadas na localidade; e que, por meio da Cooperativa de Trabalhadores Rurais do Assentamento Margarida Alves, exploravam economicamente e legalmente a área de

reserva legal do citado Assentamento Rural (PROCESSO N° 0003289-93.2017.4.01.4101, 2017, p. 8).

As investigações indicavam que o grupo de invasores do Assentamento Margarida Alves contratam milícia (grupo de militares) da cidade de Ariquemes/RO, com a finalidade de fornecimento de armamentos e equipe de pessoas para viabilizar a prática dos fatos; (PROCESSO N° 0003289-93.2017.4.01.4101, p. 36, 2017).

Sem rodeios, cuida-se de situação de invasão de terras, seguida da prática de violência física e moral, com a finalidade de assegurar a supressão dos direitos de propriedade da Cooperativa e, como consequência, a apropriação indevida dos direitos de propriedade pelo grupo agressor (PROCESSO N° 0003289-93.2017.4.01.4101, p. 59, 2017).

Tais circunstâncias, no entender deste magistrado, é comprobatório das informações policiais que estão registradas em inquérito policial no sentido de que o réu, policial militar, faz parte de milícia com atuação em Ariquemes (RO), e que, como atividade lucrativa, empreende as atividades descritas: apoio logístico a determinadas ações criminosas (PROCESSO N° 0003289-93.2017.4.01.4101, p. 45, 2017).

Figura 11 – Mapa social da atuação de grupos mercenários no PA Margarida Alves e RLB, mosaico



Fonte: No sentido horário, começando pelo alto à esquerda: tanque resfriador de leite localizado no PA Margarida Alves, com inúmeras marcas de tiros, resultado da ação de milicianos no PA Margarida Alves (acervo dos autores) (A); resultado das operações “Terra Roxa” e “Terra Legal” na RLB do PA Margarida Alves (Rondônia) (B); camponeses torturados por milicianos dentro da RLB (MST) (C). Dados coletados em campo (2020).

A crise agroalimentar de 2008 acelerou o processo de acirramento da competição global por recursos naturais estratégicos, nos países ditos subdesenvolvidos (terra, água, minério, madeira). No Brasil, o fenômeno chamado de “*estrangeirização de terras*” (OLIVEIRA, 2010; SAUER; LEITE, 2012; CASTRO; PEREIRA; PAULI, 2016; HERSHAW; SAUER, 2017; HERRERA, 2016), para além do investimento das multinacionais na terra como ativo do capital e especulação financeira no mercado internacional, marca um novo ciclo de disputas política e social por terra, sobretudo, na Amazônia. O Terra Legal (Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009) foi um importante marco regulatório desta corrida por terra na Região Amazônica. Na América

Latina, este curto exemplo do processo de falência democrática muito se deve à atuação medíocre das chamadas esquerdas políticas, que seguem ainda amarradas a uma lógica econômica não menos “progressista” que as ditas direitas conservadoras, o que deixou os problemas ecológicos secundários, em relação ao desenvolvimentismo, como bem observou Mires (2012).

É certo que a complexidade dos problemas atuais que se manifestam na falência das democracias, na América Latina e Caribe, tem sido um pântano inacessível ao entendimento superficial. Para além da militarização da coletividade, a falência do sistema político na América Latina e Caribe, nos últimos anos, tem apontado para o surgimento de milícias e grupos criminosos que atuam no sentido de monopolizar a soberania territorial dos países ricos em recursos naturais estratégicos. Taibo (2019) sinaliza para os perigos que se encaminham esse processo de falência das democracias, à medida que as sociedades vão se tornando cada vez mais complexas diante da escassez de recursos naturais estratégicos. As guerras contra as esquerdas políticas da América Latina, estabelecidas por meio do *lawfare* (uso instrumentalizado do direito) e da *ruptura política*, com o pacto societário estabelecido através do voto popular, sinaliza o *colapso* generalizado nestes países. Segundo relatórios da ONU, a América Latina é, desde 2016, a região mais violenta para defensores de causas ecológicas/sociais. O capitalismo verde (manejo florestal etc.) e a agricultura capitalista (o agronegócio) são exemplos da corrida por recursos naturais que acirram os conflitos nas regiões estratégicas da América Latina e do Caribe. O Brasil, por sua vez, é, atualmente, o terceiro país que mais mata ativistas ecológicos/sociais. A Amazônia concentra cerca de 90% dos assassinatos de ativistas ambientais e lideranças de comunidades. Lideranças femininas, sobretudo vindas de grupos sociais considerados hostis, estão mais expostas à violência do mundo capitalista moderno-colonial-patriarcal, que tem representado indicativos de aumento de ataques antifeministas com a chegada da extrema direita e com o crescimento das pautas ecofeministas contra-hegemônicas, que tem posto em xeque os efeitos da degradação ambiental sobre as mulheres. O que chamamos de *violência específica*, que se manifesta contra comunidades diversas, sobretudo contra pessoas específicas, é cada vez mais comum com lideranças comunitárias, sem diferença de gênero. O *lawfare*, que até então, na prática, instrumentaliza o direito para fins de tirar lideranças políticas do caminho, também tende a ser cada vez mais comum nas estratégias das agromilícias ligadas a oligarquias regionais e nacionais, no feixe de *cotas de poder*, fortalecidas pelas *invisibilidades espaciais*.

Eis a importância da “*etnografia dos conflitos socioambientais*” (LITTLE, 2006), que permite o mapeamento da cota ou escala de poder de cada ator envolvido no conflito, orientando a necessidade de incluir os poderes, tanto formais, quanto informais (tentativas de domínio, ameaças, assassinatos e torturas, vandalismos e tentativas de causar terror aos grupos sociais desfavorecidos). Ancorados em Little (2006), identificamos, no perfil da agromilícia, a

participação ramificada de militares, políticos, latifundiários e donos de madeiras. Há depoimentos das próprias famílias assentadas sobre a conexão de milicianos com pessoas do Incra, de corporações militares e de grupos políticos no acesso à informações sobre a RLB e apoio nas invasões.

O acesso das agromilícias às instituições do Estado amplia as cotas de poder desses grupos na arena de embates e expõe os grupos sociais minoritários. Indissociável a isso, notamos também que a própria tentativa de diálogo com representantes majoritários das agromilícias expõe as famílias assentadas, à medida que fica claro para os invasores que a comunidade não decidirá por uma resistência local baseada no conflito físico direto. Nesta mesma ocasião, as famílias assentadas depositam a responsabilidade de mediação/arbitragem dos embates junto às instituições públicas e experimentam a flexibilização das regras. As agromilícias só ampliam suas táticas de espoliação quando estão ramificadas nas instituições públicas. Em muitos casos, por estarem representadas nas instituições do Estado, os integrantes das agromilícias recebem informações de operações e investigações em curso, o que possibilita maior organicidade para driblar os órgãos fiscalizadores e garantir vantagens na arena de embates.

Costa Silva *et al.* (2020) demonstram que, possivelmente, as agromilícias têm ampliado as formas de atuação na Amazônia, com semelhantes estratégias de rapinagem que vem ocorrendo ao longo do pós-golpe, no PA Margarida Alves:

Tais processos se relacionam a grupos organizados, verdadeiras agromilícias que agem por meio de invasões coordenadas para grilar a terra indígena, tentando fazer da TI Karipuna um laboratório da agrobandidagem na Amazônia, de modo a produzir um domínio político somado a uma situação social com vista a tornar irreversível a grilagem de terras, como ocorreu e ocorre na Resex Jacy-Paraná e na Flona do Bom Futuro. Essa é a aposta e o projeto territorial da agrobandidagem que age em Rondônia e na Amazônia brasileira. Uma das estratégias da agrobandidagem é incentivar a expansão da fronteira por meio do deslocamento do campesinato (posseiros), induzindo esses grupos a desbravarem áreas ambientais regulamentadas, com a intenção de pressionar o governo a alterar os limites de Unidades de Conservação e os tipos de usos descritos nos instrumentos de gestão territorial (COSTA SILVA, *et al.*, 2020, p. 266).

Isso demonstra, primeiramente, que as múltiplas formas de violência contra os territórios do campesinato, quase sempre, estão invisíveis aos olhos da sociedade e, sobretudo, do Estado. Não obstante, as invisibilidades espaciais produzidas no processo amplo e histórico de dominação do espaço e do tempo, que se observa no caso do PA Margarida Alves, possuem múltiplas faces, porque é parte de uma esfera ampla de marginalidade que envolve o próprio protagonismo dos movimentos sociais dentro da luta paradigmática. O que ocorre no PA Margarida Alves é apenas um recorte de outros PAs em Rondônia, e na Amazônia brasileira, neste atual abaixo às fronteiras da natureza.

O impulso imediato para a invasão dos territórios comunitários está na própria capitalização da natureza. Na Amazônia, como se vê, a ação dos capitalistas verdes e grileiros de terras públicas aparece como uma verdadeira *acumulação primitiva* observada por Marx e,

posteriormente, defendida em Harvey por meio de uma *acumulação por espoliação*, que surge como um importante conceito geográfico. Dessa forma, a invasão dos territórios comunitários, por depender de processos espoliativos (roubo de terras e madeira, assassinatos, expulsão de famílias camponesas de seus territórios), também se constitui em uma *acumulação primitiva*, que se mostra como alternativa de dominação capitalista às múltiplas formas de rapinagem da terra, dos recursos naturais (LENCIONI, 2012), do território, do espaço e do tempo (GODOY, 2018).

5.5 RUPTURA COM PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS E O PROCESSO DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

5.5.1 De repente as coisas mudam de lugar

Como já exposto nos capítulos anteriores, o atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários, ampliado na virada global da extrema direita, como pano de fundo de uma nova missão civilizatória de eliminar os ‘atrasados’, por meio de um novo abaixo às fronteiras da natureza, tem sido um pântano inacessível ao olhar superficial. Podemos ver essa complexidade no caso do PA Margarida Alves. Observamos também que o conflito é um campo de disputa de narrativas. À medida que um determinado agente/sujeito envolvido nos embates “pisa na bola”, os grupos contrários às estratégias de resistência dos grupos sociais se valem do “erro” para garantir seu *quantum* na arena de embates, tornando um recurso nas disputas e a ampliação das *cotas de poder* dos grupos hegemônicos. Após a ruptura com a conservação da RLB, os conflitos tomaram rumos jamais imaginados pelas próprias famílias assentadas, o que também aumenta a dificuldade das instituições de analisar as ocorrências e o conflito por inteiro e mediar/arbitrar sobre os empasses.

Os embates, que até então giravam entorno da madeira e da terra, agora passam integrar novos elementos, como a água, o uso do fogo, o desmatamento e a retirada de madeira pelas próprias famílias sem-terra acampadas na área, o que tem provocado, não só a reação das agromilícias e dos grupos políticos locais que sempre apoiaram invasões de grupos externos, mas de moradores de Nova União e Ouro Preto do Oeste; municípios que são abastecidos por dois dos mais importantes rios da região que nascem na RLB do PA Margarida Alves: o rio São Domingos e o rio Boa Vista.

O noticiário da mídia sobre o caso tem produzido uma miopia da realidade e criminalizado lideranças comunitárias e famílias sem-terras acampadas na RLB. Para dar um exemplo, expomos uma reportagem exibida na edição 20/09/2019, no Jornal Nacional, que relata a prisão de duas lideranças do movimento Sem Terra:

Em Rondônia a Polícia Federal prendeu dois suspeitos de fazer parte de um grupo criminoso que vendiam madeiras e terras de forma ilegal na reserva federal Margarida Alves, que fica no município de Nova União. Segundo investigação os bandidos usavam uma cooperativa pra dar falsa impressão de que a venda de terrenos era legal (JORNAL NACIONAL, 20/09/2019).

As prisões de lideranças comunitárias resultaram da "Operação *Primula*", da Polícia Federal, em reação à ocupação da área por famílias sem-terra, como estratégia última na disputa histórica pela RLB. A saída das famílias sem-terra da área beneficia diretamente os grupos mercenários e, sobretudo, grandes e médios proprietários, à medida que estes possuem loteamentos aglutinados à área e planejam fazer o uso das pastagens formadas na invasão de 2002-2003 – que resultou na perda de 400 hectares de florestas convertidas em pasto (NEGRÃO; MOURÃO; ARAUJO, 2015) – e das áreas agora desmatadas por famílias sem-terra (NEGRÃO; MATOS; ARAUJO, 2020), após a *ruptura com práticas conservacionistas* localmente impulsionadas (Mapa 2). Aglutinar-se ao redor de terras públicas, ou áreas demarcadas por comunidades diversas, na Amazônia, têm sido uma tática comum das agromilícias no atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários, que ora vivemos.

Outra coisa que se percebe é uma confusão generalizada das instituições públicas envolvidas no conflito socioambiental. Revisamos uma série de processos sobre o caso, e em nenhum consta que o conflito é do tipo socioambiental, agrário ou socioterritorial, evidenciando o desconhecimento das instituições sobre a vasta literatura sobre os conflitos socioambientais, a respeito do próprio caso do PA Margarida Alves (OLIVEIRA; BURSZTYN, 2005; NEGRÃO; MATOS; ARAUJO, 2020; MATOS, 2021) e outros PAs (OLIVEIRA; CARVALHO, 2016). Outro erro grosseiro está no fato de que estes processos ignoram o conceito de RLB criado pelo próprio Incra e, sobretudo, de quem é a posse dessas áreas. Revisando os mesmos documentos foi possível encontrar termos usados para interpretar o caso como: "reserva federal Margarida Alves"; "reserva ambiental Margarida Alves"; "reserva da União"; "reserva legal do Ibama". O termo mais próximo do conceito real foi o de "Reserva Legal do Assentamento Rural Margarida Alves", encontrado no processo nº 0003289-93.2017.4.01.4101. Proposital ou não, o erro de conceito implica também no erro de interpretação das ocorrências e do conflito como um todo e, sobretudo, em danos irreversíveis em desfavor das famílias assentadas do PA Margarida Alves, à medida que dá a entender que a área em disputa é externa ao assentamento e de posse de terceiros. Nenhuma das instituições públicas assumem a RLB como um território camponês conquistado por famílias sem-terra, demarcado pelo Incra.

Outra importante ocorrência que corrobora para nossa tese de esgotamento dos recursos do grupo social, e de confusão generalizada por parte das instituições, e que resultou em *cotas de poder* para os grupos mercenários, pode ser comprovada em uma invasão da área protagonizada por grupos externos em 2002, e que foi repelida por ação de pessoas do PA Margarida Alves. A ação do grupo de assentados resultou em ação judicial movida pelo grupo de invasores externos.

Constrangeram ilegalmente, reduzindo-lhes a capacidade de resistência, quando se dirigiam à reserva legal do IBAMA para retirarem madeira, amarrando-os por quatro

horas. Tudo isso mediante grave ameaça exercida com o uso de armas de fogo. Em seguida, agindo dolosamente e em unidade de designios subtraíram-lhes, também mediante grave ameaça exercida com armas de fogo, uma motosserra e duas chaves de mecânicas pesadas (PROCESSO Nº 00420020001430, 2002. p. 1).

O que se percebe, nos fatos descritos acima, em sentença contra pessoas do assentamento, é que as famílias ficaram desprovidas de uma figura jurídica, o que possibilitou que a agromilícia, na ocasião, construísse sua versão dos fatos, que resultou em sentença em desfavor, não apenas dessas pessoas, mas da preservação da RLB e da possibilidade do fim dos embates por meio da punição dos invasores e de seus crimes ambientais. Como já afirmamos anteriormente, há uma série de erros de interpretação no caso da RLB do PA Margarida Alves, que pode ser vista nesta pequena apresentação dos fatos, no processo nº 00420020001430. A primeira delas é o que já temos colocado sobre o erro conceitual da área, que consta no processo em tela como “reserva legal do Ibama”. Outra miopia da realidade diz respeito à invasão da área, que no referido processo consta “retirarem de madeira” e “subtraíram-lhes também, mediante grave ameaça exercida com armas de fogo, um motosserra”. É sabido, até no senso comum, que a retirada de madeira é feita mediante manejo florestal aprovado por órgãos responsáveis e que, nestes casos, a outra expressão para designar esta prática ilegal, é o famoso roubo de madeira, no palavreado popular, na Amazônia. Ao contrário, a sentença repleta de equívocos ainda sugere que pessoas do PA Margarida Alves subtraíram os pertences utilizados pelos invasores para retirar madeira de forma ilegal.

Olhando os fatos ocorridos, em desvantagem de famílias assentadas do PA Margarida Alves, percebe-se a razão, dentre muitas, pelas quais decidiram romper com antigas táticas de resistência pela posse da RLB. As famílias, possivelmente, se sentiram impotentes diante das *cotas de poder* que as agromilícias detinham, em desvantagem nas disputas pelo domínio total do território, à medida que as vitórias conquistadas contra os próprios donos da área (as famílias assentadas) fortaleceram os grupos mercenários.

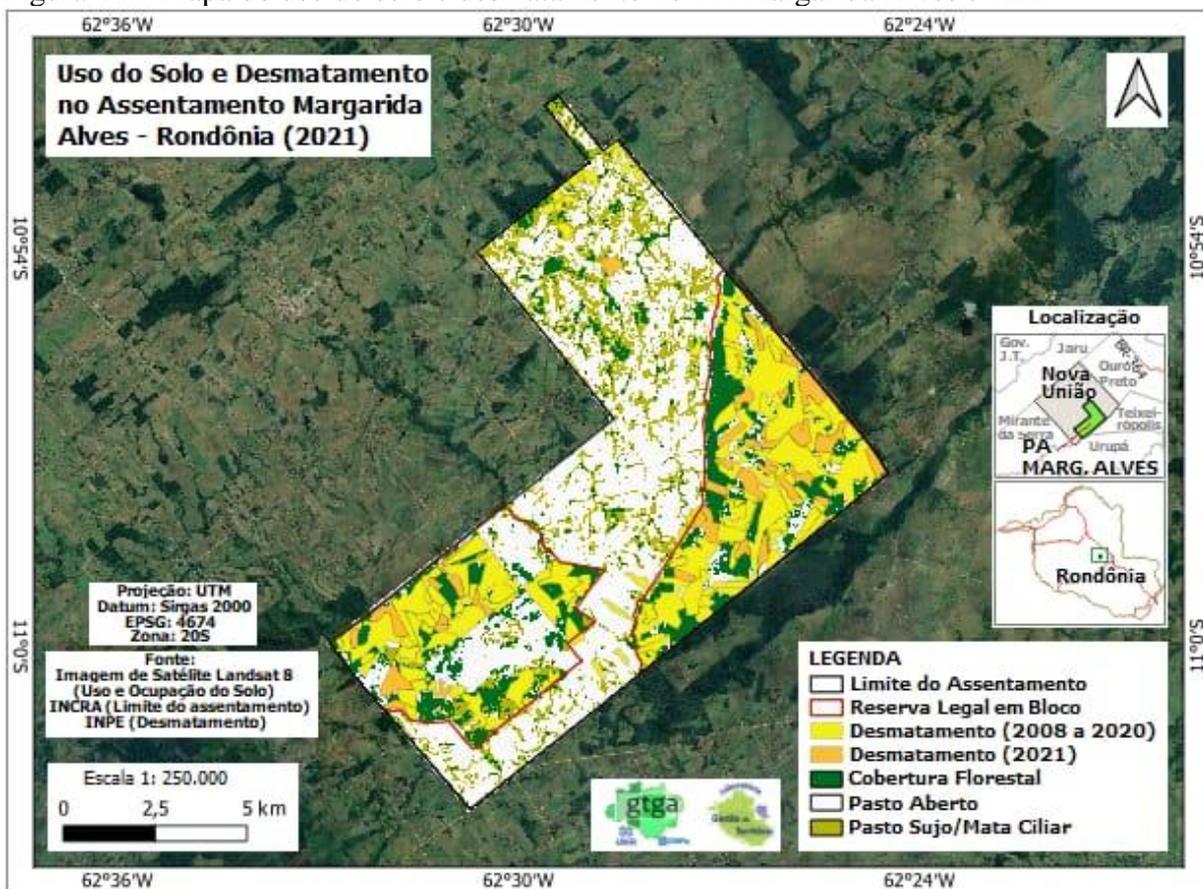
É necessário, porém, lembrar que a última mudança de estratégia dos grupos sociais na arena de embates e projeções configurou-se em um “efeito colateral” contra o grupo de sujeitos sociais, o que tem resultado em prisões, apreensões, multas ambientais e reintegração de posse contra famílias sem-terras acampadas na RLB e pessoas do PA Margarida Alves, sobretudo, lideranças comunitárias. O ápice do conflito socioambiental, além de gerar uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas, provoca outras rupturas, já que amplia a antagonia entre as racionalidades e visões de mundo, e gera divergências na rede multiconectada de agentes e sujeitos envolvidos, o que pode ser observado nas relações antagônicas entre sujeitos sociais e instituições: se para as instituições há uma invasão de “reserva federal”, por grupos criminosos (como fica evidente nas operações no estilo *lawfare*), para as famílias sem-terra, a RLB é hoje um espaço de luta pela terra, pelo território e por dignidade. Kolher, *et al.*, (2011), ao analisarem o processo de falência da APA, já haviam identificado uma desconfiança mútua entre agentes locais, regionais, nacionais e internacionais.

A falência da APA muito tem a ver com o ápice do conflito pela RLB. Aliás, a atuação da APA no PA Margarida Alves não foi totalmente aderida por lideranças do MST, no assentamento – que até hoje acumulam divergências com ex-membros da APA, no assentamento – e aqueles que aderiram totalmente aos projetos da falida APA, entre os quais, envolve a RLB. Percebe-se, portanto, a falta de acordo comum entre os sujeitos sociais e instituições sobre a RLB. Isso decorre, dentre muitos fatores, da própria falta de leitura teórica e empírica daqueles que representam as instituições.

Outra coisa que agravou o conflito foi a *ruptura política* com o pacto societário (PORTO-GONÇALVES, *et al.*, 2018) marcada pelo golpe parlamentar de 2016, seguida da prisão política de Lula da Silva. A crise política implantada no seio do *lawfare* deu condições para que Bolsonaro lograsse seu oportunismo, o que resultou na vitória neoconservadora na eleição de 2018. A virada neoconservadora, no Brasil, trouxe uma mudança administrativa, seguida do sucateamento das instituições ligadas ao ambiente e aos assuntos da reforma agrária, o que agravou a desconfiança mútua já estabelecida e acelerou o processo de esgarçamento do tecido social e o aumento da exclusão das classes minoritárias.

As imagens de classificação a seguir, ilustrando o ápice do complexo conflito socioambiental (que poderia ser solucionado no campo da mediação/arbitração), mostra a classificação dos diferentes usos do solo no PA Margarida Alves e RLB (figura 12), e a evolução do desflorestamento ao longo dos anos na RLB (figura 13).

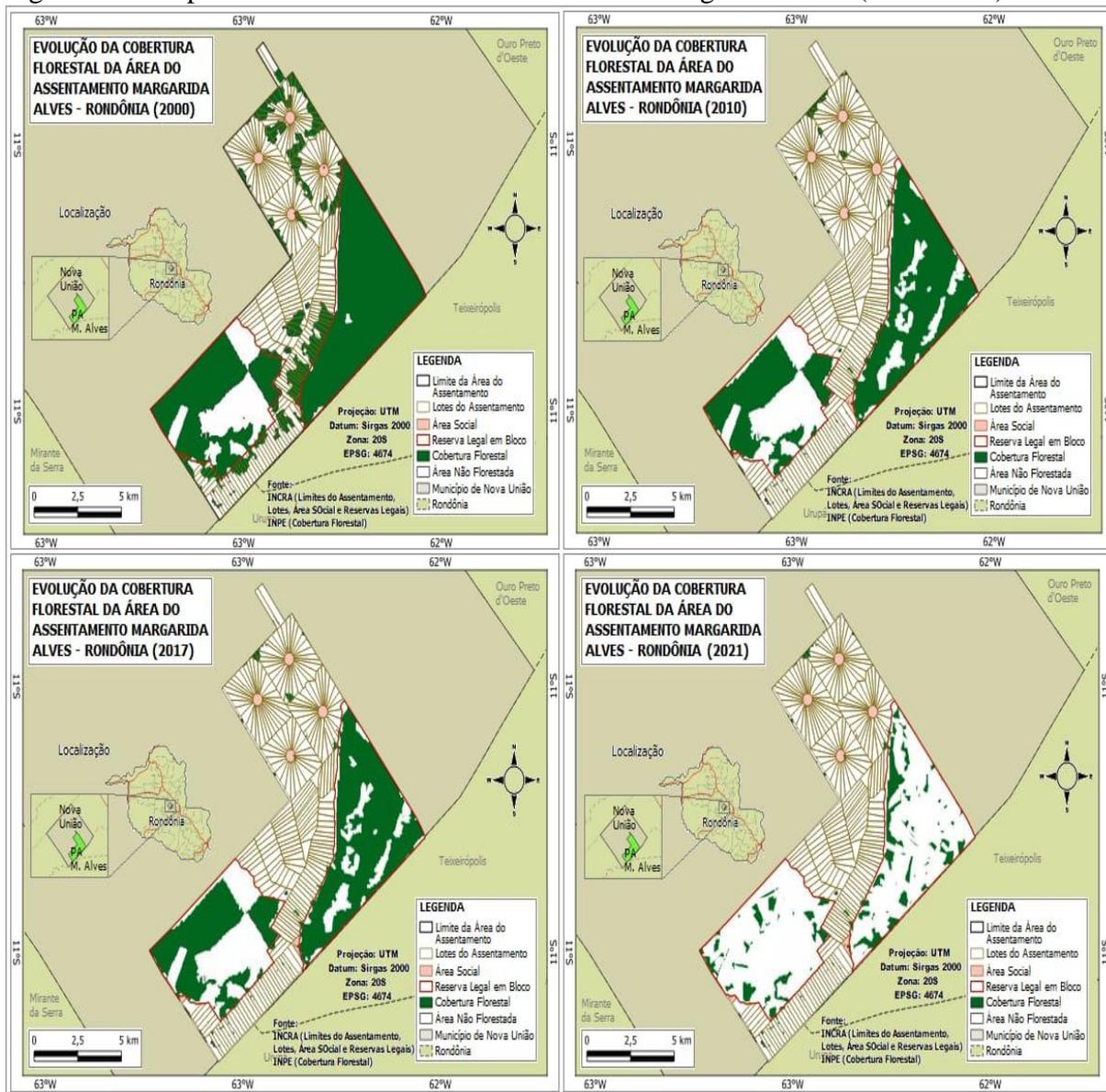
Figura 12 – Mapa do uso do solo e desmatamento no PA Margarida Alves e RLB



Estima-se o percentual da área total fracionada, na RLB do assentamento, através de classificação supervisionada, utilizando o método de *Maximum Likelihood* (com quase uma centena de regiões de interesse selecionadas (*ROI*)). Com os ajustes necessários e combinando o posicionamento em campo, no assentamento e na área de estudo (RLB), este método fornece uma estimativa bastante próxima da realidade do desmatamento recente nas duas áreas de RLB.

De acordo com a imagem de classificação acima, é possível ver que a RLB foi constituída de dois blocos de florestas próximos. Aglutinados aos remanescentes florestais estão os lotes (pasto aberto/agricultura; pasto sujo/mata ciliar). Percebe-se então, um alto índice de desflorestamento ocorrido entre os anos de 2018 e 2019, após a desistência de antigas práticas de conservação da área, por famílias do PA Margarida Alves. Como exemplo, em 2013, na última pesquisa de campo do programa Duramaz, os 3.000 hectares do bloco 1 estavam conservados. Até 2019 restavam aproximadamente 1.300 hectares (40% da cobertura original, ou, 60% de desmatamento). Quanto ao segundo bloco, já em 2013, ele apresentava uma taxa de desmatamento da ordem de 15%, que cresceu no interim e, hoje, a cobertura florestal é de aproximadamente 900 hectares (30% da área da cobertura original, os outros 70% foram suprimidos). No total, restavam cerca de 2.200 hectares de floresta no assentamento, em agosto de 2019, ainda mais pressionados – ou, de outra forma, dos 5.400 hectares originais, restavam apenas 39%, contra 85% em 2013. Até 2021, 3439,488 hectares de cobertura vegetal foram suprimidos na área de RLB. Grande parte da vegetação já está sendo substituída por pastagens, café, cacau, feijão, arroz, milho, entre outras culturas da região amazônica.

Figura 13 – Mapa do desflorestamento na RLB do PA Margarida Alves (2000-2021)



Uma série de fatores contribuiu para o fracionamento realizado por famílias sem-terra. Um dos fatores é o próprio perfil socioeconômico das famílias, que precisam extrair renda de algum lugar para sobreviver. Aí reside outro problema, que é o aumento da mão de obra barata na região, que antes era feita apenas por jovens assentados, e agora é disputada entre pessoas do PA Margarida Alves e pessoas acampadas na RLB. Isso, possivelmente, faz com que muitos fiquem sem alternativa de renda e passam a retirar a madeira de “seus lotes” e, posteriormente, vender para proprietários próximos. Outra questão é que, por estarem na ilegalidade, muitos vendem a madeira para investir em “seus lotes”; construir casas, cercas, estradas, plantar pastagens e lavouras etc.

Além do mais, uma série de incêndios criminosos foi relatada pelas famílias do PA Margarida Alves, eles estariam associados à reação dos grupos contrários à ocupação da área, por famílias sem-terra. Pessoas externas estariam incendiando a RLB com a intenção de criminalizar as famílias assentadas do PA Margarida Alves (sobretudo lideranças comunitárias) e famílias sem-terra acampadas na área. A mídia regional e nacional tem sido de grande valia

ao processo de reação dos grupos contrários às famílias sem-terra. Os incêndios realizados por grupos externos acabam ampliando o desflorestamento da área. A maioria das famílias, por não ter condições financeiras de derrubar a floresta, aproveita as partes de mata queimada de “seus lotes” para plantar pastagem.

5.2.2 O perfil das famílias sem-terra: os horizontes emancipatórios do conflito socioambiental

Será que algum dia a gente não vai ter um cantinho só nosso, né, pra gente morar, criar nossos filhos? Aí todo ano minhas filhas falam: nós nunca vamos sair dessa? Daí eu falo: ano que vem vai melhorar. E todo ano, assim, é a mesma coisa, sempre sofrendo. (fala de uma camponesa sem-terra acampada na RLB à UnBTV, 2019).

Em trabalho realizado por Negrão, Matos e Araújo (2020) foi demonstrado que, em decorrência da atuação da agromilícias, que acirrou o conflito, um beco sem saída se estabeleceu, o que fez as próprias famílias assentadas do PA Margarida Alves, em maioria (não sem conflitos), “ceder” a área para famílias sem-terra fazer o pressionamento do Incra para deliberar sobre a situação das famílias sem-terra e da RLB. Essas famílias sem-terra haviam sido expulsas de outras áreas, em decorrência do cenário de acirramento da violência contra os movimentos de luta pela terra, em Rondônia.

Diante das ações cada vez mais intensas de madeireiros e de uma milícia local no interior da reserva (como a já citada invasão de 2016) as famílias assentadas passaram a se reunir em assembleias e deliberar sobre quais medidas tomar. Apesar de não haver unanimidade prevaleceu o grupo de moradores que deseja ceder a área para assentar outras famílias de Sem-Terra. Prevaleceu o entendimento de que a reserva seria invadida de qualquer maneira e que, nessas circunstâncias, seria melhor colocar lá dentro famílias acampadas de Sem-Terra de outras áreas de Rondônia, para conter a violência e os conflitos com os madeireiros e as milícias (NEGRÃO; MATOS, ARAÚJO, 2020, p. 07).

O desflorestamento recente não é resultado de um projeto ou plano que tenha emergido do grupo de assentados para deliberadamente reconverter a área em assentamento, mas para conter o ímpeto dos agentes externos sobre a reserva legal que vem desde a criação dessa área e aumentou consideravelmente nesta última década (NEGRÃO; MATOS; ARAÚJO, 2020, p. 10).

Segundo lideranças comunitárias, há cerca de 280 famílias sem-terra ocupando a área de RLB na luta pelo acesso à terra. Cerca de 800 pessoas, entre crianças, jovem, homens, mulheres, em situação de pobreza extrema, residem no interior da RLB; sem energia, água potável, assistência social, transporte escolar público, entre outros.

Nesta retomada social do território, que vem sendo protagonizada na RLB do PA Margarida Alves, encontramos dois perfis sociais e, igualmente, duas esferas amplas de atuação. Uma parcela de famílias (cerca de 240 famílias) é composta por sem-terras expulsos pela ação espoliatória do latifúndio e do próprio Estado, em Rondônia. Outra parcela (cerca de 40 famílias) é composta por pessoas do próprio PA Margarida Alves; jovens filhos de assentados e assentadas e pessoas externas, que ao longo dos anos, migraram para o

assentamento à procura de trabalho (meeiros, diaristas etc.). As 240 famílias sem-terra são oriundas de três acampamentos desfeitos após o acirramento da criminalização da luta pela terra, em Rondônia, a partir do golpe de 2016: “Acampamento Silvio Rodrigues”, que se localizava às margens da rodovia que liga Presidente Médici à Alvorada; “Acampamento Hugo Chaves”, em Ariquemes; e “Acampamento Egídio Brunetto”, limítrofe aos distritos de Porto Velho: Nova Mutum Paraná, Jaci Paraná e União Bandeirantes. Para além do que temos anunciado (um processo de reapropriação social do território), a ruptura com antigas práticas de conservação assinala para dois fenômenos sociais que merecem uma intervenção mais longa. Primeiramente, a presença de jovens do próprio PA Margarida Alves demonstra que o tamanho das propriedades destinadas às atividades de cada família, isto é, fora a área de reserva – minifúndios de cerca de 24 hectares – possivelmente não tem sido o suficiente para fazer a transição familiar e assegurar a permanência de jovens filhos de assentados e assentadas no assentamento, sobretudo, aqueles que possuem suas famílias e dividem uma parcela da propriedade com a família originária. Neste caso, quando a propriedade é insuficiente, a transição familiar torna-se um problema, porque reduz o leque de renda da família originária e gera conflitos entre as partes. Outra questão está no acirramento das disputas por terras na Amazônia, no aumento das múltiplas formas de criminalização da luta pela terra e na estagnação total das instituições e, sobretudo, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que vem ocorrendo desde os governos em perspectiva progressista, que agora é ampliado com mais força nas ações da extrema direita, que se esforça para reproduzir a *lógica social do colapso*.

Em outra intervenção, ao identificar aspectos ecofascistas envolvendo as táticas de domínio da RLB, os recursos político-ideológico-narrativos de legitimação da *violência específica* contra os territórios comunitários e a reprodução da *lógica social do colapso*, sugerimos, além da ruptura, o processo de reapropriação social dos territórios invadidos por agromilícias ligadas a grupos políticos e econômicos de extrema direita:

É arriscado falar sobre o futuro dos territórios comunitários sobre a gestão de um Estado representado por grupos políticos que seguem à risca os fundamentos mais profundos do fascismo. No entanto, não hesitamos em afirmar que o acirramento dos conflitos no contexto de vida das comunidades camponesas da Amazônia, além de ferir modos de vida concretos e os ecossistemas locais, tem provocado rupturas das mais variadas possíveis, trazendo como consequência outras rupturas que vão do acirramento dos conflitos e o estreitamento do diálogo entre atores sociais e naturais, à desistência brutal com as práticas conservacionistas pelas próprias comunidades como alternativa última na arena de embates para reapropriar-se socialmente dos territórios invadidos por agromilícias ligadas a grupos políticos de extrema direita e em situação de irreversibilidade dos processos ecológicos. Esse processo de reapropriação social do território vem ocorrendo no PA Margarida Alves (MATOS, 2021, p. 830).

Como temos argumentado ao longo do texto, a ruptura com as práticas conservacionistas, que ora se observa, é também uma alternativa última dentro da arena de embates, quando os recursos dos sujeitos sociais minoritários se esgotam totalmente. As

estratégias de resistência dos sujeitos sociais envolvidos no conflito sugerem o processo de reapropriação social do território, já que a área estaria sendo dominada pelas lógicas de espoliação capitalista da terra e da natureza.

“*Estamos com uma flecha no peito*”. Assim começa a entrevista com uma liderança comunitária do PA Margarida Alves.

As questões locais da RLB do PA Margarida Alves são generalizadas, e estão, quase sempre, marcadas por conflitos, devido às divergências entre sujeitos envolvendo empasses que oscilam de famílias sem-terra x proprietários aglutinados à unidade; famílias do Margarida x proprietários aglutinados à RLB, empresários e políticos da região; famílias do Margarida x madeireiros; famílias do Margarida x famílias do Margarida; famílias do Margarida x famílias sem-terra acampadas na unidade. Essas são relações/interações locais expressas por diferentes visões, percepções e interesses difusos sobre as riquezas naturais da RLB. Nesta mesma ocasião está, também, um longo histórico de desvios de finalidades ecológicas representados pela atuação de madeireiros, proprietários aglutinados à área, e uma pequena parcela do próprio assentamento Margarida e do Palmares (outro assentamento próximo) no uso ilegal que se deu ao longo de duas décadas, que podemos considerar, no conjunto de forças exógenas (uma *racionalidade econômica* que contrapôs as práticas conservacionistas anteriormente existentes) que contribuíram, de forma significativa, com a *ruptura de práticas conservacionistas* localmente impulsionadas.

As tentativas de famílias assentadas de preservar a área de RLB, ao longo de duas décadas, sempre foi motivo de divergências com madeireiros, grupos armados, empresários, agentes públicos, e entre os próprios parceiros, tendo como resultado a morte de um assentado, tentativas de assassinato, vandalismos, tortura, cárcere privado e ameaças. As narrativas dos movimentos contrários estão sempre marcadas pela negação da figura do sem-terra. Segundo as famílias assentadas, é muito comum a repercussão de narrativas sobre o assunto, como: “*os sem-terra estão com preguiça de trabalhar, por isso a área está cheia de mato*” “*não pode tirar madeira, mas os sem-terra estão roubando toda madeira nesse manejo florestal*”, marcando a configuração das práticas de rapinagem na natureza e nos territórios das comunidades diversas através de um ecofascismo que nega o ecologismo do outro, seguido do ecoterrorismo, que imputa o medo, por meio da *violência específica*.

Rupturas são fenômenos próprios e também previsíveis dos conflitos socioambientais (LITTLE, 2006). Isso porque, os conflitos oscilam em momentos que podem “esfriar” ou “esquentar”, dependendo de condições oportunas que podem por determinado agente em desvantagem em relação ao outro, seja através do avanço no domínio do recurso em disputa, em que aquele que está perdendo espaço projeta uma reação contra aquele que está em vantagem, ou vice-versa. Daí reside uma dificuldade de mediar/arbitrar sobre os conflitos socioambientais de uma vez por todas: o conflito pode, então, parecer que chegou ao fim, ou

existir, mas com pouca intensidade de fatos, o que leva os grupos hegemônicos com *cotas de poder* superiores aos grupos sociais projetarem suas ações de domínio, já que o “terreno estaria livre”. Isso configura a dinâmica interna dos embates e determina se o conflito vai de fato “pegar fogo”, manter-se “morno”, ou “esfriar” totalmente. O fato é que, mesmo não havendo embates tensos, o conflito tende sempre a existir, mesmo que se apresenta estar solucionado. A ruptura ocorre com a desistência de antigas estratégias quando os recursos dos grupos minoritários, a ser investido no conflito, se esgotam totalmente.

No caso do PA Margarida Alves, para conter o ímpeto dos grupos rapineiros, as famílias decidiram, em maioria, “ceder” a área para outras famílias sem-terra do próprio Movimento e fizeram o diálogo junto ao Incra e MPF para dialogar sobre a criação de um novo assentamento chamado localmente de "Margarida Alves 2" (NEGRÃO; MATOS; ARAUJO; 2020). Entre as famílias assentadas, muito se fala que “*é melhor perder a área para gente nossa, que precisa de terra, do que perder pra quem já tem muita terra. É doído ver nossa reserva nessa situação, mas não teve outro jeito não*”. “*A reserva está prejudicada, se não virar assentamento, vamos fazer o quê?* Estas falas fazem parte do que vimos em uma série de reuniões entre assentados/assentadas no PA Margarida Alves, que participamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa e entrevista que realizamos em campo.

As falas das lideranças comunitárias também confirmam o perfil cabuloso da agromilícia exposto anteriormente, e os motivos pelos quais as famílias do PA Margarida Alves decidiram romper com a conservação da área no beco sem saída estabelecido. Verifica-se, por exemplo, a narrativa dos fatos que captamos em entrevista com lideranças do PA Margarida Alves:

Com força total, desmatando, demarcando a terra por conta. Botamos uma equipe de assentado que era pra vigiar a reserva, o “trator” (apelido de um assentado) foi pego e torturado, ficou mais de mês desorientado e depois com depressão. Foi aí que o MST entrou de novo no caso, pra ajudar a gente a resolver. Como a gente já tinha a reserva por perda mesmo, fizemos uma proposta pra o Incra e pra justiça, que é de criar um assentamento na área e terminar os conflitos de uma vez por todas (Liderança comunitária do PA Margarida Alves, 2019).

Afirmamos anteriormente, que as rupturas nos casos de conflitos socioambientais ocorrem como forma de um recurso último, quando os grupos sociais com *cotas de poder* inferiores esgotam suas energias na arena de embates. Criar um assentamento na RLB parece ser a estratégia de resistência última dos grupos sociais locais ao se sentirem impotentes frente àqueles que possuem *cotas de poder* superiores e que têm dominado o território camponês, impondo outras lógicas. Entretanto, até agora, a *ruptura* com as práticas conservacionistas, localmente impulsionadas, tem provocado efeitos colaterais para o próprio grupo de sujeitos sociais. As prisões de lideranças comunitárias e de sem-terras acampados da RLB soam como tentativa de criminalizar e enfraquecer a luta dos sujeitos sociais pelo território já conquistado há anos, e tem aumentado as *cotas de poder* da agromilícia local, que está mais viva do que nunca.

Figura 14 – Perfil das famílias sem-terra acampadas na RLB, mosaico



No sentido horário, começando pelo alto à esquerda: barracos de lona e palha de famílias sem-terra(A); moradia de família sem-terra acampada na RLB(B); roça de mandioca de família sem-terra(C); área de pastagem formada por família sem-terra(D); roça de feijão de família sem-terra(E). Dados coletados em campo (2019, 2020, 2021).

A ecologia política, como um campo de estudo dos conflitos socioambientais, desempenha a função teórico-política, não apenas de analisar os conflitos, mas, também, de identificar os “horizontes emancipatórios” dos conflitos socioambientais: o lado positivo do conflito. No PA Margarida Alves, por ser um território marcado pelo modo de vida do campesinato, muito se fala sobre o “novo assentamento”, em desenvolver uma agricultura de pluriatividades, assim como nos assentamentos próximos: gado leiteiro, café, cacau, mandioca, banana, arroz, feijão. Muitas dessas culturas já são comercializadas na região, nos mercados/mercearias e feiras livres de Nova União e Ouro Preto do Oeste. O desenvolvimento dos agroecossistemas locais, que é uma das formas de resistência do movimento Sem Terra, através das vertentes da agroecologia, e que tem sido desenvolvida pelo PA Margarida Alves, ao longo dos anos (MATOS, *et al.*, 2020), parece ganhar raízes, agora no processo de *reapropriação social da natureza* e reinvenção dos territórios, no preenchimento da *ruptura metabólica*, ampliada na Época do Antropoceno. Os movimentos sociais contemporâneos têm territorializado uma nova *racionalidade ambiental* baseada na construção de novas bases de poder para uma transição ecossocietária, como alternativa de enfrentamento da crise ambiental e do risco de *colapso* geral das democracias; da *lógica social do colapso*.

Pode-se falar, portanto, em rupturas e continuidades, como já foi observado no PA Margarida Alves em uma ruptura com agriculturas de pluriatividades, cuja criação bovina de pequena escala substituiu majoritariamente outras culturas desenvolvidas anteriormente (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2016). O estudo de Matos, *et al.* (2020) sugere que, mesmo com a ruptura da pluriatividade, há uma diferenciação nas vertentes agroecológicas e representações sociais de ambiente, localmente amparadas por uma relação *biocêntrica* de natureza, que pode ser vista na formação dos agroecossistemas locais:

Representada pela composição da biodiversidade genética de ecossistemas locais, pela resiliência ecológica e social, pela confecção empírica da paisagem e pela conservação de *pools gênicos*, resultado das relações biofísicas e sociais no ambiente das famílias camponesas do MST, na Amazônia (MATOS, *et al.*, 2020, p. 04).

Os autores ainda sugerem que o movimento Sem Terra tem territorializado uma nova *racionalidade ambiental*, baseada em valores culturais e simbólicos, e tem privilegiado temas onde a sustentabilidade da vida está em primeiro plano.

Voltando ao que Bertha Becker (2005) havia assinalado sobre o surgimento de movimentos alternativos e distintas formas de resistência em que, na Amazônia, há:

Resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos (BECKER, 2005, p. 72).

Esses movimentos mais tarde seriam analisados por meio de uma antigeopolítica dos movimentos sociais amazônicos (SILVA; BAMPI, 2020) e que Milton Santos já havia anunciado por vias de “uma outra globalização”.

Nossa intervenção sugere que o processo de acirramento da competição (política, econômica e social) por recursos naturais, agora ampliado na virada global da extrema direita, tem apontado para um processo de esgarçamento no tecido social. A rapinagem capitalista da natureza tem criado condições para o que o próprio Marx alertou sobre:

Uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (MARX, 1986, p. 266).

O sociólogo John B. Foster tem confirmado a tese de Marx ao elaborar a *teoria marxista da ruptura metabólica* (FOSTER, 2012; CLARK; FOSTER, 2012; SACHER, 2015).

Há um risco de colapso sistêmico constituído nas sociedades complexas (TAIBO, 2019), e isso pode ser visto na *lógica social do colapso* como um recurso dos grupos políticos de extrema direita nos principais países ricos em recursos naturais estratégicos. Contra isso, como vêm demonstrando os ecologistas políticos Enrique Leff e Carlos Walter Porto-Gonçalves, os movimentos sociais/ecologistas contemporâneos têm territorializado uma nova racionalidade ambiental baseada em novo léxico teórico-político de interpretação desses processos e na construção de novas bases de *reapropriação social da natureza* e (re)existência nos territórios comunitários frente às forças exógenas, que agora, na Amazônia brasileira, tem alcançado um patamar mais elevado com o fortalecimento de um poder paralelo exercido pelas agromilícias.

Há, portanto, um processo de reapropriação das bases de poder societário baseado na formação de uma ética *biocêntrica* e *ecocêntrica* de natureza nos países da América Latina (GUDYNAS, 2009; 2010) dos movimentos pela transição ecossocial, como resposta (não única) à crise ambiental e do risco de *colapso* ecológico e dos sistemas democráticos dos países latino-americanos daqueles que têm reproduzido a *lógica social do colapso*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi afirmado no primeiro capítulo, algumas questões poderiam evidenciar outras investigações sobre o conflito socioambiental do PA Margarida Alves. Uma delas pode estar na distribuição de lotes pelo Incra, em forma de minifúndios: o tamanho dos lotes distribuídos pode ser insuficiente para a sucessão familiar e assegurar a transição entre gerações e a permanência de jovens e famílias que migraram para os assentamentos em busca de um lugar para morar e plantar; formando uma frente pós-pioneira, o que pode ter contribuído para que parte das famílias assentadas avançassem suas atividades sobre as áreas de reserva em bloco, já que há uma parcela de filhos de assentados e assentadas do PA Margarida Alves na reapropriação social da RLB. A maioria dos lotes distribuídos em Rondônia, no âmbito da “reforma agrária”, não chega a um módulo fiscal, o que se caracteriza em minifúndios. Nos assentamentos Margarida Alves e Padre Ezequiel, por exemplo, os lotes não atingem nem mesmo meio módulo fiscal. No Padre Ezequiel, os lotes são de 15 hectares, em média. No PA Margarida Alves são 24 hectares de terra destinados às atividades laborais de cada família. Ambos os casos estão muito distantes de outros modelos de assentamento da região, a exemplo do PIC de Ouro Preto, formado por lotes de 70 a 130 hectares, em média. Aliado a isso, uma leitura (que não propomos fazer aqui) da estagnação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do aumento da criminalização da luta pela terra e das múltiplas formas de violências dirigidas às camadas da sociedade que o golpe parlamentar de 2016 possibilitou, também pode servir como sugestão.

Outra questão repousa no próprio choque das forças exógenas e coerências territoriais endógenas. A criação das RLBs, possivelmente, é resultado do modelo de política ambiental colonialista que empurrou essas áreas para os assentamentos da “reforma agrária” que, por sua vez, é territorializado por uma categoria do campesinato que mantém seus modos de vida e ecossistemas locais baseados na relação direta com a terra (agricultura de pluriatividade, agroecossistemas agroecológicos, produção leiteira etc.), e não na relação direta com a floresta, como ocorre em outras categorias do campesinato diverso, na Amazônia. Isso poderia ser afirmado com mais segurança em uma investigação para além do que ocorre no PA Margarida Alves, abrangendo a situação das 11 reservas em bloco, de Rondônia. Essa discussão poderia ser amparada na noção de *latifúndios genéticos*, evidenciada por Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Nossa intervenção sugere uma falha na rede multiconectada de agentes locais, regionais, nacionais e internacionais que possuem relação direta, ou não, com os embates (Coomeafes, MST, Via Campesina, APA, Ibama, Idaron, Sedam, Incra, PPG7 etc.). A rede multiconectada pode se dar a partir de relações/interações harmônicas, ou não. Essa questão pode ter respostas nas divergentes visões antagônicas de sociedade dos movimentos sociais/ecologistas e dos grupos hegemônicos, e pelo choque entre *racionalidade econômica* e *racionalidades híbridas*;

um choque de valoração dos grupos hegemônicos com o chamado *ecologismo dos pobres*, como bem sugeriu o ecologista político catalão Joan Martínez-Alier.

A falha na rede multiconectada e a própria ruptura com a conservação da RLB, localmente impulsionada, também sugere um processo de esgarçamento do tecido social prescrito pela unilateralidade do processo histórico. Pouco se pode afirmar, pelo menos por enquanto, sobre possíveis rupturas nos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, similar ao que foi o caso de Corumbiara, em Rondônia, que resultou no surgimento da Liga dos Camponeses Pobres. O que se sabe é que o acirramento da competição (política, econômica e social) por recursos naturais estratégicos tem provocado cada vez mais o estreitamento do diálogo entre grupos sociais e grupos hegemônicos; entre os quais, as instituições do Estado. Isso também evidencia as *invisibilidades espaciais* na relação (de dominação) espaço-tempo e a criminalização das lutas sociais e das estratégias de resistência nos territórios comunitários. As rupturas no tecido social mostram a necessidade de concretizar o espectro do fantasma vermelho que, assim como na Europa de Marx e Engels, ronda a América Latina. Isso demonstra também, que a transformação social deve ser uma bandeira política dos ecologistas. Como bem lembrou Chico Mendes: “ecologia sem luta de classe é jardinagem”. Para além disso, ecologia sem luta de classe é reacionarismo, é racismo ambiental; é ecofascismo. É por isso, também, que a neutralidade, como bem argumentou Florestan Fernandes, é uma postura de ‘intelectuais’ medíocres.

Outra questão que poderia ser levantada, a partir deste caso, está na possível perda de território material e imaterial do MST na luta paradigmática. No PA Margarida Alves, por exemplo, há um processo de fortalecimento de movimentos reacionários, e isso tem um peso negativo no desenrolar do conflito socioambiental. São pessoas externas que, ao longo dos anos, migraram para o assentamento e adquiriram terras. Uma coisa em comum entre este perfil de moradores é que, geralmente, são ligados a grupos conservadores e mantêm atividades econômicas bem definidas (pecuária de corte), individualizadas e divergentes das famílias ligadas ao Movimento – que são ligadas ao catolicismo popular (e utilizam a homeopatia humana e animal), manejam pequenos agroecossistemas, roças e gado leiteiro e se relacionam socialmente nos espaços comunitários. Há relatos de ligação de pessoas do próprio assentamento com grupos externos ao assentamento e à RLB. Estes também se valem de informações privilegiadas de dentro do assentamento para servir como instrumento de perseguição de assentados ligados ao Movimento, sobretudo, as lideranças comunitárias. Muitas teorias de conspiração se ouve em relação às pessoas envolvidas na defesa da RLB e à própria militância do MST. Com o apoio de políticos, há uma série de denúncias que partem de pessoas do próprio assentamento, que visam caluniar lideranças comunitárias, aumentando a confusão generalizada por parte das instituições. Percebe-se também, que os integrantes do grupo reacionário cultivam um certo recalque ao saber que famílias sem-terra estão pleiteando

seu pedaço de terra, e eles não. Essa discussão poderia ser esquentada em outra ocasião pela teoria adorniana do “*novo radicalismo de direita*”. Algo em comum entre estes grupos reacionários é que eles gozam de um *status* social (consciência burguesa), que é falso, e desejam ampliá-lo. Ao não conseguir, ao invés de culpar o aparato de questões internas do próprio capitalismo, que os rebaixou, ou não deu condições materiais para não ampliarem seu *status* social (que é falso), tecem a culpa e desenvolvem ódio aos grupos sociais marginalizados ou, de modo mais amplo, aquilo que estes pensam ser o socialismo.

Nosso estudo propôs explicitar a dinâmica interna do complexo conflito socioambiental do PA Margarida Alves, anunciando uma *ruptura com práticas conservacionistas*, localmente impulsionadas e um processo de reapropriação social do território que vem sendo protagonizado como alternativa de resistência camponesa frente ao atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios comunitários.

O conflito socioambiental é uma importante categoria quando se quer entender os fenômenos político, social e ecológico que atuam sobre a instabilidade de ecossistemas, unidades ou fragmentos florestais. Os conflitos socioambientais concretizam o *colapso* ambiental anunciado há décadas, por uma parcela significativa da comunidade científica e ambientalistas. O complexo conflito socioambiental do PA Margarida Alves é um fenômeno do tipo transitório. Isso significa que, além de solucionáveis na esfera jurídica e entre os formuladores de políticas públicas, os embates oscilam de momentos que podem “esfriar”, dando a entender que chegou ao fim, ou “esquentar” de uma hora para outra, podendo chegar a um ponto de insustentabilidade total, como os desvios de finalidades ecológicas e rupturas. A transição dos conflitos é um elemento significativo a ser observado, tanto por pesquisadores, quanto por agentes de políticas públicas, por acompanhar os diferentes momentos político e social, podendo “esfriar” ou “esquentar” a depender da ação política e dos processos de reorganização produtiva do mundo capitalista.

Rupturas são processos previsíveis nas disputas por recursos naturais, que foram sugeridas na “*etnografia dos conflitos socioambientais*”, e que pode ser evidenciado no caso do PA Margarida Alves, afirmando o significado teórico do método e sua dimensão empírica. Desta forma, assim como argumentou Vayda (1983) em sua “*contextualização progressiva*” das relações/interações homem-ambiente/sociedade-natureza, questões que envolvam a instabilidade de ecossistemas, unidades ou fragmentos florestais devem ser observadas por um olhar holístico e que privilegie as ações do ponto de vista do fenômeno.

O que ocorreu no caso da RLB do PA Margarida Alves reforça o que temos argumentado sobre a questão das *invisibilidades espaciais* produzidas no âmbito do acirramento da competição política e social por recursos naturais constituídos no ceio das sociedades complexas. É resultado de um complexo de causas interativas e efeitos; rupturas são sempre irreparáveis. O conflito do PA Margarida Alves parece ser do tipo intratável, do ponto de vista

do impacto ambiental. O conflito repousa sempre com impactos nas subjetividades dos sujeitos sociais envolvidos; nos modos de vida e visões de mundo distintas dos que são atingidos direta e/ou indiretamente. Podemos observar que o conflito causa danos materiais e imateriais às distintas formas de se relacionar com a natureza, no modo de vida camponês. Podemos ver o impacto desta ruptura nas práticas de conservação que foram abandonadas na estratégia final, que foi romper com a conservação e reapropriar-se socialmente do território, já que estava em domínio total da agrobandidagem e, sobretudo, com a espera de uma ação efetiva das instituições públicas na resolução dos embates.

Ao contrário do que se esperava, a atividade econômica, mediante a exploração florestal, que seduziu grande parte das famílias – entre as quais, lideranças comunitárias do próprio Movimento – foi uma alternativa, que em tese, apontava para a solução definitiva dos embates, mas, acabou ampliando a ordem da ilegalidade e aumentou os conflitos, inclusive entre as próprias famílias assentadas. O manejo florestal do PA Margarida Alves foi uma crença de parte de pesquisadores do conflito, das instituições (sobretudo o Incra) e das próprias famílias, em cessar os conflitos de uma vez por todas, uma vez que atrairia a fiscalização ambiental das atividades de extração e, na mesma ocasião, afastaria os grupos rapineiros; o que não ocorreu. Na verdade, os discursos sustentáveis entorno da exploração florestal capitalista foi uma armadilha que alienou a grande maioria de famílias assentadas a ceder a RLB de vez, a grupos econômicos externos ao assentamento. Para além disso, o manejo florestal intensifica as invasões e o roubo de madeira, ampliando os fluxos de atuação e a ordem da ilegalidade. Isso decorre, também, na maioria das vezes, porque a infraestrutura, necessária às atividades de extração (estradas, pontes etc.), e que são abandonadas após o corte das árvores selecionadas, dá acesso aos invasores (madeireiros e agromilícias) às partes mais remotas da floresta. Neste caso, o roubo de madeira, que antes ocorria apenas na borda da floresta, é intensificado à medida que toda área pode ser acessada. A infraestrutura torna-se, assim, uma estrutura fixa e cria os fluxos materiais e imateriais de conexão com outras escalas de atuação, inserindo o lugar a uma esfera ampla de atuação que impulsiona as ocorrências e os fenômenos (como os desvios das finalidades ecológicas e rupturas com a conservação), intensificando a instabilidade da floresta. A infraestrutura, que é marcada pela construção de estradas dentro da floresta, possibilita a comunicação entre parceiros econômicos – à montante e à jusante – a qual amplia a localização geográfica da estratégia de atuação local e a formação de uma “rede multiconectada” de interesses econômicos iguais. A infraestrutura cria redes de conexão com outras escalas de atuação e amplia, nesta mesma sincronia, a ordem da ilegalidade sobre a RLB do PA Margarida Alves.

O acirramento da competição (política, econômica e social) entorno dos recursos naturais na Amazônia, entre eles os das RLBs, parece estar longe de ser resolvido de forma efetiva, e tem tomado caminhos sem volta, como o próprio caso da RLB do PA Margarida

Alves e de outros assentamentos na Região Amazônica. Há uma dificuldade do Estado em contrariar os coronéis que mandam e desmandam nas regiões mais remotas da Amazônia, o que dificulta a resolução dos conflitos, no contexto de comunidades diversas, diante do que temos tratado, por via das *invisibilidades espaciais* identificadas no processo de acirramento da competição (política, econômica e social) por recursos naturais estratégicos, ampliados na virada global da extrema direita. O fim dos conflitos no entorno dos recursos naturais, pelo menos aqueles em áreas aptas a rapinagem, estão longe de serem resolvidos porque se originam e são movidos pelo aparato de questões internas do próprio capitalismo e sua natureza predatória. Entretanto, a resolução de boa parte desses conflitos, possivelmente, está fora da zona de conforto e vaidade e do velho hábito de transferir a responsabilidade de fiscalização e coibição de crimes ambientais às comunidades locais “guardiãs das florestas” que, na ausência do princípio da *outridade*, são as que sentem o peso material e simbólico do conflito.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 156, 2009.
- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. – São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS, 2004.
- ALONSO, Angela.; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Encontro do Grupo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso. Rio de Janeiro, novembro de 2000.
- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, Setembro 17-38, 2015.
- ARAÚJO, Marcel Emeric Bizerra de. **A Vida e a Produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia**. p.113. Dissertação (mestrado) em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho-RO, 2015.
- ARAÚJO, Marcel Emeric Bizerra de. **Estratégias de resistência em assentamentos de reforma agrária: o caso do assentamento Margarida Alves em nova união, Rondônia**. 147p. Tese (doutorado) em (Agronomia) – Programa de Pós-graduação em Agronomia (Sistemas de Produção). Ilha Solteira, 2020.
- ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de, OLIVEIRA, Giselly Juchnievski De. Trabalho e futuro para os assentados do PA Margarida Alves em nova união - RO: continuidades e rupturas pela ótica do programa DURAMAZ. **Revista Presença Geográfica**. v. 3, n. 2, 2016.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, p.171, 2011.
- BARBOSA, Sergio Murilo Pinheiro. **Movimentos socioterritoriais e a questão mineral na América latina: uma análise do caso do Brasil**.133p. Dissertação (mestrado) em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2019.
- BECKER, Bertha K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 2, N.1, p. 117-150, 2012.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), p.71-83, 2005.
- BRASIL. **Plano Nacional de Mineração 2030: Geologia, Mineração e Transformação Mineral**. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 29 de fevereiro de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973**. Dispõe sobre o Estatuto de Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em 27/02.2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BRASIL. **Decreto nº 88.985, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983**. Regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1983/D88985.html. Acesso em 27/02.2020.

BRITO, Dagunete *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **Revista de humanidade do curso de Ciências Sociais**. UNIFAP, p. 51-58, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, p.304, 2005.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão; HERSHAW Eva; SAUE Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Estudos internacionais**. Belo Horizonte, v.5 n.2 p.74 – 10, 2017.

CARTA DE BELGRADO. **Uma estrutura global para a educação ambiental**. Iugoslávia, 1974.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. [1962]. UFSCar, 1995.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARNEIRO, C. D. R.; BRITO NEVES, B. B. (Eds). **Geologia do continente Sul-Americano**: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, p. 471-485, 2004.

CAVALCANTE, Maria Madalena Aguiar; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, 2012.

CARVALHO, Ludmilla Luciano de. Ocupação em áreas de reserva legal em assentamentos: uma questão ambiental ou de conflito AGRÁRIO? **II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários**, p. 19, 2016.

CLARK, Brett; FOSTER. John Bellamy. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global: Intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. **Revista Theomai**, n. 26, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem-terra**: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, 15 (43), 2001.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. 299p. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

CUNHA, Orlando Evangelista. **Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005**. Número de folhas. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E OS DIREITOS HUMANOS. **Estocolmo**, Suécia, 1972.

CUNHA, Gisele Dias de Oliveira Bleggi; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. Invisibilidades produzidas: o “desaparecimento” das comunidades ribeirinhas nos estudos da hidrelétrica Tabajara (Amazônia brasileira), **RIDH Bauru**, v. 7, n. 2, p. 95-116, jul./dez., 2019.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da, LIMA, Luís Augusto Pereira. Cartografia da Mineração em Terras Indígenas de Rondônia. **Nota técnica**, Laboratório de Gestão do Território-LAGET e do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/CNPq, 2019. Disponível em: http://www.gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Nota_Tcnica_001_2019_GTGA_UNIR_1_728448607.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; LIMA, Luís Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as

hidrelétricas e ao agronegócio, **Confins, Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, [En ligne], 36 | 2018.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. Tese (Doutorado) USP, São Paulo, 2010.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XVI nº. 30, Salvador-BA, 2014.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. **Amazônia globalizada**: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins, Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 23, 2015.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; NEVES Josélia Gomes. Território, Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 27, n. 65/2, p. 635-655, maio/ago, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 54, p. 115-121, jul./set., 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia. In : **Geografia: conceitos e temas**. Org: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA Roberto Lobato. 2ª ed. Bertrand Brasil, p. 356, 2000.

COELHO, Carla Jeane Helfmstaller. **A ética biocêntrica como encarnação da alteridade**: da violência das transformações existenciais à mudança paradigmática. 454p. Tese (Doutorado) em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2011.

CHARAUDEAU Patrick. **Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais**. p.33, 2000.

DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). **Libertas**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2012.

DOLCE, Julia; SILVA, José Cícero da. **“Estou vivo por força de um milagre”, diz ambientalista Elizeu Berçacola Alves**. Agência Pública: Especial Amazônia sem lei. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/estou-vivo-por-forca-de-um-milagre-diz-ambientalista-elizeu-bercacola-alves/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

DESMARAI, Annette Aurélie. **A Via Campesina**: A globalização e poder do campesinato. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DORNFELD, Carolina Buso. **Educação Ambiental**: reflexões e desafios no Ensino Superior. Departamentoto de Biologia e Zootecnia UNESP, Câmpus de Ilha Solteira, 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e Práticas. 9º ed. São Paulo: Gaia, p. 541, 2004. Disponível em:<http://educarparacrescer.abril.com.br/gestaoescolar/educacao-ambiental-542432.shtml>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: **Geografia: conceitos e temas**. Org. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. 2ºed. Bertrand Brasil, p. 552, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; Felipe, DEMIER. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017.

EM RONDÔNIA, PF PRENDE DOIS SUSPEITOS DE VENDER MADEIRAS E TERRAS EM NOVA UNIÃO. JN. 21 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dh1TUFwpXUU>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

- ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA Clélia, ALIMONDA Héctor. **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Frasco-Brasil editorial abaré, 2005.
- EGGER, Daniela Silva et al. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 57, p. 16-54, jun. 2021.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, p. 194, 2008.
- FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia da economia política marxista. Lutas Sociais**. São Paulo, n. 28, p. 87-104, 2012.
- FERREIRA, Silvana Maria. **Comissão Pastoral da Terra: agroecologia e simbologia político-religiosa no norte de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul**. 291p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Juiz de fora. Minas Gerais, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Año IX, nº 24, 2008.
- FLORESTA DE GENTE – A LUTA PELA TERRA**. UnBTV. 2019. Episódio 3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mrq5mKem4rE>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
- FLORIANI, Dimas. **Crítica da razão ambiental: pensamento e ação para a sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, p. 244, 2013.
- FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Conflitos socioambientais, tensões e resistência: uma análise de embates no território da bacia do rio doce – Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v.8, n.2, p. 308-327, 2014.
- FLORENTINO, A. T. N.; ARAÚJO, E. L. de; ALBUQUERQUE, U. P. de. **Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil**. *Acta Bot. Bras*, 21(1), 37-47, 2007.
- GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 559-571, dez. 2018.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.
- GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. **Revista de Estudios Sociales** nº. 32, p. 272. Bogotá, p.34-47, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. **La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.13: 45-71, julio-diciembre 2010.
- GUEDES, Ricardo Ferreira. **Princípio biocêntrica: a contribuição do pensamento de Rolando Toro para o campo da educação**. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2012.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol. 50 nº.2. Brasília Apr./June, 2012.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel Gonzales. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. Ed., São Paulo; Expressão popular, p. 96, 2013.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, p.157, 2006.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HERRERA, José Antônia. A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. **Campo-território: Revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 136-164, jun., 2016.

- JUNIOR, Álvaro Bezerra de Souza. **A indústria do petróleo e seus impactos ambientais na Região Amazônica – estudo de caso: Urucu e Juruã**. Tese (doutorado) Engenharia Nuclear e Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.
- JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; MARTINS, Lucas Araújo; MOIZÉS, Brenna da Conceição. **Contra o povo: ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza**. 2018.
- KOHLER, Florent *et al.* Falência é fracasso? o caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** v. 6, n. 2. Belém, may/aug, 2011.
- KOHLER, Florenc; NEGRÃO, Marcelo Pirez. The homeopathy/agroecology nexus: a discourse-centered analysis in a Brazilian agrarian settlement. **Dialectical Anthropology** , v. 42, p. 1-15, 2018.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.156, 2004.
- LENCIONE, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins, Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia [Online]**, 14 | 2012.
- LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2003.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.
- LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, 2015.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 439, 2009.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, p. 239, 2002.
- LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, p.131, 2012.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade complexidade, poder**. 11. ed. Petropolis, RJ: vozes, p.494, 2015.
- LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, p.272, 2010.
- LITTLE, Paul Elliot. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política**. In: BURSZTIN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade – política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**, São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MATOS, Lucas Ramos de. **A Amazônia na virada global da extrema direita. Ciência Geográfica**. Bauru, nº XXV, Vol. XXV - (2): Janeiro/Dezembro, p. 814-833, 2021.
- MATOS, Lucas Ramos de. *et al.*, **Ecologia humana no MST: os saberes-fazeres em forma de resistência em um assentamento agrário na Amazônia Brasileira**. Retratos de Assentamentos, v. 23, n. 1, p. 91-125, 2020.
- MATOS, Lucas Ramos de. Avaliação socioambiental do Manejo Florestal Comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. **Revista Presença Geográfica**. Volume: 5 | Número: 2, 2018.
- MATOS, Lucas Ramos de. Manejo Florestal Comunitário como alternativa de sustentabilidade: o caso do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia. In: Gustavo Henrique

- Cepolini Ferreira. (Org.). **A Geografia na Contemporaneidade**. 3ed. Ponta Grossa– Paraná: Atena Editora, v. 3, p. 45-57, 2019.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Editorial psyII: Campinas/São Paulo, 1995.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 379, 2018.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Metabolismo social e dívidas financeiras impagáveis**. *Ecología Política*, nº 42, 2011.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte (1851-1852)** – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX Karl. **O capital: crítica da economia política**. v.1-3 – 2 ed. – São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. 2 Volumes. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MADEIRA, Carlos Guilherme; OLIVEIRA, Patrícia da Cruz. Conflitos ambientais: alternativas teóricas para a análise no Brasil. **II Simpósio de Recursos Urbanos – SEURB**, 19, 20 e 21 de agosto de 2013.
- MANTESSO-NETO, V.; BARTORELLI, A.; CARNEIRO, C. D. R.; BRITO NEVES, B. B. (Eds). **Geologia do continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida**. São Paulo: Beca, p. 471-485, 2004.
- MARQUES, Juraci. **Ecologia do espírito**. 1 ed. Petrolina/PE, 2016.
- MARQUES, Juraci. **Ecologia da alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.
- MITSUE, Morissawa. **A História da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, 2001.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Antígona, 2018.
- LIMA Luís Augusto Pereira. **Pescadores ribeirinhos e hidrelétricas na Amazônia: experiências localizadas**. **Revista Presença Geográfica**, v. 3, n. 2, 2016.
- MIRANDA, Devison Alessandro de. **Conflitos socioambientais minerários: estudo de caso da exploração minerária no município de Brumadinho**. Dissertação (mestrado), programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2013.
- MENDES, Noeli Aparecida Serafim. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Raul de Rosana – Euclides da Cunha paulista.**, Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Tecnológicas – FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2005.
- MORÁN, Emilio. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Bertrand, 1882.
- MOSCAL, J. dos S. **Sentimentos da luta: música e mística no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. 283f. Tese (doutorado) em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p., 2017.
- MIRES, Fernando. **O discurso da natureza: ecologia e política na América Latina**. Florianópolis. Ed. UFSC: Bernúncia Editora, p. 241, 2012.
- MIRANDA, Roberto de Sousa. **Ecologia política e processos de territorialização**. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril, 2013.
- NEGRÃO, Marcelo Pirez et al. **Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em áreas de assentamento**. Colloque Envibras: Environnement et géomatique: approches comparées France – Brésil, 2014. Rennes (FRA).

NEGRÃO, Marcelo Pires; MATOS, Lucas Ramos de; ARAÚJO Marcel Eméric B. de. **Territórios sob tensão: disputas por recursos naturais na reserva legal em bloco do assentamento Margarida Alves, Rondônia., Confins, Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, 45 | 2020.

NETO, Antonio José de Mattos; REBELO, Romário Edson da Silva. **Movimentos sociais frente às grandes mineradoras no Brasil**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, 2018.

NETO, R. M. R. et al. **Os quintais agrofloretais do assentamento rural Rio da Areia, município de Teixeira Soares, pr.** CERNE, Universidade Federal de Lavras, vol. 10, n. 1, janeiro-junho, pp. 125-135, 2004.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p.431, 3013.

NUNES, Dias Dorisvalder. Desmatamento e unidades de conservação em Rondônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**. Dez.-nº. 10, vol I, 1997.

OLIVEIRA, C. A. de. **Quintais agrofloretais: mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão**. Agriculturas, v. 6, n. 4, p. 33-35, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. **Estudos avançados** 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, No. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Liliane Costa de; PINTO, Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra. Os primeiros passos do protestantismo na Amazônia. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, p 101-125, 2017.

OLIVEIRA, Luciana. **Maior desmatador do Brasil é preso em Rondônia**. De Porto Velho para o Brasil 247, 24/10/2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/maior-desmatador-do-brasil-e-preso-em-rondonia>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Luiz Rodrigues de.; BURSZTYN, Marcel. Conflitos Socioambientais nas reservas legais em bloco: O caso do PA Margarida Alves, em Rondônia. In: Teodoro S.H (org). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PASSOS, Manuela Gazzoni dos; PRADO, Geisa Percio do; CASON, Murilo Caio; BORTONCELLO, Aline cristina. **Sociologia e Educação Ambiental: quando a sociedade começará a se preocupar com um futuro sustentável?** Rev. bea, Rio Grande. v. 8, nº 1: 100-113, 2013.

PERES, João. **Corumbiara: o caso enterrado**. Editora Elefante, 2015.

PEREIRA Lorena Izá; PAULI, Lucas. **O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba. Campo-território: revista de geografia agrária. Edição especial**, p. 196-224, jun., 2016.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & sociedade**. v.11 n.1 Campinas, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Julia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 708-730, 2018.

PORTO-GONÇALVES, *et al.*, **Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro** 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.461, 2018.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Vol 9 N01, Jan/Jun, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos, Walter. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 21-31, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis Revista Latinoamericana**, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Lucha por la Tierra**. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Revista Latinoamericana, Volumen 15, Nº 45**, 2016.
- PRODES-INPE. **Desmatamento na Amazônia legal para o ano de 2019**. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em:
- Policia Civil deflagra Operação "terra roxa"**. Diário da Amazônia. Porto Velho, 08/02/2017. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/policia-civil-deflagra-operacao-terra-roxa/>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.
- RIBEIRO Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, ano 24 n. 2, 211-226, 2012.
- SACHER, William La "**fractura metabólica** " de John Bellamy Foster: ¿Qué aportes para una teoría ecomarxista? ACTUEL MARX, Revue internationale publiée aux Presses Universitaires de France (PUF), 2015.
- SAUER Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012.
- SANTOS, Carlos. **A espacialidade humana**: teorizando o futuro – Que espacialidades me servem e podem produzir as temporalidades que preciso? Porto Velho: EDUFRO, p. 92, 2009.
- SANTOS, Carlos. **As espacialidades humanas**: uma antropotopia? Porto Velho: EDUFRO, p.91, 2017.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 259, 2006.
- SNOWDON Charles T. **O significado da pesquisa em Comportamento Animal**. Estudos de Psicologia p.365-373, 1999.
- SCHMINK Marianne. **Marco Conceitual sobre Gênero e Conservação com Base Comunitária**. Tropical Conservation and Development Program Center for Latin American Studies University of Florida, 1999.
- SILVA, Carlos Alberto Franco. BAMPI; Aumeri Carlos. **Geopolítica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo. Ciência Geográfica**. Bauru. nº XXIV, vol. XXIV, 2020.
- SILVA, Michelle Jaber da.; SATO, Michèle, Tomoko. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Rev. Ambiente & Sociedade**, vol.15 n.1. São Paulo, 2012.
- SILVA, Ilse Gomes. **Estado e lutas sociais no Brasil no golpe de 2016**: o Estado de exceção avança. Revista de Políticas públicas, 2018.
- SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SOUZA, William Kenedy do Amaral. **Lutas sociais no campo: 13 perguntas para Ana Motta**. Revista Trabalho Necessário, 17(33), 213-235, 2019.

TASSINARI, Colombo Celso Gaeta; MACAMBIRA, Moacir José Buenano. A evolução tectônica do cráton amazônico. In: MANTESSO-NETO, V.; BARTORELLI, A. **Geologia do continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida**. São Paulo: Beca, p. 471-485, 2004.

TAVARES, J.; COSTA, J. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TAIBO, Carlos. **Colapso: Capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Curitiba: Ed. UFPR, p. 191, 2019.

TEIXEIRA, Antonio Luiz. Bacias do estágio da transição da plataforma Sul-Americana. In: MANTESSO-NETO, V.; BARTORELLI, A. **Geologia do continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida**. São Paulo: Beca, p. 471-485, 2004.

TIAGO Bernardon. **O GOLPE DE 2016: Breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo**. Historiæ, Rio Grande, 2016.

THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2005.

REDIN, Ezequiel; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar**. Santa Maria: UFSM, 2010.

ROCHA GARCIA, B. N.; T. A. VIEIRA; F. A. OLIVEIRA. **Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental**. Rev. Fac. Agron. Vol. 114 (Núm. Esp. 1), 2015.

RONDOW, Tâmmilis Von; HACK, Graciela Flávia. Unidades de Conservação: projeto de lei complementar n.º 242/2018 e o princípio da vedação ao retrocesso socioambiental. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**. v.11, n.3, Especial, 2019.

VAYDA, Andrew P. Walters Bradley B. A gainst Political Ecology. **Human Ecology**, vol. 27, nº. 1, 1999.

VAYDA, Andrew P. Progressive Contextualization: Methods for Research. In: Human Ecology. **Human Ecology**, v. 11, nº. 3, p. 265-281, 1983.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, p. 141-2003, 2007.

VEIGA, José Eli da. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XX, n. 2, p. 233-252, 2017.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. **A construção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração no Brasil: extrativismo e resistência social**. Ecologia Política, 2019.

VOZES SEM-TERRA. **Arte em movimento**. As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.php?rd=LANDANDR542&ng=p&th=49&sc=1&se=0>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.